

LEOMAR RIPPEL

1965 OPERAÇÃO TRÊS PASSOS

MOVIMENTO DE INSURREIÇÃO E RESISTÊNCIA
CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA



AC
ACERVUS

LEOMAR RIPPEL

OPERAÇÃO TRÊS PASSOS

MOVIMENTO DE INSURREIÇÃO E RESISTÊNCIA
CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

© 2021, Leomar Rippel

Todos os direitos reservados ao autor.
Proibida utilização e reprodução total ou parcial – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, inclusive por meio de fotocópias e de gravações, etc. – nem apropriação ou estocagem em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização do autor.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Imagem da capa

Pintura em aquarela digital composta pela editora para o livro, baseada em fotografia de autoria de Assis Hoffmann e Geraldo Mori, publicada pela *Revista Manchete* em 10 de abril de 1965.

Projeto Gráfico

Acervus

Aprovação pelo Conselho Editorial em:

Julho de 2021

Finalização da obra:

Agosto de 2021

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade o autor.

A revisão dos textos foi de responsabilidade do autor.

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo –
99074-360

Passo Fundo - Rio Grande do Sul - Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

E-mail: acervuseditora@gmail.com

Site: acervuseditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Gizele Kleidermacher (Universidad de Buenos Aires)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Carlos Tedesco (UPF)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinicius Borges Fortes (IMED)

Contato com o autor:

leomarrippel@hotmail.com

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

R593o Rippel, Leomar
Operação Três Passos (1965) [recurso eletrônico] :
movimento de insurreição e resistência contra a
ditadura militar brasileira / Leomar Rippel. – Passo
Fundo: Acervus, 2021.
3 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-86000-79-5.

1. Brasil - História - 1964-1985. 2. Operação
Três Passos. 3. Ditadura militar, 1964-1985 - Brasil.
4. Golpes de Estado. I. Título.

CDU: 981

OPERAÇÃO TRÊS PASSOS

MOVIMENTO DE INSURREIÇÃO E RESISTÊNCIA
CONTRA A DITADURA MILITAR BRASILEIRA



PASSO FUNDO
2021

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final deste trabalho só foi possível devido às inúmeras contribuições de diversas pessoas e instituições que, durante mais de quatro anos, vieram apoiando esta pesquisa. Mesmo sabendo dos riscos de esquecer algumas delas, decidi nominá-las. Desse modo, se porventura incorrer nesse equívoco, peço desculpas previamente.

Meus agradecimentos aos docentes e técnicos do PPGH da Unioeste, pelas inestimáveis contribuições para meu crescimento acadêmico. Tenho certeza de que o programa continuará trilhando uma bela trajetória de reconhecimento e prestígio por meio das ótimas produções intelectuais que seu corpo docente vem realizando nas diversas linhas de pesquisa, em especial a linha sobre Estado e Poder.

Meus sinceros agradecimentos à minha orientadora, professora Dr^a Carla Luciana Silva, pelas contribuições, pela dedicação e paciência nas orientações desta pesquisa. Nossos diálogos sempre foram muito construtivos para o amadurecimento das minhas reflexões em torno do objeto de estudo, seus conhecimentos sobre a temática foram de fundamental importância na elaboração deste trabalho.

Gostaria de agradecer também aos professores Dr. Paulo José Koling, Dr^a Maria José Castelano e Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto, que participaram da banca de qualificação e da defesa final, pois, através de suas críticas construtivas, contribuíram muito para a finalização deste trabalho. Foi uma alegria reencontrar a professora Dr^a Ana Luiza Setti Reckziegel, na época coordenadora do PPGH da Universidade de Passo Fundo, programa de altíssimo nível e comprometimento acadêmico, ao qual tenho profundo apreço, pois foi nele que realizei meu mestrado em História. Obrigado por aceitar participar da banca de defesa do trabalho e pelas contribuições para sua melhoria.

Ao meu amigo Dr. Ronaldo Zatta, cuja amizade cultivo desde os tempos de caserna, agradeço por me incentivar a desenvolver a pesquisa com este objeto de estudo, visto que as suas problemáticas foram suscitadas a partir das leituras de algumas documentações militares e jornalísticas que me apresentou.

Aos trabalhadores do Superior Tribunal Militar de Brasília, agradeço por disponibilizarem, em formato digital, com mais de 6500 páginas, o processo nº 335/1965, da Justiça Militar Federal, que julgou os integrantes da operação que foi objeto de análise deste trabalho, como também aos militares e civis, do Arquivo Histórico Militar do Rio de Janeiro, aos militares da Biblioteca do Exército no Rio de Janeiro e às funcionárias da Biblioteca do Clube Militar do Rio de Janeiro, por possibilitarem o acesso ao espaço e à documentação necessária para a pesquisa.

A todos os estudantes do PPGH, em especial aos da linha de pesquisa Estado e Poder, aos amigos de turma, Ana Cristina Hammel e Ricardo Krupiniski, pela oportunidade de aprendizagem em nossa convivência durante esses anos.

Aos meus pais, que não tiveram a oportunidade de frequentar

os bancos escolares, mas que sempre motivaram e mostraram a seus filhos a importância da educação.

De maneira muito especial, um agradecimento a minha companheira Sandra, por compartilhar a vida comigo, sendo muito compreensiva nos inúmeros momentos em que meu tempo foi direcionado aos estudos em detrimento dela e de Catarina, razão principal da minha existência. Sua presença me motivou muito na conclusão deste trabalho.

PREFÁCIO

A obra que temos em mãos é fruto de um longo trabalho de amadurecimento realizado por seu autor.

A temática das formas da resistência à ditadura vem sendo tratada ao longo de décadas por vieses repetitivos em alguns elementos. Um deles é o desprezo por movimentos de resistência que tiveram vida curta e que foram derrotados. É como se eles não importassem, como se não fossem relevantes para compreendermos o contexto de conflitos e contradições vividas pela sociedade brasileira nos anos 1960. De alguma forma, os grupos de luta urbana, nos grandes centros acabaram recebendo o privilégio dos estudos sobre a Ditadura.

Embora pouco conhecidas, histórias como a da Operação Três Passos guardam informações e inquietações muito importantes para compreendermos como mesmo em situações em que tudo pesava contra, forças se uniram e se levantaram, ainda que sem ter um objetivo claramente instituído. O quadro geral era absolutamente desfavorável. A percepção de que nada podia ser feito e que os anos de treva seguiriam sem maiores resistência não foram suficientes para impedir o ímpeto de luta e resistência daqueles que se levantaram em armas contra o regime da ditadura.

Leomar Rippel mostra todo o momento prévio, de enorme angústia de militantes que estavam no Uruguai buscando apoio de Leonel Brizola. Mostra que aqueles poucos que decidem entrar no Brasil esperavam um movimento em cascata, uma grande revolta no interior dos quartéis, e todos sabemos que nenhuma ordem foi dada nesse sentido. A senha não foi dita, a ação deveria ser interrompida. Quem sabe nunca tenha chegado a ser organizada nos detalhes que desejavam.

Ainda assim, adentram o Rio Grande do Sul, reúnem reforços em Três Passos e seguem, ainda que sem um rumo claramente definido. As suas andanças são detalhadas neste livro, que teve acesso a importante corpo documental, que permitiu o registro minucioso de seus passos e posteriormente de sua captura. Registra ainda a sã-nha da repressão sobre eles.

Essa história sobreviveu muito além daqueles dias agitados que se passaram entre a subida no caminhão e a chegada na prisão. Ela ficou pairando nas forças armadas como um elemento de medo da resistência e também como prova de despreparo para atuar em casos como aquele. Afinal, a morte ocorrida do tenente Camargo depõe contra eles próprios, como Leomar deslinda neste livro.

De um modo geral, entretanto, houve um esquecimento daquele caso. Sempre pairavam afirmações não comprovadas sobre as “ordens de Brizola”, questão que Leomar levanta e mostra que jamais se encontrou ordem de tal natureza. Ademais, é claro que à ditadura não interessava alimentar um mito, do homem que fez a resistência na campanha da Legalidade em 1961 e já havia alimentado os Grupos dos Onze, inclusive em Três Passos, onde mais tarde haveria uma nova organização armada, desta vez pela VPR – a Vanguarda Popular Revolucionária.

A pesquisa de Leomar não se contentou com os documentos

da repressão, ouviu várias testemunhas, participantes da ação, que problematizam e ajudam a compreender a complexidade do tema, inclusive a luta dos camponeses pela reforma agrária que os ligava a Brizola. Recorre também a materiais de imprensa, além de bibliografia especializada sobre o tema.

Não se trata aqui de comparar movimentos, nem de exaltar o pioneirismo deste ou daquele grupo. Mas trata-se de colocar claramente que a história das resistências precisa dar conta das distintas manifestações ocorridas, ainda que no interior do país, ainda que em espaços de fronteira, e ainda que sem um objetivo ou teoria revolucionária explícitos. O que importa a ressaltar foi a coragem da resistência.

Este trabalho é uma grande contribuição para a história das lutas na história do Brasil e foi uma grande satisfação ter contribuído com ele.

Carla Luciana Silva

Professora Associada da Universidade
Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I. UMA UNIDADE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES: considerações sobre o Golpe Militar de 1964 no Brasil	27
II. O NACIONALISMO DE LEONEL BRIZOLA: o exílio e as tentativas de organização	57
III. OPERAÇÃO TRÊS PASSOS: tentativa de resistência à Ditadura Militar através de um movimento de protesto	111
IV. O DIREITO PENAL DO INIMIGO NO PROCESSO Nº 335 DE 1965	177
V. A OPERAÇÃO TRÊS PASSOS: um movimento de protesto em nome de Brizola	217
VI. SUSTENTANDO A DITADURA MILITAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO HERÓI MILITAR	245

CONCLUSÃO	289
REFERÊNCIAS	293
ANEXOS	309

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem a pretensão de realizar uma análise sobre a Operação Três Passos, ocorrida em março de 1965, no Sul do Brasil, quando um pequeno grupo de pessoas exiladas no Uruguai decide sair de Montevideu e iniciar um movimento contra a ditadura militar no Brasil. A problemática em torno desse episódio começa a existir a partir de 2005, quando servíamos ao Exército Brasileiro (EB), no 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (16º Esqd C Mec), na cidade de Francisco Beltrão (PR). Na ocasião, uma série de documentos, de 1965, que pertencia a 1ª Companhia do 18º Regimento de Infantaria (1ª/18º RI) e que tinha sua sede na cidade de Francisco Beltrão, nos foi apresentada pelo amigo, e então 3º sargento, Ronaldo Zatta. A referida documentação compunha-se de relatórios de operação, radiotelegramas e boletins internos inerentes à interceptação dos integrantes da Operação Três Passos realizada pela Companhia.

As ações do grupo começaram na cidade de Três Passos (RS), atravessando os estados de Santa Catarina e Paraná; a 1ª/18º RI, por determinação do 3º Exército, enviou dois pelotões no intuito de in-

terceptá-lo. Um dos pelotões conseguiu contato com o grupo, ocasionando com isso um confronto armado entre as tropas do EB e os integrantes da Operação Três Passos. Nesse confronto morreu o 3º sargento Algemiro de Camargo, pertencente a 1ª/18º RI. Durante os anos em que servimos no 16º Esqd C Mec, era muito comum os militares comentarem que o sargento Camargo teria sido morto não pelos integrantes da Operação Três Passos, mas sim pelos próprios companheiros.

O desejo de estudar o movimento aumentou quando, poucos meses após o contato com aquela documentação, o comandante do 16º Esqd C Mec determinou para o capitão Rômulo, o sargento Zatta e para mim (cabo Rippel), que realizássemos a exumação dos restos mortais do sargento Camargo, que se encontravam no cemitério municipal de Francisco Beltrão, e os levássemos para as dependências do 16º Esqd C Mec. Porém, tivemos que adiar por mais alguns anos o estudo em torno da referida operação, pois a documentação de que dispúnhamos, não dava conta de compreender o movimento em sua totalidade.

A situação começou a mudar quando conseguimos uma série de fontes jornalísticas¹, que haviam realizado a cobertura do movimento na época, e pesquisas sobre a ditadura militar e a resistência armada a ela, que mencionavam apenas com caráter ilustrativo a Operação Três Passos. A partir das leituras dessas fontes jornalísticas e da bibliografia, surgiram outras duas problemáticas: qual a participação de Leonel Brizola na Operação Três Passos e se essa fora um movimento guerrilheiro, como apregoado por muitos trabalhos que a mencionam.

¹ *A Tribuna, Diário do Paraná, Correio da Tarde, Estado de São Paulo, Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Revista Manchete e Tribuna do Paraná.* Apesar de utilizarmos algumas dessas fontes, é importante destacar que elas não foram centrais nesta pesquisa, porém foram importantes no sentido de indicarem as indagações iniciais em relação ao objeto de pesquisa.

Nesse sentido, elaboramos o projeto e o submetemos à linha de pesquisa Estado e Poder, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), para ingressar no doutorado e realizar a pesquisa há anos adiada. Após o ingresso como aluno regular no doutorado, realizando as leituras e pesquisas com fontes jornalísticas, documentação militar da 1ª/18º RI e da bibliografia, não conseguíamos avançar na resolução das duas problemáticas. Sendo assim, começamos a tentar entrar em contato com alguns integrantes da Operação Três Passos que ainda estavam vivos, bem como com pessoas que estiveram envolvidas, de forma direta ou indireta, com o movimento, para tentar entrevistá-las.

Por conseguinte, obtivemos o contato e entrevistamos um dos integrantes da operação, Valdetar Antônio Dorneles, que ainda reside em Três Passos. Esse contato não foi frutífero, mas o acaso nos favoreceu, pois aproveitando que estávamos, na cidade, fomos fazer uma visita a um tio que lá reside, contamos a ele sobre a pesquisa e, para nossa surpresa, ele comentou que seu tio, Pedro Bones, havia participado desse movimento, mas agora estava residindo em Dois Vizinhos (PR), ou seja, a 50 km de onde moramos. Passou-nos o endereço desse tio e fomos entrevistá-lo, sua fala foi muito reveladora e nos deu muitas pistas para esta pesquisa, mas infelizmente acabamos perdendo-a sem tê-la digitalizada. Pedro Bones, por seu lado, passou-nos o contato de Adão Oliveira da Silva, outro integrante da Operação Três Passos, que reside atualmente em Esteio (RS).

Realizando pesquisas na internet, descobrimos que Jair Krishke havia proferido uma palestra no Memorial da Resistência, em São Paulo, sobre a Operação Três Passos. Nesse sentido, comunicamo-nos com ele e marcamos uma conversa para o dia 19 de dezembro de 2018, na sede do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, em Porto Alegre. Nessa conversa, muito produtiva, com Jair Kris-

chke, ele nos passou também uma cópia do diário do Coronel Cardim, que foi uma das fontes deste trabalho. Alguns dias antes, ele já havia nos passado o contato do capitão José Wilson da Silva, com quem, aproveitando nossa viagem a Porto Alegre, marcamos uma entrevista, assim como com Adão Oliveira da Silva.

A conversa com José Wilson da Silva foi bastante proveitosa, pois contribuiu muito para elucidar algumas questões deste trabalho e por ele ter nos fornecido os contatos de Firmo Chaves e de Jefferson Lopetequi de Alencar Osório, filho do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, que residem no Rio de Janeiro. Na sequência, procuramos Firmo e Jefferson Lopetequi para verificar a possibilidade de marcarmos uma conversa, os dois se dispuseram. Nosso contato com eles era apenas via *WhatsApp* e quando estava se aproximando a data de nossa conversa, Jefferson Lopetequi não respondeu mais às minhas mensagens, sendo assim, consegui entrevistar apenas Firmo Chaves.

A fonte mais importante para este trabalho, no entanto, nos foi sugerida, no mês de agosto de 2019, por nossa orientadora Carla Luciana Silva, que sugeriu que entrássemos em contato com o Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, pois, em sua pesquisa *in loco*, verificara que o órgão possuía documentos sobre a Operação Três Passos. No mesmo dia, nos comunicamos com o STM e para nossa surpresa, dali a poucas horas, estava em nosso e-mail o processo nº 335/1965 – constituído por 15 volumes, 5785 páginas e mais quatro apensos –, que julgou os acusados da referida operação. Dessa forma, esse processo passou a ser um dos principais materiais para resolver as questões da pesquisa. Sendo assim, as fontes históricas utilizadas neste trabalho foram o processo nº 335/1965 do STM; as entrevistas aos envolvidos na Operação Três Passos; as fontes jornalísticas; o diário do coronel Cardim, escrito em meados da década de 1970, ou seja, alguns anos após o movimento; e referências

bibliográficas. Também mencionamos outros documentos esparsos advindos do Centro de Informações do Exército (CIEEX).

OS CAPÍTULOS

Este trabalho está dividido em seis capítulos, o primeiro intitula-se “Uma unidade de múltiplas determinações: considerações sobre o golpe militar de 1964 no Brasil”. Nele tentamos demonstrar que o golpe militar não foi um mero fruto do acaso, mas um processo que vinha sendo articulado há anos, pelas classes dominantes brasileiras. O capítulo procura mostrar que para compreender as crises políticas brasileiras é imprescindível entender as especificidades do capitalismo dependente brasileiro e suas ressonâncias no aparato estatal.

No segundo capítulo, “O nacionalismo de Leonel Brizola: o exílio e as tentativas de organização da luta armada no Uruguai”, temos por objetivo fazer uma reflexão sobre o nacionalismo de Leonel de Moura Brizola e suas tentativas de organizar a luta armada durante seu exílio naquele país. Julgamos importante essa análise no conjunto do trabalho por vários motivos, dentre os quais se podem mencionar: as posições nacionalistas e reformistas de Brizola, ou seja, sua defesa da soberania nacional e do bem-estar do povo brasileiro, o que sempre deixou as elites escravagistas e as frações golpistas das Forças Armadas Brasileiras (FFAA), que deram o golpe em defesa dos interesses estrangeiros no Brasil, com profundo ódio dele. Outro aspecto, não menos importante deste capítulo, é o fato de que, enquanto exilado no Uruguai, Brizola foi seguido de perto pelos órgãos de inteligência da ditadura militar, por isso o vínculo que a ditadura tentou estabelecer entre Brizola e a Operação Três Passos.

Este capítulo servirá como base para a hipótese central que

se desenvolve neste trabalho. O papel histórico de Leonel Brizola foi marcante no movimento da Legalidade, de 1961; nos Grupos dos Onze, de 1962; na partida para Montevidéu, mas com a manutenção de uma rede de apoio a militantes (sobretudo expurgados militares e nacionalistas). Tais atuações foram elementos para a sua associação, tanto da repressão como da opinião pública em geral, com a Operação Três Passos. Essa é uma questão polêmica até hoje e neste trabalho buscamos desenvolvê-la, argumentando que, em que pese esse papel histórico de Brizola, a Operação Três Passos não foi organizada por ele.

No terceiro capítulo, chamado “Operação Três Passos: tentativa de resistência à ditadura militar através de um movimento de protesto”, visamos realizar uma análise, a mais detalhada possível, sobre a Operação Três Passos. Nele desenvolvemos a segunda hipótese do trabalho. Historicizaremos a partir da saída do Uruguai, em 18 de março de 1965, até a prisão de seus integrantes no interior do Paraná; ao final, tentaremos demonstrar que, ao contrário do que é descrito nos trabalhos acadêmicos, a referida operação não foi um movimento guerrilheiro, mas sim um movimento de protesto, em grande medida improvisado, e com grau mínimo de organização.

Essa circunstância não descarta a vontade e o desejo de que o movimento tivesse se tornado um grande levante nos quartéis brasileiros por parte de seus parceiros organizadores. Mas esse desejo estava totalmente dissociado da realidade, como sabemos pela sua execução e resultado. Posteriormente, tornou-se um problema político para Brizola que, tendo incentivado um sistemático trabalho de preparação para ações contra a ditadura, viu-se diante de uma ação precipitada, mal planejada e de execução fadada ao fracasso, que não partiu diretamente de seu planejamento. Por isso, defendemos que a Operação Três Passos, apesar de ter sido um movimento insurre-

cional de protesto contra a ditadura militar brasileira, seu comando tinha a esperança de que ele ganhasse dimensões nacionais.

No quarto capítulo, “O Direito Penal do Inimigo no processo nº 335/1965”, tentamos demonstrar que Direito Penal do Inimigo é uma teoria sustentada em três pilares, os quais são: antecipação da pena; desproporcionalidade das penas e relativização e/ou supressão de certas garantias processuais; e criação de leis rígidas direcionadas a quem se quer atingir. Sendo assim, é nessa perspectiva que a maioria dos acusados na Operação Três Passos será julgada. Apesar de se tratar de documentação militar, percebemos e enfatizamos o caráter desorganizado do movimento. Surgem vozes dos envolvidos, demonstrando que a hierarquia e autoridade de Jeferson Cardim foi usada como forma de convencer e coagir trabalhadores do meio rural a seguirem um movimento que não tinha clareza de seu destino, a Operação Três Passos.

No quinto capítulo, intitulado “A Operação Três Passos: um movimento de protesto em nome de Brizola”, buscamos amarrar as duas hipóteses em discussão. Analisamos a provável vinculação da operação com Leonel Brizola, ou seja, a possibilidade dessa ter sido armada, pensada e organizada por ele. Outro tópico deste capítulo analisará se o movimento foi guerrilheiro ou se tentou fomentar uma quartelada e, para tanto, esses dois aspectos serão discutidos a partir de um conjunto de fontes e autores diferentes, na busca de alguma resposta.

E por último, o capítulo “Sustentando a ditadura militar a partir da construção do herói militar”, no qual será analisado como a morte do sargento Camargo, em combate, serviu para a construção do herói militar como símbolo de bravura e de sacrifício na luta contra o “inimigo comunista”. Essa construção ocorreu de várias formas, mas principalmente através de ritos fúnebres, com o intuito de for-

talescer o combate aos opositores e legitimar a ditadura militar brasileira. Ao seu final, tentamos deixar uma hipótese, a de que o referido militar possivelmente foi morto por disparos de seu próprio pelotão.

OS SUJEITOS

Antes de passarmos aos capítulos e a fim de auxiliar o trabalho de leitura, realizaremos uma breve apresentação de cada um dos sujeitos históricos que compõem esta narrativa. Para não realizarmos um capítulo com apenas cinco páginas sobre os integrantes da Operação Três Passos, optamos por fazê-lo aqui na introdução.

Jefferson Cardim de Alencar Osório²: era filho de um oficial da Marinha e de uma professora, nasceu no dia 17 de janeiro de 1912, no Rio de Janeiro, na época Distrito Federal. Entrou para a Escola Militar de Realengo, em 1930, e saiu de lá como aspirante-a-oficial, em 1934. Foi para a reserva com o golpe de 1964 e teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Como já estava no Uruguai, lá permaneceu até março de 1965, quando retornou e comandou o movimento de protesto denominado Operação Três Passos.

Alberi Vieira dos Santos: 27 anos de idade, nasceu em 1938, em Três Passos, foi sargento da Brigada Militar (BM) do Rio Grande do Sul. Após divergências com seus superiores hierárquicos na corporação, acabou sendo preso no início de 1964; ao ser posto em liberdade, exila-se no Uruguai. Foi um dos responsáveis pela Operação Três Passos, mas após ser preso e torturado, começa a ser agente duplo, ou seja, informante dos agentes da ditadura militar. Alberi foi executado na região oeste do Paraná, em 1979; não há indícios que tenha sido queima de arquivo por parte dos agentes da ditadura, apesar de se aventar essa hipótese também.

² No anexo 1, há mais informações sobre a biografia de Jefferson Cardim de Alencar Osório.

Firmo Chaves: nasceu em 1936, aos 29 anos de idade, antes do golpe militar de 1964, era sargento do Exército da arma de Artilharia. Por ser identificado com o nacionalismo reformista de João Goulart e principalmente o de Brizola, foi expulso do Exército poucos dias após o golpe, buscando exílio no Uruguai.

Admastor Antônio Bonilha: nasceu em 22 de dezembro de 1908, aos 47 anos de idade foi líder sindicalista no Rio Grande do Sul; membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), passou a participar do movimento após ter sido convidado por Firmo Chaves.

Alcindor Ayres: natural de São Sepé (RS), possivelmente tinha vinculações com o grupo de Brizola no Uruguai, para onde viajou várias vezes em 1964; entrou no movimento a convite de Alberi Vieira dos Santos.

Silvino Souza Fraga: na época com 26 anos de idade, era motorista e mecânico de profissão. Era nascido em São Sepé, onde residia, ingressou no movimento ao ser convidado por Alcindor Ayres.

Manoel Ayres, brasileiro: também de São Sepé, na época com 39 anos de idade, era agricultor no referido município, participou do movimento a convite do seu irmão Alcindor Ayres.

Odilon Vieira Brum: natural de São Sepé e residindo no mesmo município, tinha 22 anos de idade. De profissão açougueiro, teria participado do movimento após a convocação de Alcindor Ayres.

Alípio Charão Dias: tinha como profissão pedreiro, nasceu e residia também em São Sepé. Ingressou no movimento por intermédio de Alcindor Ayres. Era brasileiro, casado, 27 anos de idade, filho de Manoel Albino Dias e de D. Amélia.

Silvano Soares dos Santos: nasceu e reside em Campo Novo (RS), tinha 26 anos de idade, era agricultor e irmão de Alberi Vieira dos Santos, quem o integrou ao movimento.

Euzébio Teixeira Dorneles: nascido em São Borja (RS) e resi-

dente em Campo Novo, trabalhava como agricultor. Era pai de Valdetar Antônio Dorneles e Abrão Dorneles, também participantes do movimento. Integrou o movimento por meio do convite de Alberi Vieira dos Santos e Jefferson Cardim de Alencar Osório.

Valdetar Antônio Dornelles: natural e residente em Campo Novo, na época era professor de uma Escola Rural no mesmo município, tinha 31 anos de idade. Ingressou no movimento após ter sido convidado por Alberi e Jefferson, do mesmo modo que seu pai, Euzébio Teixeira Dornelles, e seu irmão.

Abrão Antônio Dornelles: era natural de Santo Ângelo (RS) e residente na época em Campo Novo. Era solteiro, tinha 25 anos de idade, filho de Euzébio Teixeira Dornelles e irmão de Valdetar Antônio Dornelles, também integrou o movimento após ter sido convidado por Alberi e Jefferson.

Virgílio Soares de Lima: 47 anos de idade, de profissão agricultor, era natural de Campo Novo e residia em Santo Antônio do Sudoeste (PR). Tio de Alberi Vieira dos Santos, passou a integrar o movimento quando o grupo passou pela sua residência.

Os sujeitos históricos citados acima participaram da Operação Três Passos por iniciativa própria ou por meio de convocação de parentes e amigos, mas houve um número significativo de outros indivíduos que fez parte do movimento sem saber exatamente o que estava acontecendo, pois foram obrigados a entrar em um caminhão que transportava o pessoal e os materiais que seriam utilizados para efetivar a Operação, foram eles: **Adão Oliveira da Silva:** nascido em Três Passos, residia no município na época do movimento, agricultor; **Antônio Ribeiro Vogt:** 22 anos de idade, nascido e residente em Campo Novo, agricultor; **João Batista Figueira:** natural de Três Passos e residente em Campo Novo, agricultor; **Arsênio Blatt:** nascido em Itapiranga (SC), residia em Bom Progresso, no município

de Campo Novo, era balconista na casa comercial do pai; **Pedro Campos Bones**: solteiro, brasileiro, filho de Evaristo Campos Bones e de D. Eva Denkiu Bones, 22 anos de idade, agricultor, era natural de Três Passos e residia em Campo Novo; **João Antônio Jaques**: natural de São Vicente de Assis (RS), residia em Campo Novo, agricultor; e **Reinoldo Von Groll**: agricultor, natural de Carazinho (RS), residia em Campo Novo, tinha 52 anos de idade.

I

UMA UNIDADE DE MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES³:

considerações sobre o
Golpe Militar de 1964 no Brasil

O objetivo deste capítulo é analisar o golpe militar ocorrido no Brasil, em 1º de abril de 1964, como sendo um processo bem articulado há anos e não como um fato isolado e uma mera improvisação por parte das classes dominantes. Nesse sentido, inúmeras pesquisas, realizadas por estudiosos de perspectivas teóricas diversas, analisam as causas do golpe civil-militar, a partir de pontos de vista que ora se complementam, ora se contradizem. Para os saudosistas da ditadura, por exemplo, foi um movimento preventivo, contrarrevolucionário, de reação ao avanço do comunismo. Já para a concepção que denominaremos de “neutra”, o golpe foi fruto de causalidade

³ O título faz alusão ao artigo de Sônia Regina Mendonça, “1964: o duplo golpe do campo”, publicado na revista *Outubro*, em 2004, no qual a autora reflete sobre a complexidade de tal acontecimento histórico, ressaltando o modo como sua totalidade é resultado de diferentes determinações, tanto de ordem econômicas, subjugadas pelo padrão capitalista brasileiro, como por questões sociais, a exemplo da organização inédita de movimentos de massas em defesa da democracia.

e imprevisibilidade histórica, pois os fatos poderiam ter ocorrido de outra forma. E ainda há aqueles que defendem que o golpe foi o resultado das polarizações de extrema esquerda e de extrema direita ocorridas na época, e que o presidente João Goulart foi incapaz de apaziguar os ânimos dos extremistas.

Mesmo entre os críticos que defendem que o golpe interrompeu a normalidade das regras democráticas burguesas, há variantes interpretativas. Alguns argumentam que se tratou de um episódio da crise do “populismo” no Brasil, em que a última liderança de destaque, Goulart, “teria contado com bases político-sindicais de alcance limitado, atingindo apenas o próprio Executivo” (MENDONÇA, 2004, p. 31). Entretanto para outros, prossegue a autora, “seria a própria defasagem entre a cúpula e as bases dos sindicatos de esquerda a principal responsável pela desativação do ‘dispositivo sindical-militar’ que sustentara o último presidente civil, resultando no golpe” (MENDONÇA, 2004, p. 31). Ainda há aqueles que argumentam que o grande peso do capital estrangeiro, principalmente o americano, foi um elemento articulador do golpe civil-militar, uma vez que estava em jogo a defesa dos investimentos diretos e indiretos dos Estados Unidos no Brasil. Para tanto, desconsiderar a polêmica seria simplificar a análise diante da complexidade dos fatos.

Levando em consideração o exposto acima, acreditamos que o golpe civil-militar foi resultado de “múltiplos fatores e interesses, todos eles profundamente relacionados por redefinições imprimidas, a partir de meados da década de 1950, ao padrão da acumulação capitalista no Brasil” (MENDONÇA, 2004, p. 32). Dessa maneira, o golpe constituiu-se, enquanto acontecimento histórico, a partir de uma síntese de múltiplas determinações ou de uma unidade na/diversidade. Nesse sentido, defendemos a necessidade de um olhar empenhado diante dos discursos cristalizados sobre o golpe civil-

-militar de 1964, pois a ausência de reflexão em torno das relações de poder que engendraram esse acontecimento – determinado por diferentes grupos econômicos e políticos – produz uma leitura alienada das representações simbólicas que circulam socialmente sobre esse fato histórico, seja nos livros escolares de História seja nos demais formatos de relatos historiográficos. Por isso, é ilusória a pretensão de entender o golpe a partir de um silenciamento das contradições de classes que influenciavam a configuração econômica da época, tornando-se imprescindível uma leitura pormenorizada dos fatos e de suas implicações na totalidade do acontecimento.

1.1. O problema das hipóteses contra-factuais e da suposta "neutralidade" na produção do conhecimento histórico

Nesta seção, iremos analisar quais são as problemáticas das hipóteses contrafactuais e a sua suposta neutralidade na produção do conhecimento histórico, cujo argumento de uso, em relação ao golpe militar de 1964, apoia-se na radicalização da esquerda e da direita para defender as teses sobre o golpe. Sobre essa questão, apresentaremos duas obras: a primeira, do jornalista Carlos Chagas, intitulada “A ditadura militar e os golpes dentro do golpe (1964-1968)”; e a segunda, de Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, de nome “1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil”.

De acordo com Chagas (2017), desde 1962 desenvolvia-se intensa campanha em torno das reformas de base e quem estava à frente das ações instigadas pelas esquerdas – inclusive as sindicais –, era João Goulart. Para ele, os assuntos mais discutidos eram:

novos direitos trabalhistas, participação dos trabalhadores no lucro das empresas, estatização das grandes companhias privadas, a iniciar pelas refinarias de petróleo, intervenção nos laboratórios de medicamentos, limitação da remessa de lucros para o exterior, ensino público exclusivo e outras propostas ditas socializantes. Os setores conservadores, já conspiravam. (CHAGAS, 2017, p. 36).

Para Chagas, o problema era a radicalização da esquerda, que ele denominou de “esquerda radical”, que “encarregava-se de esmagar” o anseio “socialista de boa parte da população. Ao apelar para o discurso e até ações provocativas, empurrava a opinião pública para os braços da reação. Sem esquecer a Igreja, então baluarte da direita, exceção de uns poucos bispos, como D. Helder Câmara” (CHAGAS, 2017, p. 38). Para Ferreira e Gomes, essa radicalização também foi o motivo do golpe, pois Jango estava diante de grande resistência organizada de lideranças e grupos da esquerda, que se negavam a negociar com o Partido Social Democrático (PSD), já que “Não queriam a conciliação e sim o confronto. Diante dessa situação cada vez mais ameaçadora, os pessedistas buscariam uma aproximação com os udenistas, mesmo que isso significasse o risco de engrossar a radicalização da direita” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 215).

Ferreira e Gomes, ao discorrerem sobre o golpe de 1964, tentam sustentar seus argumentos por meio de hipóteses contrafactuais. Segundo essa perspectiva, os fatos que aconteceram, poderiam não ter acontecido, sendo eles apenas resultado da imprevisibilidade histórica. Da mesma maneira que Coelho (2017), acreditamos que não existe nenhum problema em explorar hipóteses contrafactuais, no entanto, é importante saber como sustentar tais reflexões. Ferreira e

Gomes defendem, como eixo central da sua análise, a imprevisibilidade histórica “para nela pendurar sua tese central, pouco original, de que havia alternativas à disposição dos ‘personagens históricos’ para evitar o golpe através de negociação e entendimento (a ‘outra história’ que poderia ter ocorrido)” (COELHO, 2017, p. 118). À guisa de exemplo, citamos a passagem abaixo para ilustrar as ideias e a argumentação de Ferreira e Gomes:

aquilo que aconteceu ao final não tinha de forma alguma que acontecer. O golpe civil e militar de 1964 não estava contido na profunda crise política que abalou o Brasil em 1961. Tal golpe tampouco estava contido na crise política de 1954, que resultou no suicídio de Getúlio Vargas, como algumas vezes se aventa. Os que vivenciaram o governo Goulart não poderiam saber que o resultado das ações então empreendidas geraria um golpe, menos ainda com as características que tomou em seus desdobramentos. Nós, que estamos no futuro, é que sabemos o que aconteceu naquele passado. Por isso, ao longo de nossa narrativa, desejamos mostrar ao leitor como, em diversas oportunidades, se os personagens históricos tivessem se comportado de outra maneira, se tivessem adotado outras estratégias políticas, outra teria sido a história. O golpe de 1964 aconteceu, mas poderia não ter acontecido. (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 16).

Na continuação do excerto, os autores prosseguem dizendo que jamais será possível saber os rumos que a história tomaria e como seria essa história que não aconteceu e que possuía alternativas “para contornar a crise política e margens para escolhas para os que viveram esse tempo. Elas poderiam abrir novos caminhos; outros futuros para o presente que então se vivia. Sem golpe de Estado” (FER-

REIRA; GOMES 2014, p. 16). Porém, sabe-se que os historiadores devem trabalhar a partir dos fatos do passado e não com suposições do que e como poderia ter sido, já que “se a explicação para o que ocorreu não for buscada no passado – se o passado (na verdade: o que sabemos sobre ele) não estiver contida nela – então estaríamos certamente diante de algo muito diferente de uma explicação histórica” (COELHO, 2017, p. 119).

Ferreira e Gomes afirmam que o golpe de 1964 não estava contido na crise da renúncia de Jânio Quadros, mas, algumas dezenas de páginas, depois se contradizem, alegando que a crise já estava agravada após a renúncia de Jânio, uma vez que três ministros militares foram responsáveis por emitir “58 bilhões de cruzeiros em apenas duas semanas. Esse foi o custo de pôr em movimento a máquina militar para tentar impedir a posse de Goulart. Custou caro a tentativa de ruptura da ordem constitucional: caro, politicamente e financeiramente” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 88).

Podemos afirmar, portanto, de forma categórica – como buscaremos demonstrar nas páginas que se seguem – que o golpe não foi mero fruto da imprevisibilidade histórica ou força do acaso, mas sim almejado e articulado por um conjunto de sujeitos históricos da época, visto que “eles não eram néscios, sabiam o que faziam. A apreciação histórica de suas intervenções exige a consideração das complexas conexões entre as suas intenções manifestas e o resultado prático de seus atos” (COELHO, 2017, p. 121).

1.2. O Golpe Militar como uma unidade de múltiplas determinações e mediações

Nossa intenção, neste tópico, é defender a tese de que o golpe reverberado na esfera política e institucional do Brasil tem suas ex-

plicações nas especificidades do capitalismo dependente brasileiro. Nesse caso, as dificuldades encontradas pelo governo João Goulart não eram apenas de natureza política e observáveis pelo modo como o Congresso rejeitava a maioria das propostas reformistas. Mas, acima de tudo, o golpe se explica pela forma como a nossa elite comercial, agrária, industrial e bancária optou por um desenvolvimento econômico brasileiro baseado, a saber: em uma economia extremamente concentrada e dependente do capital-imperialista, ou seja, extremamente assimétrica e subalterna em relação aos oligopólios do centro capitalista mundial.

O imobilismo político do governo João Goulart tem suas explicações, por isso, na estagnação do crescimento industrial e no fim da mediação das tensões sociais. Se observarmos os dados econômicos do Brasil da época, notamos que, a partir de 1962, a taxa de investimento declinou, significando uma queda tendencial na taxa de lucros. Nesse momento, “os movimentos reivindicativos da classe operária e da pequena burguesia tornam-se cada vez mais agressivos. Era evidente que a economia brasileira estava num beco sem saída” (MARINI, 2000, p. 36). Para melhor elucidar tais argumentos, realizaremos uma análise sobre as especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro a partir de 1930, o que terá implicações diretas nas crises reverberadas na estrutura do Estado brasileiro.

1.2.1. As especificidades do desenvolvimento capitalista brasileiro

Quando Getúlio Vargas assume o poder em 1930, a industrialização brasileira era incipiente, de modo que um dos principais projetos do governo Vargas era promover um amplo programa de industrialização, via substituição de importação, e tendo o Estado

como o grande indutor e gerenciador desse processo. Porém, nosso processo de industrialização não ocorreu alterando a concentração da estrutura econômica, dentre elas a agrária, nem a dependência dos países imperialistas. Nesse sentido, para compreendermos como nosso capitalismo se desenvolveu a partir do início do século XX, precisamos levar em consideração o papel desempenhado por duas variáveis de fundamental importância em nossa economia: as exportações e importações.

A exportação é uma variável exógena “responsável pela geração de importante parcela da Renda Nacional e pelo crescimento da mesma” (TAVARES, 1972, p. 29), e a importação pode ser entendida “como fonte flexível de suprimento dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna” (TAVARES, 1972, p. 29). As exportações dos produtos primários, no caso brasileiro, resultaram desse modo, em um aumento da Renda Nacional e, por consequência, em um aumento da capacidade de importar, movendo desse modo o processo industrial que houvera iniciado. Ou seja, pelo fato de o Brasil ter uma extrema concentração de riqueza nas mãos de poucos, isso resultou na ausência de um amplo mercado consumidor interno, capaz de dinamizar o processo de industrialização através das bases endógenas, ficando então vulnerável a um conjunto de variáveis da economia dos países centrais do capitalismo.

Por outro lado, nos países do centro capitalista, segundo Tavares, apesar de serem componentes importantes na formação da Renda Nacional, as exportações não são as únicas responsáveis pelo crescimento econômico, visto que há amplo mercado consumidor interno capaz de impulsionar e movimentar a economia. Nos países periféricos, a atividade industrial se torna extremamente restrita e dependente dos produtos agroexportadores, como foi o caso do

Brasil, cujo setor agrícola de subsistência mostrou-se insuficiente para manter o dinamismo interno próprio. Por isso mesmo, “o crescimento econômico ficava basicamente atrelado ao comportamento da demanda externa por produtos primários, dando o caráter iminentemente dependente e reflexos de nossas economias” (TAVARES, 1972, p. 31).

A industrialização nacional, mesmo considerando esses fatores, teve seu verdadeiro “impulso” a partir do conjunto de mudanças ocorridas ao longo da década de 1930. Nesse momento, foram estabelecidos “os contornos iniciais da implantação de um núcleo de indústrias de base, assim como a definição de um novo papel do Estado em matéria econômica, voltado para a afirmação do polo urbano-industrial enquanto eixo dinâmico da economia” (MENDONÇA, 1990, p. 327). Para Francisco de Oliveira (1988), o ano de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: “o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956” (OLIVEIRA, 1988, p. 14).

A expansão industrial brasileira, após 1930, é movida pela capacidade e dependência de pouquíssimos produtos primários na pauta de exportação. Dessa forma, uma economia com essas características, além de importar as crises econômicas, torna-se extremamente vulnerável às oscilações de precificações internacionais dos referidos produtos. Desse modo, as características da economia brasileira, latifundiária, monocultora, agroexportadora, herança de quase 400 anos de escravidão, fundamenta-se, a partir da utilização da receita cambial na importação de mercadorias manufaturadas como máquinas e equipamentos capazes de proporcionar o aumento e a diversificação da plataforma industrial.

Nesse sentido, a crise no sistema de exportação brasileiro, iniciada a partir de 1929, apesar de outras configurações internas e externas, é retomada com intensidade nos anos 1950 e “lança a sociedade brasileira num processo de radicalização de suas contradições, que expressa a impossibilidade de seguir processando-se o desenvolvimento industrial dentro dos marcos semicoloniais até então existente” (MARINI, 2000, p. 54). Concluímos que a depreciação dos preços dos produtos primários de exportação representou uma queda significativa na oferta de divisa, resultando em uma crise cambial e, com isso, em um encarecimento dos produtos importados. Como consequência, essa forma específica de desenvolvimento, associado e dependente, tem dificuldades de manter, com as divisas das exportações, os níveis de incrementos na plataforma industrial e, além disso, uma incapacidade de diversificá-las. Para Francisco de Oliveira,

uma reflexão deve ser feita sobre o papel do capital estrangeiro no Brasil e sobre as relações entre um capitalismo que se desenvolve aqui com o capitalismo internacional. Não há dúvida que a expansão do capitalismo no Brasil é impensável autonomamente, isto é, não haveria capitalismo aqui se não existisse um sistema capitalista mundial. Não há dúvida também, que em muitas etapas, principalmente na sua fase agrário-exportadora, que é a mais longa de nossa história econômica, a expansão capitalista no Brasil foi um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, sendo o crescimento da economia brasileira mero reflexo daquela. (OLIVEIRA, 1988, p. 48).

Em resumo, a impossibilidade da expansão industrial ter uma continuidade torna-se concreta por duas limitações estruturais de nossa economia, segundo Marini (2000), a primeira se configura com a crise do comércio externo, havendo uma tendência constante de in-

capacidade do principal comprador brasileiro, os Estados Unidos da América, de absorver nossos produtos, impossibilitando desse modo as importações necessárias à industrialização; já a segunda limitação decorre do regime de propriedade das terras, o qual reduz ao máximo a oferta de gêneros alimentícios e de matérias-primas exigidas pela industrialização, aliado ao aumento da população urbana “que, além de impulsionar a alta dos preços (que estimula, por sua vez, os movimentos reivindicativos de massas), concentra os rendimentos da agricultura em mãos de uma minoria e obstrui a expansão do mercado interno para a produção industrial” (MARINI, 2000, p. 55).

A fórmula encontrada dentro do capitalismo dependente e associado brasileiro pelos governos Café Filho e Juscelino Kubitschek (JK), no intuito de *dirimir* os conflitos entre capital e trabalho e tentar superar a crise econômica, foi abrir ainda mais a economia brasileira ao capital internacional, principalmente estadunidense, reduzindo, a curto prazo, a pressão sobre o câmbio, contudo, na verdade, apenas retardou-a, mas quando retornou foi com muito mais intensidade. Nesse sentido, a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) atual Banco Central, “cria o marco jurídico para essa política, que chega a seu auge com o Plano de Metas do governo JK, que arrecada cerca de 2,5 milhões de dólares em investimentos e financiamentos e impulsiona de novo a expansão industrial” (MARINI, 2000, p. 55). Contudo, a renúncia de Jânio Quadros e o início do governo Jango motivou o aumento das mobilizações e das greves de cunho eminentemente político.

Os trabalhadores passaram a defender a democratização do Estado e aprovação de reformas amplas, não se restringindo a demandas corporativas. Ao mesmo tempo, aumentavam as mobilizações por reformas econômicas mais profundas, sintetizadas na defesa

das chamadas ‘reformas de base’, pela crescente ampliação das conquistas sociais ou concessões obtidas durante o período de expansão e crescimento econômico, e a exigência de maior liberdade de organização sindical. Outro fator decisivo foi a emergência política dos trabalhadores rurais reivindicando direitos sociais e reforma agrária, atemorizando a burguesia agrária. Desde o início dos anos 1960, cresceram exponencialmente os movimentos dos trabalhadores rurais, com a constituição das ligas Camponesas e dos sindicatos rurais. Tais reivindicações não eram intrinsecamente anticapitalistas, mas produziam fissuras no bloco no poder, levando a burguesia agrária a uma sistemática oposição ao governo João Goulart e ao modelo político vigente. (CALIL, 2014, p. 101-102).

À vista disso, o golpe é a extensão da crise do populismo, que tem suas origens em 1930, quando o Brasil deixa de ser apenas agroexportador para realizar a industrialização de bens de consumo rápido, por meio de um modelo de desenvolvimento que não necessita de amplo investimento tecnológico. Portanto, esse impasse do capitalismo brasileiro, baseado em pouco investimento em capital tecnológico e forte dependência externa, levou à estagnação econômica e à crise na mediação dos interesses e das classes sociais brasileiras.

1.2.2. Complexo IPES/IBAD e a participação dos Estados Unidos da América no Golpe Militar de 1964

As tentativas de golpe depois da morte de Vargas e a renúncia de Jânio Quadros começam a se delinear, de forma mais evidente, uma organização golpista meticulosa, no início dos anos 1960, por

isso, o golpe não é fruto de mera improvisação ou acidente de percurso, trata-se de uma construção pormenorizada, posta em prática por parte dos diferentes segmentos das classes dominantes. Uma das obras mais ilustrativas sobre o golpe militar brasileiro é a de René Armand Dreifuss, intitulada “1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”, na qual o autor demonstra, de forma minuciosa, toda articulação do golpe desde 1962:

O período de ação de classe organizada, [...] estendeu-se de 1962 a 1964. Politicamente, significou uma mobilização conjuntural para o golpe, quando estratégia se converteu em política e atividades político-partidárias finalmente se transformaram em ação militar. Esse foi o estágio do ‘esforço positivo’ em que vários escritórios de consultoria e anéis burocrático empresariais, associações de classe e grupos de ação formaram um centro político estratégico, o complexo IPES/IBAD. (DREIFUSS, 1987, p. 229).

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi fundado em novembro de 1961, nele congregavam-se militares, políticos e, principalmente, empresários muito bem articulados com o capital externo e com os recursos internacionais. Mas não havia apenas essa agência trabalhando na organização do golpe, como demonstra também a existência e o funcionamento, na época, do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Dreifuss (1987) denominou a relação desses instituídos de “complexo IPES/IBAD”, no qual o IPES funcionou como o ângulo “elaborador da estratégia golpista. [...]” de modo que “ambos configuravam o ‘verdadeiro partido da burguesia’, o seu estado-maior para a ação ideológica, política e militares. Tudo isso sem falar no papel equivalente desempenhado pela ESG nos meios militares” (MENDONÇA, 2004, p. 36-37).

Em relação ao IPES, sua estrutura, formação, formas de ação, manobras políticas e suas estratégias foram “incitar setores civis e militares contra o regime, com objetivo de criar um clima propício para a deposição do governo de Goulart, que não atendia aos interesses econômicos e políticos do grupo do capital multinacional e associado” (BORTONE, 2013, p. 37). O “complexo” IPES/IBAD, portanto, promoveu violenta campanha contra o que consideravam a “bolchevização” do Brasil, “tendo por lemas a segurança interna e o desenvolvimento ‘racional’. Atuavam em âmbito nacional, aglutinando setores industriais urbanos e até mesmo grupos rurais, em função da ameaça potencial de reforma agrária” (MENDONÇA, 2004, p. 36-37).

Mediante isto, para defender seus interesses frente a este Estado e ao crescimento das massas, o empresariado empreendeu uma campanha ideológica em diversas frentes e criou formas de representar e negociar seus interesses. O IPES surge, neste contexto, a fim de conquistar a hegemonia para influenciar nas diretrizes políticas do Brasil. Sua formação era composta por diferentes frações do empresariado brasileiro, militares, fundamentalmente da ESG, intelectuais, executivos de grandes corporações, empresariado estrangeiro e o governo norte-americano (BORTONE, 2013, p. 38-39).

De acordo com Marini (2000), houve intervenção direta do governo estadunidense no golpe civil-militar de 1964. Dinheiro da Aliança para o Progresso (ALPRO), por exemplo, era direcionado para os governadores dispostos a fazerem oposição ao Jango. Um caso ilustrativo foi o do governador da Guanabara, Carlos Lacerda que, entre 1961 e 1963, recebeu 71 milhões de dólares por essa via.

O embaixador Lincoln Gordon, por exemplo, promoveu uma intensa articulação junto às classes empresariais por meio do IBAD e “interferiu diretamente na vida política, apoiando um grupo parlamentar (Ação Democrática Parlamentar) e financiando, nas eleições, aos candidatos de sua preferência” (MARINI, 2000, p. 41).

A propaganda anticomunista foi muito utilizada pela ALPRO no pré-golpe, para tanto, a história em quadrinhos é o tipo de material que mais se destaca nessas propagandas anticomunistas na América Latina. No “Brasil, estes materiais eram distribuídos pelo posto da USIA no Rio de Janeiro e repassados ao IPES que, posteriormente, os redistribuía para sindicatos, setores do Exército, associações de estudantes, organizações católicas, etc.” (SILVA, 2008, p. 63). Em relação à participação da embaixada dos Estados Unidos no golpe, o jornalista Carlos Chagas também é enfático:

Enquanto isso, a embaixada dos Estados Unidos, mergulhada até o pescoço na conspiração, fornecia recursos para todo movimento e todo veículo de comunicação que se dispusesse a levantar a bandeira do anticomunismo. À frente, o embaixador Lincoln Gordon, junto ao empresariado e o coronel Vernon Walters, antigo capitão, fluente em português, elemento de ligação entre o exército americano e a Força Expedicionária Brasileira na Itália, amigo de oficiais combatentes em 1944, já generais quase vinte anos depois (CHAGAS, 2017, p. 38).

Sobre a participação do governo estadunidense e do complexo IPES/IBAD no golpe, Silva (1990) também afirma que, em primeiro lugar, a diplomacia americana utilizava a ALPRO para fornecer “alimentos e recursos aos estados e municípios que perfilhassem uma evidente oposição ao governo federal, chegando em alguns

casos – como no Nordeste – a discriminar populações em estados de calamidade” (SILVA, 1990, p. 364). Em segundo lugar, segue o autor, houve o estímulo à doação de grandes somas de recursos para dois institutos no país: o IBAD e o IPES, criados para organizar e centralizar as ações contra o governo Goulart. Algumas medidas nacionalistas propostas por João Goulart contrariavam diretamente os interesses da burguesia nacional associada ao capital imperialista.

Ao conseguir, do Congresso, lei restritiva da remessa de lucros para o exterior, teve contra si as multinacionais, igualmente em pé de guerra com a criação de um laboratório nacional para produção de remédios populares. Ao estatizar empresas, perdeu o apoio da pequena parte do empresariado nacional que ainda o respaldava. Ao desapropriar terras, não conseguiu impedir que os fazendeiros comesçassem a se armar, sob o inusitado refrão de ‘armai-vos uns aos outros’. Nas igrejas, os padres alertavam os fiéis sobre a iminência do comunismo. As sucessivas críticas aos Estados Unidos e a simpatia declarada a Cuba e a Fidel Castro levavam a CIA a ampliar as remessas de milhares de dólares clandestinos para campanhas pela formação de bolsões de resistência contra o comunismo e contra o governo (CHAGAS, 2017, p. 39).

Esses institutos começam a receber fundos das empresas dos Estados Unidos e da Alemanha “estabelecidas no Brasil, em estreito contato com a CIA. Aos poucos, ambas as instituições passaram a ter uma ação em comum, procurando a assessoria direta de homens da Escola Superior de Guerra (ESG), como o Coronel Golbery do Couto e Silva ou Heitor Herrera” assumindo, assim, “o apoio financeiro da campanha de políticos que defendessem o capital estrangeiro e lutassem contra a reforma agrária, chegando a movimentar

fundo no montante de US\$ 12 bilhões” (SILVA, 1990, p. 364). Constatamos então que frações de militares das FFAA, principalmente aquelas vinculadas à Escola Superior de Guerra (ESG), também estavam articulando e conspirando com o golpe. É importante ressaltar que essas pesquisas, apesar de serem fundadoras, estão sendo aprimoradas por outros autores ao aprofundarem a tese da influência dos EUA no golpe de 1964.

1.2.3. A Escola Superior de Guerra e suas articulações com o golpe

A ESG foi um dos instrumentos mais eficazes da presença política e ideológica estadunidense no cenário nacional. Foi criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, seguindo o modelo de *War National College*⁴, tendo como objetivo a construção de uma doutrina para as FFAA. No entanto, a ESG tinha algumas diferenças em relação à *War National College*, uma vez que suas preocupações iminentes eram o desenvolvimento e a “guerra revolucionária”, “assim, o binômio ‘desenvolvimento e segurança’ atendia ao mesmo tempo a um duplo objetivo: eliminar o atraso econômico evitando, assim, o fermento subversivo” (SILVA, 1990, p. 365).

Se a ESG foi fortemente influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América; a concepção de Guerra Revolucionária⁵ (GR), que pouca atenção tem merecido dos

⁴ Escola Nacional de Guerra dos Estados Unidos da América.

⁵ “Trata-se da doutrina conhecida como *guerre révolutionnaire*, voltada para a derrota do movimento marxista-leninista e desenvolvida no contexto da Guerra da Argélia. Trazidas para a América do Sul, inicialmente por militares argentinos, as ideias francesas chegaram ao Brasil em 1959, numa conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra. A partir de então, foram adotadas como doutrina oficial pelo Estado-Maior das Forças Armadas, ajudaram na campanha de ideias que precedeu o golpe de 1964 e continuaram influentes depois

estudiosos, o foi pela Escola Superior de Guerra Francesa. O primeiro país da América Latina a importar as ideias francesas da GR foi a Argentina, por meio do então Coronel Carlos J. Rosas, quando retornou da França, em 1956, e assumiu a subdireção da Escola Superior de Guerra da Argentina. Dessa forma, pressupor que as FFAA foram alertadas sobre a Doutrina de Segurança Nacional pela *War Nacional College*, constitui um equívoco histórico, ao menos

no caso das Forças Armadas de dois dos mais importantes países latino-americanos, Brasil e Argentina, as coisas não se passaram assim. Se marcarmos a data de nascimento da era kennediana da contra-insurreição em 18 de janeiro de 1962, quando o presidente promulgou o Memorando de Ação de Segurança Nacional 124 (NSAM-124), podemos afirmar que, nessa data, alertar os militares argentinos e brasileiros para a urgência de desenvolver uma doutrina de combate à guerra subversiva seria o mesmo que ensinar o Padre-Nosso ao vigário. Antes mesmo do triunfo da Revolução Cubana, os oficiais daqueles países tinham buscado, por conta própria, uma doutrina de guerra mais adaptada às suas necessidades, que os Estados Unidos não pareciam em condições de oferecer (MARTINS FILHO, 2008, p. 40).

Percebemos então, a alteração substancial de preparação e atuação das FFAA, “inicialmente voltadas para a segurança externa, passam, gradativamente, a serem usadas como mecanismos de defesa da segurança interna, ou seja, atuam contra segmentos da população considerados atentatórios à segurança nacional” (SILVA, 2017, p. 71). Um dos pressupostos centrais da doutrina francesa de Guerra Revolucionária, diz respeito à ideia de que o elemento decisivo é o

da ruptura do processo constitucional” (MARTINS FILHO, 2008, p. 187).

controle das informações, ou seja, sem um comando militar unificado seria impossível combater esse tipo de inimigo. Dessa maneira, “essa doutrina entra no campo das relações civis-militares. Ao fazê-lo, não hesita em afirmar que, se a sociedade democrática é incapaz de fornecer ao Exército o apoio necessário, então seria preciso mudar a sociedade, não o Exército” (MARTINS FILHO, 2008, p. 41).

Nesse sentido, as diferentes formas de criminalizar as demandas populares não são algo novo na América Latina, pois, do mesmo modo que na Europa, as diferenças desse momento histórico em relação aos “precedentes foi a articulação internacional da ideologia e dos serviços de informações integrando a Europa, África e América, para nos determos apenas naqueles envolvidos na denominada Doutrina de Guerra Contrarrevolucionária” (SILVA, 2017, p. 73). Para tanto, a “experiente Europa colonizadora foi o berço que o testou em sua repressão às lutas pela independência dos países africanos. Desde então, foi difundida em todos os países sob a égide do bloco capitalista, com destaque para as regiões latino-americanas” (SILVA, 2017, p. 73).

A influência da doutrina francesa de GR no Brasil pode ser verificada na palestra do coronel Augusto Fragoso, proferida em 1959, no curso do Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, com o título “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, na qual, apesar de apresentar algumas reflexões próprias, partia das referências da literatura francesa.

As referidas reflexões indicam que a influência da Escola Superior de Guerra Francesa e dos estudos sobre GR estiveram presentes nas análises dos militares brasileiros desde 1959. Podemos afirmar que a bibliografia francesa sobre a GR é a única existente. A pesquisa de origem norte-americana não concedeu até agora ao assunto a importância merecida: nos últimos 14 números consulta-

dos da *Military Review* (de janeiro de 1958 a fevereiro de 1959) não há nenhum estudo, artigo ou tópico que trate, no título, de Guerra Revolucionária, Guerra Insurrecional ou Guerra Subversiva (FRAGOSO, 1959).

As preocupações, por parte de muitos oficiais, sobre a guerra revolucionária facilitaram o entrelaçamento dos interesses militares aos das frações da grande burguesia nacional e internacional. A partir desse cenário, houve a união de setores da União Democrática Nacional (UDN) e de parte dos militares das FFAA, que tinham como intenção reconduzir o alinhamento automático aos Estados Unidos. Segundo Mendonça, a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pela ESG destacava a manutenção do padrão de acumulação capitalista estrangeiro baseado no arrocho salarial e que “Restava aos militares assegurar sua coesão interna, aliando seus segmentos mais ligados à vertente nacionalista para, assim, garantir o apoio do empresariado que, há muito, arquitetava a ação golpista” (MENDONÇA, 2004, p. 37). Nas palavras de Marini,

(...) não pretendemos negar a existência e a importância da influência norte-americana nos acontecimentos, não só, como assinalamos, pela atuação da Embaixada dos Estados Unidos, no Rio, e pela de organismo como o IBAD, como também pela política de vinculação das forças armadas do Brasil à estratégia do Pentágono. O acordo militar entre os dois países (assinado em 1942 e ampliado em 1954), a standardização dos armamentos (1955), a criação de organismos continentais, como o Colégio Interamericano de Defesa (1961), as missões de instrução e de treinamento, tudo isso criou progressivamente uma elite militar inclindada a enforçar os problemas brasileiros na perspectiva dos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Através de um centro de irra-

dição – a Escola Superior de Guerra –, a que pertenceu Castelo Branco, assim como outros chefes militares do regime atual – difundiram-se teorias como a da ‘agressão comunista interna’ e a da ‘guerra revolucionária’, criadas pelos franceses na campanha da Indochina. O espírito de casta e o paternalismo, que caracterizam os militares latino-americanos, fizeram o resto, levando as forças armadas brasileiras a preencher o vazio de poder que se havia criado (MARINI, 2000, p. 48).

A ESG, com o passar do tempo, adquiriu características originais se comparada a outros movimentos “modernizadores de cunho militar na América Latina: a estreita aliança com o capital privado, a defesa do liberalismo econômico e a visão otimista quanto aos capitais estrangeiros” (SILVA, 1990, p. 365). Por isso, acreditamos que os militares, principalmente os oficiais gerais ligados a ESG e os oficiais superiores (mais especificamente tenentes coronéis e coronéis), que tinham canais de comunicação com militares articulados ao golpe, estavam em estado de alerta, esperando apenas um motivo que justificasse a consolidação do golpe.

Os veículos de comunicação hegemônicos, além da burguesia nacional e do capital internacional, também se opunham às propostas de reformas sociais de Jango. O próprio Skidmore, autor até certo ponto malvisto pela literatura crítica, em seu livro “De Getúlio a Castelo”, mostra a relação da imprensa com o golpe. Para ele, “Os movimentos paulistas de oposição, liderados por Júlio de Mesquita Filho e o grupo empresarial (IPES), representavam mobilização mais ampla do que os anteriores movimentos antigetulistas” (SKIDMORE, 1975, p. 310). O jornalista Carlos Chagas também mostra o papel da imprensa no golpe, afirmando que “Esse clima não parecia ser transmitido por *O Globo*, à exceção de algum editorial mais

duro contra o comunismo. Roberto Marinho, entretanto, estava metido até o pescoço na conspiração, assim como, em São Paulo, Júlio Mesquita, do *Estadão*” (CHAGAS, 2017, p. 43). Ainda segundo Chagas, que na época trabalhava no jornal *O Globo*, desde a manhã do dia 31 de março, Roberto Marinho estava amplamente informado a respeito dos bastidores do golpe, porém as informações foram mantidas em segredo tanto de seus irmãos quanto da redação.

1.3. A desconfiança da burguesia associada em relação à capacidade de Jango mediar as lutas de classes

Segundo Marini (2000), João Goulart, já nos primeiros meses de seu mandato, voltou-se para a esquerda e concentrou seus esforços na tentativa de aprovar as reformas de base, buscando a aderência popular às suas ideais e aos seus projetos político-econômicos.

João Goulart, sentindo que a terra se movia sob seus pés, tentou voltar-se para a esquerda. Sua mensagem anual ao Congresso, nos primeiros meses de 1964, constituía um ultimato pela aprovação das reformas de base. Em seguida, levou a cabo a mobilização popular. No comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, que reuniu em torno de 500 mil pessoas, deu a conhecer ao povo vários decretos, entre eles o da limitação dos aluguéis urbanos, o da nacionalização das refinarias de petróleo privadas e a da expropriação das terras à beira das estradas. Ali, com os representantes da CGT, dos estudantes e dos sargentos, ao lado de Brizola e de Arraes e diante dos cartazes do PCB e das demais organizações de esquerda, João Goulart aceitava a prova de força com a reação. Em 13 de março, as classes dominantes viram a esquerda unida, anunciando o fim de uma era (MARINI, 2000, p. 43).

As propostas de reformas anunciadas por Jango, apesar de estarem dentro dos marcos da ordem do capital, a rebelião dos marinheiros e a assembléia dos sargentos no Automóvel Clube, significaram, segundo Chagas, os estopins que faltavam para justificar o golpe. Também a rebelião dos marinheiros, de forma irônica, “serviu de senha para unificar os conspiradores, apesar de ainda temerem a força da legalidade que o governo, mal ou bem, representava. Foi preciso que o presidente, uma vez mais, fornecesse motivos aos adversários” (CHAGAS, 2017, p. 43). A reunião, no Rio de Janeiro, com os graduados das FFAA, “foi o motivo que os políticos conservadores precisavam para correr os quartéis e gritar aos militares que a disciplina estava sendo quebrada e que era chegada a hora de tomar posição. E assim foi feito” (SILVA, 1987, p. 99).

Quem estuda os militares, ou já teve alguma experiência na caserna, sabe da divisão de funções dentro das FFAA, os oficiais têm conhecimento sobre a técnica e a política da profissão; os graduados, mas principalmente os soldados, são formados para serem instrumentos de ação, agirem de forma condicionada. Contudo, na década de 1950, com as experiências concretas de suas condições profissionais, os graduados (mais especialmente os sargentos) passam por um processo de politização, tanto nos cursos superiores, que muitos deles frequentavam, quanto nas suas associações de classe.

Dessa maneira, começam a assumir, cada vez mais, uma identidade com as classes trabalhadoras, o que fez com que se impusessem politicamente aos oficiais. A consequência desse processo foi que os conflitos sociais reverberaram nos quartéis tanto das FFAA quanto nos das Polícias Militares (PMs), fazendo com que os oficiais não simpáticos as causas populares tivessem muita dificuldade em lidar com esse processo de politização dos praças.

Quando ocorreu a rebelião dos marinheiros, “sua confrater-

nização com os trabalhadores no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio, quebrou dias depois a disciplina militar” (MARINI, 2000, p. 43). Esse fato deu “pretexto à direita para evocar os soviets, seu dispositivo de sustentação se dividiu. A fração militar comunicou-lhe que não seguiria apoiando-o se não dissolvesse a CGT e liquidasse as organizações de esquerda” (MARINI, 2000, p. 43). Jango estava diante de um impasse: caso ele fizesse concessões aos militares, converter-se-ia em um prisioneiro sem credibilidade, uma vez que não ignorava o fato de sua força política estar ligada à união com os sindicatos, seu sucesso, por outro lado, também dependia de certa superioridade junto aos militares (MARINI, 2000).

De acordo com Melo, apenas “aos oficiais militares estava reservado atributo de quebrar hierarquia da corporação, já o partido militar antinacionalista conspirava contra o Executivo de João Goulart, do mesmo modo que havia conspirado contra Vargas” (MELO, 2009, p. 82). Melo afirma ainda que as “mobilizações dos subalternos militares foram interpretadas como séria ameaça à hierarquia militar, levando a que oficiais legalistas, como o general Pery Constant Bevilaqua, passassem para o campo do golpismo” (MELO, 2009, p. 82).

Em grande medida, estamos de acordo com Melo (2009), uma vez que o general Pery Bevilaqua, por exemplo, foi o primeiro (ou um dos primeiros) a se opor a tentativa de golpe em João Goulart na ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Contudo, é importante destacar que para os oficiais nacionalistas, como os do Exército, generais Júlio Caetano Horta Barbosa, Newton Estillac Leal, Ladário Pereira Telles, Oromar Osório; da Marinha, almirante-de-esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano, vice-almirante fuzileiro naval Cândido da Costa Aragão; da Aeronáutica, major brigadeiro-do-ar Francisco Teixeira e o coronel aviador Ruy Barbosa Moreira Lima, e tantos

outros oficiais das FFAA (cassados pelo Ato Institucional (AI) nº 1, de 11 de abril de 1964, Art. 7 § 1), não estava havendo quebra de hierarquia disciplinar, na medida em que, inclusive eram simpáticos à luta dos subalternos. Portanto, a tese que justifica o golpe em função da quebra de disciplina e hierarquia não deve ser referendada pela crítica acadêmica, pois dá a impressão de que o golpe foi obra do acaso e fruto de uma mera improvisação.

É evidente, no entanto, que João Goulart “não havia criado as condições efetivas para uma insurreição popular. O comportamento da maioria da esquerda, sobretudo do PCB, com sua teoria da revolução pacífica e seu cretinismo parlamentar, teve o mesmo efeito, desarmando as massas” (MARINI, 2000, p. 44). Esse resultado representaria, por um lado, o alijamento e a repressão dos movimentos populares e, por outro, “afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital” (MENDONÇA, 2004, p. 37).

O golpe de 1964 significou então o desmantelamento das conquistas alcançadas pelos trabalhadores nas décadas anteriores, dentre elas a perda do direito à greve, o fim das associações de camponeses e da estabilidade no emprego “mediante a criação do Fundo de garantia por tempo de serviço. Significou a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização do petróleo, além da inviabilização da reforma agrária, arduamente reivindicada e esperada pelos trabalhadores rurais” (MENDONÇA, 2004, p. 37). Em resumo, a tomada do poder político pelos militares representou o desmonte, por meio da violência “explícita e aberta, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e de classe média que pudessem vir a significar oposição ao regime militar” (MENDONÇA, 2004, p. 37).

A forma pelas quais as crises políticas se apresentam junto às forças populares, a partir de 1961, ganhava cada vez mais autono-

mia de ação, de modo que eram resolvidas com menos facilidades por acordos de cúpula, configurando-se, segundo Marini, como um “movimento pró-legalidade, que se desatou depois da renúncia Jânio Quadros” (MARINI, 2000, p. 45) e apresentavam para os grupos dominantes uma forma de transição denominada regime parlamentarista. Também as disputas posteriores, aliadas “ao temor de uma intervenção militar a favor de João Goulart, dobraram a resistência no Congresso” (MARINI, 2000, p. 45). Como João Goulart não inspirava confiança nas classes dominantes para manter as mediações das classes sociais, a solução encontrada foi “bater às portas” dos quartéis.

Uma questão importante a frisar é que a “a maioria dos liberais revelava grande capacidade de adaptação ao autoritarismo, especialmente quando sentia que os alicerces da ordem social, com destaque para a propriedade privada, estavam ameaçados” (ALMEIDA, 2006, p. 25). Nesse sentido, segundo Marini, não foi apenas o receio movido “pelo movimento de massas que contribui para aproximar a burguesia das demais classes dominantes e fundi-la em um bloco” (MARINI, 2000, p. 46), também a crise econômica, em 1962, desarticulou permanentemente a aliança entre a burguesia e as classes populares.

A partir do momento em que João Goulart foi incapaz de solidificar a aliança entre as classes dominantes e as subalternas, voltando-se para a esquerda, não se tornou mais confiável para a burguesia, pois “a mudança que se efetua no interior da classe burguesa, desde 1955, com o aumento do setor vinculado ao capital estrangeiro, fazia cada vez mais possível esse acordo entre os grupos dominantes” (MARINI, 2000, p. 46). Assim, buscamos demonstrar que o golpe foi uma:

unidade de múltiplas determinações: econômicas – oriundas do padrão capitalista brasileiro apoiado no Estado e no investimento direto estrangeiro, políticas – pelo questionamento ferrenho das frações de classe dominantes ao governo democrático-popular em vigor –; e sociais – pela ascensão inédita do movimento organizado de massas, em defesa de suas condições de vida e da própria democracia (MENDONÇA, 2004, p. 35).

Podemos afirmar, portanto, que a constituição das relações de dominação/exploração burguesa – consolidada no processo de industrialização brasileiro e sua relação de assimetria e subordinação ao capital externo, principalmente a partir de JK –, firmou a dependência industrial em relação aos países centrais do capitalismo, em um “processo que trouxe em seu bojo a redefinição da própria dependência e a tendencial hegemonia do grande capital” (ALMEIDA, 2006, p. 26). Para Calil (2014), “a implementação do Golpe de Estado foi produto de uma conspiração meticulosamente construída ao longo de três anos”, cuja política de compromisso e mediação de classes sociais apresentava sinais de dificuldade. Levando em consideração essa proposição, é possível nos referirmos ao golpe como o resultado de um complexo processo de contradições socioeconômicas, que reverberaram na esfera política, resultando em uma solução cesarista militar, que, aliás, já vinha sendo preparada há mais de uma década; fato esse impeditivo de um projeto democrático popular.

Depois do golpe militar e da instauração da ditadura militar no Brasil, muitos dos opositores civis foram presos, exilados e mortos, no entanto, uma das categorias mais atingida proporcionalmente foi a dos militares. Segundo estimativas da Comissão Nacional da Verdade/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (CNV/PNUD), no período de 1964-1988, em torno de 6591 mi-

litares (722 oficiais e 5869 praças) foram expulsos das três FFAA e das polícias estaduais no Brasil, desde oficiais gerais até soldados. Percebemos, pela tabela abaixo, que a Aeronáutica e a Marinha foram as forças com mais militares atingidos entre os praças. O Exército teve um número de expulsos bem menor, 800 no seu total, do que o das outras forças; no entanto o número de oficiais expulsos foi consideravelmente maior se somados os quadros de Aeronáutica e Marinha, em contrapartida, a quantidade de praças foi de apenas 446, em termos proporcionais.

Tabela 1. Diagnóstico de militares perseguidos
- CNV/PNUD - Período: 1964-1988

Força	Oficiais	Praças	Total
Aeronáutica	150	3190	3340
Exército	354	446	800
Marinha	115	2099	2214
Forças Policiais Estaduais	103	134	237
Total de Oficiais			722
Total de Praças			5869
Total Geral			6591

Fonte: Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Como nossa intenção neste capítulo foi a de realizar uma análise em torno do golpe militar de 1964, tentando demonstrar que ele não foi uma mera improvisação, mas um processo meticuloso de construção, que se deu também em torno dos militares de esquerda, pois, logo após o golpe, começou um movimento de expulsão desses militares, denotando que o sistema de informações dos golpistas estava atuando a par e passo com a articulação do golpe.

Veremos nos próximos capítulos como muitos desses militares, expulsos e perseguidos pela ditadura militar após o golpe, tentaram articular de várias formas a resistência, incluindo nesses planos a possibilidade de uma luta armada, como é o caso dos três militares que integraram a Operação Três Passos e do grupo liderado por Leonel de Moura Brizola, no Uruguai, que organizava a tentativa de retorno via insurreição armada.

II

O NACIONALISMO DE LEONEL BRIZOLA: o exílio e as tentativas de organização da luta armada no Uruguai

A intenção deste capítulo é fazer uma análise sobre o nacionalismo autônomo e reformista de Leonel de Moura Brizola e as suas tentativas de organizar a luta armada no Brasil a partir do Uruguai durante seu exílio naquele país. Essa reflexão é importante no conjunto do trabalho por vários motivos, dentre os quais podemos mencionar: as posições nacionalistas e reformistas de Brizola causavam muito incômodo à ditadura militar brasileira. Ou seja, a defesa que fazia da soberania nacional e do bem-estar do povo brasileiro sempre deixou as elites escravagistas e as frações golpistas das FFAA, que deram o golpe em defesa dos interesses estrangeiros no Brasil, com profundo ódio de Brizola.

Outro tópico também importante deste capítulo é o que considera que, enquanto exilado no Uruguai, Brizola foi seguido de perto pelos órgãos de inteligência da ditadura militar, por isso, o vínculo que a ditadura tentou estabelecer entre ele e a Operação Três Passos é o objeto deste trabalho. A hipótese que defendemos é a de que mesmo que Brizola tivesse um papel de referência e organização para

exilados brasileiros no Uruguai, a Operação Três Passos não partiu de ordens e planejamentos seus.

2.1. Leonel de Moura Brizola e o nacionalismo autônomo reformista

Apesar de acreditarmos que o nacionalismo é uma temática extremamente relevante nos debates historiográficos, não será possível realizar um diálogo com diversos autores⁶ sobre a temática neste trabalho. Contudo, tentaremos fazer uma análise sobre o nacionalismo brasileiro, a partir de 1930, mas mais especificamente de 1950. Podemos afirmar que o nacionalismo foi uma terminologia utilizada desde o golpe militar de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, contudo, os debates mais acalorados em torno dele datam principalmente dos anos de 1950 até início de 1960. O emprego do termo nesse período foi muito comum no projeto de desenvolvimento econômico brasileiro por múltiplas concepções políticas, de maneira que havia “grupos civis ou grupos militares defendendo determinada noção de nacionalismo como o verdadeiro nacionalismo em contraste com outras noções de nacionalismos consideradas falsas” (KUNHAVALIK, 2009, p. 136). Porém, de acordo com Vânia Losada Moreira, “o ingrediente nacionalista, por si só, serve muito

⁶ BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993; GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000; GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008; SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

pouco para qualificar e explicar os projetos sociais historicamente em disputa no Brasil” (2003, p. 169).

É pertinente destacarmos também que o nacionalismo está muito vinculado, e por vezes confundido, ao desenvolvimentismo do contexto pós-1930, pois o nacional-desenvolvimentismo possui suas origens nesse período. Bielschowsky aponta para o conceito de desenvolvimentismo como “a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria” (1996, p. 250). O período que compreende de 1930 a 1945, caracterizou-se pela “limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar, que se instalava nas instituições de orientação e controle implantadas pelo Estado centralizador pós-1930” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 250).

O período que se estende de 1948 a 1952 é referido por Bielschowsky como um momento de amadurecimento do desenvolvimentismo e, nesse sentido, o autor apresenta alguns motivos para que ocorresse o processo de amadurecimento. Em primeiro lugar, haveria o reaparelhamento econômico, resultante que “desde os últimos anos de guerra, era utilizada para designar a necessidade de ampla reposição de bens de produção na economia brasileira” (1996, p. 316) e, de tal maneira, “1948-52 foi um período áureo da ideologia do nacionalismo econômico, aquele da campanha nacionalista do petróleo” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 317). Na mesma perspectiva, Lucília Neves Delgado afirma que desde o período pós-1930 até o golpe militar de 1964, o nacionalismo “pode ser considerado uma das características mais significativas de uma conjuntura histórica e, portanto, um de seus substratos” (2007, p. 361).

Como mencionado acima, o Movimento Nacionalista era plural, como pode ser visto na Frente Parlamentar Nacionalista (FPN),

constituída por vários partidos políticos, tais como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), PSD, PCB e até mesmo a UDN. No entanto, o nacionalismo com aspectos populares se fez forte após a campanha “O Petróleo é nosso”, pois a “a criação da Petrobrás, em 1953, coroou de sucesso as jornadas em defesa do petróleo nacional. Desde então, o nacionalismo se identificou, cada vez mais, com a ideia de apoiar um processo de desenvolvimento centrado nas ‘forças sociais e econômicas da nação’” (MOREIRA, 2003, p. 170). Para a mesma autora, no período de 1946 a 1964, o nacionalismo pode ser dividido em duas correntes, uma que ela denomina de nacional-desenvolvimentismo e a outra de nacionalismo-econômico, sendo que a primeira estava vinculada ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a segunda aos grupos de esquerda e de caráter popular. Desse modo, o Movimento Nacionalista Revolucionário se mobilizou pelas questões como a “industrialização, a presença do capital estrangeiro, a reforma agrária e o pacto social e político que deveria orientar e sustentar o processo de ‘desenvolvimento nacional’” (MOREIRA, 2003, p. 170).

Apesar de ser interessante a interpretação das duas tendências de nacionalismo, mencionadas por Moreira, acreditamos que a linha do nacionalismo econômico poderia ser substituída pela do nacionalismo autônomo e reformista, que defendia e propagava as reformas de base e principalmente a reforma agrária, para superar o subdesenvolvimento brasileiro. Além do mais, poderíamos mencionar também a tendência dos antinacionalistas⁷, que foi se constituindo após a Segunda Guerra Mundial e se consolidou quando da criação

⁷ Não será possível fazer uma reflexão aprofundada sobre essa tendência, mas dentre seus principais expoentes estavam os seguintes militares: Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Idílio Sardenberg, Golbery do Couto e Silva, Antônio Carlos da Silva Murici, Emílio Rodrigues Ribas Júnior, Jurandir de Bizarria Mamede, Ernesto Geisel, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Edmundo Macedo Soares e Eduardo Domingues de Oliveira.

da ESG. Entre seus representantes estava o general Juarez Távora, que defendia a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico brasileiro, como, por exemplo, na exploração do petróleo.

Os nacionalistas autônomos e reformistas propunham uma “aliança dos ‘setores sociais populares’ (proletários, camponeses e progressistas) na defesa da industrialização e de reformas estruturais, sobretudo a agrária, para viabilizar a elevação do padrão social e econômico da população brasileira” (MOREIRA, 2003, p. 172). Desse modo, objetivo principal desses nacionalistas autônomos e reformistas “não seria a industrialização, mas a melhoria da qualidade de vida da população rural e urbana. Entendiam que os maiores obstáculos a esses objetivos eram o capital internacional e os latifundiários e a burguesia nacional vinculada ao capital estrangeiro” (KUNHAVA-LIK, 2009, p. 148).

A FPN, fundada em 1956 por parlamentares de diversos partidos políticos, inclusive alguns vinculados a UDN, passou a ter cada vez mais projeção a partir de 1961, ocasião da posse de João Goulart na presidência da república, e “contribuiu enormemente para a difusão das teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo em nível federal, como também na sociedade civil” (DELGADO, 2002, p. 363). Nesse mesmo sentido, o “recrudescimento do nacionalismo, resultante do avanço das esquerdas, contribuía para acender o debate sobre as perspectivas de longo prazo da economia brasileira, ao estimular a discussão sobre a afirmação econômica e política da nação” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 410). Com a chegada de Jango à presidência, em 1961, frações nacionalistas e de esquerda, começam a pressioná-lo para conduzir às reformas de base, dentre “os que defenderam tais posições, destacaram-se o movimento sindical, particularmente o Comando

Geral dos Trabalhadores, as Ligas Camponesas, a UNE, setores subalternos das Forças Armadas e a Frente Parlamentar Nacionalista” (KUNHAVALIK, 2009, p. 149).

As disputas dos projetos de desenvolvimento econômico brasileiro não ficaram restritas às organizações da sociedade civil, elas também penetraram nos quartéis. Um dos espaços privilegiado para as discussões foi o Clube Militar, os anos 1950 e início de 1960 foram de debates acalorados entre os militares nacionalistas e os antinacionalistas tanto para a disputa da diretoria do clube quanto para discutir os problemas econômicos, sociais e políticos brasileiros. A revista do Clube Militar foi um importante veículo de divulgação e defesa para as correntes nacionalista e antinacionalista. Em abril de 1949, os editores da revista escreveram acerca da siderúrgica de Volta Redonda,

Volta Redonda é a menina dos nossos olhos, é o suporte poderoso dos nossos entusiasmos patrióticos, é uma clarinada de esperanças e de certezas em meio a tantas nuvens pardacentas que sombreiam os nossos horizontes. Quando tudo em derredor nos aparece envolto nas cores da dúvida ou do desalento, quando os pessimistas destilam o seu desânimo, os cínicos e os espertalhões apregoam a nossa incapacidade e defendem o nosso agrarismo colonial, quando forças econômicas estrangeiras conspiram contra a nossa indústria – a usina levanta-se diante do Brasil e aponta-lhe o caminho do futuro, e ensina-lhe a lição do patriotismo atuante e libertador. [...] Agora, o de que se trata é de defendê-la contra as maquinações dos trustes de aço, contra todos os fatores negativos, de natureza interna ou externa, que conspirarem contra seu funcionamento (REVISTA DO CLUBE MILITAR, 1949, p. 3).

Os editores da revista estavam claramente tecendo críticas contra quem defendia que o Brasil deveria ter uma economia pautada em produtos primários e na industrialização associada e dependente, ou seja, apresentavam uma posição contrária à estrangeirização da economia brasileira. No mês de junho, o editorial da revista sustentava que o povo brasileiro e as FFAA deveriam estar alertas em relação a certos raciocínios quando se analisava a situação econômica do país, o mesmo editorial fazia uma acusação contundente contra aqueles que atrelavam o subdesenvolvimento brasileiro à incapacidade e à inferioridade do nosso povo. Nesse sentido, segundo o editorial, quem pensava assim eram derrotistas e colonialistas, o que conduzia a uma percepção de que o Brasil deveria se tutelado.

Criticando de forma aberta aos que defendiam a subalternização do Brasil ao capital internacional, o editorial enfatizava: “Somos incapazes. E se o somos, entreguemo-nos a um que seja capaz. Não temos, dentro de nós mesmos, energia e ciência para solucionar nossos problemas. E se não as temos, arrimemo-nos a um poderoso, que possua a força e que seja armado do saber” (REVISTA DO CLUBE MILITAR, 1949, p. 11). O mesmo prossegue, em tom irônico, “felizes como vassalos, já que não podemos sê-lo como senhores. Tal estado de espírito vive rondando em torno de nós. E precisa ser combatido, violentamente combatido”, nesse sentido, temos “que olhar o povo brasileiro como ele realmente é: uma vítima das condições geográficas pouco favoráveis e de condições socioeconômicas atrasadas e iníquas” (REVISTA DO CLUBE MILITAR, 1949, p. 11).

Leonel de Moura Brizola, conhecido popularmente como Brizola, nasceu em janeiro de 1922, no povoado de Cruzinha, pertencente, em 1931, ao município de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, hoje integra a cidade de Carazinho. De origem social humilde, quinto filho do casal de agricultores José de Oliveira Brizola e Oni-

va de Moura Brizola, quando tinha um ano de idade perdeu o pai na guerra civil de 1923⁸. Brizola, simpatizante de Getúlio Vargas, ingressa no PTB em agosto de 1945. Na ocasião, era estudante de engenharia e fundou, dentro do partido, a ala estudantil.

Teve uma trajetória política rápida e intensa, foi eleito deputado estadual, no Rio Grande do Sul, em 1947, e reeleito para o mesmo cargo em 1950; cinco anos depois (1955) tornou-se prefeito de Porto Alegre. Em sua gestão na prefeitura, “realizou investimentos sociais nos bairros populares, sobretudo no saneamento básico, na melhoria dos transportes e na criação de dezenas de escolas. Em 1958, foi eleito governador do estado” (FERREIRA, 2016, p. 24). Brizola, a seu modo, era herdeiro da tradição nacionalista e estatista inaugurada por Vargas. Enquanto governador do Rio Grande do Sul adotou uma política econômica nacionalista, como pode ser visto poucos dias após tomar posse no governo do estado, quando

emitiu um decreto para encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (Ceerg), filial no Rio Grande do Sul da companhia norte-americana Electric Bond and Share, que, por sua vez, era subsidiária da American and Foreign Powers Company, que monopolizava o serviço de distribuição de energia elétrica em Porto Alegre e em cidades da Região metropolitana (ONOFRE, 2016, 159-160).

Na citação abaixo, Brizola, na Câmara, como deputado federal,

⁸ “Movimento revolucionário deflagrado no Rio Grande de Sul em janeiro de 1923, sob a liderança de Joaquim Francisco de Assis Brasil, em reação à reeleição de Antônio Augusto Borges de Medeiros para o quinto mandato como presidente do estado. A guerra civil prolongou-se até dezembro do mesmo ano, quando se encerrou com a derrota dos rebeldes e a assinatura do Pacto de Pedras Altas” (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20GA%C3%9ACHA%20DE%201923.pdf>.

evidencia o seu posicionamento reformista e anti-imperialista, em discurso proferido em 30 de maio de 1963, ao defender que as ações tomadas durante sua gestão no governo do Rio Grande do Sul ocorreram dentro da legalidade,

Os atos do governo gaúcho foram acolhidos pelo poder judiciário, não realizamos nenhuma violência, agimos de acordo com a lei, de acordo com a nossa ordem jurídica, defendemos os interesses do povo brasileiro, aqueles direitos consagrados na ordem jurídica. É claro que isso não agradou aos nossos espoliadores, não agradou também a muitos setores das classes dirigentes e privilegiadas deste País, que acusaram o Governo gaúcho de ter feito um confisco (BRIZOLA, 2004, p. 586).

Diante disso, tornou-se uma das principais lideranças do PTB, encabeçando a ala mais à esquerda do partido. No final da década de 50 e início da década 60, ele interpretou e liderou, segundo Ferreira, o “trabalhismo à luz das ideias que empolgavam as esquerdas na América Latina desde meados dos anos 1950, influenciado pelos movimentos anti-imperialistas latino-americanos na conjuntura da Guerra Fria e pelas repercussões da revolução cubana” (2016, p. 23). Por isso, Brizola consolida-se como uma das principais lideranças junto a outros parlamentares defensores das Reformas de Base, uma vez que era cirúrgico em seus discursos acerca do nacionalismo revolucionário e anti-imperialista, principalmente em relação às empresas e ao governo estadunidense, mas repudiava também o imperialismo russo,

o que me empolga é este chão, é este País. Comigo não formam interesses estrangeiros de quem quer que seja nem de americanos, nem de russos. Preo-

cupo-me mais com os americanos porque eles é que estão nos liquidando. Os americanos é que nos estão sugando, fazendo a desgraça do nosso povo e do nosso País. (Palmas). Não é o povo americano, não. São as suas organizações econômicas internacionais que tem lá sua sede e que estão, inclusive, tendo a cobertura oficial do Estado americano. Contra tudo isto é que me volto (BRIZOLA, 2004, p. 572)

Crítico contundente da relação que boa parte dos parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, mantinha com as classes dominantes privilegiadas, Brizola adverte que, pelas contradições de interesses entre as classes privilegiadas do Brasil, associadas aos interesses externos no processo de espoliação econômica do povo brasileiro, “será muito difícil, quase um milagre, como vi, como observei, que daqui saiam decisões autênticas.” (BRIZOLA, 2004, p. 580). Como mencionado acima, esses são discursos oficiais de Brizola por meio dos quais podemos ilustrar sua visão em relação à realidade das massas populares.

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados, em 18 de abril de 1963, (incluídos os textos sugerindo mudanças no projeto do Executivo para a realização da reforma agrária e o “Esquema Básico para o Plano Nacional de Escolarização”), Brizola acreditava que, dado aos fortes interesses das elites brasileiras associadas às internacionais, dificilmente o Congresso sairia do imobilismo sem a pressão popular e, a partir daquele momento, começaria a alargar cada vez mais seu campo de ação, não se restringindo apenas à Câmara dos Deputados. Por isso, decidiu, como ele mesmo afirmou, ir ao encontro da multidão e relatar como o Congresso estava funcionando, porque estava convencido de que, se o povo não fosse às ruas se mobilizar, decisão alguma de seu interesse sairia daquele espaço.

Além da perspectiva nacionalista reformista nos discursos de Brizola, denotamos também que ele buscava se qualificar como um líder popular, que tinha como finalidade a mobilização das massas populares. Brizola apresenta uma interpretação inequívoca do capitalismo dependente e rentístico brasileiro, percebendo o intercâmbio desigual e as transferências de riqueza para o capitalismo central. Por esse motivo, suas críticas são frequentes a esse modelo, como vemos, no dia 25 de novembro de 1961, na cidade de Presidente Prudente, em São Paulo, por ocasião da instalação da “Junta Acadêmica Regional do Oeste Paulista e Norte Paranaense”, em solenidade transmitida para todo o país através de uma cadeia nacional. Brizola denuncia o intercâmbio desigual das trocas internacionais,

Enquanto continuarmos exportando matérias-primas a preços aviltados e importando bens elaborados a preços continuamente valorizados, submetidos aos acordos, às fraudes, a todo este complexo cipoal de normas e regras que rege o nosso intercâmbio com o mundo exterior, submetidos a uma estrutura econômico-social decorrente desse vai e vem do processo espoliativo, dos juros, dos royalties, da exportação legal e ilegal de lucros extorsivos, dos investimentos antinacionais e dos tentáculos da exploração do colonialismo (...), nossa economia e o homem brasileiro estarão submetidos a um processo de escleroseamento, de desvitalização que o conduzirá fatalmente a uma espécie de anemia profunda que arrebatará todas as possibilidades imediatas ou futuras de crescimento, de expansão e de real prosperidade (BRIZOLA, 2004, p. 535).

Dessa forma, Brizola expõe sua preocupação em relação às perdas internacionais em virtude da deterioração dos termos de troca,

denunciando a forma pela qual o Brasil estabelece seu processo de desenvolvimento dependente. Portanto, fica nítida a sua postura nacionalista, defendendo que as riquezas nacionais devem estar a serviço do bem-estar do povo brasileiro. Para ele, quando uma nação economicamente desenvolvida faz investimentos nos países de economia dependente – modelo adotado até então pelos EUA –, ela não visa o progresso destes países, mas representa a instituição “bomba de sucção”, que tem como única finalidade drenar ainda mais para si as riquezas deles.

Sempre ativo, bom orador, mas, acima de tudo, sensível aos dramas do povo brasileiro, Brizola liderou multidões não apenas em campanhas eleitorais, mas também em momentos cruciais, como na Campanha da Legalidade. É relevante mencionarmos que, nesse contexto, havia uma disputa entre Brizola e João Goulart em relação à posição de herdeiros de Getúlio Vargas, reforçando cada vez mais seus vínculos com o trabalhismo. Brizola tentava se cacifar para a presidência da República.

2.1.1. Campanha da Legalidade e Leonel Brizola

Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, em 25 de agosto de 1961, e com a ausência do vice-presidente João Goulart, em missão na China, iniciou-se um movimento de alguns líderes políticos e ministros das FFAA, como o marechal Odílio Denis, almirante Sylvio Heck, brigadeiro Grun Möss. Tinha o intuito de impedir a posse do vice-presidente, conforme determinava a constituição. Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu o poder, onde se articulou e se submeteu aos “grupos civis e militares mais conservadores, Mazzilli enviou

mensagem ao Congresso Nacional comunicando que os três ministros militares lhe manifestaram a ‘inconveniência’ do regresso de Goulart ao Brasil. A crise política, portanto, estava deflagrada” (FERREIRA, 1997, p. 04).

Houve grande mobilização popular pela posse de João Goulart, iniciou-se no Rio Grande do Sul, mas tomou proporções nacionais e “ficaria mais conhecida como *Campanha da Legalidade*⁹ e contava com vários atores sociais e políticos, que tiveram atuação em diversos terrenos” (JAKOBY, 2013, p. 02). Ao abordarem a Campanha da Legalidade, segundo Jakoby (2013), estudiosos tendem a atribuir grande importância para atitudes e gestos de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, e desconsideram ou menosprezam a importância da atuação popular e sindical naquele momento, ocultando que, “foi crucial a participação e a mobilização dos trabalhadores e de outros setores populares para o desfecho daquela crise política” (JAKOBY, 2013, p. 02). Nesse sentido, o início da Campanha da Legalidade, só foi possível devido às manifestações e protestos populares.

Ao final da tarde do mesmo dia, as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Milhares de pessoas protestaram na Praça da Matriz contra o golpe, outras, a favor de Jânio e a maioria defendeu a posse de Goulart. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio

⁹ “Movimento da Legalidade foi um episódio da história brasileira que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil, em 25 de agosto de 1961, e que reuniu diversos setores da sociedade defendendo a posse do vice-presidente, João Goulart, conforme previa a Constituição. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou este movimento de resistência pregando a legalidade, ou seja, a posse de João Goulart, o Jango, que se encontrava em viagem à China quando Jânio Quadros renunciou. Na defesa da Constituição, Brizola requisitou os equipamentos da Rádio Guaíba, da Companhia Jornalística Caldas Junior, e passou a transmitir os seus discursos da rede da legalidade, que funcionava nos porões do Palácio Piratini” (FACHEL; DOMINGUES, 2011, p. 7).

Grande do Sul e o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade (FERREIRA, 1997, p. 6).

Reconhecemos a importância fundamental da ação popular na Campanha da Legalidade, no entanto, nossa pesquisa, pela sua especificidade, abordará prioritariamente o papel de Leonel Brizola nesse fato histórico. Dessa maneira, o discurso de Leonel Brizola, desencadeando a Campanha da Legalidade, em 27 de agosto de 1961, deixa explícito o seu posicionamento ao assumir o papel que lhe cabia em um momento tão grave na vida do país e reafirmar a sua inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Brizola faz uma grave denúncia aos golpistas, alegando que o governo do Estado não iria compactuar com golpes e violências que se opunham à ordem constitucional e às liberdades públicas. Brizola acreditava que se o atual regime, em muitos aspectos, precisasse ser melhorado, que se fizesse seu aprimoramento dentro da legalidade e não com a sua supressão, pois o golpe representaria uma regressão ao obscurantismo.

Nesse mesmo discurso, Brizola declara que a renúncia do “Presidente Jânio Quadros, veio surpreender a todos nós. A mensagem que Sua Excelência dirigiu ao povo brasileiro contém graves denúncias sobre pressões de grupos, inclusive do exterior, que indispensavelmente precisam ser esclarecidas” (BRIZOLA, 2004, p. 504). E segue, exigindo a posse do vice-presidente “Por motivo dos acontecimentos, como se propunha, o Governo deste Estado dirigiu-se à Sua Excelência, o Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, pedindo seu regresso urgente ao País, o que deverá ocorrer nas próximas horas” (BRIZOLA, 2004, p. 504). Notamos que novamente Brizola percebe, e por isso mesmo denuncia, que grupos nacionais associados a interesses de estrangeiros podem estar por trás da renúncia de Jânio Quadros e da tentativa de impedimento da posse



de Jango. Ademais, é cristalina a compreensão para Brizola de que frações importantes das FFAA eram (como a maioria ainda é) as principais defensoras dos interesses, em solo brasileiro, dos monopólios internacionais, que são os principais responsáveis pela situação em que se encontrava o Brasil.

FIGURA 1.
Campanha da Legalidade
em Porto Alegre.

FONTE:
Fachel; Domingues,
2011, p. 24.

Ontem à noite o Sr. Ministro da Guerra, Marechal Odílio Denys, soldado no fim de sua carreira, com mais de 70 anos de idade, e que está adotando decisões das mais graves, as mais desatinadas, declarou

através do ‘Repórter Esso’ que não concorda com a posse do Sr. João Goulart, que não concorda que o Presidente constitucional do Brasil exerça suas funções legais! Porque, diz ele numa argumentação pueril e inaceitável, isso significa uma opção entre comunismo ou não. Isso é pueril, meus conterrâneos. Isso é pueril, meus patrícios! Não nos encontramos nesse dilema. Que vão essas ou aquelas doutrinas para onde quiserem. Não nos encontramos entre uma submissão à União Soviética ou aos Estados Unidos. Tenho uma posição inequívoca sobre isto. Mas tenho aquilo que falta a muitos anticomunistas exaltados deste País, que é a coragem de dizer que os Estados Unidos da América, protegendo seus monopólios e trustes, vão espoliando e explorando esta Nação sofrida e miserabilizada. Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela República. Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa Pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria (BRIZOLA, 2004, p. 506).

Era pelas posições claras – não apenas no discurso da legalidade, mas por toda sua trajetória política –, que Brizola mantinha em torno da defesa dos interesses da soberania brasileira, assim como pelas críticas contundentes aos militares brasileiros defensores dos trustes internacionais, que, segundo ele, mantinham o povo na pobreza, no analfabetismo e na miséria, esses militares entreguistas nutriam profundo ódio pela sua pessoa. Isso fica muito claro, por exemplo, no julgamento do processo nº 335 dos integrantes da Operação Três Passos como veremos mais adiante.

2.1.2. Legalidade e Grupos dos Onze em Três Passos

Nossas considerações sobre a Campanha da Legalidade em Três Passos têm como fonte de pesquisa os autos do processo nº 335/1965, que julgou os acusados de terem participado da Operação Três Passos, objeto do próximo capítulo. Euzébio Teixeira Dorneles, em seu depoimento no Inquérito Policial Militar (IPM), que consta nos autos do mencionado processo de 19 de abril de 1965, afirma que durante a Campanha da Legalidade reuniu um documento com aproximadamente 180 assinaturas de voluntários que, em caso de necessidade, pegariam em armas em favor da posse do vice-presidente da república João Goulart. Essa missão, segundo ele, lhe foi dada pelo então prefeito de Campo Novo, Sabino Araújo Machado, e por Eugênio Correa Machado, prefeito de Três Passos. Euzébio, na ocasião, era inspetor seccional da prefeitura local. Com as assinaturas, organizou um comitê, para o qual foi eleito presidente e ficou sendo a pessoa responsável por estabelecer os contatos do grupo, formado por Sabino Araújo Machado e Eugênio Correa Machado. Contudo, com a posse de João Goulart, o comitê se desfez.

O filho de Euzébio, Valdetar Antônio Dornelles, de 31 anos, em seu depoimento ao referido IPM, em 20 de abril de 1965, confirma as palavras de seu pai quanto a organização da Campanha da Legalidade em Três Passos. Ele menciona que, em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, não sabendo precisar o dia exato, encontrava-se na casa de seu pai, localizada na vila industrial, município de Campo Novo, quando foi convocado por uma comissão de vereadores e pelo prefeito local para comparecer a uma reunião a ser realizada na Escola Rural da qual era professor. Dirigiu-se para lá juntamente com seu pai, sua mãe, sua irmã e outras pessoas da vizinhança.

Na escola, assistiram a uma espécie de comício, no qual usaram da palavra os vereadores e o prefeito. Todos expuseram a situação em que o país se encontrava e propuseram a criação de um “Comitê pró-Constituição e de apoio ao governo do Estado”. Esse comitê, de acordo com Valdetar, tinha por finalidade garantir a posse de João Goulart na presidência da República. A sugestão foi aceita pela população local e, em seguida, improvisaram a eleição para a presidência do comitê, para a qual se apresentaram dois candidatos: Euzébio Dornelles e Domingo Mendes Camilo, ambos, inspetores de quarteirão. A eleição foi vencida por Euzébio Dorneles, foi escolhida a diretoria e Valdetar Dorneles a integrou como secretário.

Em seguida, organizaram uma relação nominal de todos aqueles que apoiaram a criação do comitê, aproximadamente 180 nomes, que foram informados ao governo do Estado. Contudo, com a posse de João Goulart, a situação voltou à normalidade e o comitê se desfez sem ter participado de qualquer outra atividade. Em seguida, o pai de Valdetar foi nomeado subdelegado de Polícia da Vila Industrial pelo delegado Caruso Long, do município de Três Passos, nomeação esta conferida posteriormente pelos delegados Saul Macedo e Elpídio, do qual não se recorda o sobrenome, mas eram ambos de Campo Novo.

Abrão Antônio Dornelles, também filho de Euzébio e um dos participantes da Operação Três Passos, em seu depoimento no IPM, no dia 3 de maio de 1965, ao mencionar a Campanha da Legalidade, reafirma o depoimento de seu pai e de seu irmão, contando que, em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, instalou-se um movimento em defesa da Constituição e da posse de João Goulart. Essa mobilização, segundo ele, foi liderada por Leonel Brizola com o apoio do III Exército e ficou conhecida como Campanha da Legalidade.

Segundo Abrão, em seu município, essas atividades políticas tiveram a iniciativa de Eugênio Machado, que organizou um Comitê de Defesa da Constituição, para o qual seu pai foi eleito presidente. Organizaram uma relação nominal das pessoas, que voluntariamente apoiavam tal iniciativa. Seu irmão, Valdetar, eleito como secretário do comitê, colheu 180 assinaturas. Com a posse do João Goulart, a situação voltou à normalidade. Depois desse episódio não tomou parte de qualquer movimento político, somente, em 1963, participou da campanha de seu irmão Valdetar, candidato a vereador pelo PTB. Notamos então que Euzébio e Valdetar Dornelles, integrantes do PTB de Leonel Brizola, foram lideranças importantes durante a Campanha da Legalidade organizada no município de Três Passos, possivelmente por isso, Alberi os procurou para integrarem a operação.

Como visto, o PTB tinha uma boa base em Três Passos, contudo, toda região norte do Rio Grande do Sul, do qual o município faz parte, constituía uma forte base eleitoral e, portanto, possuía uma grande vinculação com o PTB de João Goulart e Brizola. Como inúmeras pesquisas¹⁰ já demonstraram, o norte do Rio Grande do Sul foi e é marcado por inúmeros conflitos agrários, que se intensificaram a partir dos anos 1950-1960. A questão agrária era uma realidade latente nos sujeitos que ali viviam naquele período. Dentre os inúmeros motivos da grande adesão que Leonel Brizola, enquanto líder político e de massas, teve nessa região, talvez o mais importante estava na defesa das reformas de base, em especial da reforma agrária.

¹⁰ Dentre as quais, pode-se mencionar: TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1960**. Porto Alegre: EST Edições, 2007; KUJAWA, Henrique Aniceto. Conflitos entre a política indigenista e agricultores no Norte do Rio Grande do Sul: uma localização da problemática. In: TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique Aniceto (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho**: índios, negros e colonos. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

Nesse sentido, ali se organizou como visto, uma forte base eleitoral do PTB e por consequência a formação de vários Grupos dos Onze.

O Grupo dos Onze foi um movimento criado, em novembro de 1963, por Leonel Brizola e tinha como objetivo a luta pela concretização das reformas de base. De acordo com Pradela (2019), os Grupos dos Onze foram convocados por Leonel Brizola, em 1963, à medida que os grupos iam se formando, os nomes dos onze sujeitos eram encaminhados por meio de uma lista. Tais grupos “Identificavam-se com três objetivos principais: luta pelas reformas de base, contra a espoliação internacional (imperialismo) e a defesa da democracia” (PRADELA, 2019, p. 14).

Segundo Paulo Schilling, foi somente no final de 1963 que Brizola, então consciente da grave situação, decidiu lançar os Grupos dos Onze, que foram destinados a construir futuras bases de organização, a partir desse movimento de massa, constituído por esses grupos, pensava-se em uma segunda etapa, que era o partido revolucionário, considerado nesse período indispensável por Brizola (SCHILLING, 1979). Desse modo, em 1963, inicia-se a formação do Grupo dos Onze, conforme “a cartilha de formação e os pronunciamentos de Brizola na rádio Mayrink Veiga. Os interessados, ao requererem a cartilha e através do endereço da rádio (através de cartas) ou do jornal Panfleto, divulgados por Brizola, passam a recebê-la em suas casas” (PRADELA, 2019, p. 14).

Em entrevista concedida a Marieli de Almeida, em 19 de novembro de 2014, Valdetar Dorneles afirma que, em Três Passos, a “comunidade local se reunia nas sextas à noite, os homens assavam churrasco, as mulheres levavam quitutes, os rapazes e as moças aproveitavam para namorar. Ouviam as pregações de Brizola e ficavam debatendo as propostas do líder político” (ALMEIDA, 2016, p. 3). Apenas em Três Passos, relata Valdetar, “foram formados 18 Grupos

de Onze, mas as listas não haviam sido enviadas a Leonel Brizola e foram destruídas por ele por ocasião do golpe civil-militar” (ALMEIDA, 2016, p. 3).

Logo após o golpe militar, começou um intenso trabalho no sentido de acabar com os Grupos dos Onze, o governo do Rio Grande do Sul, alinhado aos golpistas, criou, em 9 de abril de 1964, os Destacamentos Especiais Volantes da Brigada Militar e os deslocou para inúmeras partes do Estado no intuito de desbaratar e combater os integrantes dos grupos. Os contingentes da Brigada tinham “ainda, a missão de esclarecer as populações interioranas a respeito dos verdadeiros motivos do movimento de 1964” (ALMEIDA, 2019, p. 480). A necessidade de enviar tropas da BM para o interior do Rio Grande do Sul diz respeito à situação particular do estado em relação à situação geográfica de fronteira, a base eleitoral de partidos políticos esquerdistas e ser origem de políticos de atuação (ALMEIDA, 2019).

Esse quadro social, político e econômico nos ajuda a perceber por que o grupo reunido por Cardim e Alberi teve melhor acolhida justamente nessa região brasileira. As relações que o grupo estabeleceria tinham a ver com apoio político e também com laços de camaradagem previamente existentes.

2.2. Exílio: alguns elementos para a compreensão do conceito

Sabemos que compreender o conceito de exílio também é importante para analisar outras concepções relacionadas aos fluxos de migrações forçadas, como os de asilo e *refúgio*, contudo, não é nosso objetivo realizar uma discussão em torno de suas singularidades e

aproximações, ou seja, as diferenças existentes entre asilo, refúgio e exílio¹¹. Será abordado neste trabalho, apenas o conceito de exílio, no intuito de qualificar os brasileiros forçados a deixar o país por motivação política em vários momentos históricos, em especial, neste estudo, a partir de 1964.

Ao analisar a etimologia da palavra exílio, observamos que ela deriva do latim *exsilium*, que significa expatriação forçada ou por livre escolha, deportação, degredo ou uma situação de desterro. Segundo Leite, em virtude da “complexa semântica do exílio há ainda a possibilidade de se acrescentar à reflexão os significados de apartar, arredar, afastar-se do convívio social” (LEITE, 2015, p. 32). Desse modo, “Cada exílio é definido, evidentemente, por uma conjuntura específica, por problemas próprios à época e ao lugar. No entanto elementos comuns são facilmente percebidos, no exílio de diversos povos, em diferentes momentos” (ROLLEMBERG, 1999, p. 24).

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), o exílio foi o caminho realizado “por inúmeras pessoas que não puderam viver sob um regime de exceção. No entanto, ao longo da história, o exílio foi utilizado como um mecanismo que servia para afastar pessoas que de alguma forma perturbavam o *status quo*” (LEITE, 2015, p. 33). Segundo (RONIGER, 2010), na América Latina, do século XX, iniciou-se um massivo processo de exílio, antes disso, costumava-se utilizar o desterro como mecanismo de ostracismo, que era utilizado normalmente para aquelas pessoas que pertenciam às classes abastadas e suas redes de apoio. Já a partir do século XX, o exílio po-

¹¹ Para um aprofundamento maior em relação a tais conceitos, verificar: WACHOWICZ, Marcos. O direito de asilo como expressão dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, v. 37, p. 143-156, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1776/1473>. Acesso em: 14 fev. 2020, às 21h32; SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

lítico começa a ser praticado “cada vez mais frequentemente contra ativistas políticos e sindicais, intelectuais, estudantes e profissionais de todas as classes sociais, cujo único delito havia sido a participação e a mobilização política contra um governo ou regime eventual” (RONIGER, 2010, p. 91).

Said (2003) nos compele a pensar estranhamente sobre o exílio, situação terrível de se experienciar, já que ele é uma fratura incurável para um determinado ser humano e seu lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar, de modo que sua tristeza essencial nunca poderá ser superada. Apesar de ser verdade que a literatura e a história trazem fatos heroicos, “românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre” (SAID 2003, p. 46). Nesse sentido,

O afastamento causará a despersonalização e o anonimato, próprios do exílio, devido à ‘ruptura narcísica’, produzindo, por sua vez, a crise de identidade. A ruptura tem a dimensão de um traumatismo, porque o exílio rompe com o movimento que constrói o homem a partir de seus projetos e ilusões, renovado, permanentemente, na convivência com os outros. O exílio rompe com o conforto da relação na qual o homem é reconhecido, o que evita o sentimento de precariedade (ROLLEMBERG, 1999, p. 25).

O exílio foi o mecanismo central utilizado pelas elites latino-americanas com o intuito de se manterem no poder, por meio de formas distintas, “definições e módulos operativos, desde o deslocamento forçado e o desterro à expatriação e à migração voluntária (porém precipitada), o exílio tem desempenhado papel vital na

configuração de moldes e de estilos da política latino-americana” (RONIGER, 2010, p. 92). Nesse sentido, para Rollemberg “o exilado tem um projeto sociopolítico para a sociedade. É a derrota deste projeto, ao mesmo tempo individual e coletivo, ou as dificuldades consideradas intransponíveis para a sua implementação que o fazem exilado” (1999, p.45). Na América Latina, o exílio atinge então pessoas vinculadas a um determinado projeto de luta que visa à transformação do país.

Dessa maneira, o exílio latino-americano foi a opção usada em grande profusão, principalmente por aqueles que tiveram as ideias políticas e o poder usurpado. As elites governantes, conscientes de sua própria fragilidade numérica, “bem como da fragilidade no poder, [...] viram, no exílio político, um mecanismo particularmente favorável à manutenção da estrutura hierárquica da esfera política nas nações ibero-americanas recém-independentes” (RONIGER, 2010, p. 91). No entanto, o que nos interessa nesse momento, diz respeito aos brasileiros que se exiliaram no Uruguai após o golpe militar de 1964. Segundo Rollemberg,

A partir de 1º de abril, toda uma geração de lideranças ativas na cena política no pré-1964 passou a ser perseguida pelo regime militar. De políticos experientes, que já atuavam antes de 1945, quando se extinguiu a ditadura do Estado Novo, até militantes bem mais jovens; de políticos e intelectuais que defendiam reformas no país, através da disputa legal e institucional, a grupos que já propunham transformações mais profundas, apontando para a necessidade de se recorrer ao confronto direto, sem o recurso da lei. Em comum, tinham a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade

e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB. Quando foram para o exílio, já eram, na maior parte, homens maduros e definidos profissionalmente. Embora a geração de 1964 tenha se exilado em variados países (México, Chile, Bolívia, Argélia, França), Montevideu foi, sem dúvida, o grande polo de concentração, a capital do exílio, sobretudo, em uma primeira fase (1999, p. 50).

Por conseguinte, após o golpe militar, o primeiro escalão do governo deposto de João Goulart e seus principais aliados se instalaram em Montevideu. A alternativa residia em vários fatores, entre os quais a proximidade com o Brasil e as históricas vinculações do país vizinho “com a política, economia e cultura do Rio Grande do Sul, a reconhecida tradição democrática e republicana do Uruguai, bem como a primazia do respeito à norma constitucional maior e a percepção de saber-se protegido” (PADRÓS, 2014, p. 98). Porém, o autor acrescenta que esses “atributos, entretanto, deixavam o Uruguai na mira da nova ordem brasileira, que colocou seu aparato repressivo e seu corpo diplomático em permanente estado de alerta” (PADRÓS, 2014, p. 98).

É mister destacar que ao longo da ditadura militar brasileira, outros países também foram utilizados como preferenciais para o asilo político de brasileiros que queriam se manter organizados, como México, Bolívia, mas sobretudo Chile e Argentina. Mas para o Uruguai foram atraídos, em grande quantidade, partidários de Leonel Brizola e João Goulart, porque esses lá estavam.

2.3. O exílio dos militares integrantes da Operação Três Passos

Neste tópico será analisado o exílio dos três militares que integraram a Operação Três Passos, que são: o coronel R/1¹² do EB; Jefferson Cardim de Alencar Osório, sargento da BM do Rio Grande do Sul; Alberi Vieira dos Santos e o sargento do Exército, Firmo Chaves. Os três foram expulsos de suas respectivas corporações militares após o golpe militar de 1964 e se exilaram no Uruguai, o que permitiu a organização da referida operação.

Jefferson Cardim de Alencar Osório, comandante da Operação Três Passos, já se encontrava no Uruguai quando houve o golpe militar, ele desempenhava na ocasião a função de assessor técnico do Lloyd brasileiro (Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro). Por força do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964¹³, foi transferido para a reserva e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em entrevista ao *Coojornal*, em 1978, o coronel Cardim, afirma que dias após saber do golpe, viajou de ônibus para Porto Alegre a fim de entrar na resistência. Permaneceu escondido por oito dias no Rio Grande do Sul, esperando alguma mobilização, contudo ao perceber que nada ocorreria, no dia 10 de abril, voltou a Montevideú.

Em entrevista concedida para este trabalho¹⁴, o ex-tenente do Exército e agora capitão reformado José Wilson da Silva, que na ocasião era vereador recém-eleito pelo PTB, em Porto Alegre, con-

¹² Refere-se a todos os militares graduados ou oficiais que são transferidos para a reserva remunerada.

¹³ No Artigo 10, do Ato nº 1, de 9 de abril de 1964 consta o seguinte “No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos”.

¹⁴ Entrevista concedida para o autor, em 18 de dezembro de 2018, em Porto Alegre.

firma tal versão. Segundo Silva, Jefferson Cardim encontrava-se no Uruguai e, ao saber do golpe, apresentou-se em Porto Alegre e como Jango não quis resistir, ele retornou para Montevidéu, visto que no Uruguai ele era casado com uma paraguaia naturalizada (SILVA, 2018). No seu retorno, Cardim procurou Jango para verificar a possibilidade de uma reação ao golpe, no entanto, ouviu do presidente deposto que não teria cabeça para pensar sobre tal questão naquele momento. Em seu depoimento no IPM, em Foz do Iguaçu, Jefferson afirma que após o golpe militar não retornou ao Brasil, mas que em seguida procurou se unir aos exilados que estavam no Uruguai, especialmente os da ala brizolista.

Ainda segundo Silva, seu mandato de vereador, apesar de ter sido apoiado por muitos oficiais, era uma espécie de representação da classe dos graduados, visto que, ao assumir o mandato, passou a ser uma espécie de representante dos seus problemas, como, por exemplo, recorrer ao general Assis Brasil em relação às punições exageradas. Após a Campanha da Legalidade, houve uma campanha dos comandos das unidades militares para reorganizar a disciplina, fazer com que os graduados voltassem a ser submissos, mas a politização dos graduados fez com que a pressão dos oficiais sobre eles causasse problemas em várias guarnições (SILVA, 2018)

Enquanto militar da ativa, licenciado para desempenhar as funções de vereador, José Wilson da Silva se torna, então, a ligação entre os graduados do Exército e o governo federal, como João Goulart, Assis Brasil, Brizola e a Bancada Nacionalista. No desempenho da função de vereador, entre final de janeiro e início de fevereiro de 1964, não sabe precisar a data, foi procurado, em Porto Alegre, pelo sargento Alberi Vieira dos Santos, que servia no norte do estado, para lhe informar que a Brigada – ou seja, as forças policiais do governo do Estado –, estava agindo de forma repressiva sobre os cam-

poneses de sua região, no intuito de desmobilizar a luta pelo acesso a terra. José Wilson da Silva, como vereador, procurou um jornalista do jornal *Zero Hora*, que tratava de assuntos militares em sua coluna, em companhia de Alberi, que relatou as arbitrariedades que a Brigada estaria cometendo no norte do Estado.

A partir disso, os dois mantiveram contato por inúmeras vezes, porém, com o golpe militar, dispersaram-se e buscaram asilo no Uruguai. De acordo com José Wilson, que contribuía com a assessoria de Brizola naquele país, após algum tempo, Alberi chegou ao Uruguai e foi apresentado a Brizola como seu conhecido e sargento da BM.

Conforme consta no processo nº335/1965, em depoimento prestado no IPM, em Foz do Iguaçu, em 17 de abril de 1965, Alberi comenta que no começo de março de 1964 teve um atrito com o 1º Tenente João Lacerda de Camargo, quando servia na Brigada Militar em Passo Fundo, fez uma representação contra o tenente e foi punido por esse motivo. Requereu então seu licenciamento, o que lhe foi negado. Independente de ordens, viajou para Porto Alegre e se apresentou ao comandante geral da BM, ficou mais 21 dias preso, aguardando solução do IPM.

Entre 21 e 25 de abril de 1964 foi posto em liberdade, indo diretamente para a cidade de Rivera, no Uruguai, divisa com Livramento. Em Rivera, pediu asilo político, o que lhe foi concedido. Hospedou-se na pensão Cabide, na Avenida Sarandi; quatro ou cinco dias após sua chegada, encontrou-se com o ex-tenente do Exército José Wilson da Silva, seu conhecido desde 1958, quando o tenente era candidato a vereador por Porto Alegre e tinha para angariar votos nas unidades da BM.

Desse encontro, segundo Alberi, resultou um convite do Tenente Wilson para que ele fosse residir em Montevideu, onde ficaria

sem trabalhar e com as despesas pagas por Leonel Brizola. Ao aceitar o convite, entre os dias 10 e 12 de maio de 1964 (não sabe precisar a data), foi para Montevideu e hospedou-se no hotel São Luiz. Segundo Alberi, nesse mesmo hotel, estavam hospedados também Orlando Rodrigues dos Santos, Paulo Guerra¹⁵, Jair de Moura Calixto¹⁶ e o jornalista Fernando Barbosa, todos vivendo, como ele, às expensas de Brizola. Nesse hotel permaneceu até 10 de junho, mais ou menos, quando recebeu as primeiras missões de Brizola, que eram na verdade tentativas de organizar a retomada do poder no Brasil, assunto que abordaremos mais adiante.

A análise sobre o exílio de Firmo Chaves, no Uruguai, será baseada em seus depoimentos, nos autos do processo nº 335/1965. De acordo com Firmo Chaves, a partir de 1962, quando servia no 1º Grupo de Artilharia Antiaérea (GAAAE) na vila militar Deodoro, na Guanabara, começou a frequentar as reuniões promovidas pelo clube dos subtenentes e sargentos do Exército. Nessas reuniões eram, segundo ele, tratadas questões sobre os benefícios a serem concedidos aos graduados, que deveriam ser solicitados às autoridades superiores da república.

No entanto, por ocasião do estatuto do referido clube, ninguém tratava de assuntos políticos, até que se teve conhecimento da realização de uma festa em homenagem ao então comandante do I Exército, general Osvino Ferreira Alves. Essa festa teria lugar no

¹⁵ Está se referindo a Paulo Guerra Tavares (1937-1972), o 3º sargento, que se opôs ao golpe militar, devido as perseguições da ditadura, asilou-se, em julho de 1964, no Uruguai. Como era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), retornou ao Brasil em 1965, sendo executado por agentes da repressão, em 29 de maio de 1972, na cidade de São Paulo. Mais informações na página de mortos e desaparecidos da CNV de São Paulo, disponível em: <http://comissaoдавerdade.al.sp.gov.br/upload/001-dossie-CEMDP-Paulo-Guerra-Tavares155.pdf>.

¹⁶ Jair de Moura Calixto, ex-prefeito de Nonoai, Rio Grande do Sul, filiado ao PTB e primo de Leonel Brizola, liderou a primeira ocupação de terra, em 1962, na Fazenda Sarandi, no município de mesmo nome.

Auditório do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), no Rio de Janeiro, sendo organizada por sargentos do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e da Polícia Militar do Estado da Guanabara. Após a festa, começou a conhecer melhor todos os seus organizadores como, por exemplo, o suboficial da Marinha, Sebastião, os sargentos do Exército Manoel da Silva, Fernando Brasil e Nogueira, assim como o subtenente paraquedista Gelcy Corrêa, que leu na ocasião um manifesto de cunho político.

Pelo fato de ter participado na reunião, Firmo Chaves foi preso por 15 dias, por ordem do Ministro da Guerra general Amaury Kruehl, e posteriormente transferido para o 3º GAAAE em Caxias do Sul (RS). Mas, relata que nessa guarnição não participou de reuniões públicas de caráter político, todavia, em 1963, em um churrasco oferecido pelo Centro Acadêmico Afonso Celso, da Faculdade de Direito de Caxias do Sul, conheceu, por intermédio de seu irmão, o presidente do Centro Acadêmico Regis Ferret, na unidade de quem era soldado. O estudante era adepto das ideias “nacionalistas”, tornando-se, assim, seu amigo.

Firmo Chaves relata que se encontrava de férias – relativas ao ano de 1963 –, quando aconteceu o movimento de 31 de março de 1964 e, por esse motivo, apresentou-se à sua unidade, porém, o comando manteve suas férias, motivo pelo qual não participou efetivamente do movimento. No retorno das férias e desempenhando suas funções normais, de forma repentina, viu-se transferido para o Porto Príncipe da Beira, mas, logo a seguir, recebeu ordens no sentido de permanecer na sua antiga unidade porque seria objeto de uma investigação sumária, após a qual foi enquadrado no Ato Institucional, preso, e posteriormente expulso das fileiras do exército.

Segundo depoimentos de Firmo Chaves, constantes nos autos do processo nº 335/1965, diante de sua expulsão e verificando que

não teria possibilidade de manter a si e a sua família, pelas dificuldades que certamente teria em arrumar um emprego, viu-se na contingência de sair do país e solicitar asilo político no Uruguai, onde já se encontravam alguns companheiros também atingidos pelo Ato. Deixou sua família em Caxias do Sul indo em direção ao país vizinho. De ônibus foi para Porto Alegre, em seguida para Cruz Alta (RS) e depois para Santa Maria (RS), onde fretou um taxi que o conduziu até Santana do Livramento (RS), cidade na qual se hospedou em um hotel cujo nome não se recorda.

Pela manhã, Firmo Chaves deixou sua bagagem no hotel, dirigiu-se a Rivera, onde, na polícia local, requereu asilo político. As autoridades uruguaias providenciaram o recolhimento da sua bagagem que se achava no hotel de Livramento e o encaminharam ao Serviço de Imigração de Rivera. Depois de ter preenchido um formulário, no qual solicitava o referido asilo, foi lhe concedida uma permissão para viajar até Montevideú. Chegando à capital uruguaia, apresentou-se à chefatura de Polícia, onde preencheu outro formulário que o tornou oficialmente asilado. Após atender as formalidades legais, hospedou-se no hotel Palácio Salvo, que lhe foi indicado por um brasileiro chamado Romeu, que lá se hospedava e que conhecera durante a viagem de Rivera a Montevideú, mais tarde soube que esse era ligado ao grupo de Brizola.

Após se instalar no mesmo hotel, foi ao Café Sorocabana, que, segundo informações, era frequentado por brasileiros asilados. Chegando ao local, aproximou-se de vários brasileiros que se achavam sentados a uma mesa e pediu informações sobre o local em que moravam os sargentos asilados. Não podendo ser diferente, o clima de desconfiança que pairava sobre os exilados era enorme. Segundo chaves, ao pedir informações, observou que alguns se afastaram, permanecendo na mesa apenas dois exilados que, após se inteirarem de

sua situação, lhe forneceram o telefone do ex-vereador e ex-tenente do Exército José Wilson da Silva.

Firmo Chaves foi ao apartamento de José Wilson da Silva, que, diante do clima de desconfiança, lhe fez algumas perguntas referentes à sua situação. Depois, Silva telefonou ao sargento Leoni Lopes, antigo companheiro de Chaves, a fim de obter mais informes a seu respeito. Diante das informações positivas, o tenente lhe informa que os asilados estavam sendo assistidos diretamente por Brizola e que recebiam inclusive ajuda financeira.

Por não haver mais espaço em uma pensão onde ficavam muitos sargentos asilados, foi providenciada uma instalação para Firmo Chaves, no Hotel São Luiz, no qual permaneceu até o dia 18 do mês de março de 1965. Dias após a sua instalação, foi levado pelo tenente Wilson à casa de Dagoberto Rodrigues, a fim de ser apresentado a Leonel Brizola, que declara que Firmo Chaves poderia permanecer na mesma situação dos demais sargentos, que futuramente iria ser criada uma caixa de auxílio aos asilados e que já se achava em preparação o regresso de todos ao Brasil, por meio de uma contrarrevolução. Como será abordado mais adiante, a partir de sua chegada como exilado ao Uruguai, Leonel Brizola começará a organizar o retorno ao Brasil através da luta armada.

2.4. O exílio de João Goulart e Leonel Brizola no Uruguai: a formação de seus respectivos grupos de atuação

Como não ocorreu uma resistência contra o golpe militar, os golpistas não demoraram a começar as extirpações e cassações de direitos políticos tanto de militares quanto de civis que se opuseram ao golpe. Muitos dos perseguidos permaneceram na clandestinidade,

no Brasil, por algum tempo; outros foram procurar exílio político em países limítrofes, como o Uruguai, para desses lugares tentarem alguma reação para a retomada do poder no Brasil.

2.4.1 O exílio de João Goulart: tentativa de retorno politicamente negociada

João Goulart, presidente deposto, foi um dos primeiros a chegar ao Uruguai conforme pudemos constatar em entrevista concedida à revista *Manchete*¹⁷ pelo general Assis Brasil, então chefe da casa militar de Jango, e segundo o qual, após convencê-lo de que deveria exilar-se no Uruguai, enviaram um mensageiro informal, para fazer uma consulta prévia ao governo uruguaio, para a qual receberam aprovação. Em seguida, rumaram para Montevidéu em um avião particular de Jango, quando chegaram, foram recebidos pelas autoridades uruguaias e alguns populares que os aplaudiram. Assis Brasil, após deixar João Goulart na casa que haviam preparado, passou um telegrama para Costa e Silva, avisando o horário e o voo em que iria regressar ao Rio de Janeiro, quando chegou, foi imediatamente preso.

No exílio, juntaram-se rapidamente a Jango grande quantidade de brasileiros (civis e militares) que estavam se refugiando da repressão da ditadura militar brasileira, “todos perplexos com os acontecimentos dos últimos dias, sem poder perceber a verdadeira dimensão do ocorrido. Como é natural que ocorra nestas circunstâncias, criou-se a expectativa de uma possível volta ao Brasil num curto espaço de tempo” (CADEMARTORI, 1993, p. 120).

Segundo Leite, ao analisar “a situação dos exilados brasileiros

¹⁷ A referida entrevista consta nos anexos do livro “O tenente vermelho”, de José Wilson da Silva.

no Uruguai, é possível confirmar a existência de quatro grupos, [...] o grupo de João Goulart, o grupo militar de Cândido Aragão, o grupo de Leonel Brizola e o grupo dos sindicalistas” (2015, p. 71). Sabemos da importância de realizar uma análise mais detalhada sobre os quatro grupos, contudo, pelo foco de nosso trabalho, serão apresentados apenas os grupos de João Goulart e Leonel Brizola, com maior nível de detalhes o grupo de Brizola e apenas superficialmente o grupo de Goulart.

De acordo com Leite (2017) o ex-presidente João Goulart conduzia com discrição suas atividades políticas e seus contatos com outros asilados, tendo ao seu entorno nomes como Juan Alonso Mintegui, Amaury Silva, Ivo Magalhães, Faustino Moacyr de Souza, Humberto Menezes Pinheiro e Luiz Claudio Braga Duarte. Para Silva (2011), Jango confiava na negociação política para um possível retorno, para isso mantinha contatos com seus antigos correligionários no Brasil, com intuito de tentar liberar suas propriedades interditas pela ditadura militar. Jango necessitava fazer suas articulações políticas pelo alto.

Em torno de Jango “ficaram companheiros de governo, velhos militantes do PCB, que em seguida lá aportaram, como o general Henrique West, os sindicalistas Dante Pelacani, Demístocles Batista, presidente do Sindicato da Central do Brasil e outros” (2011, p. 135). Darcy Ribeiro, por outro lado, apesar de ser amigo de João Goulart e de Leonel Brizola, sempre manteve independência em relação aos dois, ao mesmo tempo em que defendia o retorno para o Brasil através de negociação política, não deixava de dar apoio às organizações de luta armada (SILVA, 2011, p. 135). Juremir Machado da Silva, em seu livro “Jango: a vida e a morte no exílio”, ao analisar algumas cartas enviadas por João Goulart a Serafim Dornelles Var-

gas¹⁸ (1909-1977), em 31 de março de 1965, nos mostra o espírito conciliador do presidente deposto e a defesa de um possível retorno de forma pacífica ao Brasil,

Confesso-lhe, Serafim, que hoje, ao longo deste exílio, que naturalmente amadurece reflexões sobre erros e acertos do passado, se fortaleceu em mim, cada vez mais, a convicção de que tudo devemos fazer para que se reabram as condições do processo pacífico da evolução brasileira sintonizada com as características da nossa gente, o profundo sentimento cristão do povo e a imensa necessidade de acelerar o progresso econômico e social da nação e salvá-la do caos (SILVA, 2013, p. 148).

Na mesma carta, continua mostrando acreditar no retorno à normalidade constitucional: “Entendo, fiel à minha linha de pensamento, que o país precisa voltar o quanto antes à normalidade constitucional, devolvendo-se ao povo o direito de se decidir sobre seu próprio destino” (SILVA, 2013, p. 149). Retorno à normalidade constitucional que, segundo ele, seria pela via eleitoral “é possível que (...) seja necessário surgir a candidatura capaz de inspirar confiança e respeito às áreas militares e a amplos setores da vida nacional e que se apresente diante do povo como fiadora da redemocratização do país” (SILVA, 2013, p. 149).

Essas informações coincidem com as versões de Jefferson Car-dim, Alberi Vieira dos Santos e Firmo Chaves prestadas no IPM contido no processo nº 335/1965, ao serem questionados sobre a participação de João Goulart nas articulações de um possível retor-

¹⁸ Serafim Dornelles Vargas era general do Exército e filho de Viriato Dornelles Vargas (irmão de Getúlio Dornelles Vargas). Serafim foi prefeito de São Borja, Rio Grande do Sul, de 1964-1966.

no dos exilados brasileiros no Uruguai via luta armada, alegando que havia diferenças entre o grupo brizolista e o janguista, sendo que o primeiro desejava um retorno através da luta armada e o segundo, em contrapartida, pretendia que o retorno seja obtido com negociações políticas.

2.4.2 Leonel de Moura Brizola no Uruguai e seus planos de insurreição armada

Enquanto muitos brasileiros, entre civis e militares, buscaram se refugiar em outro país logo após o golpe militar, Leonel Brizola permaneceu no Brasil clandestinamente por mais de um mês, refugiando-se em diversas casas de amigos no Rio Grande do Sul, até escolher como local de exílio o Uruguai, onde chegou em 7 de maio de 1964. Tudo indica que a permanência no Brasil durante esse tempo, justifica-se pelo fato de Brizola ter esperança de conseguir organizar alguma resistência aos golpistas. No entanto, com o passar dos dias, ele “percebeu que a população não estava disposta a se levantar contra a ditadura. Sem muitas ilusões, o político pediu à mulher que fosse para junto do irmão no Uruguai” (LEITE, 2015, p. 42). Para isso, “Obteve então a ajuda de Wilson Vargas, ex-deputado, para levar Neuza e os filhos para Montevideú” (LEITE, 2015, p. 42). Poucos dias depois, em 7 de maio, em uma operação de resgate no litoral do Rio Grande do Sul, a cerca de 100 quilômetros da capital, Manoel Soares Leães, piloto de João Goulart, aterrisou para resgatar Brizola e levá-lo ao Uruguai.

Ao chegar ao exílio, Brizola passa a organizar o retorno ao Brasil através de uma insurreição armada, dessa forma, começa a liderar um grupo de pessoas no seu entorno. Em relação aos grupos forma-

dos em torno de Jango e Brizola, Herbert José de Sousa¹⁹ em depoimento a Ricardo Gontijo, fala sobre a divisão dos asilados em torno desses dois políticos, diz ele:

Assim que nos instalamos em Montevideú, nos demos conta de que do lado brasileiro, entre os exilados, havia dois grupos. O do Brizola e o do Jango. Lados diferentes, paralelos, que raramente se encontravam e que posteriormente nunca se encontrariam, até a morte de Jango. Em torno do Brizola forma-se o grupo que cria dois tipos de comando, um político e outro militar. O primeiro, pensava na volta ao Brasil, acabar com o golpe pela via revolucionária e retomar o processo interrompido. Ele se constituía pelo próprio Brizola, Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Paulo Schilling, coronel Dagoberto, Aldo Arantes e eu [Betinho]. Reuníamos quase todos os dias para discutir (e rediscutir) a situação e traçar (e retraçar) planos. Vivíamos, realmente, o nervosismo de um esquema revolucionário. Não sabíamos muito bem como seria, mas tínhamos certeza que nossa missão era acabar com o golpe (GONTIJO, 1988, p. 89).

Constatamos que, mesmo no exílio, tanto Jango quanto Brizola, cada um ao seu estilo, eram lideranças importantes e congregavam em torno de si grande número de exilados. Evidencia-se que Jango continuou com a mesma postura de antes e durante o golpe, não optar pela luta armada e tentar uma possibilidade de negociação para o retorno ao poder. Leonel Brizola permanecia também com a mesma postura, não aceitar negociações pelo alto e sempre acreditando que a única forma de demover os golpistas era através da luta

¹⁹ Mais conhecido como Betinho, sociólogo brasileiro e ativista dos Direitos Humanos.

armada. Apesar de Leonel Brizola não descartar a possibilidade de guerrilha, inicialmente ele acreditava mais em uma possível sublevação militar com apoio civil, pois tinha muito prestígio com os militares expulsos das FFAA e da BM e dos militares de esquerda que ainda permaneciam dentro dos quartéis do exército no Rio Grande do Sul e da BM, como veremos a seguir.

Em fevereiro de 1965, as autoridades uruguaias cederam às pressões da ditadura militar brasileira e confinaram Leonel Brizola no Balneário de Atlântida, localizado a 45 km de Montevidéu, onde permaneceu até 1971, sob o controle policial. Contudo, Brizola não respeitava as normas imposta pelas autoridades uruguaias, pois se dava grande liberdade de deslocamento, inclusive era muito comum que fosse para Montevidéu, onde permanecia por longos períodos fazendo articulações na organização de uma possível ação armada para derrubar a ditadura militar. A maioria das fontes²⁰ utilizadas neste trabalho indica que Brizola possuía uma assessoria político-militar que colaborava nessa articulação, dentre as quais podemos mencionar o economista Paulo Schilling, Eno Cristiano Becker, tenente-coronel da BM Átila Cavaleiro Escobar, o ex-deputado federal Max da Costa Santos, coronel Dagoberto Rodrigues, tenente José Wilson da Silva, Dilvo Araújo, Moysés Kupperman, tenente Nilo Silveira, Capitão Alfredo Ribeiro Daudt, Paulo Valente, o advogado Elizeu Torres, engenheiro Djalma Maranhão, os estudantes Aldo Arantes e Herbert José de Souza, da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Em torno de Brizola estavam aqueles que não acreditavam em uma negociação política com a ditadura militar e grande parte des-

²⁰ Dentre as quais podem ser mencionadas, os depoimentos de Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieiras dos Santos e Firmo Chaves nos autos do processo nº 335/1965; entrevista concedida por José Wilson da Silva para o autor, em 18 de dezembro de 2018, e a obra “O tenente vermelho” de José Wilson da Silva, entre outras.

ses era do Rio Grande do Sul. Desse modo, formaram uma espécie de grande comando que tinha como integrantes: “Neiva Moreira, Paulo Schilling, Max da Costa Santos, coronel Dagoberto Rodrigues, Elizeu Torres, engenheiro Maranhão, eu Aldo Arantes e Betinho colega Herbert José de Souza [...]”. A ideia era fazer um trabalho sério de reagrupamento” (SILVA, 2011, p. 135). José Wilson da Silva, a pedido de Brizola, ficou responsável por elaborar o primeiro planejamento para a retomada do poder no Brasil. Segundo Silva, as pessoas mais próximas a Brizola ficaram muito amigas do deputado Henrique Erro, integrante do Partido Colorado Uruguaio, que, a pedido de Brizola, abrigou-o em sua casa durante o mês de junho para

fazer um planejamento para ações em Porto Alegre, e se possível para o Rio Grande. Ora, um planejamento sem saber com que contávamos, sem termos, a esta altura, a realidade da situação, era difícil. Mesmo assim, rabisquei uma estrutura mínima capaz de permitir o início de uma ação de resposta, usando militares cassados, militares que contávamos ou viéssemos a contar dentro de determinados quartéis, meios de locomoção e grupos de civis estruturados e sob comando designados. Seria uma ação perecida com a de 1930. Em cima destas exigências mínimas, depois de muitas conversas com Brizola, começamos a levantar e encaminhar o trabalho. A cada contato ou visita de um companheiro, Brizola procurava enquadrá-los numa ponta desse esquema (SILVA, 2011, p. 136).

Por meio dessa estrutura e mais um conjunto significativo de ex-militares do exército e da BM, vinculados às mobilizações nacionalistas e a Campanha da Legalidade, possibilitou-se a Leonel Brizo-

la criar o Movimento Nacionalista Revolucionário. Primeiramente os setores reunidos em torno do Movimento Nacionalista Revolucionário buscaram estabelecer contatos com múltiplos agrupamentos de esquerda que continuavam no Brasil, para planejar uma ação pela derrubada da ditadura militar. Dessa maneira, iniciou-se um “trabalho dos então denominados ‘pombos-correios’: exilados que partiam de Montevideú com instruções de Brizola, originando também a ida de militantes brasileiros de esquerda ao Uruguai para o intercâmbio de informações” (LEITE, 2015, p. 77).

Segundo José Wilson da Silva, em seu livro “O tenente vermelho”, os exilados do sul, até pela proximidade e influência de Brizola, passaram “a desenvolver um intenso intercâmbio de informações. Os emissários passaram a ser constantes, também com muitos exageros e informações nem sempre confirmadas, embora eivadas de boa vontade” (SILVA, 2011, p. 135-136). Era de fato um trabalho que exigia elevado nível de complexidade organizacional, principalmente pelo fato de estarem sendo constantemente vigiados pela ditadura militar brasileira em território uruguaio e que, por inúmeras vezes, os organizadores do movimento não tinham certeza sobre com “quem estávamos falando e precisávamos verificar. O serviço de informações do regime estava aí mesmo, os aventureiros e conservadores também, e por causa de um deles poderíamos entregar sinceros correligionários” (SILVA, 2011, p. 136).

A primeira edição da obra José Wilson da Silva, mencionada acima, é de 1987, a segunda é 2011 e nela não foram feitas alterações, o que confirma que o autor, portanto, não trabalhou com a documentação do CIEX. Todavia, as informações de Silva, coincidem com aquelas registradas na documentação do CIEX, mas que este trabalho não deu conta de analisar de forma pormenorizada.

José Wilson da Silva, um dos assessores de Leonel Brizola, no

Uruguai, em entrevista concedida para este estudo, em 18 de dezembro de 2018, afirmou que Jango nunca participou das reuniões e da organização do movimento armado no Uruguai, que vinha sendo pensado desde o início do exílio. Nos primeiros dias, de maio de 1964, a reunião inicial entre os exilados, para tratar sobre o assunto, foi organizada pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, coronel Pedro Alvarez e o advogado Eliseu Gomes Torres ex-chefe da Superintendência da Política Agrária (SUPRA)²¹.

Nesse encontro discutiram a ideia de formar um comando no exílio e entrar em Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul, cidade limítrofe ao Uruguai. A justificativa pela escolha desse município por parte dos organizadores era pelo fato de esse ser um local turístico. A intenção era tomar a cidade por meio de uma ação armada e pedir ajuda internacional. Em um movimento dessa natureza, era muito provável que todos seriam facilmente presos, porém o que os motivava a realizar a ação, era uma espécie de grito internacional, a fim de mostrar ao mundo que o Brasil estava vivendo sob um golpe de Estado. Entretanto, após inúmeras ponderações, ficou decidido que não havia condições para essa ação.

Quando Brizola chegou ao exílio no Uruguai, comentou com alguns exilados que havia deixado um esquema no Brasil que recolheria fundos para o pessoal no exterior. Dessa maneira, boa parte dos exilados não precisaria buscar a sobrevivência trabalhando no país e poderiam contribuir com a organização do movimento armado para retomar o poder no Brasil. Segundo José Wilson da Silva, em entrevista para este trabalho, a aproximação da militância que havia na época, entre o PTB e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de Porto Alegre, facilitou para que no início de maio de 1965,

²¹ Órgão hoje conhecido como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

conseguissem levar o primeiro²² militante brasileiro e integrante do PCdoB, de Porto Alegre para Montevideu. Esse passou a levar pessoas para o Uruguai, começando a primeira fase de reestruturação de um movimento que se opunha à ditadura militar a partir do Rio Grande do Sul. Poucos dias após a chegada de Brizola, o hotel onde ele estava hospedado estava cheio de agentes da repressão, por conseguinte, boa parte da organização dessa primeira fase ficou comprometida.

Diante disso, houve a necessidade de iniciar uma segunda fase, com outras pessoas do Rio Grande do Sul. De acordo com José Wilson (2018), ele próprio fora algumas vezes de forma clandestina a Porto Alegre para articular o movimento. Nessa fase, houve momentos de grandes avanços, dado que muitos militares que não foram identificados pela ditadura militar, e estavam ligados ao ex-governador, permaneceram no exército e na BM.

Devido ao prestígio que Leonel Brizola gozava entre os militares, principalmente os da BM, mas também entre algumas frações do exército, que ainda permaneciam nas unidades militares, no final de 1964, houve uma tentativa de ação armada, no Rio Grande do Sul, que ficou conhecida como “Operação Pintassilgo”. Parte da Operação estava sob o comando do capitão aviador Alfredo Ribeiro Daudt, expurgado da Força Aérea Brasileira (FAB) logo após o golpe militar. No entanto ela foi descoberta e desarticulada antes mesmo de seu início,

na tentativa de repetir o que acontecera na Cadeia da Legalidade em 1961, Brizola, que ainda contava com grande simpatia da Brigada Militar, planejou a tomada do Palácio Piratini, sede do governo em Por-

²² Não mencionou o nome do militante.

to Alegre, e o ataque ao quartel da Polícia do Exército. Era a tentativa de desencadear uma sublevação militar com a participação de grupos civis que ficou conhecida como Operação Pintassilgo (LEITE, 2015, p. 77).

Em novembro de 1964, Alfredo Ribeiro Daudt foi preso em Porto Alegre quando embarcava para Montevidéu e, ao que tudo indica, para possivelmente consultar Brizola sobre os últimos detalhes da operação. O capitão Daudt estava em posse de parte do planejamento da ação, que continha detalhes da insurreição, como a participação de frações do Exército e da FAB, de um contingente significativo da BM e de grupos de civis organizados e cujo objetivo seria tomar diversos quartéis no Rio Grande do Sul. Estava previsto ainda “tomar a Base Aérea de Canoas e os quartéis dos 18º e 19º Regimentos de Infantaria. Após essas ações, os asilados atravessariam a fronteira e assumiriam o comando do movimento” (LEITE, 2015, p.19).

Na entrevista, José Wilson da Silva (2018) comenta que após a organização do levante armado passar por vários reveses durante o ano de 1964, no início de 1965, as articulações de Leonel Brizola já estavam atingindo o Paraná e o Sul do Mato Grosso e havia gente para dar cobertura, fazer uma entrada e tomar uma ou duas cidades no Rio Grande do Sul. Pelo fato de terem uma sólida estruturação em Porto Alegre, possivelmente, desembarcariam na capital gaúcha, porém, por problemas de informações, as ações eram sempre adiadas. Em seu livro, Silva narra que,

Ao chegarmos a 15 de setembro, nosso primeiro prazo para o levante, protesto ou o que fosse, verificamos que ainda havia muito a fazer. Faltava confiança no que se vinha realizando, verificamos que havia falhas, embora o entusiasmo de alguns e o

desejo de quem estava lá. Dilatamos para outubro e depois para dezembro. [...] Em dezembro, comecei a perder a perspectiva. Já não tinha grande moral para dar explicações, especialmente às pessoas que esperavam por nós. Em desacordo com tantos adiamentos, àquela altura, escrevi uma carta e entreguei pessoalmente a Brizola e saí. [...] Nela eu explicava que, se continuássemos assim, iríamos perder o que já tínhamos montado. Dizia-lhe que estávamos ‘andando como sapos’, aos pulos de data em data e que isto já estava nos causando prejuízos e falta de credibilidade junto a inúmeros companheiros. Ou fazíamos um planejamento a longo prazo ou sairíamos com o que tivéssemos (SILVA, 2011, p. 143).

Os integrantes²³ da Operação Três Passos, que estavam exilados no Uruguai, também mencionam em seus depoimentos no IPM, constante no processo nº 335/1965, as articulações de um movimento armado que estava sendo organizado no Uruguai sob a liderança de Leonel Brizola. Tanto no primeiro depoimento, em 22 de abril de 1965, quanto no segundo, em 20 de maio de 1965, que Jefferson Cardim de Alencar Osório prestou no IPM, ele comenta sobre a articulação que estava sendo realizada por parte de alguns exilados desde o início da chegada ao Uruguai e que essa tinha o intuito de retomar o poder no Brasil. Participavam dessas reuniões Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Alfredo Ribeiro Daudt, José Wilson da Silva, Fernando Souza Costa Filho, Civilis Viana, Melo Bastos e Elizeu Torres, nas quais eram traçados planos, visando à redemocratização do Brasil.

Ao ser solicitado a comentar, de forma pormenorizada, o que era tratado nas reuniões, Jefferson Cardim relata que inicialmente

²³ Coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório, 3º sargento da BM, Alberi Vieira dos Santos e o 3º sargento do Exército Firmo Chaves.

ocorria uma exposição detalhada, feita por Brizola, acerca da situação política do Brasil, particularmente do Rio Grande do Sul. Também era feita uma exposição, por Dagoberto Rodrigues (considerado o E-2²⁴ dos exilados), sobre a situação militar do país, após esse momento discutiam as suas possibilidades junto aos oficiais e sargentos, particularmente da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que continuavam nos quartéis, e a maneira de estabelecer vínculo entre esses e todos os militares atingidos pelo AI-1 e, por último, faziam um levantamento dos civis que poderiam colaborar de forma eficiente no caso de um movimento.

Do mesmo modo que Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos, em seus depoimentos, em Foz do Iguaçu, em 26 de abril de 1965, e, em Porto Alegre, em 21 de maio de 1964, comenta sobre a organização de um levante armado, no Brasil, a partir do Uruguai, e liderado por Leonel Brizola. Após solicitar asilo político no Uruguai, acaba se fixando em Montevideu, mais especificamente hospedado no hotel São Luiz, local em que estavam também inúmeros outros exilados políticos, entre os quais Orlando Rodrigues dos Santos, Paulo Guerra, Jair de Moura Calixto e o jornalista Fernando Barbosa. Segundo Alberi, todos vivendo com as despesas pagas por Leonel Brizola. É importante destacarmos que não era somente Brizola que contribuía com os exilados, havia também um caixa de auxílio aos exilados para a qual João Goulart também contribuía. Ao que tudo indica, havia dinheiro proveniente de Cuba que também fora utilizado nas despesas dessas pessoas.

Alberi conta que permaneceu no hotel São Luiz até início de junho, quando recebeu a primeira missão de Brizola, que consistiu em realizar uma viagem ao Brasil para estabelecer contato pessoal

²⁴ Segunda Seção do Exército ou S-2, diz respeito ao departamento responsável pelo serviço de inteligência.

com Ramão Democratino Bonilha e o tenente Natálio da BM em Santa Maria. A missão era transmitir aos dois que Brizola precisava falar com eles para tratar sobre a organização de planos para a retomada do poder; posteriormente ambos foram para Montevidéu.

A segunda missão que recebeu de Brizola, em julho de 1965, teve por objetivo levar o sargento Ney, de Cruz Alta, do 17º Regimento de Infantaria, em um encontro com Brizola para tomar conhecimento da insurreição que estava sendo planejada. Conforme Alberi, na ocasião, o sargento Ney apresentou a ele o ex-prefeito, Alfredo Frantz, e o capitão reformado do Exército, Amorim, ambos amigos de Brizola e também cientes dos acontecimentos que se passavam em Montevidéu. Nessa mesma viagem, foi até Catuípe (RS), e conversou com o subprefeito Frizo para que o apresentasse ao capitão Mota, do 14º Regimento de Cavalaria de Dom Pedrito, a quem deveria transmitir um convite de Brizola para ir à capital uruguaia. Frizo informou-lhe, porém, que o capitão Mota estava fazendo um curso no Rio de Janeiro, mas que poderia dar o recado a Genésio Mota, secretário da prefeitura e pai do capitão, que se encarregaria de informá-lo.

De acordo com Alberi, em seus depoimentos nos autos do processo nº 335/1965, no mês de agosto de 1964, recebeu a terceira missão de Leonel Brizola: ir a Ijuí convidar o sargento Rômulo (amigo de longa data do tenente Wilson), para que fosse a Montevidéu a fim de se inteirar dos planos revolucionários de Brizola. Nessa viagem, ficou sabendo, pelo subprefeito Frizo, que o capitão Mota havia aceitado o convite e já havia partido para Montevidéu para falar com Brizola. No final de setembro de 1964, sua quarta missão foi ir a Santo Ângelo conversar com o vice-prefeito, Calixto²⁵; a Três Passos

²⁵ João Calixto de Medeiros foi vice-prefeito de Santo Ângelo, de 31 de dezembro de 1963 até sua cassação pela ditadura militar em 27 de outubro de 1964.

falar com o delegado Altino e o Dr. Benjamim Osório para convocá-los a Montevideu, a fim de se inteirarem do esquema revolucionário que estava sendo elaborado por Brizola. Apesar de não termos fontes documentais que comprovem essas viagens de Alberi, como ele mesmo declara em seus depoimentos, há indícios de que são relatos que condizem com a realidade, pois o próprio José Wilson da Silva, na época um dos principais assessores de Brizola, confirma esse relato em seu livro “O tenente vermelho” e na entrevista concedida para esta tese.

Os detalhes que Alberi mencionava sobre suas atividades como pombo-correio de Leonel Brizola, em seus depoimentos nos autos do processo nº 335/1965, eram de alguém que tinha profundo conhecimento sobre a organização armada que estava sendo planejada no Uruguai. Observamos esse fato quando ele transmitiu o recado a Benjamim Osório, sobre onde ele deveria levar sua companhia em Montevideu para Josino de Quadros Assis²⁶, de Palmeiras das Missões, sendo que esse já havia recebido um bilhete de Brizola, nesse sentido, entregue por Pantaleão Camargo, residente em Seberi e que também fora a Montevideu.

Conforme afirma Alberi, em seu depoimento, em 17 de abril de 1965, no 1º Batalhão de Fronteira (1º B Fron), em Foz do Iguaçu, e em 21 de abril de 1965, na 1ª/18º RI, em Porto Alegre, constante nos autos do processo nº 335/1965, a quinta e última missão, como das outras vezes, recebida pelo tenente Wilson e na presença de Brizola, acredita que em 5 de janeiro de 1965, mas não sabe precisar a data exata. A finalidade era ir a Francisco Beltrão falar com o prefeito José Scolen²⁷, com Fernando de Ávila e um subtenente

²⁶ Ex-prefeito de Palmeiras das Missões.

²⁷ É possível que Alberi esteja se referindo a Euclides Girolamo Scalco que foi prefeito de Francisco Beltrão, pelo PTB, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1964, ou a Wálter Alberto

que fora expulso da 1ª/13ª RI e era amigo de Fernando; ir a Aparecida do Oeste, em Santa Catarina, conversar com Caturra Dornelles²⁸, em Dourados (MT)²⁹, com o ex-juiz de Direito Ídolo Jordan, em Ponta Porã (MT), com o subtenente Gelcy e o ex-sargento Virgílio Winkler, para convidá-los todos para irem a Montevideu. O subtenente Gelcy deveria levar consigo José Iça, todavia Alberi não conseguiu contato nem com Gelcy nem com o Winkler. Foi deixado um recado com a esposa de Winkler que, posteriormente foi com Gelcy para Montevideu. Além do mais, Alberi listou os nomes de aproximadamente 100 pessoas³⁰ do Brasil inteiro ligadas segundo ele à organização para a luta armada.

Firmo Chaves, um dos integrantes da “Operação Três Passos” após sua prisão, também mencionou em seus depoimentos constantes no processo nº335/1965, nos dias 17 de abril de 1964, em Foz do Iguaçu, no 1º B Fron, e em 24 de maio de 1965, no 1ª/18ª RI, em Porto Alegre, sobre um plano de ação armada que estava sendo organizado por exilados políticos e pessoas ligadas a eles aqui no Brasil. Assim como muitos exilados, Firmo Chaves vivia no Hotel São Luiz desde sua chegada em Montevideu, tendo suas despesas pagas por Leonel Brizola. Segundo ele, dias após se instalar, foi levado pelo tenente Wilson à casa de Dagoberto Rodrigues, para ser apresentado a Leonel Brizola. Este lhe disse que poderia permanecer na mesma situação dos demais sargentos, e que futuramente iria ser criada uma

Pécoits também ex-prefeito de Francisco Beltrão, de 1º de janeiro de 1960 a 31 de dezembro de 1963, e deputado estadual pelo PTB, cassado pela ditadura militar.

²⁸ Possivelmente Alberi esteja se referindo ao então subdelegado de Aparecida do Oeste (hoje Capitão Leônidas Marques) Arcelino Alves Dornelles, preso e acusado de participar da Operação Três Passos.

²⁹ Estado do Mato Grosso (MT), antes de ser dividido, em 1977, em duas unidades federativas, Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS).

³⁰ Das pessoas que conseguimos identificar, a maioria era militar da ativa e expurgado, tanto do Exército quanto da BM, e políticos vinculados ao PTB.

caixa de auxílio aos exilados e que já se achava em preparação o regresso de todos ao Brasil, por meio de uma contrarrevolução.

Firmo Chaves conta que, em Montevideu, conheceu várias pessoas que tinham grande intimidade com Leonel Brizola entre elas,

Dagoberto Rodrigues, Alfredo Pinheiro Daudt, José Wilson da Silva, ex-sgt Brandão (atualmente motorista do Brizola), Augusto, Álvaro, Rocha, Benevides, Araújo, Leoni Lopes (vulgo Léo), Medeiros Dantas, Afonso (reside com Brizola), Maia (reside com o Joacyr Barbudo, Capistrano (ex-marinheiro), Alberi, Orlando, Paulo Valente, Juarez Prestes do Canto (está em São Borja, no Brasil), Max da Costa Santos, Neiva Moreira, Aldo Arantes, Paulo Shilling, Elizeu Torres, Enio Becker, Ney Remedio, ex-tenente, Nilo Silva e outros que no momento não se recorda. Também, teve conhecimento de que Paulo Shilling é o principal assessor político de Brizola, juntamente com Elizeu Torres (PROCESSO, Nº 335/1965, p. 137)

Mesmo que Firmo Chaves não tenha mencionado o nome completo de grande parte das pessoas acima, notamos que um número considerável de pessoas estava articulado na organização da ação armada liderada por Brizola. Inclusive ele cita uma assessoria militar, tendo como responsável o coronel Dagoberto Rodrigues, auxiliado pelo ex-tenente José Wilson da Silva. Dos nomes acima citados, tem-se conhecimento de que o ex-sargento Leoni Lopes é o encarregado de fotografar os asilados, para fins de confecção de carteiras de identidade falsas, e de comprar armamento. Firmo Chaves menciona ainda que vira, na casa do sargento Leoni, cerca de dez ou doze revólveres, os quais foram entregues a José Wilson da Silva.

Certa vez, Firmo Chaves conta que teve conhecimento, por

intermédio do ex-sargento Afonso, que na casa de Alfredo Ribeiro Daudt seria realizada uma conferência sobre “Marxismo” e “Leninismo”, proferida por Muniz Bandeira. Na ocasião, foi abordada a vida de Trotski, apreciando os seus lados positivos e negativos. Verificando que os temas abordados eram todos de fundo comunista, deixou de comparecer às outras conferências para as quais foi convidado. Entre os frequentadores assíduos dessas conferências, achavam-se o ex-sargento Medeiros Dantas, o ex-coronel Dagoberto Rodrigues, Tarso (não sabendo detalhar mais informações), mas muito ligado a Muniz Bandeira.

Notamos que Firmo Chaves menciona que não participou das outras conferências pelo fato de essas abordarem temas relacionados a pensadores marxistas. Diante disso, podemos inferir pelo menos duas justificativas plausíveis para essa situação: 1) embora ele tivesse um posicionamento nacionalista reformista, não coadunava com as ideias marxistas; ou 2) por se tratar de um depoimento em um IPM, onde os agentes da repressão enquadravam todos os seus opositores como comunistas, seja possível que tenha utilizado tal comentário para não se comprometer.

Durante a permanência na capital uruguaia, por quase um ano, Firmo Chaves sempre esteve na expectativa da eclosão de um movimento revolucionário visando à derrubada do governo militar. Inclusive, durante a sua primeira conversa com Brizola, ficou sabendo de um movimento em preparação, na esperança de normalizar sua situação, revertendo desse modo sua exclusão. Nesse sentido, procurou inúmeras vezes o tenente Wilson, a fim de se inteirar do andamento do movimento e das providências já tomadas. Todavia, era aconselhado pelo tenente Wilson a manter-se calmo e aguardar os acontecimentos, que estavam se desenvolvendo de forma favorável. Também, por duas vezes, procurou o próprio Brizola, no sentido de

não querer ouvir apenas palavras de esperanças de regresso ao Brasil, mas algo concreto, porém não ouviu nada concreto, apenas o apelo, por parte de Brizola, para se manter calmo e aguardar o momento adequado. Essa circunstância ajuda a entender a expectativa por uma ação efetiva que existia por parte dele, que encontraria eco na de Cardim e na de outros que a eles se somassem. Mesmo sendo militares, acabavam tendo atitudes espontaneístas.

Quanto às viagens que muitos faziam ao Brasil, articulando a organização do movimento armado liderado por Leonel Brizola, Firmo Chaves declara que realmente alguns faziam várias viagens ao Brasil, levando instruções de Brizola e talvez de Jango a correligionários que permaneciam no país, assim como mantinham contatos e traziam as informações prestadas por eles. Entre esses estavam Alberi, Francisco Lages dos Santos, Orlando dos Santos, tenente Nilo, Ney Remedi e Orlando Burmann. Em uma ocasião em que foi visitar o tenente Wilson, ajudou esse em um trabalho de datilografia, que se tratava de criar uma relação das cidades do Brasil, particularmente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como de algumas pessoas que seriam os contatos naquelas cidades. No entanto, Firmo Chaves tomou conhecimento apenas dos nomes das cidades, pois a lista com os nomes das pessoas foi realizada pelo próprio tenente Wilson por tratar-se de um documento reservado (PROCESSO, Nº 335/1965).

Contudo, mais tarde soube por Alberi Vieira dos Santos, que nela constava o nome do deputado Percy Chreiner³¹, de Santo An-

³¹ Percy Chreiner nasceu em 05 de outubro de 1921 e faleceu em 07 de março de 1975. Como político vinculado ao PTB, exerceu o cargo de subprefeito de Santo Antônio do Sudoeste, em 1949, quando ainda era distrito de Barracão, no Paraná. Foi o primeiro prefeito de Santo Antônio do Sudoeste, exercendo o mandato de 1952 a 1956 e manteve-se à frente do executivo na gestão de 1960 a 1963, quando renunciou ao cargo para assumir, como deputado estadual, a sua 5ª Legislatura na Assembleia Legislativa do Paraná.

tônio do Sudoeste, Paraná, que seria a pessoa que Firmo Chaves deveria procurar, caso perdesse o contato com Alberi. Soube que na relação constava ainda o nome de João Pinheiro, parente de Alberi e também de Santo Antonio, que seria um dos elementos de contato com o deputado Chreiner. Firmo Chaves recorda-se que as seguintes cidades constavam na relação: no Rio Grande do Sul: Campo Novo, Catuípe, Nonoai, Três Passos, Tenente Portela, Frederico Westphalen, Ijuí, São Gabriel e Criciumal; em Santa Catarina: São Miguel do Oeste; no Paraná: Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Francisco Beltrão.

Outro integrante da Operação Três Passos, mas que não se encontrava exilado no Uruguai, Silvino Souza Fraga, em seu depoimento no IPM, em Foz do Iguaçu, no dia 14 de abril de 1965, nos autos do processo nº 335, mencionou que cerca de três meses antes, fora convidado pelo comissário Oscar Fontoura Chaves, de São Sepé, para fazerem uma viagem, com a Kombi de sua propriedade, até a cidade de Dom Pedrito. Silvino deveria conduzir Oscar Fontoura Chaves e Alcindor Ayres até aquela cidade e retornar sozinho até Caçapava do Sul, onde deveria deixar o automóvel em uma oficina para possíveis reparos. Desse modo aconteceu, conduziu-os até Dom Pedrito e de lá os dois continuaram viagem para Montevidéu. Quatro dias depois, conforme havia combinado, Silvino Souza Fraga foi até Santana do Livramento para se encontrar com Chaves e Ayres, pois eles deveriam regressar do Uruguai naquela data.

Segundo Silvino, ao chegar a Santana do Livramento, hospedou-se em um hotel em frente à estação rodoviária para aguardar o retorno de Chaves e Ayres, que ocorreu somente três dias depois. Eles estavam acompanhados de Renato de Almeida, antigo colega de escola de Silvino, e de Paulo Guerra, o qual conheceu naquele dia. Durante a viagem de retorno a São Sapé, ficou sabendo que tanto

Renato e Paulo estavam asilados no Uruguai e que vinham ao Brasil em visita às famílias. Enquanto faziam o percurso, também soube que todos trabalhavam como pessoas de ligação para Brizola e com ele tinham estado em Montevideú.

Contrariando as afirmações de Silvino Souza Fraga, mencionadas acima, Alcindor Ayres, em depoimento concedido, em 16 de abril de 1965, ao IPM, constante no processo nº 335/1965, afirmou que esteve algumas vezes, antes de março de 1965, em Montevideú, no entanto, suas idas àquele país se davam em razão de compra e venda de cavalos. Portanto, não havia nenhuma relação até então com qualquer articulação com exilados contra a ditadura militar no Brasil. Segundo ele, encontrou-se algumas vezes com Alberi e sabia de suas ligações com Brizola.

Porém, estão anexadas no processo nº 335/1965 informações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de Porto Alegre, com a data de 16 de outubro de 1964, sobre as atividades de Alcindor Ayres. Tais informações dizem que Alcindor “viaja para São Sepé, sendo um elemento de Brizola, residente em Santa Maria, conspira para a realização de um movimento [...], é ligado ao cel Benjamim D’Ávila do Prado, expurgado da BM e fazendeiro em São Sepé, tendo, residência fixada em Santa Maria” (PROCESSO Nº 335/1965, p. 3049). Há indícios, portanto, de que os motivos pelos quais Alcindor Ayres fazia suas viagens ao Uruguai, também eram para contribuir com a articulação da possível luta armada.

Em relação à forma de luta armada preconizada por Brizola, como ressaltado por Paulo Schilling, em entrevista concedida a José Caldas da Costa, essa era “tipicamente gaúcha”, na base da quartelada, mesmo porque a “Revolução” de 1930 era ainda considerada como referência, ressaltando que,

O povo, assaltando os quartéis do Exército, armou-se e partiu para a revolução. Todas as revoluções que viveu o Rio Grande do Sul, coronéis contra coronéis, coronéis latifundiários maragatos contra ximangos, os dois grandes partidos gaúchos da época, sempre foram lutas armadas violentas, bárbaras até, mas lutas abertas. Um coronel rebelava-se, formava seu exército provisório com a peãozada, ia para a campanha e mandava avisar o outro coronel que ia começar a briga (COSTA, 2007, 14).

De acordo com Rollemberg, “Inconformado com a ausência de qualquer resistência, inclusive do próprio presidente Goulart, e certo de sua capacidade de mobilização. Brizola acreditava poder reverter a situação no Brasil” (2001, p. 28). Portanto, Brizola não só confiava, mas tinha grande disposição em organizar a luta, possivelmente pela experiência vitoriosa da Campanha da Legalidade, e crendo ser possível rearticular frações nacionalistas da BM, das FFAA, que não haviam sido expurgadas, assim como aqueles que já viviam na clandestinidade. Por isso, em um primeiro momento, Brizola optou por articular seu retorno ao Brasil pela luta armada a partir dos quartéis de Porto Alegre, ou seja, em uma espécie de quartelada. Isso torna perfeitamente compreensível o porquê Alberi e Cardim se colocavam como parte dessa missão, pois acreditavam que, mesmo que se precipitassem, forçariam o apoio direto e imediato de Brizola, ambos indo até o fim e sustentando que ele fazia parte do movimento.

III

OPERAÇÃO TRÊS PASSOS:

tentativa de resistência à Ditadura Militar através de um movimento de protesto

No capítulo anterior, discutimos sobre o nacionalismo de Leonel Brizola e suas tentativas de organizar a luta armada no Brasil, a partir do Uruguai, enquanto esteve exilado naquele país. O objetivo deste capítulo é fazer uma análise, a mais detalhada possível, sobre a Operação Três Passos. Nesse sentido, iremos problematizá-la desde a saída do Uruguai, em 18 de março de 1965, até a prisão de seus integrantes no interior do Paraná. Ao final, tentaremos demonstrar que, ao contrário do que é muito descrito nos trabalhos acadêmicos, a referida operação não foi um movimento guerrilheiro, mas sim de protesto, com grau mínimo de organização.

3.1. Saída de Montevideu para Campo Novo

Na noite do dia 18 de março de 1965, às 22 h, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos e Alcindor Ayres saíram de Montevideu em direção a Campo Novo, embarcaram em

um táxi contratado e se deslocaram para Rivera. Durante a viagem, encontraram dois postos policiais que exigiram a apresentação de documentos pessoais. Mesmo possuindo armas e munições no automóvel, isso não se caracterizou como infração às leis uruguais, pois eram consideradas armas de caça e, por isso, permitido seu porte. Na mesma noite, outro integrante do movimento, o ex-sargento do Exército Firmo Chaves se deslocou de trem até Rio Branco, cidade uruguaia; cruzou a fronteira com o Brasil e foi até Porto Alegre com intuito de reunir mais pessoas para integrar o movimento.

O primeiro grupo chegou em Rivera, à casa de Romeu Figueiredo, amigo de Alberi na cidade, no início da manhã do dia 19 de março de 1965; lá permaneceram Jefferson e Alcindor, enquanto Alberi foi providenciar outro taxi, que deveria conduzi-los para Santa Maria; por volta das 10 h da manhã, saíram de Rivera, chegando em São Sepé no final da tarde. Pelo fato de Alcindor Ayres residir nesse município, lá permaneceu, na incumbência de tentar angariar mais pessoas a se integrem ao movimento.

Em São Sepé, foram à casa do funcionário público Oscar Fontoura Chaves, pessoa muito próxima a Leonel Brizola, que, inclusive após o golpe militar, foi algumas vezes para o Uruguai ajudar a articular o possível levante armado que estava sendo organizado por Brizola. Nessa ocasião, segundo Alberi, Oscar Fontoura Chaves disse dispor de grande número de pessoas prontas para a luta. Não sabemos se condiziam com a realidade – as afirmações de Alberi em relação aos homens que Oscar Fontoura Chaves dizia dispor –, porque não conseguimos obter mais informações a respeito, mas o fato é que nenhum integrante da Operação Três Passos foi influenciado por ele. Mesmo assim, Oscar teve sua prisão preventiva decretada, o que não ocorreu por ter se exilado no Uruguai, mas foi indiciado no mesmo processo e como nunca compareceu, foi julgado à revelia.

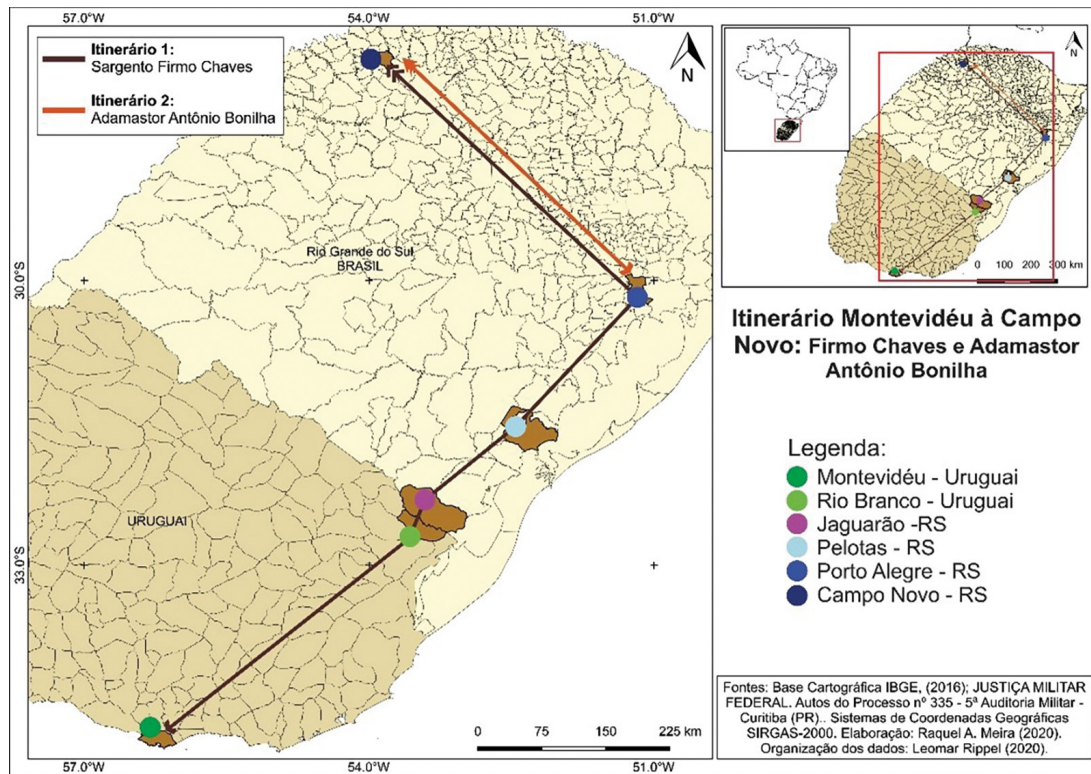


FIGURA 2.

Itinerário de Montevideo a Campo Novo: Firmo Chaves e Adamastor Bonilha.

FONTE:

Base cartográfica IBGE (2016). JUSTIÇA MILITAR FEDERAL – Autos do processo nº 335 – 5ª Auditoria Militar – Curitiba (PR). Sistemas de Coordenadas Geográficas SIRGAS – 2000. Elaboração do mapa: Raquel A. Meira (2020). Organização dos dados: Leomar Rippel (2020).

Ao anoitecer do mesmo dia, 19 de março, Jefferson Cardim e Alberi continuaram a viagem e por volta das 21 h chegaram à casa de Ramão Democratino Bonilha conhecido de Alberi em Santa Maria. Dele compraram um mosquetão modelo 1908, tomaram outro táxi e às 23 h aproximadamente iniciaram o deslocamento para Catuípe, chegando lá por volta das 4 h e foram para a casa do subprefeito Frizzo, onde dormiram. No dia seguinte, às 8 h. foram acordados para irem ao encontro do prefeito da cidade, Edir Burmann, que afirmou na ocasião que em Catuípe teriam cooperação integral ao movimento. Em seguida, em um automóvel particular, seguiram viagem para Campo Novo, onde passaram por volta das 13 h e seguiram para a casa de Silvano Soares dos Santos, irmão de Alberi, situada às margens do Rio Turvo.

No dia 18 de março de 1965, enquanto almoçava com Alberi no Hotel São Luiz, Alcindor Ayres ficou sabendo que, juntamente com o Coronel Jefferson, o ex-sargento Firmo Chaves e com o apoio de João Goulart e Brizola, iriam iniciar um movimento armado no Brasil. Decidiu aceitar o convite e por isso acompanha-os até São Sepé, onde reside, para aguardar ordens e procurar mais pessoas dispostas a entrar no movimento.

Ao aceitar o convite, de acordo com Alcindor Ayres, no mesmo depoimento, combinou um novo encontro naquele mesmo hotel, onde levou suas malas e esperou a chegada de Alberi. Algumas horas depois, ambos foram apanhados por um táxi no qual se encontrava Jefferson Cardim e dali iniciaram a viagem para o Brasil. Chegando a São Sepé, deixou seus companheiros de viagem e ficou aguardando um emissário de Jefferson e Alberi que levaria 100 mil cruzeiros prometidos por ambos. Ao anoitecer do dia 24 de março de 1965, chegou a sua residência um rapaz trazendo notícias dos seus dois companheiros, por ele soube que deveria partir para Campo Novo,

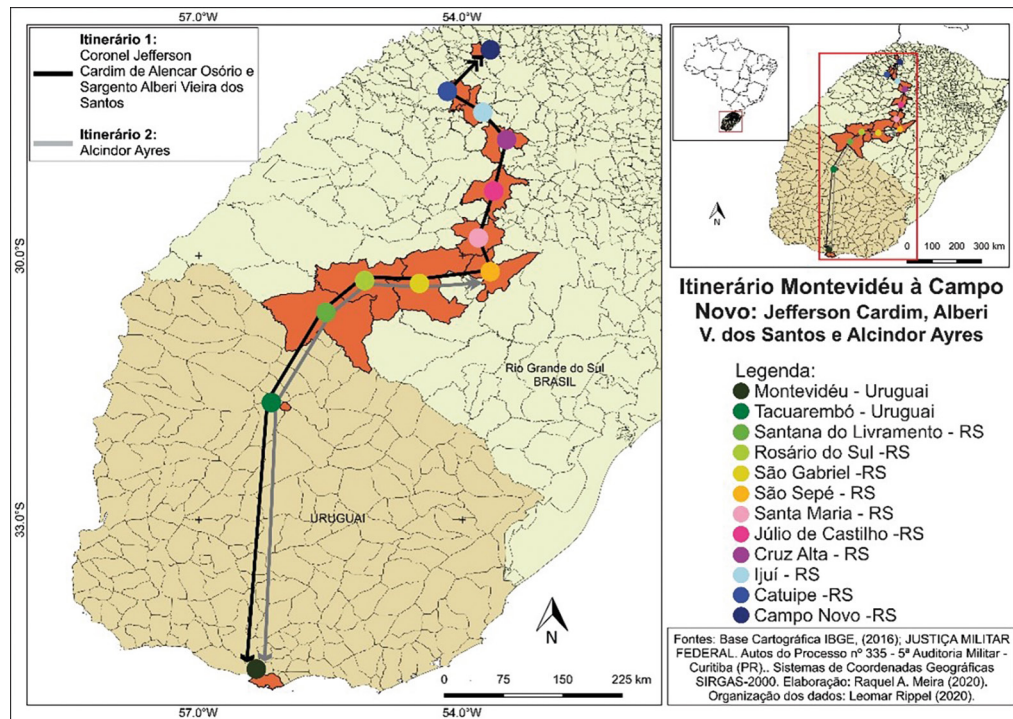


FIGURA 3.

Itinerário de Montevidéu a Campo Novo: Jefferson Cardim, Alberi V. dos Santos e Alcindor Ayres

FONTE:

Base cartográfica IBGE (2016). JUSTIÇA MILITAR FEDERAL – Autos do processo nº 335 – 5ª Auditoria Militar – Curitiba (PR). Sistemas de Coordenadas Geográficas SIRGAS – 2000. Elaboração do mapa: Raquel A. Meira (2020). Organização dos dados: Leomar Rippel (2020).

onde os mesmos se encontravam. Foi orientado a levar as armas de caça que possuísse e outros companheiros que quisessem aderir ao movimento. Apesar de não alcançar o número de pessoas desejado, Alcindor conseguiu que quatro pessoas lhe acompanhassem até Catuípe, seu irmão Manoel Ayres, Alípio Charão Dias, Silvino Souza Fraga e Odilon Vieira.

Em relação à participação de Firmo Chaves no movimento, esse afirma em seu depoimento, no IPM, no dia 17 de abril de 1965, que, ao ser sondado por Alberi sobre seu interesse em participar de um movimento de protesto contra a ditadura militar no Brasil, aceitou o convite e ficou à disposição para a qualquer momento sair de Montevideú. Nesse sentido, segundo o acordo prévio, Firmo Chaves e o ex-sargento da FAB Francisco Lajes dos Santos iriam de trem de Montevideú a Jaguarão, de lá partiriam para Porto Alegre, onde deveriam estabelecer contato com o ex-sargento Araken Vaz Galvão e com outros ex-sargentos, que estariam na cidade, seguiriam para Catuípe.

Conforme combinado, Firmo Chaves aguardou Francisco Lajes dos Santos no hotel, porém esse não compareceu no local combinado. Mesmo assim, Chaves dirigiu-se à estação da estrada férrea e partiu para Jaguarão, onde se encontrou-se na estação com Lajes. Contudo, pela conversa que tiveram, suspeitou que esse não houvesse se entrosado com o esquema de Jefferson, previamente acordado. Segundo Firmo Chaves, essa suspeita foi confirmada com a permanência de Lajes em Pelotas, a pretexto de viajar diretamente a Catuípe, quando o previsto seria acompanhá-lo a Porto Alegre. Quando chegou à capital gaúcha, procurou localizar o ex-sargento Arakem, porém não obteve sucesso; então, entrou em contato com Adamastor Antonio Bonilha, antigo conhecido de Caxias do Sul, a quem convidou para integrar o movimento.

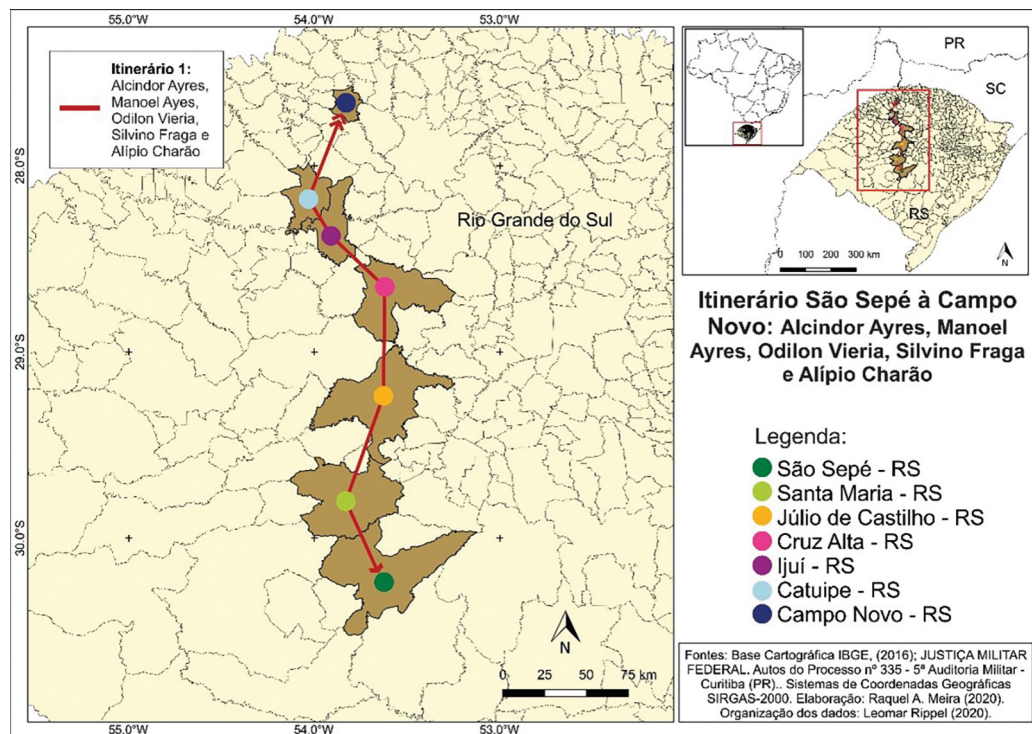


FIGURA 4.

Itinerário de São Sepé a Campo Novo: Alcindor Ayres, Manoel Ayres, Odilon Vieira, Silvino Souza Fraga e Alípio Charão

FONTE:

Base cartográfica IBGE (2016). JUSTIÇA MILITAR FEDERAL – Autos do processo nº 335 – 5ª Auditoria Militar – Curitiba (PR). Sistemas de Coordenadas Geográficas SIRGAS – 2000. Elaboração do mapa: Raquel A. Meira (2020). Organização dos dados: Leomar Rippel (2020).

Após a adesão de Adamastor Antônio Bonilha ao movimento, dirigiram-se de ônibus, no dia 23 de março, para Cruz Alta e no dia seguinte, também de ônibus, foram para Catuípe. Conforme combinado com Jefferson e Alberi, procuraram o prefeito da cidade, de nome Frizo, que determinou o transporte dos dois até Campo Novo, onde se encontraram com Jefferson Cardim, Alberi e outros companheiros. Hospedaram-se na casa de Silvano Soares dos Santos, irmão de Alberi. Ao se encontrar com outros companheiros, Firmo Chaves disse que não conseguiu contato com o ex-sargento Araken, o subtenente Gelcy em Porto Alegre, tampouco com outros ex-sargentos, mas havia conseguido a colaboração de seu amigo Adamastor Antonio Bonilha. Ao ser indagado sobre Francisco Lajes dos Santos, informou que o mesmo havia ficado em Pelotas para seguir diretamente a Catuípe, nada mais sabendo a respeito. Em seguida foram para a propriedade de Euzébio Dornelles.

3.2. Valdetar Antônio Dornelles e seu grupo: os "voluntários" da galinhada

Quando o(a) leitor(a) leu o título deste tópico, talvez, e com razão, tenha pensado que esse possui um tom de deboche, contudo, ao longo dele, perceberá que o referido título tenta ser o mais fiel possível à problematização dos fatos que as fontes nos possibilitam investigar. Vamos aos eventos, Valdetar Antônio Dornelles, ao prestar seu depoimento, no dia 24 de março de 1965, para o IPM, constante nos autos do processo nº 335, informou que, ao visitar seu pai na Vila Industrial, recebeu da mãe o recado de que deveria ir à casa de Silvano Soares dos Santos para falar com Alberi Vieira dos Santos e outra pessoa que ela acreditava ser um delegado. Ao chegar ao local tomou conhecimento de que era o coronel Jefferson Cardim.

Como se tratava de um antigo conhecido e que certa vez falara com seu pai que estava viajando pelo Brasil, ajudando a organizar uma contrarrevolução, Valdetar foi ao seu encontro. Em companhia de Alberi, encontrou o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, a quem foi apresentado. Na ocasião, segundo Valdetar, esses lhe disseram que pertenciam ao serviço secreto do Exército e que, dentro de alguns dias, seria iniciada uma revolução em todo o país para depor o atual governo. Estavam aguardando a chegada de um caminhão, que transportaria armas, munição, peças de fardamento e 20 oficiais do Exército, que viriam de Porto Alegre, sendo que a eles, caberia a tomada da região de Três Passos. Percebemos, não apenas pela fala de Valdetar, mas pela maioria dos integrantes do movimento, que eram do município de Três Passos, que Jefferson e Alberi se apresentavam como vinculados a serviço do Exército, possivelmente para atrair mais pessoas para o movimento.

Nessa conversa, de acordo com Valdetar, indagaram-lhe sobre a opinião da população local a respeito do atual governo, a que esse respondeu que havia insatisfação, principalmente com referência a impostos. Jefferson disse-lhe que tudo isso teria fim, que iriam consertar o país e aproveitou para solicitar a Valdetar que arregimentasse o máximo possível de homens. No dia 21 de março de 1965, Jefferson e Alberi determinaram a Valdetar que fosse à cidade de Três Passos para observar a localização da prefeitura, dos correios, dos postos de gasolina, dos bancos, da delegacia de polícia, das casas comerciais, do destacamento da BM e do presídio, bem como as saídas e entradas da localidade. Valdetar deveria procurar também, no destacamento, pelo comandante da guarda a fim de saber a época da inclusão de voluntários na BM e verificar o efetivo e a localização dos materiais bélicos.

Assim sendo, no dia 23 de março, após o almoço, Valdetar des-

locou-se àquela cidade cumprir a missão; após o reconhecimento, já em casa, fez um croqui da localidade, assinalando os pontos de interesse, e o entregou ao coronel, no dia 24 de março. Antes do reconhecimento, Valdetar encarregou seu amigo Manoel Silveira dos Santos de conseguir sete companheiros, já conhecidos, para fazerem parte do grupo de voluntários. Foram recrutados e reuniram-se na escola em que Valdetar era professor, as seguintes pessoas: Adão Oliveira, Arsênio Blatts, João Batista Figueira, Antonio Riebeiro Volgt, Reinoldo Von Groll, Antonio Jaques e Pedro Campos Bones, todos moradores da vizinhança, mas que desconheciam a finalidade da reunião. Perto do escurecer, os companheiros convocados e já citados reuniram-se na casa de Valdetar, próxima à escola, arranjaram duas galinhas e ali ficaram a comer.

Em seu depoimento, no IPM, em 3 de maio de 1965, constante no processo nº 335, Pedro Campos Bones, então com 22 anos de idade, menciona que no dia 25 de março, quando participava de um treino de futebol, como integrante do Esporte Clube 15 de novembro, de Lageado Biriba (São Miguel), município de Campo Novo, foi abordado por Valdetar Dornelles, professor da Escola Rural e presidente da associação esportiva a que pertencia. Este o convidou para participar à noite de uma galinhada que ofereceria em sua casa e que, segundo Pedro Bones, tinha por objetivo reunir os associados do Esporte Clube, a fim de tratarem da programação de um torneio a ser realizado no mês de maio. O professor também pediu a Pedro Campos Bones que convidasse os demais jogadores para a reunião.

Tratando-se de um interesse de seu clube e de um favor solicitado pelo seu presidente, Pedro Campos Bones aceitou o convite e prontificou-se a chamar os demais, como Adão Oliveira, João Batista Figueira, Arnaldo Smith, Norberto Smith, Adão Prudente, Antônio Volgt, Abraão Volgt e Arlindo Volgt entre outros. Por volta das

18 h 30 min, Pedro chegou à casa de Valdetar e, dos seus convidados, somente compareceram Adão Oliveira da Silva, João Batista Figueira e Antônio Volgt. Mais tarde foram chegando outras pessoas da vizinhança, entre elas estavam, Reinoldo Vong Groll, Arsênio Blatt e o João Antônio Jaques.

Como deixaram para tratar do assunto do torneio após a refeição, por volta de 22 h, enquanto comiam, aproximou-se um caminhão, que Pedro logo reconheceu como o de Nelson Bones, primo de seu pai, transportando vários homens. Alguns desses desembarcaram e entraram na casa. Um deles era o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, outro era o tenente do exército Odilon Vieira e havia também o sargento Alberi Vieira dos Santos, Pedro não os conhecia; reconheceu prontamente apenas Euzébio Dornelles, pai de Valdetar.

Segundo Pedro, essas pessoas disseram pertencer ao serviço secreto do Exército, e que, por ordem do general, todos deveriam acompanhá-los. Sem alternativa, assim como todos os outros que se encontravam na casa, embarcou no caminhão. Ou seja, usaram do subterfúgio da reunião sobre o torneio para obrigá-los a se engajarem, já que, até aquele momento, o recrutamento não havia sido bem-sucedido em todas as passagens pelo Rio Grande do Sul.

Adão Oliveira da Silva foi outro agricultor que integrou o grupo liderado por Jefferson Cardim. Em seu depoimento, no 1º B Fron, em Foz do Iguaçu, no dia 03 de junho de 1965, constante no processo nº 335, conta que suas relações com o professor tornaram-se mais frequentes a partir de novembro, quando deu baixa do Exército e tornou-se sócio de um time de futebol do qual Valdetar era presidente. Por isso, no dia 25, durante o treino de futebol, foi convidado por Pedro Bones, em nome de Valdetar, para uma galinhada em sua casa, após a qual haveria uma reunião para tratar de assuntos de fu-

tebol. Adão ainda se encontrava à mesa quando chegou o caminhão, do qual desembarcou Jefferson Cardim, dizendo que todos estavam presos e que ninguém sairia. Adão alegou que estava acompanhado de seu irmão, menor de idade, e que esse não poderia ser preso em face disso. O coronel Cardim determinou que o jovem saísse. Em seguida, todos embarcaram no caminhão e partiram para Três Passos, que ficava a uma distância em torno de 30 km de onde estavam.

Antônio Riberio Vogt, em seu depoimento, contou que estava treinando futebol perto da casa do professor Valdetar quando esse o convidou para uma galinhada em sua casa. Aceito o convite, dirigiu-se para lá ao anoitecer. Estavam jantando, quando chegou o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e mais um grupo de pessoas em um caminhão, Jefferson, Alberi e Euzébio Dornelles, que entraram na sala e ordenaram que embarcassem no caminhão para então iniciarem a viagem.

Reinoldo Von Groll foi outro que, de forma não voluntária, participou do movimento, na época tinha 52 anos de idade e não havia sido convidado para a reunião. Naquele dia, tivera notícias de que havia uma correspondência para si, em um boliche próximo à escola de Valdetar, e por isso fora buscá-la. No campo da escola estavam alguns conhecidos seus, dentre eles, Arsênio Blatt, Pedro Campos Bones, Antônio Ribeiro Volgt, João Batista Figueira, Valdetar e Adão Oliveira da Silva e o jogo de futebol já havia terminado. No boliche também se encontrava João Antônio Jacques. Em seguida, juntamente com seus conhecidos, foram para a casa de Valdetar e, enquanto preparavam a galinhada, ficaram conversando, tomando chimarrão e falando sobre a construção de um galpão no campo de futebol.

Aproximadamente às 21 h foi servido o jantar, quando estavam comendo, chegou um grupo de pessoas em um caminhão, todos

desconhecidos exceto três, Euzébio Dornelles, seu filho Abrão Dornelles e Silvano Soares dos Santos. Um dos desconhecidos estava fardado e, mais tarde, soube tratar-se do ex-coronel Jefferson Osório. O coronel mandou que todos embarcassem no caminhão. Além dos já vitados, entre os presentes estavam também Manoel Silveira dos Santos, conhecido por Maneco, e um menino de 12 anos, que não seguiram com o grupo.

João Batista Figueira também, em seu depoimento, no IPM, no dia 25 de março de 1965, declara que, por volta do meio-dia, estava em sua casa quando Pedro Campos Bones chegou e lhe falou que haveria uma reunião na casa do professor Valdetar e que deveria comparecer. Em face disso, ao anoitecer, foi à casa do professor Valdetar, onde encontrou Adão de Oliveira, Pedro Campos Bones, Reinoldo Vol Groll, Antônio Vogt e Arsênio Blatt, todos tomando chimarrão e preparando uma galinhada. Dirigiu-se ao professor e perguntou sobre a finalidade da reunião e esse lhe respondeu que era para tratar de futebol, que depois da galinhada resolveriam o assunto. Porém, enquanto comiam, chegou o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório em um caminhão, acompanhado de mais algumas pessoas e foi ordenado a todos que embarcassem no caminhão. João Batista Figueira, um tanto assustado, diz que não poderia ir, mas o professor Valdetar responde que ninguém ficaria. Sem ter alternativa, subiu no caminhão com os outros e partiram para a cidade de Três Passos.

Arsênio Blatt disse em seu depoimento que conhecia Valdetar há mais ou menos um ano quando esse fora lecionar na escola rural. Sua amizade devia-se ao contato que mantinham jogando futebol e por Valdetar ser freguês na casa comercial que possuía em sociedade com o pai. Às vezes, costumavam se reunir com outros companheiros na casa do amigo, a fim de comerem galinhada. Por isso, no dia 25 de março, cerca de 19 h, foi buscar água em um poço na Escola

Rural, próximo à residência de Valdetar, quando foi convidado para participar do jantar para decidirem sobre um torneio de futebol, a ser realizado no mês de maio, e ainda sobre a construção de um galpão, que seria a sede do clube em que jogavam.

Aceitando o convite do amigo, foi em casa, onde deixou os balões com água, apanhou uma galinha e voltou para a reunião, na qual encontrou entre outras pessoas, Pedro Bones, Adão Oliveira da Silva, João Batista Figueira, João Antônio Jaques, Reinoldo Von Groll e Antônio Vogt. Por volta das 22 h, segundo Arsênio, chegou um caminhão com um grupo de pessoas. Dele desembarcaram o pai de Valdetar, Euzébio Dornelles, um coronel do Exército, que soube ser Jefferson Cardim de Alencar Osório, um tenente também do Exército, que mais tarde soube não ser um oficial, tratava-se de Odilon Vieira e Alberi Vieira dos Santos. Sem qualquer reação de Valdetar, argumentaram que pertenciam ao serviço do Exército e por ordem do general, todos deveriam segui-los. O depoente conta que, curioso, perguntou o que estava acontecendo, teve como resposta que mais tarde saberia, diante disso, acompanhou os demais companheiros e embarcou no caminhão.

João Antônio Jaques argumentou, em seu depoimento, que no dia 25 de março de 1965, por volta das 18 h, a pedido de sua esposa, dirigiu-se à casa comercial de Arsênio, a fim de comprar açúcar e pastilhas de penicilina. Quando lá chegou não o encontrou, em contrapartida reuniu-se ao grupo que estava na casa de Valdetar para comer uma galinhada, já que foi convidado a participar. Era em torno de 22 h, quando o caminhão chegou na escola, dele desembarcaram um coronel do Exército, que mais tarde soube ser Jefferson Cardim de Alencar Osório, um tenente, também do Exército, que depois soube não ser oficial e tratar-se de Odilon Vieira, e ainda um homem que se intitulava sargento e que posteriormente soube tratar-se de Alberi

Vieira dos Santos. Esses lhe disseram que pertenciam ao serviço secreto do Exército e que precisavam que todos os acompanhassem. Não deram maiores explicações, determinaram que embarcassem no caminhão, não aceitaram ponderações e disseram que mais tarde teriam conhecimento do que se tratava.

Como fica evidente nos depoimentos acima, o grupo que Valdetar se comprometeu a organizar para fazer parte do movimento, não havia sido previamente avisado sobre a sua atuação política. Valdetar, aproveitando-se de sua credibilidade como professor na escola rural, e sabedor de que nas pequenas comunidades, uma das poucas formas de convivência coletiva são justamente a escola e a igreja, organizou a galinhada com a justificativa de realizar uma reunião de interesse da coletividade.

Há fortes indícios de que agiu dessa maneira por receio de não conseguir a adesão dos agricultores ao movimento, a intenção foi surpreendê-los para que não esboçassem reação contrária diante das ordens de alguém que se apresentou em nome do Exército. É importante destacar que havia a esperança, por parte de Jefferson e Alberi, de que Firmo Chaves e Alcindor Ayres trouxessem, de Porto Alegre e São Sepé, pelos menos uns 20 homens.

3.3. O quartel general da Operação Três Passos: a espera dos homens que não chegaram

Jefferson Cardim de Alencar Osório conta, em seu diário, que na casa de Silvano, irmão de Alberi, em Campo Novo, aguardavam a chegada de Alcindor Ayres com aproximadamente 20 homens, que Oscar Fontoura Chaves havia prometido, e mais dez sargentos que Firmo Chaves deveria trazer consigo de Porto Alegre. Inclusive, foi

em um desses dias que Jefferson escreveu o manifesto para ser lido na rádio de Três Passos. Contudo, a vinda de mais reforços não se concretizou, Alcindor Aires trouxe apenas quatro homens e Firmo Chaves apenas o líder sindical portuário Adamastor Antônio Bonilha. A expectativa de Jefferson Cardim era formar um grupo com aproximadamente sessenta homens, dentre eles 12 sargentos, visto que a pretensão era, na primeira fase, tomar as cidades de Três Passos e Tenente Portela e, na segunda, fase ir para Ijuí a fim de tomar o Grupo de Artilharia da cidade. No entanto, com o reduzido número de integrantes do grupo, a segunda fase teve que ser excluída do planejamento, mantendo-se como objetivo do grupo apenas a primeira fase.

O grupo permaneceu, até dia 25 de março, em um bivaque³², no sítio de Silvano e, em seguida, um quartel general (QG)³³ foi instalado em um galpão no sítio de Euzébio Dorneles, em Campo Novo. Na manhã do dia 26 de março, houve a reunião com os 13 homens que, nas palavras de Cardim, estavam “dispostos a lutar contra a Ditadura Militar Fascista de Castelo Branco”. Ali Jefferson redigiu sua “Proclamação ao povo gaúcho”, que seria transmitida pela estação de rádio nos primeiros minutos do dia 26 de março. Firmo Chaves, que também tinha experiência militar, organizou a guarda no portão que dava acesso ao QG, enquanto os outros integrantes do grupo prepararam o almoço.

Logo após o almoço do dia 25 de março de 1965, Alberi saiu para providenciar o transporte do pessoal e um carro para Jefferson fazer o reconhecimento da cidade de Três Passos, todavia, ao regressar por volta das 17 h, informou a Jefferson Cardim que não

³² Espécie de acampamento rudimentar improvisado, geralmente ao ar livre, que busca ter o maior conforto possível na improvisação.

³³ No vocabulário militar significa o espaço ocupado por oficiais gerais. Nesse estudo, estamos utilizando este termo para nos referirmos ao local de encontro, organização e tomada de decisão para a operação que estava prestes a ser realizada.

havia conseguido viatura. Mas, como o início do movimento estava marcado para a noite daquele dia, precisariam impreterivelmente conseguir o transporte até Três Passos, do contrário, a operação teria que ser adiada. Esse possível adiamento causava muita preocupação a Jefferson Cardim, já que a vizinhança estava desconfiada daquele grupo de pessoas desconhecidas na região.

3.4. A viatura improvisada para o deslocamento

Euzébio Antônio Dornelles, ao escurecer do dia 25, mencionou que poderia conseguir um caminhão com seu amigo Nelson Bones. Jefferson Cardim, que estava fardado com a divisa de coronel do Exército, comandou o deslocamento do grupo, foram todos caminhando até a residência de Nelson. Jefferson Cardim determinou que Odilon Vieira colocasse uma farda com as dividas de tenente do Exército, Firmo Chaves também. Vestiram-se com seus respectivos uniformes e divisas, possivelmente, com a intenção de transmitir aos outros que o movimento estava articulado com o Exército e que desse estavam recebendo apoio.

Enquanto o grupo aguardava na estrada, afastado uns 50 metros, Jefferson Cardim e Euzébio chegaram à residência de Nelson Bones, nesse momento já passava das 22 h. Euzébio bateu à porta e chamou Bones para fora de casa, pois havia visitas. Conversou em particular com ele, apresentou-o a Jefferson Cardim e perguntou-lhe se podia emprestar o caminhão para transportar o grupo para a cidade de Três Passos. Bones concordou com o empréstimo, desde que tivessem um motorista, já que não poderia conduzir o caminhão naquele momento. Jefferson solicitou então a Silvino Souza Fraga, o único motorista com experiência do grupo, que tirasse o caminhão

da garagem para o embarque. O referido caminhão foi trocado por outro na cidade de Três Passos, tema que iremos tratar mais a frente nesse mesmo capítulo.

3.5. Em nome do Exército: a carteirada de coronel na Escola Rural

Da casa de Nelson Bones partiram rumo à Escola Rural em que Valdetar era professor, que lá estava com mais sete agricultores, que, como descrito acima, não tinham a menor ideia do que estava prestes a acontecer. Ao chegar à escola, Jefferson desembarcou do caminhão e entrou na casa onde o grupo se encontrava jantando e determinou o embarque no caminhão. É muito provável que Jefferson Cardim também não soubesse que os convidados de Valdetar não tinham conhecimento do que estava acontecendo. De acordo com os depoimentos de todos os integrantes,³⁴ durante o IPM, constante no processo nº 335, tudo indica que dada a confiança que Valdetar gozava com os agricultores, teria organizado o grupo de forma tal que, no instante em que chegasse o grupo de Jefferson, pudesse passar a impressão de que não saber do que se tratava aquela ação, visto que todos acreditaram estar diante de autoridades constituídas. Essa situação fica mais evidente ainda quando Firmo Chaves foi perguntado, em seu depoimento no mesmo IPM, em 24 de maio de 1965, em Porto Alegre, sobre qual a disposição dos que estavam na escola do professor Valdetar em integrar o grupo. Ao que Firmo Chaves respondeu: “iam como tontos demonstrando não saberem, ao certo, o que se estava passando” (PROCESSO Nº 335, 1965).

³⁴ À exceção de Virgílio Soares de Lima que começou a integrar o grupo em Santo Antônio do Sudoeste.

Evidencia-se tal assertiva quando Pedro Campos Bones, em seu depoimento, afirma que acreditava que a “operação era perfeitamente legal, pois estava chefiada por um coronel do Exército”. Podemos deduzir que Valdetar esperava algumas palavras de Jefferson Cardim, direcionadas ao grupo e justificando tal ação. No entanto Jefferson resumiu-se apenas em determinar a todos que embarcassem no caminhão. Mesmo assim, Valdetar relutou, indagando por que nada fora esclarecido. Diante da ausência de explicações, Valdetar pediu a todos para cumprirem as ordens de Jefferson Cardim.

3.6. Em nome de Brizola: inicia a Operação (em) Três Passos

Prosseguiram a viagem em direção a Três Passos, onde chegaram aproximadamente à 1 h da manhã, de 26 de março de 1965. Provavelmente com o intuito de dificultar a comunicação da cidade com os centros maiores, pararam a viatura na entrada da cidade e Jefferson Cardim determinou que Arsênio Blatts e Odilon cortassem os fios de telégrafos e os telefônicos. Foram para destacamento da BM, onde retiraram armas, munição e peças de fardamentos, também detiveram alguns soldados e os colocaram no caminhão que o grupo estava utilizando.

No destacamento, retiraram aproximadamente 22 munições, uma metralhadora, capacetes, capotes, uniformes, toda a munição existente e alguns revólveres. Enquanto os integrantes do grupo embarcavam no caminhão, o material expropriado (armamento, uniformes, capotes, borzeguins, munições, capacetes etc.), Cardim quebrou a chave, a mesa e o aparelho telefônico da estação de rádio. O jornal curitibano *Tribuna do Paraná*, de 27 de março de 1965, confirma as informações contidas nos autos do processo:

depois de cercarem, pouco depois das duas da madrugada, o destacamento e a cadeia civil da cidade de Três Passos, da pouco guarnecida região do Alto Uruguai, desarmaram os militares, despojando-os do seu armamento e munição, deixando a cidade em seguida. Antes, cortaram os fios telegráficos e telefônicos, e destruíram estações de rádio amadores, isolando a cidade (TRIBUNA DO PARANÁ, 1965).

Após a ação no destacamento atravessaram a rua e entraram no presídio, de onde retiraram seis mosquetões e toda a munição. Segundo Alberi, em seu depoimento, tanto no destacamento quanto no presídio, não houve qualquer reação contrária às ações do grupo, até foram “bem recebidos e só não trouxeram os militares da Brigada de Três Passos porque achou que o número de pessoas já era suficiente para dar a senha a Brizola”. Ao analisarmos toda a documentação de que dispomos sobre o movimento, percebemos que não houve nenhuma reação por parte dos policiais militares e civis, tanto do destacamento quanto do presídio, até porque Alberi era muito conhecido pelos militares da BM na região, pois havia comandado vários destacamentos antes de se exilar no Uruguai, mas principalmente pelo fato do Jefferson Cardim estar fardado e com as divisas de coronel.

Em relação à afirmação de Alberi, sobre o intuito dos militares de Três Passos se integrarem ao movimento e serem recusado pelo fato de acreditarem que o número de homens já era suficiente, não acreditamos que essa informação proceda, visto que, em inúmeros momentos, o objetivo do comando do grupo era tentar a participação do maior número possível de pessoas. O que poderia se confirmar pela frustração de Jefferson quando Firmo chega de Porto Alegre com apenas mais um integrante e Alcindor com quatro homens. Portanto, presumimos que não seria nesse momento que o comando

da operação iria se recusar a ter um aumento do efetivo, ainda mais quando a maioria dos que integravam o grupo não tinham qualquer experiência militar.

Aproximadamente à 1 h saíram do presídio e foram até a estação de rádio, onde Odilon leu o “Manifesto à Nação” escrito por Jefferson Cardim; Alberi também usou o microfone segundo ele, “para dizer que a coluna não havia feito nenhum prisioneiro e que não era intenção de ninguém maltratar qualquer pessoa”. Embora possa parecer extenso o manifesto escrito por Cardim e lido por Odilon, optamos por reproduzi-lo integralmente, pois apresenta inúmeros elementos importantes:

MANIFESTO À NAÇÃO

Nesse momento histórico e decisivo para o futuro de nossa pátria, nós brasileiros e patriotas, militares, intelectuais, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, constituindo às Forças Armadas de Libertação Nacional, nos dirigimos à nação e em particular aos militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, e das forças auxiliares de todo território nacional, para dar conhecimento que chegou a hora de salvar o Brasil, com sua soberania gravemente ferida pela intervenção econômica e militar e de restaurar as liberdades democráticas.

A esta altura dos acontecimentos ninguém pode ter mais dúvidas quanto às intenções e os rumos desta ditadura que em uma preconcebida conjura apoiada por forças estrangeiras imperialistas, depôs o presidente eleito pelo povo, rasgou a constituição, desrespeitou as decisões da justiça, afastou arbitrariamente governadores, prefeitos e legisladores, cassando os direitos políticos de autênticos representantes do povo, violou as liberdades sindicais e religiosas, perseguindo e encarcerando trabalhadores do campo, da cidade e sacerdotes, finalmente em sua sanha fascista,

extinguiu as organizações intelectuais, estudantis e camponesas, usando sempre para isso impiedosamente a força e a violência sem paralelo em toda história de nossa República;

As metas da ditadura foram atingidas, entregaram as riquezas nacionais ao capital estrangeiro, revogaram a lei de remessa de lucros, criaram uma lei de reforma agrária exclusivamente para resguardar os privilégios dos latifundiários mais reacionários, entregaram as refinarias nacionalizadas aos trustes internacionais, desnacionalizaram a economia brasileira, reduziram a capacidade de consumo da grande maioria da população em consequência da diminuição do poder aquisitivo da moeda, desestimularam a indústria nacional, conferindo vantagens excepcionais aos investimentos estrangeiros e finalmente o custo de vida subindo vertiginosamente acompanhando a espiral inflacionária tudo isso levou ao empobrecimento da maioria das classes trabalhadoras espalhando a miséria e a fome no campo e na cidade, e, ao enriquecimento da minoria que se apoderou do poder;

Nós brasileiros nacionalistas que temos orgulho de nossa pátria, de oito milhões e meio de quilômetros quadrados, e oitenta milhões de habitantes, tão imensa e rica como as grandes potências, que possui um índice cultural bastante elevado, com suas classes trabalhadoras quer da cidade, quer no campo, esclarecidas e conscientes de seu destino histórico, não podemos PERMITIR DE FORMA ALGUMA, que este governo, ilegal e antipopular, reduza o nosso país a uma simples colônia, humilhando-nos com sua política norte-americano em detrimento não só de nossa economia mas da própria América do Sul;

Mais uma vez o povo gaúcho levanta-se em armas, contra a tirania, opressora, miséria e espoliação, conclamando à luta todos os patriotas contra o inimigo comum, e aos milhares de grupos clandestinos organizados em todo os Estados e territórios que passem

em agir empunhando a bandeira a das forças armadas de libertação nacional, com a sigla “falna”, procurando por todos os meios ao seu alcance destruí-lo ou imobilizá-lo, nos quartéis, navios, bases aéreas, repartições públicas, fábricas, portos, transportes marítimos, ferroviários e aéreos, enfim em todo os setores da atividade nacional, numa luta sem tréguas ao inimigo comum, pois esta causa não nos pertence, é de todos os brasileiros democratas e progressistas que desejam viver sob um regime em que impere a lei, a justiça, a liberdade e o respeito a dignidade humana. Nós, que constituímos os elementos de vanguarda das forças armadas de liberação nacional, patriotas, aguerridos e idealistas, iniciamos esta marcha histórica conscientes de nosso destino e convictos de nossa missão. Trazendo aos ombros as próprias armas que se voltaram contra o povo, e requisitaremos daqui por diante todos os meios necessários para cumprirmos o nosso juramento, liquidar para sempre o inimigo do povo, preferindo morrer como heróis a viver como covardes. FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (PROCESSO Nº 335, 1965).

Apesar do manifesto basicamente falar por si, é importante destacar que Jefferson tinha posicionamentos claramente de esquerda, assim como uma compreensão relativamente profunda da realidade econômica, social e política do Brasil. Podendo afirmar, inclusive, seu posicionamento na defesa da classe trabalhadora, tentando em seu discurso unificar o conjunto de trabalhadores brasileiros, como militares, estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, mas conclama em particular os militares das três forças armadas e das forças auxiliares, para salvar a soberania nacional e as liberdades democráticas, gravemente feridas pela ditadura militar.

Outro aspecto relevante no manifesto, diz respeito ao apoio das forças estrangeiras imperialistas na deposição de João Goulart e

na instauração da ditadura militar, violando um conjunto de liberdades individuais e coletivas, perseguindo o povo trabalhador com uma violência impiedosa e sem precedente na história da república. De acordo com o manifesto escrito por Jefferson, a ditadura militar atingiu a sua meta, entregando as riquezas nacionais ao capital estrangeiro, revogando a lei de remessa de lucros, criando uma legislação de reforma agrária para resguardar exclusivamente os privilégios dos latifundiários mais reacionários do Brasil. Percebemos, através de seu nacionalismo, uma crítica forte, direta e dura em relação à estrangeirização da economia e à subalternização dos interesses brasileiros diante dos estrangeiros.

Da estação de rádio, alguns foram para a delegacia de polícia, mas não entraram, permanecendo em conversa com pessoas que se aproximavam, entre elas estavam o delegado de polícia Altino e o inspetor de polícia local, que fora atingido pelo AI-1. Segundo Alberi, tanto o Delegado como o Inspetor se prontificaram a acompanhá-los, mas o grupo não concordou. Como o delegado fazia questão de contribuir de alguma maneira, ofereceu ao grupo um caminhão Mercedes-Benz que estava retido em um posto de gasolina por não estar com a documentação em dia. O próprio delegado os conduziu ao local, onde determinou a um funcionário que entregasse a viatura a Silvino Souza Fraga, motorista do grupo. Ali deixaram o outro caminhão.

Outra parte do grupo seguiu da estação de rádio para a residência do gerente do Banco do Brasil, localizada no pavimento superior da agência. Bonilha, responsável por essa etapa da operação, e mais dois integrantes do grupo já se encontravam no local. Essa ação, segundo Cardim, era facultativa. Tocaram a campainha, sendo atendidos pelo gerente do banco, conforme consta no diário de Jefferson Cardim, que se dirigiu a ele nas seguintes palavras: “Que-

remos dinheiro, rebentou a revolução contra o golpe em todo o Rio Grande, o III Exército já aderiu e neste momento Brizola deve estar chegando a Porto Alegre, precisamos de dinheiro para o nosso deslocamento” (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 6). O gerente, no entanto, não entregou o dinheiro, afirmando existir, no cofre, uma fechadura clavicular composta por duas chaves, uma ficava em posse dele e a outra do subgerente que, por sua vez, estava em Ijuí. Bonilha sugeriu arrombar o cofre, mas, segundo Cardim, o grupo não possuía ferramentas adequadas, além do mais não havia tempo suficiente, de modo que disseram ao gerente que se recolhesse.

Ao mesmo tempo em que se realizava a operação no Banco do Brasil, Alcindor Aires organizou um patrulhamento, revistando todos os carros que entravam na cidade e detendo todos aqueles que tentavam sair durante a operação. Durante a revista, Aires encontrou, dentro de um dos carros, uma pasta de couro com mais de 1.000 contos em notas de 100 cruzeiros. Levando o dinheiro e o motorista até Jefferson Cardim, que disse para ele “não somos ladrões somos revolucionários, não vá dizer que roubamos o seu dinheiro”. Esse fato foi registrado em uma das manchetes jornalísticas do período:

enquanto o coronel estava no banco, seus homens detinham, na rua, todos os passantes. Uma dessas pessoas foi o chofer Ornélio Renz, dono de um carro de aluguel. Perguntaram-lhe se portava armas e respondeu que não. Mesmo assim, passaram-lhe revista; depois, foi mandado embora. O mesmo aconteceu com um colono que chegava à cidade, trazendo uma bolsa de 800 mil cruzeiros. Revistaram-no, mas não lhe tiraram o dinheiro (FATOS/FOTOS, 1965).

Em frente à delegacia, Jefferson Cardim agradeceu ao comissário pela eficiente colaboração, liberou os praças da BM que estavam

presos no caminhão e lhes devolveu alguns armamentos. Nesse momento, já havia se passado duas horas desde o início da operação, resultando em um atraso de uma hora do previsto, o que, segundo Cardim, foi ocasionado pela demora na execução das operações na rádio e no Banco do Brasil. Era aproximadamente 2 horas da madrugada, uma quinta-feira, dia 26 de março de 1965, quando o grupo saiu em direção a Tenente Portela, embarcando no caminhão Mercedes-Benz, ano 1964, conduzido por Fraga. Na cabine iam Alberi e Jefferson Cardim, na carroceria iam os outros integrantes do grupo.

3.6.1. A operação em Tenente Portela

Poucos minutos faltavam para às 3 horas, quando o grupo chegou a Tenente Portela. Por se tratar de uma cidade pequena, os habitantes estavam todos dormindo e as luzes todas apagadas, com exceção da iluminação da PM, para onde o grupo se dirigiu. Ao pararem o caminhão, Jefferson e Alberi desceram e os demais ficaram aguardando ordens. Jefferson abriu a porta e, constatando que o sargento estava sozinho, ordenou que Alberi executasse o pedido de entrega das armas. O sargento, no entanto, não acatou o pedido de Alberi e tentou fechar a porta. Diante dessa ação, Alberi apontou o revólver 38 para o sargento que, por sua vez, saiu correndo pelo corredor e pulou a janela. Nesse momento, Firmo Ayres e Bonilha desceram do caminhão e Cardim ordenou a eles que quebrassem as instalações da delegacia e carregassem diretamente para o caminhão todo o armamento e equipamento disponível. Enquanto a ação se desenrolava, Jefferson Cardim sentou-se à mesa do sargento, quebrou o quadro e rasgou a foto do governador Ildo Meneghetti que estava pendurada (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 7)

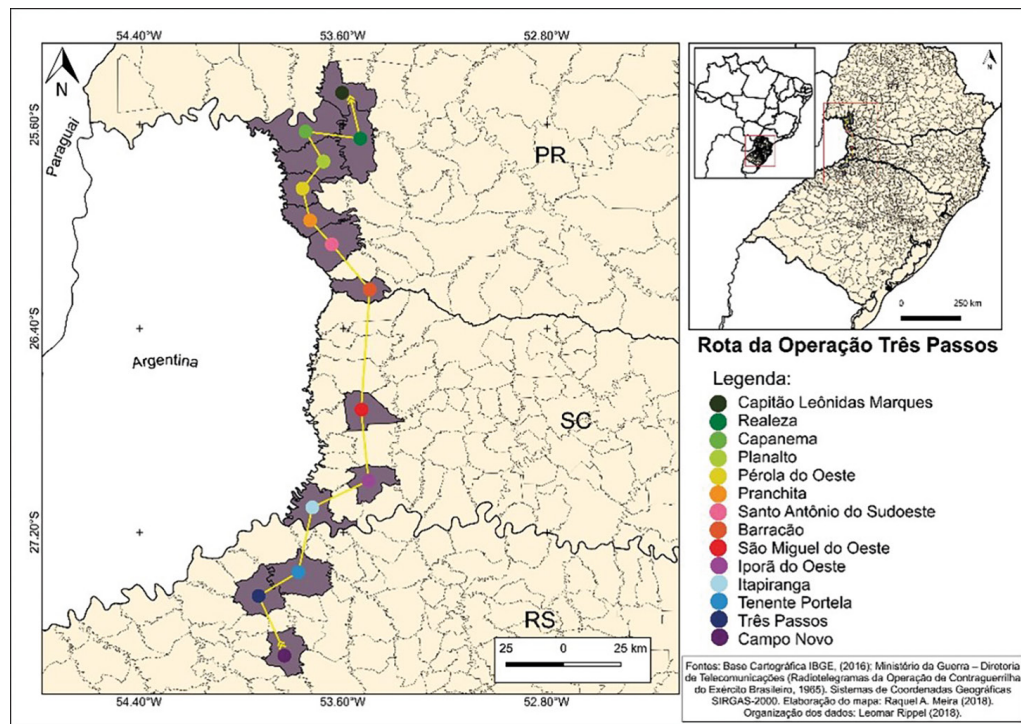


FIGURA 5.

Itinerário da Operação
Três Passos

FONTE:

Base cartográfica IBGE
(2016). Ministério da
Guerra – Diretoria
de Telecomunicações
(Radiotelegramas
da Operação de
Contra guerrilha do
Exército Brasileiro (1965).
Sistemas de Coordenadas
Geográficas SIRGAS
– 2000. Elaboração do
mapa: Raquel A. Meira
(2018). Organização dos
dados: Leomar Rippel
(2018).

No destacamento, os integrantes do grupo de Cardim destruíram a “mesa da radiotelegrafia, telefone, quadros de autoridades da Ditadura e do General Fascista-Golpista Castelo Branco, etc.” (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 7). Por ordem do próprio Cardim, o grupo devastou todo o destacamento policial e, antes de partirem, ainda encontraram um cabo e três soldados que, ao perceberem o movimento, acabaram fugindo. Antes de se deslocarem em direção a Santa Catarina, o grupo avistou as luzes acesas da agência de Correios e dos Telégrafos, entrou nas suas dependências, inutilizou a estação, o telefone e a radiotelegrafia.

Visando cruzar o rio Uruguai, após concluída a operação em Tenente Portela, o grupo se deslocou para Itapiranga, onde chegaram o destacamento militar. Como havia apenas um praça no destacamento, e diante da superioridade de homens, não houve nenhuma dificuldade na ação. Dali retiraram o pouco armamento existente, uma máquina de datilografia, um mapa do estado de Santa Catarina e um do Basil. Prosseguiram viagem, ao amanhecer o grupo parou para tomar café em um hotel, em Iporã (SC). Enquanto isso, Jefferson, com seu rádio, ouvia as notícias sobre os episódios em Três Passos, Tenente Portela e Itapiranga. Foi nesse momento que, segundo ele, percebeu que não haveria adesão ao movimento.

3.7. A improvisação marca o deslocamento do grupo

Como não houve nenhum apoio às ações do grupo, Jefferson, Alberi e Bonilha passaram a organizar um plano de fuga e, por estarem junto a fronteira com a Argentina, discutiram a possibilidade de se refugiarem naquele país. Segundo Jefferson, Alberi sugeriu que a melhor hipótese seria conduzir o grupo até o seu sítio, próximo

a Santo Antônio do Sudoeste, pois havia alimentação para todo o grupo e lá poderiam traçar um plano de fuga para o Mato Grosso, mas antes deveriam passar em Aparecida do Oeste (PR). Segundo Alberi, o subdelegado dessa cidade era de sua confiança e havia se comprometido em contribuir com 20 homens para um movimento armado organizado por Brizola contra a ditadura militar.

Sendo assim, combinaram que os planos de fuga seriam traçados em Aparecida do Oeste, contando com a ajuda e proteção do subdelegado. Contrariando tal versão, em seu depoimento ao IPM, Alberi Vieira dos Santos conta que em Iporã, quando estavam discutindo como proceder, argumentou que o grupo deveria entrar em território argentino; contudo, Jefferson respondeu a ele que não havia perigo, naquele dia 27 de março, porque o Exército só poderia persegui-los no dia 28, que o melhor seria ir em direção a Mato Grosso.

Não sabemos qual das versões está de acordo com os fatos, mas percebemos que tanto Jefferson quanto Alberi não imaginavam que pudesse haver um cerco tão rápido das tropas do Exército sobre o grupo que comandavam, nem como proceder após tais ações. Isso indica que o planejamento previa somente a chegada até a divisa com Santa Catarina.

Conforme Jefferson Cardim, em seus depoimentos, no IPM, que constam do processo nº 335/1965, havia um processo de articulação entre Brizola, no Uruguai, com o ex-coronel da Aeronáutica, Emanuel Emanuel Nicoll, exilado na Bolívia. E como Alberi fora ao Mato Grosso, a pedido de Brizola, na articulação de um plano de luta armada, possivelmente seria esse o motivo pelo qual eles optaram por ir para esse estado.

O fato é que a ditadura militar agiu o mais rápido possível para cercar o grupo, no dia 26 de março de 1965, às 12 h 45 min,

a 1ª/13ª RI de Francisco Beltrão, recebeu o radiograma de número 120 (cento e vinte) do comandante da 5ª Região Militar e Divisão de Infantaria de Curitiba, general de Divisão Alvaro Tavares Carmo, mencionando que um grupo de “guerrilheiro” estava atuando na região de Três Passos, Frederico Westphalen e deslocaram-se em direção a Cristo Rei (SC) rumo a São Miguel do Oeste, itinerário este que conduzia a Foz do Iguaçu e que o Exército havia solicitado o deslocamento da FAB para a região.

Inclusive os militares já possuíam as informações de que Jefferson Cardim e Alberi Vieira dos Santos seriam dois dos integrantes do grupo. Segundo os radiotelegramas, o grupo era constituído de cerca de 40 homens e contavam também com um caminhão Mercedes-Benz, sendo que as ordens do comandante da RM seriam de redobrar as medidas de segurança na área de jurisdição da unidade militar e também para ficar em condições de atuar. Cinco minutos depois, às 12 h 50 min, a 1ª/13ª RI recebeu um novo rádio, nº 122-E2, da 5ª RM-DI, complementando o anterior e trazendo informações de que “os guerrilheiros estavam usando uniformes do Exército e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul”.

De Iporã, deslocaram-se para Santo Antônio do Sudoeste, antes passando pela barreira do posto fiscal na divisa de Santa Catarina com o Paraná. No local havia uma corrente formada por militares e pelo chefe do destacamento que, prontamente, prestaram continência, abrindo passagem para o grupo. Entretanto, segundo Jefferson, o chefe encarou-os “com uma cara de desconfiado e deve ter telefonado a Curitiba comunicando a nossa passagem” (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 9).

Analisando as fontes militares, pressupomos que o chefe do destacamento descrito por Jefferson Cardim de fato comunicou às autoridades militares sobre a passagem do grupo na divisa de Santa

Catarina com o Paraná, já que, às 14 h 28 min, a 1ª/13º recebeu novo radiograma do comando da 5ª RM/DI, de Curitiba, informando que o grupo estava em Barracão e, às 15 h 15 min, outro rádio, também da 5ª RM/DI, descreveu que o grupo havia passado por Barracão às 12 h 50 min e se deslocado na direção de Santo Antônio do Sudoeste, Capanema (PR) e Foz do Iguaçu. O general também solicitou informações colhidas junto às autoridades locais, indicando que, dependendo das informações, um pelotão deveria fazer a perseguição ao grupo (RELATÓRIO 1º/13º RI, 1965).

Havia uma série de preocupações quanto ao movimento, pois até então o Exército não conhecia a sua dimensão exata. Uma das preocupações era a possível adesão de populares ao movimento, por isso a preocupação em comunicar que o grupo estava vestindo uniforme militar, tanto do Exército quanto da BM do Rio Grande do Sul, possivelmente pelo fato de entenderem que essas informações poderiam facilitar a identificação dos integrantes do grupo. Essas, porém, também tinham por objetivo levar ao conhecimento dos civis os detalhes da operação com o fim de dificultar a adesão das camadas populares ao movimento, porque, desde sua instalação, em 1954, o exército manteve um relativo prestígio na região Sudoeste do Paraná, principalmente por ter prestado auxílio ao Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) na medição e legalização jurídica das terras.

O capitão Miscow, da 5ª RM-DI, enviou para a 1ª/13º RI, às 12 h 55min, do mesmo dia, o rádio nº 130 ordenando que a unidade militar ficasse em situação de prontidão³⁵ até o recebimento da nova

³⁵ De acordo com o Ministério da Defesa, prontidão “É definido como a capacidade de pronto atendimento da Força para fazer face às situações que podem ocorrer em ambiente de combate. A prontidão fundamenta-se na doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestruturas, fatores determinantes para a geração das capacidades requeridas a uma Força com prontidão operativa” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2014, p. 55).

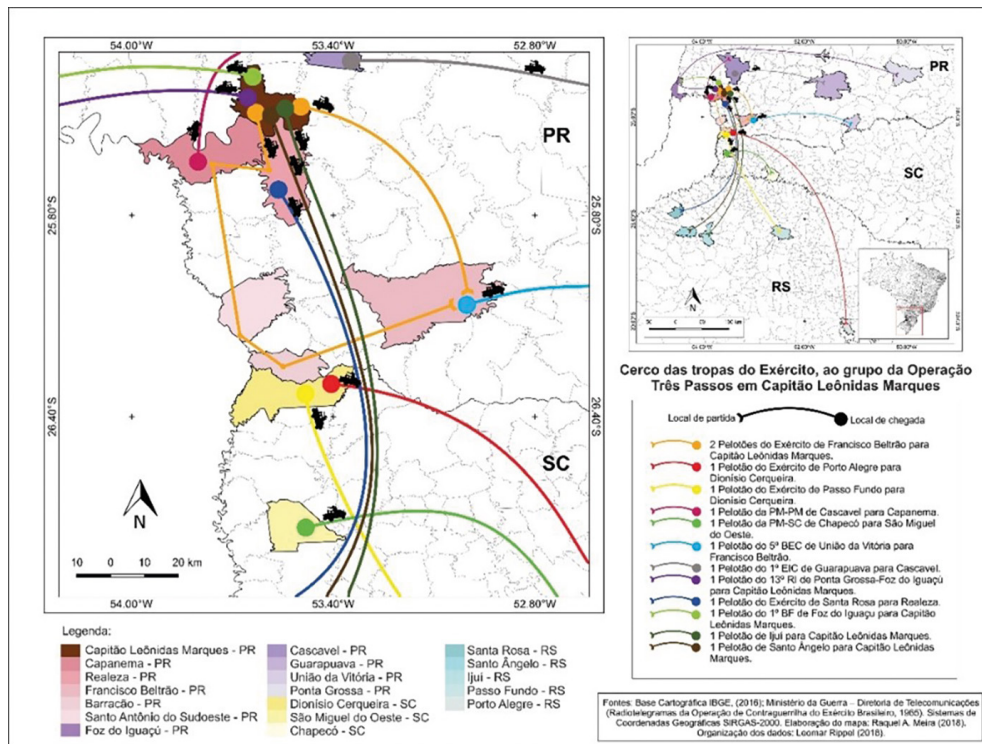


FIGURA 6.

Cerco das tropas do Exército ao grupo da Operação Três Passos em Capitão Leônidas Marques

FONTE:

Base cartográfica IBGE (2016). Ministério da Guerra – Diretoria de Telecomunicações (Radiotelegramas da Operação de Contraguerrilha do Exército Brasileiro (1965). Sistemas de Coordenadas Geográficas SIRGAS – 2000. Elaboração do mapa: Raquel A. Meira (2018). Organização dos dados: Leomar Rippel (2018).

ordem de reconhecimento na região. Após 45 minutos, a unidade militar recebeu o rádio nº 318-E3, enviado pelo general Carmo, determinando o deslocamento urgente de um pelotão armado, municiado e comandado por um oficial, a fim de interceptar o grupo. O rádio autorizava também a requisição de uma viatura, combustível e lubrificante de civis e do poder público para a operação. Evidencia-se, portanto, que o exército não dispunha de condições materiais suficientes para uma operação que imaginavam ser de guerrilha, indicando que a ação contra a ditadura militar brasileira pegou o Exército de surpresa.

É notório, pela documentação militar, que a partir das 12 h, do dia 26 de março, a ditadura militar brasileira, através do 3º Exército e da 5ª RM/DI, já havia traçado a estratégia militar de cercar o grupo de Jefferson do modo mais rápido e com o maior número possível de militares da região do sul do Brasil. No radiotelegrama 318-E3, o general Carmo determinou que, as unidades militares do Exército envolvidas nas operações, mantivessem o comando da 5ª RM/DI com informações detalhadas sobre as atividades operacionais. No mesmo comunicado, determinou o deslocamento urgente de um pelotão de fuzileiros, convencionalmente armado e municiado e sob o comando de um oficial, a fim de interceptar os “guerrilheiros”.

Foram deslocados para a região 13 pelotões, sendo 11 do Exército, um pelotão da Política Militar do Paraná e mais outro da Polícia Militar de Santa Catarina. Não há, no entanto, números exatos do efetivo militar mobilizado na operação. A quantidade exata de militares que podemos confirmar, através da análise da documentação de que dispomos, é apenas referente à 1ª/13º BI, de Francisco Beltrão, e ao 13º BI, de Ponta Grossa. Entretanto, o número do efetivo de um pelotão militar varia de 25 até 50 militares, sendo que todos os pelotões sobre os quais dispomos de números possuem, no mínimo,

40 militares. Dessa maneira, adotando um número intermediário em cada pelotão, percebemos, conforme a Tabela 1, que foram mobilizados, nos três estados do Sul do Brasil, aproximadamente 600 militares durante a operação de interceptação.

TABELA 2. NÚMERO APROXIMADO DE MILITARES QUE FORAM ENVIADOS PARA A OPERAÇÃO DE INTERCEPTAÇÃO DO GRUPO DO CORONEL CARDIM

1	1 pelotão Exército de Francisco Beltrão – PR	47 militares
2	1 pelotão do Exército de Francisco Beltrão – PR	41 militares
3	1 Pelotão do Exército de Guarapuava – PR	80 militares
4	1 pelotão do Exército de Ijuí – RS	40 militares
5	1 pelotão do Exército de Santa Rosa – RS	40 militares
6	1 pelotão do Exército de União da Vitória – PR	40 militares
7	1 pelotão do Exército de Santo Ângelo – RS	40 militares
8	1 pelotão do Exército de Passo Fundo – RS	40 militares
9	1 pelotão do Exército de Porto Alegre – RS	40 militares
10	1 pelotão do Exército de Foz do Iguaçu – PR	40 militares
11	1 pelotão do Exército de Foz do Iguaçu – PR	40 militares
12	1 pelotão do exército de Ponta Grossa – PR	25 militares
13	1 pelotão da Polícia Militar do Paraná – Cascavel – PR	40 militares
14	1 pelotão da Polícia Militar de Santa Catarina – Chapecó – SC	40 militares
15	TOTAL APROXIMADO	593 militares

Fonte: MINISTÉRIO DA GUERRA – Diretoria de Telecomunicações (Radiotelegramas da Operação de Contraguerrilha do Exército Brasileiro (1965). Organização dos dados: Leomar Rippel (2018).

Além da preocupação com a chegada do grupo do Coronel Cardim a Foz do Iguaçu, os militares estavam preocupados também com uma possível tomada do quartel do Exército em Francisco Beltrão, como ocorrera com alguns destacamentos da BM do Rio Grande do Sul. Tal apreensão pode ser percebida no radiotelegrama enviado às 14 h, de 27 de março de 1965, pela 5ª RM-DI de Curitiba,

determinando que a unidade militar de Francisco Beltrão deveria manter um terço do efetivo, conforme artigo 499 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG), e também o restante da tropa, segundo indicação do artigo 497-RISG (RADIOTELEGRAMA 378, 1965).

De acordo com o artigo 497-RISG, que entrou em vigor pelo Decreto nº 42.018, de agosto de 1957, e foi revogado pelo Decreto nº 89.586, de 1984, “A ordem de sobreaviso determina a situação na qual o Corpo fica prevenido da possibilidade de ser chamado para o desempenho de qualquer missão extraordinária” (RISG, 1957). Já no artigo 499, ficava claro que “A ordem de prontidão importa em ficar o Corpo preparado para sair do quartel logo que receber ordem para desempenhar qualquer missão dentro da respectiva Guarnição ou a distância que permita sejam atendidas, com os recursos do próprio Corpo suas necessidades *[sic]*” (RISG, 1957). Não dispomos de documentação suficiente para afirmar se outras Organizações Militares de Saúde (OMS), tais como a do 1º B Fron, de Foz do Iguaçu e do 13º RI, de Ponta Grossa, também ficaram de sobreaviso. Acreditamos, contudo, nessa possibilidade, visto que foi grande o esforço para neutralizar o primeiro movimento de resistência armada contra a ditadura militar brasileira.

Pouco antes do grupo liderado por Jefferson Cardim chegar a Santo Antônio do Sudoeste, segundo esse, a convite de seu sobrinho Alberi, Virgílio Soares de Lima passa a integrar o grupo. Contudo, Lima, em entrevista concedida a Valdir Sessi, em 25 de fevereiro de 2014, e publicada na obra “Combatentes: tempos de falar: depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná”, conta que, ao chegarem em sua casa “o Coronel e todos os outros companheiros”, Jefferson lhe pediu para atuar como guia até Ponta Porã, pois estavam “a serviço secreto do Exército. Aí eu fui.

Depois que nós viajamos um pouco, eu já senti diferente, não era como ele estava dizendo” (SILVA; BATISTA, 2016, p. 50). Lima afirma ter aceitado atuar como guia do grupo, pelo fato de fazerem parte dele, Alberi Vieira dos Santos e Silvano Vieira dos Santos, dois sobrinhos seus.

Após o ingresso de Virgílio Soares de Lima ao movimento, o grupo foi até a cidade de Santo Antônio para reabastecer o caminhão e enquanto esperavam, aproximou-se um sub-tenente da Força Pública Estadual, solicitando o comparecimento do coronel Jefferson à delegacia de polícia local, porém ele recusou o convite do militar para encontrar o delegado. Em seguida, foram ao sítio de Alberi Vieira dos Santos, onde pretendiam almoçar, todavia, ao tomarem conhecimento através do rádio que o caminhão já estava sendo procurado no estado do Paraná, embarcaram novamente e rumaram por estradas pouco transitáveis (sempre muito próximos da fronteira com a Argentina) para Aparecida do Oeste. Passando por Pérola D'Oeste (PR), Capanema e Realeza (PR) até chegarem às margens do rio Iguaçu. Por volta das 16 h, o grupo foi avistado por um avião da FAB, que fez um voo muito baixo, mas logo voltou a tomar altura.

A aeronave a que Jefferson Cardim se refere, de fato, consta em um dos radiotelegramas enviado para a 1º/13º RI pelo comandante do 3º Exército, general Joaquim Justino Alves Branco, que se encontrava em Foz do Iguaçu, devido à vinda do general Castelo Branco para a inauguração da Ponte da Amizade. No radiotelegrama, foi comunicado que o grupo de Jefferson fora localizado pela FAB, na Região de Pérola do Oeste às 18h 10 min. O comunicado também determinava que a 1º/13º RI deslocasse mais um pelotão para o eixo Francisco Beltrão-Capanema, embora não devesse ultrapassar a localidade de Planalto, e informava, ainda, que o pelotão do tenente

QUANDO OS REBELDES VIRAM QUE NÃO
CONSEGUIRIAM ESCAPAR PARA A
ARGENTINA, COMEÇARAM
A SE RENDER ÀS FORÇAS LEGAIS



Lemos havia atingido Santo Antônio às 18 h 30 min (RADIOTELEGRAMA 238, 1965). A essa altura, intensifica-se ainda mais o cerco que os militares faziam ao grupo.

Eram 21 h da noite, do dia 26 de março de 1965, quando a tropa chegou às margens do rio Iguaçu e cruzou a balsa e cerca de 23 h em Capitão Leônidas Marques (PR). Jefferson e Alberi bateram à porta de um bar-restaurante que se encontrava fechado, mas, mesmo assim, o proprietário os atendeu, providenciando 22 sanduíches com salame. Após a refeição, o grupo deslocou-se aproximadamente por dez quilômetros em direção a Cascavel, camuflou o caminhão na mata e todos pernovernaram na encosta de uma roça de milho.

FIGURA 7.

Localização do
caminhão pela FAB.

FONTE:

Revista Manchete,
10 de abril de 1965.

3.8. O conflito armado: o fim da Operação Três Passos

Na manhã do dia 27, enquanto o pessoal se encarregava da retirada de todo o material do caminhão e da sua camuflagem, Jefferson, Alberi e Bonilha foram para Capitão Leônidas Marques tentar contato com o subdelegado Arelino Alves Dorneles, bem como comprar alimentos para o grupo. Após caminharem cerca de dois quilômetros pela estrada, uma viatura com vários militares do Exército os ultrapassou, com isso, saíram da estrada para decidir como proceder diante da situação. Decidiram, então, que Alberi e Adamastor Bonilha continuariam a caminhada até a cidade e Jefferson Cardim regressaria para junto do grupo. No retorno, Jefferson se encontrou com um habitante local e perguntou se havia outras viaturas do Exército nas proximidades, diante da resposta positiva, Cardim percebeu que estavam de fato inevitavelmente cercados.

Ao chegar ao local, onde os outros integrantes se encontravam, chamou o grupo, esclareceu a situação e determinou que se armassem, pois haviam passado por uma patrulha do Exército em uma viatura e iriam prendê-la. Jefferson coloca novamente o uniforme do Exército, com as divisas de coronel, e todos se dirigiram para a estrada principal. Quando estavam se aproximando, ouviram o ruído de uma viatura, nesse momento Jefferson ordenou que cada um tomasse a sua posição e deitasse na mata à beira da estrada.

No leito do caminho, havia uma lombada com vegetação densa de ambos os lados, o que dificultava a visibilidade. A vantagem, porém, era de que o grupo liderado por Cardim sabia de onde vinha o caminhão e quando esse chegou ao topo da lombada, foi rendido e o pelotão deu ordem de prisão aos militares. Assim, “o motorista asustou-se e causou mesmo um total pânico pela força da inércia deu

marcha atrás concomitantemente o Tenente saltava, os seus soldados pulavam para ambos os lados da estrada e davam tiros a esmo [*sic*]" (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 11). Nesse confronto, morreu o 3º sargento Carlos Argemiro de Camargo.

Apesar de ser extensa a citação abaixo, extraída do relatório de operação do 1º tenente Juvêncio Saldanha Lemos, comandante do pelotão, mostra-se de fundamental importância, vejamos:

Na viatura testa íam [*sic*] na cabine eu (Ten Lemos), Sgt Camargo e o Cabo Bertussi, sendo este último o motorista. A carroceria estava ocupada por quinze homens. A meio caminho entre São José e Santa Lúcia, numa curva da estrada, de chofre deparamos com um indivíduo, vestindo o 5º Uniforme de Oficial do Exército, sem a túnica, portando, na cintura uma pistola e na mão direita, segurando ao longo da perna uma arma grande. Não pude notar se era uma metralhadora ou um mosquetão. Ao nos reconhecer titubeou por alguns segundos, então fez sinal para pararmos. Deviam ser 11:00 hs. Dei ordem para o motorista parar imediatamente, e ainda com a viatura em movimento, rolei para fora da estrada. A viatura parou a mais ou menos dez metros do indivíduo, enquanto o restante dos ocupantes abandonava a viatura e se abrigava na beira da estrada. Concomitante, os primeiros tiros foram disparados contra o caminhão ainda com alguns soldados procurando abandoná-lo, comandei então: "FOGO À VONTADE", e a 1ª/13º RI respondeu rápido e violentamente ao fogo recebido. Os primeiros momentos foram de confusão. Com os Sargentos conseguimos impedir que a tropa retrocedesse, acalmamos e gritamos para que permanecessem onde estavam: instalados nas duas margens da estrada. Ordenei que a última viatura retornasse a Leônidas Marques para

participar do ocorrido ao Cap Ibiapina e pedir reforços. Pensei que fosse ser atacado por ambos os flancos da estrada (tática de guerrilha), e portanto dei ordens de defesa e observação em todas as direções. Tal, como vimos mais tarde, não era necessário, pois os guerrilheiros tinham se instalado perpendicularmente a nossa frente. Durante o tiroteio perdi contato com os Sargentos Tavares e Camargo. Calculei que deviam estar camuflados na mata. A viatura testa, que tinha ficado na dobra da curva, estava abandonada uma vez que a tropa tinha se instalado defensivamente antes da curva, temendo que pudesse ser roubada (tenho inclusive a impressão de ter ouvido o barulho do motor em movimento), ordenei que um grupo progredisse pelo mato e a cobrisse pelo fogo. Um de meus soldados atirou em um indivíduo que estava tentando se aproximar dela, e o mesmo saiu correndo. Declarou o referido soldado ser quase certo ter ele ferido o tal indivíduo. Após ter cessado totalmente o tiroteio (aproximadamente 10 minutos), comecei a desbordar pela esquerda da reação, e por dentro do mato, utilizando para tanto três GC. Nesse momento ouvi alguém gritar que o Sgt Camargo estava baleado em algum local. Gritei para procura-lo e evacuá-lo. Às 13:00 hs deu-se o início do avanço contra a posição guerrilheira, já com o concurso de dois GC do 1º B Front que o Cap Ibiapina tinha remetido como reforço. A tropa começou a avançar a cavaleiro da picada, encontrando então, diversos materiais dos guerrilheiros em fuga. Quase no fim da picada, numa curva, foi encontrado o caminhão Mercedes Benz amarelo, camuflado e abandonado. Por esse tempo alguém encontrou o corpo do Sgt Camargo já morto. Eu não quis olhar o corpo. Dei ordem ao Sgt Ricieri para retornar com o corpo para Francisco Beltrão (LEMES, 1965, n.p).

O tiroteio aconteceu em um terreno em que ambos os grupos não se avistavam devido à vegetação formada por um cipoal “que se formava em torno de grandes arbustos abundantes de folhagens e o chão coalhado de vegetação com espinhos, muito peculiar em toda selva” (CARDIM, [entre 1965 e 1980], p. 11). Além da falta de preparo dos militares para esse tipo de operação, também não tinham certeza do efetivo que integrava o grupo liderado por Cardim, nem noção da direção exata do grupo, possivelmente acreditavam estarem cercados por todos os lados.

O caráter amador e totalmente improvisado do movimento comandado por Jefferson Cardim ficou evidente no primeiro e único confronto, pois enquanto havia a troca de tiros, seu grupo se dispersou de forma muito rápida. Os integrantes da tropa não faziam ideia do que estava acontecendo, na medida em que haviam sido enganados para estarem ali e não tinham a menor noção de como manusear o armamento no momento do confronto e a maioria foi preso no primeiro e segundo dias após o confronto, inclusive o comandante Jefferson, o primeiro a ser detido pelos militares, sendo que alguns deles se apresentaram livremente às forças militares do Exército.

Nesse tópico, o objetivo foi demonstrar a preocupação dos militares em interceptar o mais rápido possível a primeira ação armada contra a ditadura militar brasileira. Para isso, como pudemos demonstrar, foi mobilizado um grande efetivo de militares do exército tanto do estado do Paraná quanto do Rio Grande do Sul. Também foram mobilizadas a FAB e as Polícias Estaduais de Santa Catarina e do Paraná. No tópico a seguir, buscaremos apresentar as prisões e torturas sofridas pelos integrantes do movimento, bem como demonstrar a participação de civis na referida operação no tocante às ações de informação e localização dos componentes do grupo de Jefferson Cardim.

3.8.1. As prisões dos integrantes da Operação Três Passos

Após o encontro e a troca de tiros entre as tropas do exército e o grupo comandado por Jefferson Cardim, houve uma dispersão geral de ambas as forças, mas principalmente dos integrantes da Operação Três Passos, que se dirigiram às casas dos agricultores para pedirem informações e alimentos. Através desse contato, ficaram sabendo que o Exército estava em operação para prender um grupo que havia roubado um caminhão. Percebemos que é muito provável que os militares não tenham divulgado para a população local os motivos reais pelos quais estavam realizando a operação. Possivelmente, deve-se ao fato de recearem uma possível adesão ao movimento, ao mesmo tempo em que esperavam que essa adesão fosse a favor do Exército.

A dispersão ocorreu em pequenos grupos, desse modo, Cardim e Silvino Souza Fraga foram à casa de um camponês que lhes serviu água e chimarrão e com o qual comentaram sobre o que havia acontecido; solicitaram roupas velhas e chapéus de palha para simular que eram trabalhadores do campo. Após serem atendidos, pediram que o camponês guardasse as armas e as respectivas munições, mas esse se recusou, pois iria comprometê-lo. Diante disso, Jefferson Cardim colocou as armas e as munições dentro de um saco de aniação, que havia na casa, e cobriu com palha de milho.

Enquanto aguardava na residência do camponês, Jefferson Cardim ordenou a Silvino Souza Fraga que fosse até o caminhão e pegasse a documentação e o dinheiro. Quando esse saiu, o camponês retirou-se com toda família, fechou a casa e deixou Jefferson sozinho no sítio, à espera de Fraga, por aproximadamente 30 minutos. Entretanto, suspeitando do gesto do morador, Cardim apanhou suas coisas e tomou a estrada em direção a Capitão Leônidas Marques. Por seu lado, Fraga não cumpriu a ordem de Jefferson, aproveitando

para fugir; após permanecer algum tempo na mata, tomou a estrada com a finalidade de se entregar ao Exército, nisso, encontrou-se com um militar que lhe perguntou se pertencia ao grupo que havia matado o sargento.

Surpreso, ao tomar conhecimento da morte do sargento, e com receio, respondeu ser habitante da região e foi liberado pelo militar. Conversando com moradores, soube que policiais militares também estavam na região e a localização deles. Diante disso, dirigiu-se ao local no qual se encontravam os policiais a fim de render-se, porém, no caminho, encontrou-se com uma patrulha do Exército, cujo comandante lhe perguntou se pertencia ao movimento, diante da resposta afirmativa foi preso.

Jefferson continuou caminhando pela estrada principal, com as roupas sujas e rasgadas nas pernas, simulando ser um agricultor local; avistou alguns soldados na entrada da estrada secundária onde estava o caminhão camuflado, parou em frente a uma casa e perguntou ao morador o que estava ocorrendo, ouvindo desse que o caminho estava obstruído, pois o Exército estava procurando os ladrões de um caminhão. Recebeu a indicação de um atalho para furar a zona interditada e, com o saco nas costas passou por outra casa, na qual se encontravam umas dez pessoas aproximadamente e desses também ouviu que o Exército estava procurando uns homens que haviam roubado um caminhão.

Através de uma picada, Jefferson retomou a direção da estrada principal e saiu nela justamente onde havia uma barreira do Exército. Com autorização do soldado, acabou passando pela barreira, até esse momento nada sabia sobre a morte do sargento Camargo nem de seus outros companheiros. Durante o percurso, passaram viaturas do Exército e da polícia por Jefferson, que narra que saía da estada e tirava seu chapéu de palha como se estivesse saudando as autoridades.

des. Prosseguindo sua caminhada, logo a frente decidiu parar na casa de um caboclo, pediu água e foi convidado para se sentar.

Perguntou ao caboclo se estava ciente do que havia acontecido em Três Passos e esse lhe respondeu que ficara sabendo pelo rádio. Enquanto estava na casa, Jefferson tentou falar sobre política, João Goulart e Brizola, mas ouviu por parte do camponês que não entendia nada de política, inclusive era analfabeto, mas que seu irmão sabia e era eleitor de Brizola. Nisso, chegou o irmão, mais novo, conversaram sobre política e esse disse ser eleitor do PTB; aproveitando-se da oportunidade, Jefferson perguntou-lhe se o delegado de Capitão Leônidas Marques era brizolista e, diante da resposta afirmativa, decidiu se identificar, pedindo o endereço do delegado, pois precisava muito falar com ele. Diante da afirmação de Jefferson, o rapaz pediu que aguardasse e saiu rapidamente, minutos depois chegou outro homem se dizendo também irmão do caboclo, apresentou-se a Jefferson e saiu em seguida.

Conforme podemos observar, no processo nº 335/1965, quando se deu o confronto, Alcindor Ayres, seu irmão Manoel Ayres, Firmo Chaves, Silvano Soares dos Santos, irmão de Alberi e Alípio Charão, embrenharam-se na mata, mas na primeira casa que encontraram, Silvano os abandonou, alegando que iria para a casa de um tio nas proximidades. Os demais entraram novamente na mata e ali pernотaram. No dia seguinte chegaram a uma casa, próxima a uma escola, por volta do meio-dia, e dirigiram-se à dona da casa e pediram comida. Cada um comeu um prato de feijão, quiseram pagar, mas a mulher não lhes cobrou, contudo, mesmo assim, Alcindor entregou a ela trezentos cruzeiros e pediu um pouco de sal.

Conversaram também com o homem que estava na casa, para quem deram uma carabina calibre 22, porém nada comentaram sobre o ocorrido no dia anterior. O referido indivíduo conduziu-os a

um mato onde poderiam ficar escondidos e no qual depois iria encontrá-los; desconfiados de uma cilada, não aceitaram a sugestão e partiram mata adentro, ficando desorientados por dois dias. No dia em que foram presos, por volta do meio-dia, perceberam a aproximação de uma viatura enquanto caminhavam e se esconderam no mato, onde dormiram durante à tarde; à noite, saíram do mato e quando começaram a caminhada novamente, foram presos pelo Exército.

Outros que se dispersaram do grupo foram Euzébio Teixeira Dorneles e seus filhos Valdetar e Abrão, juntamente com Arsênio Blatt, que ao ouvirem os disparos dos tiros e os sinais feitos por Jefferson Cardim para que todos recuassem, saíram correndo, refugian-do-se em uma capoeira pelo resto do dia. O que está de acordo com o que declara Euzébio Teixeira Dorneles, em seu depoimento em Foz do Iguaçu, que narra que ao ouvirem os tiros e vendo o coronel Jefferson fazer sinal para recuarem, juntamente com seus filhos, Valdetar e Abrão, e mais Arsênio Blatt saiu correndo e entrou na mata.

Euzébio, Valdetar, Abrão e Arsênio ficaram escondidos em uma capoeira o resto do dia; no final da tarde se encontraram com Odilon Vieira, Reinoldo Von Goll e João Antônio Jaques; à noite chegou Virgílio Soares de Lima que estava na casa de um agricultor vizinho e sabendo que seus companheiros ali estavam, juntou-se a eles, ficando, portanto, todos juntos. Após a retirada das aeronaves que sobrevoavam o local, foram até à casa de um agricultor pedir para que chamassem o comandante das tropas do Exército para que se apresentarem, mas como já estava escuro, o agricultor se prontificou a chamar os militares no amanhecer do outro dia, como de fato aconteceu, e todos foram presos.

A fala de Adão Oliveira da Silva, em seu depoimento, é uma demonstração da fragilidade, em múltiplos aspectos, do movimento,

ele menciona que, na ocasião da determinação de Jefferson Cardim para que prendessem a patrulha do Exército, recebera uma ordem de Firmo Chaves para ocupar uma posição à margem da estrada, mas quando se viu longe das vistas do sargento Chaves, escapou com Pedro Bones e Antônio Ribeiro Vogt e quando do início do tiroteio já estavam uns 30 metros afastados e então correram. Mas à frente tiraram os capacetes e largaram as armas, em seguida atravessaram uma plantação de milho, chegaram à casa de um agricultor e perguntaram pela estrada que daria acesso à balsa do Rio Iguaçu. Continuaram a caminhada em direção ao sul, passando por Capitão Leônidas Marques, quando encontraram uma viatura do Exército, dois militares desembarcaram e após identificá-los, prenderam-os.

Silvano Soares de Souza foi um dos que também decidiu se entregar para o Exército; comenta ele que, quando houve o confronto armado, disparou algumas vezes, mas vendo seus companheiros fugirem, acompanhou-os. Encontrou-se com Chaves, Alcindor, Manoel e Charão, porém à determinada altura, Alcindor disse que fugiria com Firmo Chaves para Montevidéu e caso Silvano fosse preso, não o acusasse. Com tais declarações, Silvano os abandonou e procurou fugir sozinho, entrando no mato e, por não encontrar saída, ali pernoitou.

No dia seguinte, dia 28 de março, pela manhã, Silvano conseguiu localizar a casa de uma família e pediu comida; ele comentou sobre o que havia ocorrido e pediu ao agricultor para chamar os militares, pois desejava se entregar. Enquanto conversava com o agricultor, chegaram duas pessoas, a quem ele pediu que fossem chamar uma patrulha do Exército. Talvez por questões de segurança, solicitou a Silvano que lhe entregasse a faca e o revólver 38 que portava. Pouco tempo depois, chegou uma patrulha do Exército e Silvano foi preso e conduzido ao 1º B Fron.

Alberi Vieira dos Santos e Adamastor Antonio Bonilha, quando chegaram em Capitão Leônidas Marques, ficaram sabendo do confronto e, com receio de serem presos, tentaram sair da região. Parte da fuga foi realizada pelo mato e outra parte por estradas, conseguiram manter-se livres até o dia 31 de março, quando foram presos enquanto almoçavam na casa de um agricultor.

3.8.2. As torturas aos integrantes da Operação Três Passos

Após a prisão e a chegada de outros militares, Cardim foi derubado ao chão, teve seus pés e mãos amarrados para trás com cordas, tiraram seus sapatos, despojaram-no de tudo o que trazia nos bolsos e tiraram seu relógio, poupando apenas a aliança. Carregaram-no até o jipe e o jogaram na carroceria, foi escoltado pelo sargento Assunção, por um cabo do Exército, sentado no banco lateral, e, no outro banco, um soldado da Polícia Militar do Paraná. Na frente do jipe, estavam o motorista (dono do restaurante que Cardim havia visitado na noite anterior em busca de sanduíches) e o subdelegado do município, já que o delegado, que era o presidente do PTB local, havia sido preso por ser considerado cúmplice do movimento. Vários líderes do PTB da região, como prefeitos, vereadores e delegados haviam sido presos e levados para Foz do Iguaçu pela suspeita de fazerem parte do movimento. Após ser preso, Jefferson Cardim também foi conduzido para Foz do Iguaçu, sendo torturado ao longo do percurso, assim relata:

Quando cheguei na altura de Capanema, o jeep parou por ordem de um capitão, mandado por esse que me atirassem no chão da estrada e o capitão e

mais outro oficial, creio que tenente, foram me rolando aos pontapés durante um percurso de 30 metros, até transpor o portão de uma casa, onde me pareceu servir de alojamento de tropas do Exército chefiadas por aquele capitão. Aí o Cap e mais outro oficial pisaram todo o corpo e me deram inúmeros pontapés por todo o corpo, ferindo-me o rosto que sangrou na face esquerda, depois pegou um garfo e espetou-me todo o corpo, achando-me de barriga e rosto virado para o chão. Não contente com isso e aos gritos dizendo que eu havia matado seu sargento, acompanhado de palavras de baixo calão, mandou que todas as praças que se achavam presentes, cerca de 10, cuspissem na minha cara, o que foi cumprido com grande satisfação para o capitão. Depois a volta do jeep foi feita do mesmo modo, rolando o chão a pontapés até chegar junto a viatura, aí mandou jogar dentro do jeep como se fosse trapo humano e ao mesmo tempo disse para todos que eu havia lhe estragado o coturno, pois abriu a sola devido aos pontapés que me desferiu (PROCESSO Nº 335, 1965).

Em entrevista, o cabo temporário do Exército, Nelson Behne, hoje empresário na cidade de Francisco Beltrão, comenta sobre as torturas que Jefferson sofreu. Segundo Behne, um capitão de Foz do Iguaçu, que não recorda o nome

pegou o Cardim pelo pescoço, jogou no chão e chutou até arrancar a sola do coturno [...] cuspiram na cara dele, os caras da polícia que tavam ali né, o capitão pediu para todo mundo cuspir, daí ele se esfregava na grama para limpar assim, até deu um pouco de dó, o tenente pediu para o capitão que não matassem e não machucassem que ele tinha que levar o preso em condições para Foz do Iguaçu. Aí chegando no rio, encontramos os paraquedistas [...] primeiro xin-

garam ele bastante, depois afundavam ele dentro da água, tiravam (BEHNE, 2006, n.p).

Pouco antes de chegarem a Foz do Iguaçu, fizeram mais uma sessão de tortura com Cardim, o major Hugo Coelho, então assessor do general Justino Alves Bastos, comandante do 3º Exército, “interceptou o comboio e disse que tinha ordem de fuzilar o prisioneiro. Fizeram Jefferson, andar aos pulos, algemado por cerca de cem metros, mandaram encostar-se numa árvore e simularam um fuzilamento” (PALMAR, 2005, p. 355). Ao chegar a Foz do Iguaçu, na madrugada de 28 de março de 1965, amarraram-no nas grades da cela com os pés suspensos e os braços erguidos, a cada meia hora, o sargento Elísio apertava as cordas dificultando ainda mais a situação pela falta de circulação nas mãos e nos pés. Cardim foi brutalmente torturado “(...) aprisionado e submetido a tortura de grande perversidade por colegas dele, os oficiais do Exército. Deixava de existir a imunidade dos oficiais à tortura, respeitada nas sublevações anteriores (GORENDER, 1987, p. 123). Em entrevista ao *Coojornal*, em 1978, Jefferson diz que,

Na manhã do dia 28, fui levado à presença do comandante de Foz do Iguaçu, tenente-coronel Marques Curvo. Ele mostrou-me um telegrama do governador do Pará, Jarbas Passarinho, que se congratulava com a minha prisão. Ali passamos por uma cerimônia ridícula. Presente a tropa e algumas famílias dos militares, primeiro foi apresentado um contrabandista de café e o comandante fez um comentário sobre o custo de vida. Depois apontou para nós – estava todo o grupo preso, menos o Alberi e o Bonilha – disse: ‘Estes são comunistas, traidores da pátria que querem entregar o país à Rússia’ (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p. 127-128)

De acordo com Jefferson Cardim, na fase de interrogatório, os inquiridores queriam que ele envolvesse políticos da região, mas como não conhecia ninguém, foi levado à sala do S-2³⁶, onde foi espancado por oficiais e na manhã do dia 29 de março de 1965, jornalistas entraram na sala para fotografá-lo; na parte da tarde, saiu sangrando de outro interrogatório e foi levado ao gabinete do comandante.



Todos sofreram algum tipo de tortura, principalmente nos primeiros dias de interrogatório. No mês de junho de 1967, pouco antes da sentença de primeiro grau na 5ª RM, em Curitiba, todos os integrantes da Operação Três Passos foram interrogados pelo Conselho, onde reafirmam os maus-tratos sofridos, principalmente em Foz do Iguaçu. Iremos

FIGURA 8.

Jefferson Cardim de Alencar Osório, na primeira imagem, enquanto estava na ativa; nas outras duas, na prisão em Foz do Iguaçu.

FONTE:

Revista Manchete, 10 de abril de 1965.

³⁶ Sistema de informações do Exército.

a seguir, descrever apenas os depoimentos de Adamastor Antônio Bonilha, Firmo Chaves, Virgílio Soares de Lima, Euzébio Teixeira Dorneles, Alcindor Ayres e Odilon Vieira Brum.

Em 14 de junho de 1967, Adamastor Antônio Bonilha, em seu interrogatório, na 5ª Região militar em Curitiba, afirmou que após a sua prisão e de Alberi foram entregues ao capitão Ibiapina, que passou a espancá-los, o tenente do 13º RI contém o capitão, dizendo-lhe para se controlar. Segundo Bonilha, o capitão saltou sobre ele como um “galo de rinha a ‘pataços’”³⁷; no corredor do ônibus que os conduziu a Foz do Iguaçu após a prisão, encontrava-se com uma perna amarrada a uma perna de Alberi, com as mãos para trás e amarradas. Nos cruzamentos da estrada, o ônibus parava para recolher as tropas, e o capitão Ibiapina mostrava-os aos soldados, que passavam por cima dos seus corpos e chutavam o rosto de Alberi, que se encontrava um pouco acima do nível do solo, ficando esse com o rosto deformado.

Chegando a Foz do Iguaçu, Bonilha foi levado a uma sala em um andar superior, onde já se encontravam o major Moutinho, o capitão Ruy e o tenente Barra, esses passaram a escarrar nele e, em determinado momento, o major Montinho foi à porta da sala e perguntou quem queria bater no interrogado. Apresentaram-se o cabo Mussei e o sargento Ulysses, o encarregado do rancho na época para agredi-lo. Durante o interrogatório, em Foz do Iguaçu, recebeu duas cotoveladas dadas pelo tenente Barra, desmaiou e foi reanimado com a água que foi jogada sobre seu rosto.

Firmo Chaves em seu interrogatório, no dia 13 de junho de 1967, na 5ª RM de Curitiba, diz que após sua prisão, em Matelândia (PR), durante o percurso para Foz do Iguaçu, no dia 31 de março,

³⁷ Chutes com os pés.

ficaram amarrados e expostos para visitação pública. Em seguida, já em Foz do Iguaçu foram torturados por vários militares, dentre os quais estavam o tenente Barra, o major Moutinho, o tenente-coronel Curvo, o sargento Elizio e o capitão Ruy. Segundo Chaves, foi obrigado a subir inúmeras vezes em uma escada, com pedaços de pau amarrados nos braços e nas pernas, para ir até uma sala chamada de recepção. Permaneceu cerca de 50 dias, dormindo sobre o chão, sem colchão e sem roupas, somente de cuecas.

Virgílio Soares de Lima afirma que após sua prisão, foi amarrado e conduzido a Foz do Iguaçu, onde foi amarrado em uma grade, ficando com o corpo pendurado. Comentou que, até a prisão do Alberi, apanhava três vezes por dia, após isso, passou a sofrer mais espancamentos. Sobre sua assinatura no depoimento que prestou no inquérito, confirma a versão de outros presos de que foram colocados em fila e ele assinou um papel que não leu, nem lhe foi lido, pois pouco enxerga, por conta de uma deficiência visual.

Em 14 de junho de 1967, Euzébio Teixeira Dorneles declara que ao chegarem a Foz do Iguaçu foram amarrados e pendurados em uma grade pelas mãos, com os braços erguidos e que, nessa posição, recebiam pancadas de pessoas que não conseguiam ver porque estavam em suas costas. Comentou que as torturas começaram, de fato, após a chegada de Alberi, pois, quando esse chegou ao 1º B Fron, Euzébio foi levado à sala dos oficiais, onde o capitão Ruy perguntou se conhecia Alberi. Euzébio pediu para virarem o preso, pois ele se encontrava de costas. Alberi foi virado com pontapés e, segundo Euzébio, reconheceu-o mais pelas botas do que pelas suas feições, pois o rosto se encontrava inflamado. Ao dizer que o conhecia, começou a ser surrado frequentemente, sem que fosse ouvido; muitas vezes era chamado para ver o filho apanhar e depois de baterem nele, espancavam-o para que seu filho visse.



FIGURAS 9 E 10.

Parte do grupo
sendo exposto à
visitação pública em
Matelândia.

FONTE:

Revista Manchete, 10
de abril de 1965.

Alcindor Ayres, em seu interrogatório, em Curitiba, em junho de 1967, disse que após a prisão, foram amarrados e conduzidos na carroceria de um Jeep até outro posto, onde permaneceram dois dias na chuva, sem camisa e sem calçados. Até a data do depoimento, Ayres ainda apresentava dentes quebrados e lesões na perna esquerda, no braço direito, na clavícula esquerda e na cabeça, ocasionadas pelos espancamentos do capitão Ruy e do major Moutinho.

Este último, segundo Alcindor, espancara-o inclusive com um pedaço de pau, pois desejavam que acusasse qualquer militar de Santa Maria, ou de outro lugar, alegando que se os delatasse não seria mais espancado, mas como não acusou ninguém, como consta no processo, seguiu apanhando. O capitão Ruy disse que o acusado estava apanhando porque era burro, pois se acusasse algum militar, deixaria de apanhar. Quando foi levado para Porto Alegre, foi o último a embarcar no avião, pois se encontrava com as pernas e os braços presos e também tinha lesões na cabeça.

Valdetar Antônio Dorneles comenta, em seu interrogatório, em Curitiba, sobre as torturas, diz que, ao chegar à Foz do Iguaçu, foi amarrado e teve sua cabeça batida contra a parede, onde ficou com lesões e também no nariz. Foi levado ao Capitão Ruy e espancado por ele, pelo major Moutinho e dois militares paraquedistas. Apresenta marcas no braço esquerdo e nos dedos, resultado de ter sido amarrado com fios de nylon, tem também um desvio na coluna vertebral, ocasionado por um golpe no pescoço aplicado pelos paraquedistas. No seu inquérito, em Foz do Iguaçu, quando era perguntado se conhecia as pessoas cujos nomes constavam em uma lista e dizia que não, sofria espancamento.

Os militares, desconfiados de que Silvano, irmão de Alberi, poderia saber algo sobre os contatos, teriam o submetido a sessões de torturas tão intensas que poderiam ter causado a sua queda do

2º andar do B Fron, em Foz do Iguaçu, na qual fraturou o crânio (CADEMARTORI, 1993). Em nossa investigação, não conseguimos encontrar tal evidência, todavia essa hipótese não pode ser descartada, pois no exame de sanidade mental,³⁸ realizado em Silvano, em Curitiba, datado de 02 de agosto de 1966, ficam demonstradas suas limitações cognitivas, que talvez possam ter sido motivadas pela queda.

Um dos presos que não sofreu torturas físicas, entretanto psicologicamente foi torturado, é Odilon Vieira Brum. Segundo ele, ficou bastante abalado com a situação na prisão, pois os demais companheiros estavam sendo massacrados. Brum foi ouvido pelo capitão Ruy, que não gostou do seu depoimento e preparou outro que teve que ser assinado na prisão sem ter sido lido. Vale destacar que era prática sistemática da ditadura militar não incluir no processo o primeiro depoimento, pois esse era sempre obtido mediante as torturas mais bárbaras.

Ao analisarmos o processo nº 335/1965, que julgou os acusados da Operação Três Passos, constatamos que os depoimentos que constam dos autos são datados a partir do dia 12 de abril. Ou seja, os depoimentos realizados sob tortura, logo que os presos chegaram à Foz do Iguaçu, não estão nos autos e tudo indica que Castelo Branco, ao ler os primeiros depoimentos de Jefferson Cardim e Alberi, percebeu a rapidez com que foram tomadas, “bem como a quantidade de detalhes que os dois presos forneceram” (GASPARI, 2014, p. 197), o que dava indícios sobre o método pelo qual haviam sido obtidas. Contudo, não houve providências, por parte de Castelo Branco, no “sentido de investigar a conduta dos interrogadores, nem mesmo quando familiares dos presos denunciaram o que eles sofre-

³⁸ O referido exame consta no anexo de número 3.

ram” (GASPARI, 2014, p. 197). Mesmo Elio Gaspari reconhece o terrorismo de Estado praticado durante a ditadura como um instrumento eficaz e funcional para as investigações dos opositores.

O inquérito realizado inicialmente no 1º B Fron, de Foz do Iguaçu, “foi de tão horripilante selvageria pelas torturas aplicadas aos presos que o Presidente Castelo Branco determinou um novo inquérito, para isto nomeando o general Taurino Rezende que se deslocou para o Sul com essa missão” (SILVA, 2011, p. 176). Depois de alguns dias, os “presos foram transferidos para o 18º R.I em Porto Alegre e novamente reinquiridos” (SILVA, 2011, p. 176). Gaspari afirma que “No quartel do Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, sobre o corpo indefeso de um ex-oficial superior do Exército, a tortura foi praticada como recurso de investigação policial” (GASPARI, 2014, p. 197). Apesar de Gaspari reconhecer a tortura como forma de obter informações e como instrumento de poder sobre os integrantes do movimento liderado por Cardim, ele afirma não ter havido motivação política nas ações de violência.

3.8.3. Apoio da população civil às tropas do exército durante a operação de contraguerrilha

Nosso objetivo nesta seção é discutir, a partir das fontes militares, a cooperação da população civil, de populares ou autoridades políticas com os militares que buscavam desarticular a Operação Três Passos. A cooperação dos civis com os militares está descrita em todos os relatórios dos quartéis que participaram das ações, aos quais tivemos acesso, por exemplo, na conclusão do relatório do 1º tenente Ubirajara Vieira das Neves, que estava respondendo pelo comando da 1ª/13º RI, uma vez que o comandante, o capitão João da

Cruz Albernaz Filho, estava cursando a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAo), no Rio de Janeiro. O oficial descreve o que ele julga como aspectos positivos e negativos da atuação da organização militar durante a operação. Por ora, analisaremos os aspectos por ele julgados como positivos, sendo o primeiro, o apoio da população civil ao Exército:

O apoio maciço às forças federais por parte da totalidade da população civil das regiões, por onde passaram os guerrilheiros, e no local do desencadeamento das ações de combate (Leônidas Marques), com o consequente enfraquecimento da atuação do grupo de guerrilheiros que contrariaram o principal postulado de guerrilhas que é a necessidade do apoio da população civil às suas pretensões, pois, no caso tal apoio nunca lhes foi dado (NEVES, 1965, n.p).

Segundo o relatório do tenente Ubirajara, o apoio por parte da população civil às forças federais foi maciço e total, principalmente nas áreas próximas às ações do Coronel Cardim, o que resultou no desmantelamento rápido da “atuação do grupo guerrilheiro”. Como evidenciado acima, a principal forma de comunicação era a rádio e, ao que tudo indica, os militares fizeram um trabalho intenso por ela, como uma rotulação negativa do movimento, principalmente nas áreas rurais, onde se encontrava na época boa parte da população e nas quais essa forma de comunicação era basicamente a única.

Quanto ao apoio da população local às tropas do Exército, é algo que merece ser questionado e investigado de forma pormenorizada, mesmo porque, como mostrado acima, houve alguns moradores que contribuíram com os integrantes do movimento, fornecendo alimentação e pouso. O apoio de uma pequena parte da população, visto que segundo o Censo Agropecuário, o Sudoeste do Paraná ti-

nha um total de 267.405 habitantes, 50.118 desses residiam no espaço urbano e 232.043 no espaço rural. O que quer dizer que 81% da população vivia na zona rural e 19% na zona urbana. Nesse sentido, tudo indica que a maioria da população soube do episódio apenas pelas ondas do rádio³⁹ e que poucos tiveram contato com os militares ou com integrantes dos grupos do Cardim.

Dentre os civis que auxiliaram os militares durante a operação, estavam também empresários e autoridades políticas, como é o caso do prefeito de Realeza, João Maria Correa, que transmitiu um radiotelegrama, em 26 de março de 1965, para a 5ª RM-DI de Curitiba, alegando que integrantes do grupo de Cardim realizavam uma devastação na região. Às 20 h 35 min, a mensagem foi retransmitida pelo general Carmo para a 1ª/13ª de Francisco Beltrão, onde constava que “Informes recebidos do prefeito de Realeza revelam que guerrilheiros realizaram devastação nessa região e em seguida dirigindo-se em direção Francisco Beltrão. Deveis ficar condições deslocar 1 (um) pelotão motorizado em direção Francisco Beltrão”. No mesmo radiotelegrama, o general autorizava a guarnição a “requisitar transporte necessário”, ou seja, todos os esforços possíveis deveriam ser mobilizados para combater o “inimigo da pátria”, os “subversivos”.

No entanto, nos relatórios da operação, produzidos alguns dias depois pelos comandantes de pelotões e pelos quartéis do exército, não há nenhuma prova de que o grupo tenha realizado qualquer ato de “devastação” ou ações que tenham prejudicado os populares, de modo que é possível inferir que essa atitude do prefeito de Realeza

³⁹ Vale ressaltar que o rádio, principal veículo de comunicação da época, foi amplamente utilizado e manipulado, a fim de legitimar a ditadura militar no Sudoeste, principalmente em conjunto com a ACISO (Ação Cívico-Social). Esse também foi, portanto, um mecanismo fundamental para angariar um maior apoio da sociedade civil.

tenha tido o intuito de atrair a simpatia dos militares e de amedrontar os populares, reforçando a figura do “inimigo interno”.

Dessa forma, as informações do prefeito de Realeza podem ser questionadas pelo relatório do 2º sargento Ricieri que, ao mencionar a chegada de seu pelotão no município de Realeza, na noite de 26 de março de 1965, conferiu algumas informações recolhidas no percurso: “Em lá chegando fomos ao posto de gasolina, onde segundo informações o MERCEDES do ex-Cel Jefferson, havia abastecido. Logramos apurar que realmente lá esteve, abastecendo de óleo Diesel e pagando a despesa” (RICIERI, 1965, n.p)

O tenente Lemos, comandante do primeiro pelotão que se deslocou de Francisco Beltrão, passando por Dionísio Cerqueira, Santo Antônio do Sudoeste e Pérola D'Oeste com o intuito de interceptar o grupo liderado pelo coronel Cardim, relata ter sido informado, ao chegar em Realeza, que “[...] os guerrilheiros já tinham se dirigido para MARMELÂNDIA *[sic]*, as margens do rio Iguaçu, que provavelmente àquelas horas já havia cruzado” (LEMOS, 1965, n.p). De acordo com o mesmo oficial, após checar a informação, instalou “[...] o pelotão numa serraria para passar a noite. Pela estação rádio-comercial FB-2, de propriedade do Sr. Rubem, que é também proprietário da serraria, entrei em contato com Curitiba e informei a situação” (LEMOS, 1965, n.p).

Conforme o relatório do oficial acima, ele instalou seu pelotão em uma serraria de propriedade de Rubem Cesar Caselani, na qual utilizou a estação de rádio que lá havia. O que ele não mencionou, talvez propositadamente, foi o fato de Caselani ser, além de um dos proprietários, junto com Romano Zanchet e Ângelo Camilotti, da primeira madeireira de Realeza (Indústrias Cazaca), também o vice-prefeito do município naquele momento. Notamos, portanto, a estreita relação dos militares com o poder econômico e político local.

Em radiotelegrama, de 28 de março de 1965, enviado pelo general Carmo, comandante da 5ª RM-DI, ao 13º RI, de Ponta Grossa, aparece a informação de que a situação estava praticamente normalizada, o ex-coronel Jefferson Cardin já estava preso e os outros “guerrilheiros” haviam abandonado o armamento. Há, ainda, a informação de que os rebeldes estavam “[...] assaltando casas de colonos roubando roupas civis a fim de facilitar fuga.” (CARMO, 1965, n.p). Não há nenhuma evidência no que se refere a roubo de roupas nas casas dos colonos, como visto acima, apenas Jefferson Cardim pediu a um agricultor algumas roupas para se disfarçar de morador da região.

Era muito comum, durante as operações, o uso de viaturas e rádios amadores oriundos de civis, visto que os militares não possuíam materiais de comunicação fora do aquartelamento para comunicar-se com outras organizações militares principalmente com a 5ª RM/DI de Curitiba, local de onde as mensagens eram retransmitidas a outros quartéis. Tais informações estão disponíveis em alguns relatórios de operação realizados pelos militares, como o produzido pelo tenente Ronaldo, no qual descreve que, ao sair de Foz do Iguaçu, comandando um pelotão do 13º RI, por volta das 2 h, de 27 de março de 1965, iniciou o deslocamento em “três viaturas, sendo duas de ¼ de tonelada e um caminhão marca Ford f-600, todos requisitados na cidade de Foz do Iguaçu, sendo que um Jeep dos mencionados, pertencia ao 3º Sgt Pedro Geraldo de Medeiros do 1º Ba Front”. Nesse caso, notamos que, além da utilização de viaturas de civis, foram utilizadas viaturas de propriedade particular dos próprios militares.

Segundo o relatório de operação, após três horas de deslocamento, o pelotão comandado pelo tenente Ronaldo chegou à costa do Rio Iguaçu (Porto Moysés Lupion), contudo, devido à forte neblina, ficaram impossibilitados de passar com a balsa, por isso per-

maneceram no local até às 6 h 30 min. Ao chegarem a Capanema, foram até a delegacia de polícia para entrar em contato com o capitão Zognamani, coordenador das operações naquelas proximidades, às 14h, o pelotão, comandado pelo tenente Ronaldo, deslocou-se para a cidade de Realeza, “[...] chegando [...], por volta das 18h30, isso porque o civil que dirigia o caminhão F-600, alegando ser a estrada bastante ruim, vinha retardando o nosso movimento por questões de medo de um contato com o inimigo”. Não há nenhuma surpresa em relação ao medo do motorista, em primeiro lugar porque o civil, como era o seu caso, não tinha preparo para tal situação e, em segundo, porque, mesmo entre os militares, não havia a informação precisa sobre a dimensão do movimento.

No final da tarde, de 27 de março de 1965, o pelotão comandado pelo tenente Ronaldo do 13º RI chegou a Realeza. O prefeito do município o procurou para dizer que havia uma mensagem na estação de rádio amador, não há informações sobre a localização da estação de rádio, mas possivelmente era a mesma já mencionada pelo tenente Lemos, da 1ª/13º RI, de propriedade da serraria Cazaca Ltda, da qual Rubens Cesar Caselani, vice-prefeito do município, era um dos sócios.

O relatório do tenente Lemos salienta o apoio da população civil aos militares nas buscas pelo grupo do coronel Cardim: “examinamos o caminhão, cuja cabina estava repleta de materiais pertencentes ao ex-coronel Jefferson, continuamos as operações de busca, contando para isso com o apoio maciço da população civil, que a toda a hora vinha nos trazer informes”. Vale ressaltar que, nesse período, o mundo estava mergulhado em uma “sensação de insegurança e medo, e no Brasil, a partir da implementação da ditadura militar, a população passou a agir como delatora, entregando suspeitos de subversão para o governo justamente por conta desta atmosfera

tensa” (MENDONÇA, 2015, p. 02). Evidentemente, não há como absolutizar essa questão, até porque no Brasil há casos distintos em que houve apoio da população.

Muitas vezes, algumas pessoas, não apenas informavam o exército sobre possíveis localizações dos integrantes do movimento, mas também se dirigiam com os militares até esses locais, como pode ser percebido no relatório abaixo:

Na manhã seguinte, dia 29 Mar 65, quando me dirigia para entrar em ligação com o Sr Cap Ibiapina fui informado por um colono da região que dois elementos esfarrapados e armados haviam pedido a ele para verificar a posição do Exército. Informou-me, ainda, que estes elementos estavam dentro do mato; em vista disso, coloquei o colono dentro da viatura e desloquei-me até onde se encontrava o Sr Cap Ibiapina para pedir-lhe reforço para cercarmos os homens dentro do mato, visto que no momento, encontrava-me regressando do Porto de Marmelândia em companhia do Sgt Osny que vinha trazendo novo carregamento de combustível. Quando o colono identificou o local onde se encontravam os possíveis guerrilheiros, fizemos um cerco no local, mais (sic) devido a mata densa existente na região, não nos foi possível prender tais elementos. Ao regressar por volta das 1630 horas para uma possível refeição, chegou um colono montado a cavalo, dizendo te visto quatro elementos armados entrar na casa de um inspetor de polícia local, pedindo alimentação. Pela descrição dada por ele, chegamos à conclusão de que se tratava do Sgt Albery. Imediatamente reuni minha patrulha composta pelos 2º Sgt Osny, Scholze e Brecailo e incontinentemente partimos para o local, levando junto, como guia, o colono. Realmente ao chegarmos lá, constatei que os elementos haviam feito uma refeição, mas tinham partido com rumo ignorado, auxiliados,

ao que parece, pelo inspetor e seu filho, tendo junto outro civil. Após horas de intensas buscas pela redondeza, e como a noite já caía e a distância era aproximadamente 20 km do estacionamento, sendo que, dos 20 km, 8 km teriam que ser feitos à pé até o local onde pode ir a viatura, resolvi regressar trazendo preso os elementos que possivelmente teriam dado fuga aos guerrilheiros, para serem interrogados na cidade. (BARRA, 1965, n.p)

Como vemos, na citação acima, alguns civis tentaram dar guarida para os integrantes da Operação Três Passos durante os dias em que passaram dispersos pelas proximidades de Capitão Leônidas Marques. Dessa forma, os militares coletaram informações junto a populares sobre pessoas ligadas ao PTB ou ao Grupo dos Onze e os conduziram para Foz do Iguaçu para interrogatório sobre a possível participação no levante do Coronel Cardim. Além de contribuírem com informações sobre a localização dos integrantes do grupo, parte dos populares também cooperaram com alimentação, como indica o relatório do tenente Ronaldo, do 13º RI, de Ponta Grossa.

Segundo esse relatório, a população civil andava de três a quatro quilômetros com o intuito “de alimentar a tropa na hora certa. Os referidos colonos faziam revezamentos nos horários de entrega da alimentação aos soldados nos postos, sendo que cada um trazia alimentação diferente, inclusive, o café das 15h e leite fresco às 9h”. O tenente Lemos descreve que a população civil da região “prestou toda a colaboração possível”, completando se tratar de “(..) um povo ordeiro, trabalhador, e [que] possui uma confiança inabalável no exército. É de se notar também o seu PATRIOTISMO⁴⁰, tão característico do brasileiro da fronteira” (LEMOS, 1965, n.p)”.

⁴⁰ A palavra aparece em caixa alta no relatório, por isso decidimos não fazer alteração.



Outro exemplo imediato é o da notícia vinculada pelo jornal *Tribuna do Paraná*, no dia 29 de março de 1965. Em nota do comando, da 5ª RM, de Curitiba, sobre a prisão de alguns integrantes do grupo, revela-se a cooperação da população civil às forças do exército “Na caça aos fugitivos coopera a população civil da região Sudoeste do Paraná” (TRIBUNA DO PARANÁ, 1965).

O Aditamento do Boletim Interno (BI) 46, de 19 de abril de 1965, ao tratar sobre o deslocamento do aspirante a oficial, Carlos Alberto Pinto Silva, e do 3º sargento Carneiro, ambos do 13º RI, de Ponta Grossa, para Francisco Beltrão, na ocasião do funeral do 3º sargento Camargo, enaltece que os militares, ao retornarem, declararam que o 1º tenente Ubirajara Vieira das Neves, comandante da 1ª/13º RI, de Francisco Beltrão, disse-lhes que “Existe em Fco. Beltrão, apoio integral da população civil e autoridades [...] compareceram aos funerais do SGT Camargo, aproximadamente 80% da população local. Nota-se um sentimento assentado [*sic*] de revolta contra os elementos subversivos” (NEVES, 1965, n.p). Também o jornal *Tribuna do Paraná* noticiou, no dia 29 de março de 1965, uma nota do comando da 5ª Região Militar, de Curitiba, sobre a prisão de alguns integrantes do grupo e a cooperação da população

FIGURA 11.

Militares e agricultores durante a Operação de Contra guerrilha.

FONTE:

Documentos revelados, 25 de agosto de 2020.

civil com as forças do exército, “Na caça aos fugitivos coopera a população civil da região Sudoeste do Paraná” (TRIBUNA DO PARANÁ, 1965).

Embora não seja possível afirmar com precisão os motivos pelos quais parte da população civil contribuiu com o Exército na captura dos integrantes da Operação Três Passos, é possível deduzir que os militares impuseram, naqueles dias, a cultura do medo ao inimigo interno na população local, principalmente via notícias radiofônicas, estratégia que se estendeu por todo o período da ditadura militar. Quanto e em que medida existiu de fato o apoio da população às tropas do Exército é algo que fica em aberto e merece ser mais investigado, especialmente porque os comentários dos militares de que houve apoio a eles, foi utilizado como propaganda e reproduzido em muitos veículos de comunicação.

IV

O DIREITO PENAL DO INIMIGO NO PROCESSO Nº 335 DE 1965

Neste capítulo, faremos uma análise acerca do processo nº 335/1965, que julgou os integrantes da Operação Três Passos, o objetivo é demonstrar como a ditadura militar implementou o direito penal do inimigo no julgamento e na condenação dos integrantes dessa operação, assim como dos exilados que o regime considerava que também participavam do movimento. Mesmo sendo todos brasileiros, a ditadura considerava-os estrangeiros e inimigos, visto que eram núcleos centrais de todos aqueles que incomodam o poder, considerados portadores de “ideologias estranhas”, insubordinados e indisciplinados, causadores de desconfiança e, por essa razão, tornavam-se suspeitos por serem potencialmente perigosos.

Antes de entrarmos diretamente na análise do processo nº 335/1965, faremos uma discussão, mesmo que pequena, por meio de alguns autores em torno da criminologia crítica e do conceito de inimigo. No prefácio de sua obra “Outsiders: estudos de sociologia do desvio”, Howard Saul Becker, ao problematizar determinadas teorias que realizavam suas pesquisas sobre o desvio bem como so-

bre o sistema de justiça criminal de meados do século XX, nos faz a seguinte pergunta: “Por que as pessoas que identificamos como criminosos fazem as coisas que identificamos como crimes?”. Esse questionamento, apesar de ser aparentemente desprezível, nos coloca diante de uma problemática que nos dá indicações das determinações e complexidades do fenômeno, por isso, ao olhar atentamente para a referida questão, percebemos que esse fenômeno é uma rica totalidade de múltiplas determinações e mediações, uma unidade da diversidade como já advertiu Marx.

É com esse olhar que a criminologia crítica vem desenvolvendo, nas últimas décadas, suas pesquisas sobre a temática, em que cada vez mais se evidencia que o processo de criminalização é um fenômeno social que engendra relações de poder determinado. Justamente por isso, ressaltamos a importância de refletir acerca, não apenas de quem tem o poder de definir uma conduta como delito, mas acima de tudo de quem tem o poder de criminalizar e definir quem irá sofrer determinada sanção do sistema penal. Para tanto, é imprescindível analisar as determinações concretas que emanam das diversas formas de criminalização como mecanismo de controle e hierarquização social.

Se a justiça burguesa sempre teve um claro recorte de classe, é no sistema de justiça criminal que se evidencia um dos (se não o) braços mais pesados do Estado, no qual percebemos de forma explícita essa realidade, pois é pelo sistema de justiça criminal que os grupos dominantes mantêm seu rígido controle sobre as classes trabalhadoras. O que se evidencia ainda mais em um país, dependente e periférico, como o Brasil, onde as relações sociais que se desenvolveram no interior da escravidão ainda se mantêm de maneira sólida até nossos dias. Sendo assim, qualquer análise minimamente séria para compreender o sistema de justiça criminal brasileiro, deve ter como seu

eixo central, a perpetuação do latifúndio escravagista na organização do Estado brasileiro.

Em nenhum momento, devemos perder de vista a ponderação crítica, como nos lembrou o filósofo Vladimir Pinheiro Safatle quando afirma que “O Estado Brasileiro sempre foi um necro-Estado, um Estado de organização da morte, do extermínio e da espoliação – essa é maneira dele lembrar a uma parcela fundamental da população que ela não tem nenhuma condição de sujeito” (SAFLATE, 2019).

Nesse sentido, colocamos a importância de compreender a conexão entre o sistema penal e as relações de produção e reprodução do capital. Em vista disso, entender as especificidades do capitalismo dependente, é um passo decisivo na compreensão da seletividade do sistema penal brasileiro. É pelo sistema de justiça criminal no Brasil que percebemos um limite muito tênue entre as liberdades individuais e o arbítrio do Estado e, para ser mais enfático ainda, é o sistema de justiça criminal que irá dizer quem tem a condição de sujeito e quem são os colocados na qualidade de objeto.

Segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, o “poder punitivo sempre discriminou os seres humanos e lhes conferiu um tratamento punitivo que não correspondia à condição de *pessoas*, dado que os considerava apenas como *entes perigosos ou daninhos* (2007, p. 11, grifo do autor). Sendo esses seres humanos caracterizados como “inimigos da sociedade e, por conseguinte, a eles é negado o direito de terem suas infrações sancionadas dentro dos limites do direito penal liberal, isto é, das garantias que hoje o direito internacional dos direitos humanos estabelece universal e regionalmente” (ZAFFARONI, 2007, p. 11).

Na mesma direção, segundo Murillo Heinrich, ao longo da história da humanidade, em “todas as sociedades e culturas de que se tem conhecimento, o poder punitivo foi utilizado como forma de controlar, conter e eliminar aqueles que são considerados como

indesejáveis, perigosos ou que se apresentam como oposição ao poder estabelecido” (2020, p. 142). De acordo com Guedes, o interesse da criminologia crítica é analisar quem tem o poder de criminalizar e quem é escolhido “para sofrer a sanção do sistema penal e, para essa finalidade, examina os mecanismos sociais e institucionais de controle, que promovem os processos criminalizantes, inseridos em um contexto socioeconômico e histórico de verticalização e herarquização social” (GUEDES, 2020, p. 15). Nas palavras de Zaffaroni:

A essência do tratamento diferenciado que se atribui ao *inimigo* consiste em que o direito *lhe nega sua condição de pessoa*. Ele só é considerado sob aspecto de *ente perigoso ou daninho*. Por mais que a ideia seja matizada, quando se propõe estabelecer a distinção entre *cidadãos* (pessoas) e *inimigos* (não pessoas), faz-se referência a seres humanos que são privados de certos direitos individuais, motivo pelo qual deixaram de ser considerados pessoas, e esta é a primeira incompatibilidade que a aceitação do *hostis*, no direito, apresenta com relação ao princípio do Estado de direito (2007, p. 18, grifos do autor).

As classes dominantes, com a finalidade “de manter seu poder e lugar na hierarquia social e continuar promovendo a acumulação de capital para si, nutre íntima relação com o estudo dos processos de criminalização na sociedade” (GUEDES, 2020, p. 15-16). Por conseguinte, as classes dominantes constroem e se utilizam da figura do inimigo para que ações arbitrárias sejam cometidas com uma aparência de legitimidade. “Nesse passo, garantias individuais são degregadas até sua virtual inexistência prática e cada vez mais o Estado democrático caminha de maneira desenfreada para um modelo de Estado de polícia ou de exceção” (HEINRICH, 2020, p. 142).

Ao reservar um tratamento como algo meramente perigoso a

um ser humano, dele é extraído e/ou recusado seu caráter de pessoa, mesmo que alguns direitos lhe sejam reconhecido, visto que não é a quantidade de “direitos de que alguém é privado que lhe anula a sua condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isso é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado pura e simplesmente como um *ente perigoso*” (ZAFFARONI, 2007, p. 18, grifo do autor). Por meio da seletividade criminal, percebemos um sistema penal escolhendo de “maneira não igualitária os bens jurídicos a serem protegidos, as condutas a serem sancionadas e os indivíduos que serão atingidos pela máquina punitiva, mirando, frequentemente, nas camadas mais desfavorecidas e imunizando as classes dominantes” (GUEDES, 2020, p. 16), ainda que esse procedimento perpassa “por todo o processo de criação da legislação até a sua execução, baseando-se na hierarquização verticalizante” (GUEDES, 2020, p. 16).

De tal maneira, que “o poder punitivo, sempre com o objetivo de manter o *status quo*, controla, contém e muitas vezes extermina aqueles que são considerados ‘daninhos’, trazendo à baila a noção de que o Estado precisa de discursos legitimantes para que possa operar de forma opressora, muitas vezes à margem da lei” (HEINRICH, 2020, p. 142). Em razão disso, “a necessidade crucial de que seja criada a figura do inimigo, esta política tem por propóstio principal a contensão das massas e a (re)legitimação dos detentores do poder” (HEINRICH, 2020, p. 151).

Para Zaffaroni, grande parte do direito penal do século XX, ao mesmo tempo “em que teorizou admitindo que alguns seres humanos são *perigosos* e só por isso devem ser segregados ou eliminados, *coisificou-os* sem dizê-los, e com isso deixou de considerá-los *pessoas*, ocultando esse fato com racionalizações” (ZAFFARONI, 2007, p. 18, grifo do autor). Para o mesmo autor, esse conceito bem preciso de inimigo

remonta à distinção romana entre o *inimicus* e o *hostis*, mediante a qual o *inimicus* era o inimigo pessoal, ao passo que o verdadeiro inimigo político seria o *hostis*, em relação ao qual é sempre colocada a possibilidade de guerra como negação absoluta do outro ser ou realização extrema da hostilidade. O *estrangeiro*, o *inimigo*, o *hostis*, era quem carecia de direitos em termos absolutos, quem estava *fora da comunidade* (ZAFFARONI, 2007, p. 21-22).

Nesse sentido, o Direito Penal do Inimigo é uma teoria sustentada em três pilares, quais sejam: antecipação da punição; desproporcionalidade das penas e relativização e/ou supressão de certas garantias processuais; e criação de leis severas direcionadas a quem se quer atingir (VASCONCELLOS, 2015). Portanto, é nessa perspectiva que serão vistos, a partir de agora, que os envolvidos na Operação Três Passos serão julgados pela Justiça Militar Federal⁴¹, na qual todos os opositores da ditadura eram considerados inimigos.

⁴¹ A organização da Justiça Militar Federal ocorre de acordo com a Lei nº. 8.457/1992, ela é composta em dois graus de jurisdição, sendo que no primeiro, é composta por 40 juízes distribuídos nas 12 circunscrições e 19 Auditorias Militares em todo o território brasileiro, a saber: 1ª Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; 2ª Estado de São Paulo; 3ª Estado do Rio Grande do Sul; 4ª Estado de Minas Gerais; 5ª Estados do Paraná e Santa Catarina; 6ª Estados da Bahia e Sergipe; 7ª Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; 8ª Estados do Pará, Amapá e Maranhão; 9ª Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; 10ª Estados do Ceará e Piauí; 11ª Distrito Federal e Estados de Goiás e Tocantins; 12ª Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. As Auditorias Militares são compostas por cinco juízes. Já o segundo grau de jurisdição é exercido pelo STM, com sede em Brasília, e composto por 15 ministros vitalícios, sendo dez militares e cinco civis. O Conselho de Justiça será permanente na ocasião em que tiver como objetivo o processamento e julgamento de praças (soldado, cabo, sargento, subtenente ou suboficial) e civis, enquanto que o Especial destina-se a processar e julgar os oficiais (de subalternos a superiores). É importante destacar que, na hipótese de ação penal em desfavor de oficial e um praça ou oficial e um civil, em um mesmo processo, ambos serão julgados pelo Conselho de Justiça Especial. Nesse sentido, há a atração dos menos graduados ou civis para o Conselho Especial, considerando que

4.1. A denúncia do Ministério Público Militar aos acusados na Operação Três Passos

Em 9 de setembro de 1965, o promotor militar Amador Cysneiros do Amaral, designado *ad hoc*⁴² apresenta denúncia contra 38 pessoas acusadas de estarem envolvidas com a Operação Três Passos. Além dos 21 integrantes do movimento, incluía o subdelegado de Capitão Leônidas Marques ARCELINO ALVES DORNELLES e mais 16 denunciados por coautoria do/no movimento contra as instituições militares com a ajuda de país estrangeiro, sendo eles: Leonel de Moura Brizola; Dagoberto Rodrigues; José Wilson da Silva; Nilo Silva; Darcy Riberio; Ivo de Magalhães; Max da Costa Santos; Eliseu Gomes Torres; José Guimarães Neiva Moreira; Paulo Shilling; Cibilis da Rocha Vianna; Amaury de Oliveira e Silva; João Cândido Maia Neto; Alfredo Ribeiro Daudt; Fernando Souza Costa Filho; e Aldo da Silva Arantes.

Na referida acusação do promotor militar, os réus são acusados de infringirem a Lei de Segurança Nacional (LSN), Lei nº 1.802/53, em seus artigos 2º, III; 24; 41 e 42 e os artigos 134 (incitamento à prática de crime militar), 181 (homicídio) e 199 (roubo) do Código Penal Militar. Nos artigos da LSN, em que o promotor militar os acusava de haverem infringido, constava

Art. 2º Tentar:

III - mudar a ordem política ou social estabelecida na Constituição, mediante ajuda ou subsídio de Estado

esse julga apenas oficiais. Para melhor compreensão da Justiça Militar, sugerimos a leitura do site do STM: <https://www.stm.jus.br/> e do texto de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, intitulado “A Justiça Militar da União na Constituição brasileira de 1988”. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176553/000843894.pdf?sequence=3>.

⁴² Termo jurídico que significa nomeação de alguém para uma atividade específica.

estrangeiro ou de organização estrangeira ou de caráter internacional;

Pena: - no caso dos itens I a III, reclusão de 15 a 30 anos aos cabeças, e de 10 a 20 anos aos demais agentes; no caso do item IV, reclusão de 5 a 12 anos aos cabeças, e de 3 a 5 anos aos demais agentes.

Art. 24. Constituírem ou manterem os partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica.

Pena:- reclusão de 1 a 3 anos aos cabeças, e da metade para os demais agentes, além da perda, em favor da União do material usado.

Art. 41. Nos crimes definidos nesta lei, aplica-se, subsidiariamente, o disposto na legislação comum ou na militar, quando o crime for da competência da Justiça Militar.

Parágrafo único. Em qualquer caso porém, não caberá fiança, nem haverá suspensão condicional da pena, salvo na hipótese do art 36 e quando o condenado for menor de 21 anos ou maior de 10 e a condenação não for por tempo superior a 2 anos.

Em relação ao livramento condicional, serão observadas as cautelas e condições da lei penal comum.

Art. 42. Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual respectiva, o processo e julgamento dos crimes previstos nos arts. 2º, incisos I a III, 6º, quando a vítima for autoridade militar e, finalmente, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 (BRASIL, 1953).

Eram considerados pela denúncia como mentores do movimento: Leonel de Moura Brizola, Jefferson Cardim de Alencar Osório e Alberi Vieira dos Santos. A conceituação do referido termo constava no artigo 40 da LSN dizia “Para os efeitos desta lei, são

considerados cabeças os que tiverem excitado ou animado a prática do crime, ou promovido ou organizado a cooperação na sua execução, ou dirigido ou controlado as atividades dos demais agentes”.

Para que a Justiça Militar pudesse dar uma dimensão maior ao movimento bem como acusar e condenar Leonel Brizola e outros exilados, a narrativa dos fatos da denúncia começa no ano de 1963. Quando, segundo o promotor militar, Leonel Brizola, na época deputado federal pelo Estado da Guanabara, organizou com característica paramilitar, com postos hierárquicos e normas disciplinares, o chamado “Grupo dos onze” ou “Conselho Nacional de Libertação”, esse era inspirado pela base comunista que o apoiava e lembrava a do partido, distribuída em células, ligadas entre si, constituindo um todo, cópia, “*mutantis mutandi*”⁴³, de organizações que antecederam a tomada de poder na Rússia, em 1917, na China, em Cuba e atualmente no Vietnã do Sul, onde são representados pelos guerrilheiros vietcongs.

Conforme a acusação, tais grupos foram fomentados não só por comunistas, mas também pelos sindicatos, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Comando Inter-Sindical (CIS), Pacto da Unidade e Ação (PUA), entidades essas na época controladas “pelos comunistas” e pela Rádio Mayrink Veiga, através do radialista João Cândido Maia Neto, que realizava toda a propaganda e para quem eram encaminhadas todas as atas de fundação ou relações de adesões de tais grupos. Para o Ministério Público, Leonel Brizola dizia-se comandante da organização.

Um documento secreto, com levantamento realizado pelo E-2 do QG da 5ª RM, de Curitiba, sobre a estrutura e organização do “Grupo dos Onze” está anexado nos autos do processo nº 335, da

⁴³ Expressão advinda do latim, que significa “guardada as devidas proporções”, com as devidas alterações.

folha 16 a 78, e que, segundo o MP, daria a certeza de sua força e de seu “poderio como instrumento, para a tomada do poder, pelo sistema de guerrilha ali preconizado, frontalmente colocado contra as instituições militares que, teriam de lhe dar combate, como na realidade ocorreu”. O documento foi utilizado para sustentar que o movimento era guerrilheiro e tinha com seu grande mentor Brizola.

De acordo com a acusação do promotor militar, Leonel Brizola, exilado no Uruguai, se articulou com vários exilados brasileiros e, assim, organizando uma espécie de assessoria político-militar, sendo que inúmeros “desses elementos eram sustentados pelo próprio Leonel Brizola que lhes pagava as contas dos hotéis, com dinheiro que lhe era remetido do estrangeiro tal correspondência que recebia de Fidel Castro e da circulação de dólares entre os asilados”. Vários planos revolucionários, segundo a acusação, foram estudados pela assessoria político-militar, como “Operação Bagé”, “Operação Pintassilgo” e “Operação Chuí”

tendo, afinal sido aceita, para execução a ‘Operação Três Passos’ concebida pelo Sargento Alberi Vieira dos Santos, cuja zona já vinha sendo trabalhada e mais propícia a movimentos dessa natureza, pela sua topografia e vegetação, constituída de matas, onde facilmente poderiam se ocultar os guerrilheiros em caso de necessidade e, aí se manterem pela caça e pesca, por alguns (ACUSAÇÃO MPM, PROCESSO Nº 335, 1965).

Contudo havia a necessidade, segundo o MP, de um “elemento disposto e corajoso, para comandar tais guerrilheiros e o ‘Comandante’ Brizola viu na pessoa do Coronel R/1 Jefferson Cardim de Alencar Osório, o elemento capaz de conduzir a bom termo a façanha, ele que se mostrara entusiasmado pela aventura”, nesse sentido,

adotou-se finalmente a dita ‘Operação Três Passos’ visando os Estados do Rio Grande do Sul, onde o ‘comandante’ Brizola depunha suas maiores esperanças e infletindo, após o lançamento de uma proclamação pelo rádio, sobre os Estados de Santa Catarina e Paraná, tudo com objetivo de testar o denominado ‘Esquema Geral’ e acalmar a impaciência dos mais árdegos, justificando-se, por final, o emprego do dinheiro recebido do estrangeiro, com tal finalidade, sendo como estopim que deflagraria os demais focos subversivos, latentes no país, através dos ‘Grupos dos Onze’(ACUSAÇÃO MPM, PROCESSO, Nº 335, 1965).

No dia 17 de novembro de 1965, aproximadamente dois meses após o oferecimento da denúncia, o substituto do promotor militar da Auditoria, da 5ª Circunscrição, apresenta denúncia contra Walter Alberto Pecoits, médico e deputado estadual do Paraná, pelo PTB, e cassado pela ditadura militar como incurso nos mesmos crimes da denúncia anterior. Segundo o promotor militar, o acusado seria membro da assessoria político-militar de Leonel Brizola e, em Francisco Beltrão, daria apoio, inclusive material, à Operação Três Passos. Enquanto isso, todos continuaram presos.

4.2. Sentença de 1º Grau dos acusados de envolvimento na Operação Três Passos

No dia seis de julho de 1967, reuniu-se o Conselho Especial de Justiça do Exército da Auditoria da 5ª RM, do 5º Distrito Naval e da 5ª Zona Aérea de Curitiba, composto pelos juizes militares: (coronel presidente) Gastão Fernando Souto Gomes Carneiro, (juiz auditor) Célio de Jesus Lobão Ferreira, (coronel juiz) Carlos Xavier

de Miranda, (coronel juiz) Hélio da Cunha Telles de Mendonça e (coronel juiz) Marino Freire Dantas.

O conselho alega que Leonel Brizola foi quem arquitetou o movimento organizado por Jefferson Cardim, pois essa ação nada mais seria do que a senha para os amigos de Brizola. Em relação aos outros acusados, que ingressaram posteriormente no movimento, alega o conselho que esses foram arregimentados por meio de ardis. Afirmou que Silvano Soares dos Santos Souza foi inocentado, pois era portador de doença mental, e apesar de ter acompanhado o grupo, o fez sem ter conhecimento dos fatos. E destacam como “cabeças” da Operação Três Passos: Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva, Paulo Schilling, Jefferson Cardim de Alencar Osório e Admator Antônio Bonilha.

4.2.1. Alegações finais do Ministério Público Militar

Nas alegações finais, o procurador militar afirma que a “revolução de março de 1964 [...] teve como consequência o afastamento de indivíduos que integravam a ação comunizante no Brasil”, citando alguns acusados, dentre os quais Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Ivo de Magalhães e Amaury de Oliveira e Silva, que se encontravam exilados no Uruguai, país em que teriam fundado uma central revolucionária, denominada de assessoria político-militar, com o objetivo de conspirar contra “o regime constitucional vigente no Brasil”. Por conseguinte, dessa organização, nasceram inúmeros planos revolucionários, um dos quais a Operação Três Passos, concebida por Alberi Vieira dos Santos.

Na exposição da denúncia apresentada pelo promotor militar é

abandonada a menção à violação ao artigo 24, da Lei 1.802/53. Nas alegações finais, o procurador militar se refere aos depoimentos prestados pelos tenentes Barra e Juvêncio, cabo Betussi, Alberi Vieira dos Santos e Firmo Chaves para sustentar a tese de que a insurreição armada tinha como pretensão subverter a ordem vigente brasileira. Também expõe que a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo foi ocasionada pelos réus e não por seus próprios companheiros, como afirmam alguns acusados. Declara que pelos termos do manifesto à nação⁴⁴ escrito por Jefferson Cardim, contido nos autos do processo nº 335, folhas 234 e 235, encontra-se devidamente comprovado o delito previsto no art. 134⁴⁵ do Código Penal Militar, tanto é que, segundo o referido manifesto, os denunciados deveriam requisitar todos os meios necessários, como de fato aconteceu. O coronel Jefferson requisitar um rádio receptor na cidade de Tenente Portela, portanto, configura incursão nas sanções do art. 199⁴⁶ do Código Penal Militar (CPM) e encontram-se devidamente provados os delitos referentes aos artigos 134 e 199 do mesmo código (incitamento à prática de crime militar e roubo, respectivamente).

Em conclusão, o promotor militar reafirma seu pedido de condenação de todos os acusados nas penas como incursos nos artigos 134, 181 e 199 do CPM e artigos 2º, III e 24 da Lei 1.802/53, a pena em grau máximo para os cabeças do movimento (Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, Darcy Ribeiro, Ivo de Magalhães, Jefferson

⁴⁴ O referido manifesto foi citado no capítulo anterior.

⁴⁵ Art. 134. Incitar à desobediência, à indisciplina, ou à prática de crime militar:

Pena - reclusão, de dois a quatro anos.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem introduz, afixa ou distribui, em lugar sujeito à administração militar, impressos, manuscritos ou papéis mimeografados ou gravados em que se contenha incitamento à prática dos atos acima previstos.

⁴⁶ Art. 199. Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça, ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência: Pena – reclusão, de quatro a dez anos.

Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos e Adamastor Antônio Bonilha) e no grau mínimo para os demais.

Quanto ao acusado Walter Alberto Pecoits, a promotoria deixa de pedir sua condenação, dentre outras razões, por não terem sido atendidas as várias solicitações feitas pelo MP para a autoridade competente no sentido de instaurar o IPM para apurar os fatos imputados ao acusado. Nesse sentido, acreditamos que a própria autoridade para a qual foram dirigidas as solicitações considerasse improcedentes tais imputações e, portanto, desnecessária a instauração do inquérito.

4.2.2. Alegações finais da defesa dos acusados na Operação Três Passos

O advogado de Leonel Brizola pede a nulidade do processo pelo fato de a denúncia ter sido apresentada por promotor à 5ª Auditoria da 5ª RM, mas também porque a citação não obedeceu aos preceitos legais do Código de Justiça Militar e do Código de Processo Penal (CPP), visto que deveria ter sido mencionada por Carta Rogatória⁴⁷ ao Uruguai e não por editais como ocorreu. No que diz respeito ao mérito, inexistem provas demonstrando a participação do acusado na “intentona narrada nos autos”, não havendo inclusive, qualquer testemunha que tenha ouvido ou visto ação ou palavra quanto a cooperação com Jefferson Cardim ou Alberi Vieira dos Santos.

O defensor também argumentou que as declarações contidas no IPM não foram prestadas pelos acusados, mas sim forjadas pelos torturadores dos presos e assinada sob coação, e que as declarações

⁴⁷ É uma maneira de comunicação entre o judiciário de diferentes países, tem como objetivo obter colaboração para prática de atos processuais.

prestadas em interrogatório por Jefferson Cardim são “delírio de um louco”, “desequilibrado, debiloide”. O advogado menciona ainda as contradições existentes nos depoimentos prestados por Jefferson Cardim, concluindo que nos autos não há nada que possa incriminar Leonel Brizola como autor intelectual, material ou coautor do movimento como narrado na denúncia, por isso, aguarda tranquilamente sua absolvição.

Na qualidade de advogado curador dos réus Dagoberto Rodrigues, Aldo Arantes, Fernando de Souza Costa Filho, José Wilson da Silva e Cibilis da Rocha Vianna, o advogado de ofício, pede a nulidade do processo por esses não terem sido citados por Carta rogatória, mas também por falta de outro perito no laudo cadavérico do sargento Camargo. Também protestou quanto à competência “*ratione loci*”⁴⁸, visto que os fatos narrados na denúncia ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, em território sob a jurisdição da 2ª ou 3ª Auditoria, da 3ª RM.

Quanto ao mérito, declara que as Operações Chuí, Bagé e Três Passos, narradas na denúncia, não estão vinculadas aos acusados acima mencionados, pois não há provas nos autos que possibilitem afirmar que os esses fossem coautores intelectuais e morais dos delitos contidos na denúncia. Portanto, não existem provas de que tivessem participado, orientado ou cooperado com os planos preparatório da Operação Três Passos. Nem mesmo as testemunhas ouvidas em juízo aludiram aos nomes dos denunciados como responsáveis pelos eventos descritos na peça acusatória, por esses motivos, pede a absolvição dos seus curatelados.

O curador de Darcy Riberio afirma que, nos autos do processo, não ficou demonstrada a participação do denunciado, pois o réu

⁴⁸ Relacionada à competência territorial, juiz natural.

“encontrava-se entregue a seus negócios particulares fugindo sempre de qualquer contato com elementos esperançosos de causar embaraços às autoridades brasileiras”. Não há, segundo o curador, nos autos qualquer prova de culpabilidade do acusado e nenhuma menção a seu nome como autor intelectual do delito ao qual está sendo imputado, sendo assim, pede a absolvição do acusado.

O advogado de Firmo Chaves e curador de Alfredo Ribeiro Daudt, João Cândido Maia Neto, Paulo Shilling, José Guimarães Neiva Moreira, Nilo Silva e Max da Costa Santos, ao referir-se ao movimento, declara que se trata de um delito impossível, diante da absoluta falta de meios e impropriedades de objetos. Argumenta que a única referência à assessoria político-militar existente nos autos encontra-se nas declarações prestadas sob tortura, como já declararam todos os réus em seus depoimentos perante o Conselho, ao citar parte do depoimento prestado pelo acusado Firmo Chaves para concluir que não se pode afirmar que Brizola e sua assessoria planejaram o movimento.

O advogado menciona também a jurisprudência do STM, “no sentido de que a confissão constante no IPM, contestada pelo réu ao ser interrogado e que se choca com outros elementos do processo não poderá ser recebida como provas de autoria, assim como outros acórdãos nesse mesmo sentido”, para alegar que Firmo Chaves se contrapôs a todos os depoimentos prestados no IPM, obtidos por meio de coação física e moral, por isso, não tendo qualquer validade. Afirmar, além disso, que a perícia realizada no corpo do sargento Camargo não elucida o calibre da arma que o matou, bem como não foi encontrado o projétil que originou a morte do sargento, tornando nulo o laudo, visto que apenas um perito o assinou.

Em sua arguição, demonstra não ter havido crime de roubo, visto que o coronel Jefferson requisitou um rádio, mas não o rou-

bou; também nega a ocorrência de incitamento porque, como declarou o próprio encarregado do IPM, o manifesto lido na estação de rádio não teve repercussão alguma. Ele argui que não se pode considerar como coautores os acusados exilados e finaliza pedindo a nulidade do processo por falta de expedição da carta rogatória para os réus residentes no Uruguai e assim como os outros advogados, usou como argumento, para a nulidade, o fato de os acusados terem sido interrogados na presença um do outro.

O curador de Ivo de Magalhães também argui pela nulidade do processo, por vício na citação, visto que o acusado vive atualmente no Uruguai, não se encontrando, portanto, em lugar incerto e ignorado como demonstra nos autos e também porque a denúncia foi apresentada por promotor estranho à 5ª Auditoria. Quanto ao mérito, afirma que seu curatelado não teve participação alguma no movimento relatado na denúncia, sendo que a única referência a Ivo de Magalhães é feita pelo coronel Jefferson e, mesmo assim, de forma contraditória. O coronel afirmava que Ivo de Magalhães pertencia à ala vinculada a Jango e que essa pretendia o retorno por meios legais, “portanto não iria dar dinheiro para uma louca aventura, como aquela narrada na denúncia”. Esclarece que Cardim se retrata no interrogatório, negando que Ivo de Magalhães tivesse conhecimento dos fatos. Finaliza pedindo a absolvição do acusado.

O advogado de ofício, 2º substituto, na qualidade de defensor de Silvino Souza Fraga, Abrão Antônio Dorneles, Adão Oliveira da Silva, Antônio Ribeiro Vogt, Manoel Ayres, João Batista Figueira, Pedro Campos Bones, João Antônio Jaques, Arsenio Blatt, Reinoldo Von Grol e Alípio Charão Dias, pede a nulidade do processo, pelo fato de a denúncia ter sido oferecida por promotor incompetente e de os denunciados não terem prestado declarações no inquérito, porque as que estavam nos autos foram escritas pelos

seus torturadores e, em seguida, por meio de coação, assinadas pelos acusados. Alega ainda o fato de o interrogatório ter sido realizado na presença uns dos outros, a falta da assinatura de um perito no laudo do exame cadavérico do sargento Camargo. No que se refere ao mérito, afirma que os fatos não ocorreram como relatados na denúncia, pois os acusados estavam tranquilamente em suas respectivas residências e trabalhando, quando apareceu o coronel Cardim, dizendo-se coronel do Exército e que estava em uma missão especial, inclusive mostrando a carteira de identificação. Os denunciados o acompanharam por ignorância, simplicidade e sentimento de dever. Pelos motivos alegados acima, solicita a absolvição dos acusados.

Em favor de Virgílio Soares de Lima e Silvano Soares dos Santos, o mesmo advogado citado acima pede a nulidade do processo por a denúncia ter sido apresentada por promotor estranho e também porque, tratando-se de crime de morte, não contém laudo pericial revestido de suas formalidades legais, pois o existente nos autos está assinado apenas por um perito. Outra nulidade arguida é o fato de os acusados terem sido interrogados na presença uns dos outros, gerando com isso constrangimento. Já em relação ao mérito, Virgílio Soares de Lima não acompanhou a tropa do coronel Jefferson desde o estado do Rio Grande do Sul; ele se encontrava em sua casa quando chegou seu sobrinho Alberi e lhe pediu para matar um porco com a finalidade de alimentar o grupo. Acompanhou-os até o confronto com a tropa do Exército sem ter conhecimento do que estava ocorrendo, por isso evadiu-se do local, tão logo Cardim e Alberi foram buscar alimentos, sendo posteriormente encontrado na mata.

Por seu lado, Silvano chegou com os integrantes do movimento, contudo ignorava as ocorrências. Débil mental, conforme consta no laudo pericial presente nos autos, acompanhou o grupo sem saber o que se passava, não tomando parte em nada, nem praticando

qualquer ato delituoso. O advogado finaliza argumentando que seus defendidos foram envolvidos, no movimento do coronel Cardim, sem terem tempo, nem mesmo oportunidade para compreenderem os acontecimentos. Pelos motivos expostos, pede a absolvição dos acusados.

Por meio de seu advogado, Jefferson Cardim de Alencar Osório alega a nulidade do processo, pelo fato do encarregado do inquérito ser o general Oscar Luiz da Silva, por nomeação do comandante do IIIº Exército, e por ocasião das diligências, ter sido nomeado um coronel para concluí-lo, contrariando o artigo 115, §1º do Código Penal Militar. Outra nulidade alegada, diz respeito à falta de exame neuropsiquiátrico do referido réu, em desacordo com o artigo 150 do Código Penal; há nulidade também, porque a denúncia foi oferecida por promotor não lotado na Auditoria da 5ª RM, mas apenas pela Lei nº 267/67, e que o procurador geral da Justiça Militar teve suas atribuições ampliadas.

Existem ainda outras alegações para a nulidade do processo: o laudo cadavérico do sargento Camargo ter sido assinado por apenas um perito; a incompetência do foro, pois a Auditoria competente seria a de Bagé (RS); pelo fato de o Conselho ser constituído por dois oficiais mais modernos⁴⁹ que o acusado Jefferson; por meio do interrogatório de Jefferson, ter sido concluída a perícia neuropsiquiátrica; a realização de interrogatório de um acusado na presença de outros acusados. Quanto ao mérito, declara encontrar-se a defesa cerceada e arguiu sobre a irresponsabilidade do acusado, portador de uma epilepsia psicomotora.

O advogado de Walter Alberto Pecoits se refere ao depoimen-

⁴⁹ No jargão militar, moderno significa estar em uma patente hierárquica inferior ou quando dois militares estão na mesma patente hierárquica, porém com data de promoção diferente temporalmente.

to da testemunha Ruy Vieira do Rêgo Monteiro, passando a argumentar sobre acontecimentos anteriores aos contidos na ação penal, como, por exemplo, os depoimentos das testemunhas de defesa. Confirma que Walter Pecoits esteve na Argentina e no Uruguai, ocasião em que visitou o ex-presidente João Goulart e seu amigo Amaury Silva. Referiu-se também ao fato de que seu cliente não desenvolveu nenhuma atividade política após ter seu mandato cassado, mas sim se dedicou a sua vida profissional enquanto médico e, para concluir, pede sua absolvição.

O advogado de Valdetar Antônio Dorneles solicita a nulidade do processo, pelos mesmos motivos expostos pelos outros advogados anteriormente; também porque o Conselho indeferiu o pedido para que uma testemunha fosse ouvida, por Carta Precatória, em substituição a outra; pela inexistência de declarações prestadas pelo acusado no inquérito, visto que as que se encontram nos autos do processo foram obtidas por meio da coação e tomadas por quem não se achava investido de poderes do encarregado do IPM. No que diz respeito ao mérito, alega que o sargento Camargo foi morto por disparos de metralhadora “INA” e, por esse motivo, sumiram com a munição extraída do corpo do sargento. Todavia seja reconhecida a participação do acusado na denúncia oferecida, solicita que seja aplicado o artigo 3º da Lei 1.802/53, pelo fato do artigo 2º, inciso III, dessa lei ter tido sua punibilidade extinta por causa do advento do Decreto-Lei 314/67.

Em defesa de Eliseu Gomes Torres, seu advogado alega que o instituto de coautoria não pode adquirir característica ilógica de responsabilidade objetiva, porque o acusado não pode responder pelos fatos ocorridos no Brasil, quando “esses fatos tiveram um curso impulsionado exclusivamente por aqueles que fisicamente participaram dos episódios” e que Eliseu Gomes Torres se limitava a asses-

sorar juridicamente Leonel Brizola, como consta no depoimento de Firmo Chaves. Por conseguinte, esse fato “jamais poderia ganhar o coeficiente de causalidade psíquica de forma a comprometê-lo no movimento desencadeado por Jefferson Cardim, pois o réu não teria condições de influir na vontade de Leonel Brizola de modo a instigá-lo a fazer ou deixar de fazer algo”. Pelo motivo de ter assistido a algumas reuniões de natureza política, nunca se poderia inserir sua participação no delito alegado pela denúncia, sendo assim pede sua absolvição.

O advogado de Euzébio Teixeira Dorneles, pelas alegações expostas em defesa de Alberi Vieira dos Santos, afirma que o acusado atendeu ao pedido de Jefferson Cardim, pois pensava estar cumprindo ordens do EB e que isso desconfigura o ato criminoso proferido na denúncia, devendo então ser absolvido. No que diz respeito a acusação de Odilon Vieira, seu advogado elenca seis motivos para que se considere nulo o processo, alguns deles já abordados acima. Declarando que o réu nada praticou que pudesse ser considerado delito, pede sua absolvição.

Por Alcindor Ayres e Adamastor Antônio Bonilha, o advogado arguiu preliminarmente a nulidade do processo, elencando o que consta de outras alegações finais, mas também por não ter sido feita a perícia balística nas armas e também por ter ocorrido tortura, quando os acusados se encontravam presos. No que diz respeito ao mérito, declara não existirem fatos delituosos apontados pela denúncia, afirmou ter ocorrido apenas um crime, ou seja, o crime político que absorve os demais. Em referência a esse, alega que o fato delituoso descrito nos art. 2º, inciso III da Lei nº 1.802/53, não foi reproduzido no Decreto-Lei nº 314/67, desaparecendo assim, o delito.

Expõe que o grupo do coronel Cardim fez um protesto “comandado por um Dom Quixote”, caracterizando dessa maneira o

crime como impossível. Ao finalizar, solicita que, caso o Conselho reconheça que os acusados participaram de um grupo guerrilheiro, a classificação do delito seja a do art. 3º, da Lei nº 1.802/23, reproduzido de maneira mais grave no art. 22 do Decreto-Lei nº 314/67, aplicando-se o primeiro diploma legal, com a pena mínima prevista nele, ou a absolvição dos acusados.

A defesa de Alberi Vieira dos Santos diz que a denúncia abrangeu todos os acusados sem enquadrá-los individualmente, afirmando que essa não especifica a quem Alberi instigou, negando assim, o incitamento ao crime político. Em relação ao homicídio, alega que o acusado não se encontrava no local onde ocorreu a morte do sargento Camargo, não podendo assim, ser responsabilizado por esse episódio, bem como pela responsabilidade de coautoria do movimento. Com referência ao crime de roubo, alega ter ocorrido a requisição de um rádio pelo coronel Jefferson Cardim, e esse ato não pode ser imputado ao acusado Alberi.

Argumenta o defensor que o coronel Jefferson confessou ter recebido de Brizola 500 mil cruzeiros para iniciar o movimento, mas a finalidade era desconhecida por todos os integrantes do grupo, inclusive por Alberi. Quanto ao art. 24 da Lei nº 1.802/23, esse talvez possa ser atribuído a Leonel Brizola, mas não ao acusado, pois tudo não passou de um protesto, com o intuito de manifestar oposição ao governo. Alega incompetência da Auditoria da 5ª RM, visto que os fatos delituosos mais graves, imputados aos denunciados, aconteceram no Rio Grande do Sul, por isso deveria deslocar a competência para a Auditoria desse Estado. Finaliza pedindo a absolvição de Alberi Vieira dos Santos.

Por último, o advogado de Amaury de Oliveira e Silva, que, após se referir à narrativa da denúncia, demonstra que o procedimento, em caso de superveniência de uma nova lei, deverá ser o do

art. 384 do CPP. Caso seja reconhecido que a lei nova é aplicável aos fatos, isso requererá a baixa dos autos com vista às partes. Alega a nulidade do processo que, por defeito de citação, deveria ter sido realizada por carta rogatória, e não por editais. Afirma que a coautoria jamais poderia ser imputada no caso presente; quanto aos delitos políticos, a prova contida nos autos não autoriza a dedução de que Amaury participasse da suposta realização; elenca os depoimentos dos acusados e das testemunhas, bem como o constante no relatório, para evidenciar que o acusado não teve nenhuma vinculação com os acusados; traz fragmentos de depoimentos das testemunhas de defesa alusivos à edição do dia 9 de janeiro, de 1964, de um jornal curitibano, que possui uma manchete em que Brizola acusa Amaury, o que comprovaria divergências e não afinidades ideológicas entre ambos.

4.2.3. Relatório do Conselho Especial de Sentença da 5^o Região Militar

Após as arguições dos advogados de defesa, o promotor militar, ao analisar os elementos que constam nos autos, expôs os fatos narrados na denúncia no sentido de tentar demonstrar que se encontravam devidamente comprovados, até mesmo pelas declarações dos acusados ao serem interrogados diante do Conselho. Conclui solicitando a condenação dos acusados Leonel de Moura Brizola, Dagoberto Rodrigues, Darcy Ribeiro, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos e Adamastor Bonilha por pena máxima, como cabeças, e os demais acusados em grau médio, com exceção de Silvano Soares dos Santos, que deixa por conta do Conselho, e Walter Alberto Pecoits, para o qual pede absolvição, pois não foram trazidos nos autos os elementos solicitados pelo Ministério Público à autoridade competente.

Por outro lado, os advogados de defesa voltam a suscitar as preliminares de nulidade do processo, mencionados em suas alegações finais; fazem demoradas considerações sobre os elementos que constam nos autos, citam inúmeros autores, decisões do STF e do STM. Expõem a fragilidade do laudo cadavérico anexado aos autos, procurando sustentar as teses pelas quais os fatos ocorreram. Ao finalizarem suas alegações, voltam a pedir a absolvição de seus defendidos ou a desclassificação dos delitos para o art. 3º da lei nº 182/53.

No relatório, o Conselho se contrapõe a todas as preliminares apresentadas pela defesa. Inicialmente, afirma que, no Direito Penal Militar, a citação por rogatória não tem caráter obrigatório, mas sim é constitui por uma excepcionalidade. Na segunda nulidade, porque o interrogatório dos acusados foi realizado na presença de outros, segundo o Conselho, o referido instituto se apresenta fundamentalmente diferente no CPP comum e no CPM.

Em relação à terceira nulidade do processo, alegada pelos advogados de defesa, essa se refere à incompetência do Juízo Milia. O Conselho a julgou inteiramente incabível, visto que essa alegação já foi apreciada pelo STM que reiteradamente reconheceu a competência da 5ª RM para processar e julgar os réus. No que se refere à quarta nulidade, em relação à incompetência do procurador que apresentou a peça acusatória, essa não prospera, porque não há como falar em incompetência, pois essa é de juízo e não de representante do Ministério Público, afirmando que:

embora não exista subordinação funcional entre o dr. Procurador titular e os drs. Substitutos, não era admissível que o Exmo Sr. Dr. Procurador Geral indicasse um dos drs. substitutos para refazer uma denúncia que o dr. Procurado efetivo não soube redigir. O mais lógico, dentro da organização do Ministério

Público era que a indicação recaísse sobre um dr. Procurador de categoria superior, como realmente aconteceu (PROCESSO nº 335, 1965, p. 4375).

Sendo assim, “perfeitamente legal a denúncia apresentada por um dos mais ilustres membros da Procuradoria Militar” (PROCESSO nº 335, 1965, p. 4375). No que se refere à nulidade do inquérito, por ele ter sido concluído por um coronel, segundo o Conselho essa é improcedente e pode ser considerada no máximo uma irregularidade que desapareceu ao ser iniciada a ação penal. De outra forma, o Conselho entende que o oficial da reserva e mesmo em caso de oficiais da ativa, o inquérito pode ser realizado por oficiais do mesmo posto. Do contrário, não existiria a possibilidade de se instaurar inquérito contra um marechal da reserva ou contra um general do Exército da ativa.

A sexta nulidade diz respeito à falta da perícia neuropsiquiátrica de Jefferson Cardim de Alencar Osório como afirmou a defesa em suas alegações. O Conselho afirma que chegou “a este juízo um radiograma do Egrégio Superior Tribunal Militar, determinando a realização do presente julgamento” (PROCESSO nº 335, 1965, p. 4375). Sendo assim, a apreciação dessa preliminar foge da competência do referido juízo, já que nada mais fez, além de cumprir determinação da mais alta corte da Justiça Militar.

Finalmente a última nulidade a ser apreciada se refere ao fato de Jefferson Cardim de Alencar Osório se considerar mais antigo que dois membros do Conselho Especial. Segundo o Conselho, para saber se um funcionário público, seja civil ou militar, é mais antigo do que outro, precisa-se examinar o tempo de efetivo exercício de ambos na classe, no posto ou na graduação, por isso, de acordo com o Conselho, o militar reformado não conta tempo de efetivo exercício, visto que se encontra afastado desse exercício, não podendo

assim cogitar antiguidade, quer entre oficial reformado e da ativa, quer entre os próprios oficiais reformados. Dessa maneira, o oficial reformado não se encontra em situação diferente do funcionário público aposentado e perante o Código Penal Militar é completamente diferente do militar da ativa. Notamos acima que o Conselho Especial de Sentença não fez declaração alguma em relação à nulidade alegada pelos advogados de defesa sobre o laudo cadavérico do sargento Camargo.

Para dar uma impressão de legalidade e legitimidade, mas principalmente tornar a ação um movimento de protesto de proporção internacional, o Conselho Especial de Sentença finaliza, sustentando a tese de que os fatos, que originaram o presente processo, podem ser divididos em três fases, a primeira ocorrendo no Uruguai, a segunda no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e a terceira no Paraná.

Em seguida, o Conselho analisa, de forma individual, a participação dos acusados na Operação Três Passos. Sobre a participação de Leonel de Moura Brizola, afirma que

foi quem arquitetou o plano executado por Jefferson. É verdade que os detalhes do mesmo foram elaborados por Alberi e não houve maior exposição do mesmo a Brizola. Esse fato é perfeitamente explicado. A marcha empreendida por Jefferson não consistia no plano geral de Brizola, conforme consta nos autos e foi exposto acima, a ação de Jefferson nada mais era do que uma senha aos amigos de Brizola que se encontravam nos quartéis, na Brigada e mesmo civis, prontos para a ação. As minúcias da ação de Jefferson não interessavam a Brizola, e sim, tão somente, o manifesto a ser lido na estação, que seria a esperada senha (PROCESSO nº 335, 1965, p. 4383).

No que se refere a Dagoberto Rodrigues, encontra-se no processo “perfeitamente delineada sua posição, dentro do esquema revolucionário. Era o E-2⁵⁰ da organização Brizolista e principal chefe do setor militar, fato esse que motivou o afastamento do general Oeste⁵¹ que se inconformava de ficar subordinada ao ex-coronel” (PROCESSO nº 335, 1965, p. 4393), por isso, segundo o Conselho de Sentença, por sua função de assessor militar de Brizola, não pode se afastar do movimento. Podemos afirmar, segundo o mesmo Conselho, que Dagoberto Rodrigues, assim como Brizola, não falou a Jefferson para ir ao Brasil lançar o manifesto. De acordo com o Conselho, as determinações eram proferidas por Brizola, enquanto Dagoberto Rodrigues, na qualidade de conselheiro militar, tinha papel central na elaboração dos planos aprovados por Brizola. Daí não ser admissível separá-lo do movimento feito por Jefferson Cardim, que consistia em senha para a deflagração do plano geral.

Como demonstrado acima, Leonel Brizola pensava que seu retorno ao Brasil deveria ser mediante um levante armado, fomentando uma quartelada na região de Porto Alegre. Para isso, havia uma organização de um plano geral de tomada do poder, que era articulado e abrangia boa parte do Brasil, mas com densidade organizacional maior na região Sul do Brasil, em especial no Rio Grande do sul. No entanto, para ser deflagrado o Plano Geral, havia o lançamento de uma senha, que era a tomada de um ou mais quartéis do Exército em Porto Alegre e nas proximidades, com o lançamento de um manifesto em uma rádio, após o qual aguardariam a adesão de

⁵⁰ Como mencionado no capítulo II, refere-se a investigação do Estado Maior do Exército, o E-2 unifica todos os S-2 ou Segunda Seção de cada unidade militar do Exército, diz respeito ao departamento responsável pelo serviço de inteligência.

⁵¹ Está se referindo Henrique Cordeiro Oeste General de divisão do Exército Brasileiro, tendo sua trajetória militar sempre pautada pela democracia e pelas reformas de base, seu nome foi incluído na lista dos cassados pelo Ato Institucional nº 1 em 10 de abril de 1964. Se exilando no Uruguai, onde permaneceu até 1968 e retornando para o Brasil em 1972.

civis e militares das FFAA e da BM da ativa e os que haviam sido expurgados das respectivas corporações por serem simpáticos a Leonel Brizola.

Sobre a participação de José Wilson da Silva na Operação Três Passos, o relatório do Conselho afirma que ele era uma das pessoas mais importantes da organização. Essa importância pode ser verificada pela avaliação dos exilados, que só eram aceitos quando passavam pelo seu crivo, e também pelo fato de os mensageiros que partiam ou chegavam do Brasil estavam sempre em contato com ele, o mesmo acontecendo com as pessoas que iam do Brasil para se encontrar com Brizola. Outro fato que, segundo o Conselho, demonstra a participação de José Wilson da Silva, diz respeito a ele ser a pessoa de ligação entre Leonel Brizola e os sargentos.

Paulo Shilling também ocupa papel de destaque junto a Brizola. No Brasil teria sido autor dos designados Grupos de Onze e, no exterior, prosseguiu sua atividade, sendo considerado o autor intelectual do esquema criado por Brizola, coordenando a assessoria, orientando e classificando as informações políticas, colocando-se na situação de líder do movimento.

Em relação a Nilo Silva e Neiva Moreira, o Conselho afirma que também integravam a organização criada por Brizola no Uruguai, mesmo que com menor atividade que os acusados mencionados acima. Eles tomavam conhecimento das reuniões promovidas por Brizola com a finalidade de discutirem a situação político-militar do Brasil e planejavam um movimento revolucionário. Sairam dessas reuniões o seu plano geral, do qual a ação liderada pelo coronel Jefferson seria a senha para a deflagração.

Darcy Ribeiro e Ivo de Magalhães foram quem forneceram meios para Jefferson Cardim fazer o movimento armado, não ignoravam a finalidade do dinheiro cedido a ele, pois acreditavam que

Brizola tinha condições de realizar o movimento revolucionário, apesar de, como mostrado nos autos, esses dois se encontrassem mais ligados a João Goulart.

No que se refere aos acusados Max da Costa Santos, Cibilis da Rocha Viana, Amaury de Oliveira e Silva, João Cândido de Maia Neto, Fernando Souza Costa Filho e Aldo Arantes, nada há nos autos do processo que possa ligá-los ao movimento deflagrado por Jefferson Cardim. Dentre eles, alguns pertenciam à ala de João Goulart e outros eram ligados a Brizola, porém, não ficou demonstrado que eles tivessem tomado parte na elaboração do esquema revolucionário que Jefferson pretendeu acionar, com a leitura do manifesto.

Segundo o Conselho, Elizeu Gomes Torres realizava a assistência jurídica a Brizola, servindo de contato com as autoridades uruguaias, assim como o assessorava nas entrevistas com a imprensa. Não há qualquer ligação com a ação de Jefferson Cardim, tanto é que, quando da decretação de sua prisão preventiva, se apresentou espontaneamente ao chegar ao Brasil e voltou a se apresentar no Rio Grande do Sul. Para o Conselho, se Torres estivesse “comprometido com o esquema revolucionário de Brizola e de Jefferson Cardim, não resta dúvida de que não teria retornado ao Brasil, e se o fizesse, voltaria novamente para o Uruguai, em vez de se apresentar” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 4385-4386).

Alfredo Ribeiro Daut, embora autor da denominada “Operação Pintassilgo”, não se encontra ligado aos fatos relatados na peça acusatória e segundo consta, a “Operação Pintassilgo” é objeto de ação penal em curso em um dos juízes militares da 3ª RM.

A participação de Jefferson Cardim, por seu lado, se encontra devidamente comprovada nos seus sucessivos depoimentos e nos dos outros denunciados. Interrogado pelo conselho, Cardim não nega os delitos imputado a si, dizendo que tudo aconteceu de acordo

com o relato na denúncia, que apenas omitiu as condições psicológicas que determinaram sua conduta.

De acordo com o Conselho de Sentença, a atuação de Alberi Vieira dos Santos ficou exaustivamente comprovada, por meio dos relatos de suas inúmeras e sucessivas viagens ao Brasil, em missões ordenadas por Brizola, para entrar em contato com simpatizantes políticos, a fim de coordenar o plano de insurreição armada, inclusive foi o autor da “Operação Três Passos”.

Adamastor Antônio Bonilha ocupava posição de destaque, sendo que sua periculosidade é corroborada pelas declarações lidas por seu advogado. Encontrava-se perfeitamente entrosado com o movimento comunista no Brasil, e demonstrava a mais completa apatia diante dos danos motivados pela rebelião da qual fez parte; nenhuma “reação e sim a reafirmação de sua fé comunista e de seus propósitos de luta” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 4395-4386).

Alcindor Ayres tinha conhecimento sobre o plano e fez parte dele, tanto que aceitou fazer parte de imediato quando convidado por Jefferson e Alberi, prontificando-se inclusive a atrair outras pessoas, como de fato aconteceu, e somente não levou mais homens porque não lhe foi enviado o dinheiro necessário para o deslocamento dessas pessoas.

Segundo o Conselho, Firmo Chaves alimentava esperanças de retornar ao Brasil e ao Exército, não se conformando com a inércia de Brizola, e sua amizade com Alberi, fez com que aceitasse participar do movimento. Sua participação é completamente apagada durante esse, também não consta nos autos que tivesse servido de ligação entre Brizola e seus simpatizantes no Brasil, bem como não frequentava reuniões organizadas pelo grupo do Brizola.

Odilon Vieira foi convidado por Alcindor Ayres e com ele seguiu para São Sepé, onde lhe foi dada a missão de ler o manifesto e

vestir a farda com as divisas de tenente do Exército. Valdetar Antônio Dorneles teve destacada participação em conseguir pessoas para ingressar no movimento e também foi encarregado de fazer o levantamento dos locais a serem assaltados. Ofereceu uma galinhada aos integrantes do time de futebol e na chegada de Jefferson, “perguntou se seu pai estava preso, assim como a todos. Essa declaração destinava a impressionar os convidados, evitando qualquer oposição dos mesmos que entraram no caminhão, sem qualquer reação” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 4395-4388).

De acordo com o Conselho, Silvino Souza Fraga foi convidado por Alcindor Ayres e com ele se dirigiu para Campo Novo, durante todo o percurso manteve-se como motorista do caminhão, tornando-se uma espécie de ajudante de ordens de Cardim. Segundo o Conselho, Abrão Antônio Dorneles e Manoel Ayres foram convidados para integrar o movimento por Alcindor Ayres, do qual o segundo é irmão. Tinham conhecimento sobre o movimento a ser deflagrado e foram espontaneamente a Campo Novo. Contudo, é importante destacar que Dorneles não foi convidado para o movimento por Alcindor Ayres, pois os que acompanharam Ayres a Campo Novo foram seu irmão Manoel Ayres, Alípio Charão, Silvino Souza Fraga e Odilon Vieira. Possivelmente o Conselho esteja se referindo a Alípio Charão porque Abrão Antônio Dorneles é filho de Euzébio e os dois, na ocasião, residiam em Campo Novo.

Adão Oliveira da Silva, Antônio Riberio Vogt, João Batista Figueira, Pedro Campos Bones, João Antônio Jacques, Reinoldo Vong Groll, Arsenio Blat foram convidados, por Valdetar Antônio Dorneles, para uma galinhada na Escola Rural onde esse era o professor. Pelas informações que constam nos autos, chegamos à conclusão de que Valdetar não falou a seus convidados o pretexto da reunião. Por meio ardil, agrupou dez homens, conforme havia prometido a

Jefferson. Desse modo, os “convidados não tiveram outra alternativa senão subir no caminhão. Pelas próprias circunstâncias, não resta dúvida de que esses acusados não poderiam fugir do grupo, somente fazendo quando do combate, ou seja, na primeira oportunidade que se ofereceu” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 4389-4390).

Sobre Arcelino Alves Dorneles, conclui-se que nenhuma participação teve no movimento. Sua inclusão no processo se deve às declarações de Alberi Vieira dos Santos de que o acusado teria 20 homens para dar reforço ao grupo, porém nada ficou comprovado. Inclusive Arcelino contribuiu com as tropas do Exército. Silvino Souza Fraga é portador de doença mental, sendo assim, acompanhou a coluna sem ter real conhecimento do que se tratava. Já Alípio Charão foi levado para o movimento, por Alcindor, por meio de artifícios, pressupomos que o Conselho esteja se referindo ao fato de Alípio ter recebido dinheiro de Alcindor para acompanhar o grupo.

Walter Alberto Pecoits foi incluído na denúncia em face das declarações de Alberi, pois apesar de ele ter ido visitar João Goulart e Amaury Silva, seus amigos, no Uruguai, somente por esse fato não se pode configurar uma infração a LSN e nada mais há contra o acusado no processo.

Em seguida, o Conselho Especial de Justiça do Exército decide condenar, por unanimidade de votos, os réus: Leonel de Moura Brizola, Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva e Paulo Schilling, a penas de nove anos de reclusão; Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos e Adamastor Antônio Bonilha, a penas de oito anos de reclusão; Alcindor Ayres, a pena de cinco anos de reclusão; Nilo Silva, Firmo Chaves, Odilon Vieira, Valdetar Antônio Dorneles e Silvino Souza Fraga, a penas de quatro anos de reclusão; Darcy Ribeiro, Abrão Antônio Dorneles, Manoel Ayres e, por maioria dos votos, José Guimarães Neiva Moreira, a penas de três anos de

reclusão; Ivo de Magalhães e Euzébio Teixeira Dorneles, a dois anos de reclusão.

O Conselho de Sentença absolve por unanimidade Max da Costa Santos, Fernando Souza da Costa Filho, Adão Oliveira da Silva, João Antônio Jacques, Antônio Ribeiro Vogt, João Batista Figueira, Pedro Campos Bones, Reinoldo Von Groll, Arsenio Blatt, Arcelino Alves Dorneles, Virgílio Soares de Lima, Silvano Soares dos Santos, Alípio Charão Dias, Valter Alberto Pecoits e, por maioria de votos, Eliseu Gomes Torres, Cibilis da Rocha Viana, Amauri de Oliveira e Silva, João Cândido Maia Neto, Alfredo Ribeiro Daudt e Aldo Arantes.

Ao analisarmos todo o processo nº 335/1965, percebemos que os absolvidos mencionados acima, tiveram suas absolvições de acordo com a legislação em que foram julgados, pois não havia prova alguma contra eles, de que estivessem envolvidos intencionalmente no processo. No entanto, a mesma situação não ocorre com Leonel de Moura Brizola, Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva, Paulo Schilling, Nilo Silva, Darcy Ribeiro, José Guimarães Neiva Moreira e Ivo de Magalhães, todos exilados no Uruguai.

Mesmo não encontrando nenhuma prova contra eles, em relação ao envolvimento com a Operação Três Passo, foram condenados com base nos depoimentos de Jefferson Cardim e Alberi Vieira dos Santos. Possivelmente seja pelo fato, como visto na documentação do CIEEX, de estarem contribuindo com a tentativa de retorno ao Brasil pela luta armada liderada por Brizola e como esse foi considerado o mentor do movimento, as pessoas mais próximas a ele foram consideradas culpadas, e condenadas.

Em relação a Euzébio Teixeira Dorneles, Valdetar Antônio Dorneles, Abrão Antônio Dorneles, Silvino Souza Fraga, Odilon Vieira e Manoel Ayres, analisando o processo nº 335/1965, é nítido

que o Conselho tinha conhecimento, de que mesmo participando do movimento de forma intencional, não sabiam exatamente do que se tratava, pois foram todos, de alguma forma, enganados por Jefferson Cardim, Alberi e Alcindor Ayres.

Os únicos que, a nosso juízo, cometeram atos antijurídicos foram Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos, Adamastor Antônio Bonilha Alcindor Ayres e Firmo Chaves, visto que todos tinham conhecimento e sabiam literalmente tratar-se de um movimento armado. Percebemos que a defesa traçou uma estratégia, seguindo toda a legislação vigente e foi “bem sucedida” em relação aos absolvidos, mas o mesmo não aconteceu com os condenados. Como mencionado acima, o Direito Penal do Inimigo não está preocupado com o delito, mas sim com quem é o “delinquente”, portanto, há uma seletividade dos órgãos de controle social do Estado, como os pobres, os negros etc., nesse caso com quem se opunha de forma consciente a ditadura militar.

4.3. O Direito Penal do inimigo na sentença de 2º grau

No dia 5 de janeiro de 1968, o STM julgou a apelação requerida pela Procuradoria da 5ª RM e por Valdetar Antônio Dorneles, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Odilon Vieira Brum, Alberi Vieira dos Santos, Euzébio Teixeira Dorneles, Adamastor Antônio Bonilha e Alcindor Ayres. De forma geral, o procurador arguiu na apelação sobre a parte da sentença que condenou por desclassificação, mantendo seus argumentos da denúncia, de que o dispositivo transgredido era o artigo 2º, III da Lei 1802/53, e também da parte que absolveu vários dos acusados. Por seu lado, a defesa fez a “renovação dos argumentos expedidos nas alegações escritas, acrescida de argumentação de exacerbação punitiva” (CADEMARTORI, 1993, p. 239).

Na sentença, o STM manteve a desclassificação do delito mencionado acima, elevou a pena de Jefferson Cardim de Alencar Osório e Alberi Vieira dos Santos de oito para dez anos de reclusão; reduziu de oito para quatro anos, a reclusão de Adamastor Antônio Bonilha; reduziu a pena de Alcindor Ayres de oito para cinco anos; manteve a pena de Firmo Chaves e Valdetar Antônio Bonilha em quatro anos e elevou a pena de Euzébio Teixeira Dorneles de dois para três anos de reclusão.

4.3.1. Como cada um cumpriu sua pena

Em relação ao cumprimento das respectivas penas, é relevante ressaltar que Leonel de Moura Brizola, Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva, Paulo Schilling, Nilo Silva, Darcy Ribeiro, José Guimarães Neiva Moreira e Ivo de Magalhães, por não comparecerem a julgamento e estarem exilados no Uruguai, foram julgados à revelia e cumpriram suas respectivas penas. No que se refere a Jefferson Cardim de Alencar Osório, ele cumpriu pena até o início de 1968, em Curitiba, de onde conseguiu fugir e pedir asilo político na embaixada do México, no Rio de Janeiro, assunto já abordado.

Alberi Vieira dos Santos, Adamastor Antônio Bonilha, Alcindor Ayres, Firmo Chaves, Odilon Vieira, Valdetar Dorneles, Silvino Souza Fraga, Abrão Antônio Dorneles, Manoel Ayres e Euzébio Teixeira Dorneles cumpriram suas respectivas penas. Importante destacar que há indícios de que, Alberi Vieira dos Santos, logo após sua prisão em Foz do Iguaçu, começou a trabalhar para a ditadura como agente duplo.

Os outros condenados, como Adão Oliveira da Silva, João Antônio Jacques, Antônio Ribeiro Vogt, João Batista Figueira, Pedro Campos Bones, Reinoldo Von Groll, Arsenio Blatt, Arcelino Alves

Dorneles, Virgílio Soares de Lima, Silvano Soares dos Santos, Alípio Charão Dias, ficaram presos até serem absolvidos, em julho de 1967, ou seja, por aproximadamente 15 meses. Valter Pecoits e Eli-seu Gomes Torres ficaram presos preventivamente por poucos dias e os demais nunca foram presos. Contudo, para alguns condenados no processo, seus problemas em relação ao Direito Penal do Inimigo não se encerraram com a ratificação da sentença do STM, pois tiveram que enfrentar o Direito Penal do Inimigo também na anistia.

4.4. O Direito Penal do inimigo na cassação da anistia

Em 28 de outubro de 1979 é votada a lei nº 6.683 e, em 31 de outubro do mesmo ano, a mesma lei é regulamentada pelo decreto nº 84.143, concedendo em seu art. 1º a anistia a todos que

cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes, eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundação vinculada ao Poder Público, aos servidores dos poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (BRASIL, DECRETO LEI Nº 84.143, 1979).

Os crimes mencionados acima abrangiam as ações praticadas no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. No parágrafo primeiro do artigo consta: “Consideraram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por mo-

tivação política” e, no parágrafo segundo, “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Portanto, segundo esse Decreto-lei, os condenados na Operação Três Passos teriam direito a anistia, visto que, segundo os artigos infringidos, cometeram crimes políticos. Mesmo que todos não estivessem mais presos, isso implicaria a perda de seus direitos políticos.

Nesse sentido, o Juiz Auditor da 5ª RM, Djalma Goss, proferiu em 20 de dezembro de 1979, a sentença concedendo a anistia política aos seguintes réus envolvidos na Operação Três Passos: Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos, Firmo Chaves, Adamastor Antônio Bonilha, Euzébio Teixeira Dorneles, Valdetar Antônio Dorneles, Silvino Souza Fraga, Manoel Ayres e Abraão Antônio Dorneles. A referida anistia se baseava no artigo 2º, IV da Lei 1802/53, em que haviam sido condenados, ou seja, não previa os delitos do § 2º do art. 1º do decreto nº 84.143 de 1979: terrorismo, assalto, sequestro ou atentado pessoal.

A sentença, concedendo a anistia, se estendia aos réus que haviam sido julgados a revelia, quais sejam: Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, Nilo Silva, José Guimarães Neiva Moreira e Paulo Schilling, que condenados em primeira instância por incurso no art. 3º da Lei nº 1802/53, “também devem ser anistiados, posto que o tipo penal descrito na citação do dispositivo penal não é daqueles que impedem a concessão da medida” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 5587).

O STM julgou, porém, em 8 de agosto de 1980, o recurso impetrado pelo MPM, cassando a anistia concedida, na sentença de 1º grau, a Abrão Antônio Dorneles, Jefferson Cardim de Alencar Osório, Alberi Vieira dos Santos, Firmo Chaves, Adamastor Antônio Bonilha, Euzébio Teixeira Dorneles, Alcindor Ayres, Valdetar

Antônio Dorneles, Silvino Souza Fraga e Manoel Ayres. O MPM fundamenta seu recurso no

§ 2º do art. 1º da Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979, concessiva de anistia, que exclui dos benefícios desta os condenados pela prática de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, atos esses abrangidos pelo dispositivo legal em que forma condenados os anistiados e, por eles praticados, conforme se depreende de vários tópicos das decisões que os condenaram” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 5611-5612).

Pelo provimento do recurso, a Procuradoria Geral emite parecer no sentido da “cassação da anistia concedida aos já referidos condenados, uma vez que o crime que praticaram, segundo decisão deste tribunal, que transitaram em julgado anteriormente a publicação da Lei nº 6.683 de 1979, envolve atos legalmente proibitivos de sua cassação” (PROCESSO Nº 335, 1965, p. 5612).

Os ministros general Reynaldo Mello de Almeida (presidente), Jacy Guimarães Pinheiro, Hélio Ramos de Azevedo Leite, Faber Cintra, Deoclécio Lima Siqueira, Ruy de Lima Pessoa, Gualter Godinho, Júlio de Sá Bierrenbach, Carlos Alberto Cabral Ribeiro, Dilermando Gomes Monteiro, Antônio Geraldo Peixoto, José Fragomeni e Jorge Alberto Romeiro (relator) decidiram dar provimento ao recurso interposto pelo MPM no sentido de cassar a anistia dos envolvidos na Operação Três Passos, citados acima. Somente o ministro Georgenor Acyline de Lima Torres nega provimento ao recurso do MPM para manter a sentença de 1º grau.

Como visto ao longo do processo, a ditadura militar e seus tribunais não estavam preocupados em punir o delito de acordo com o direito penal ou o processo penal, mas sim estavam preocupados em

dar uma dimensão muito maior do que de fato foi o movimento de protesto. Por isso, acusaram e condenaram pessoas que não tinham a menor relação com o movimento, como todo o processo nº 335 demonstrou, como é o caso de Leonel de Moura Brizola, Dagoberto Rodrigues, José Wilson da Silva, Paulo Schilling, Nilo Silva, Darcy Ribeiro, José Guimarães Neiva Moreira e Ivo de Magalhães.

Para o MPM e os juízes dos tribunais, como demonstraram os autos do processo nº 335, a Operação Três Passos não foi um movimento revolucionário ou guerrilheiro, mas sim de protesto. Podemos afirmar que, desde o início, tanto Jefferson quanto Alberi sabiam que seria um movimento extemporâneo, o que se comprova na leitura do protesto de Jefferson por Odilon Vieira Brum na rádio, que ocorreu por volta da meia-noite do dia 26 para 27 de março de 1965, portanto, sem ter ouvintes e por uma estação de alcance muito limitado. Ao tentarem deflagrar um movimento, uma espécie de cópia do plano geral de Brizola em uma escala micro, é evidente que havia uma intencionalidade e a esperança de que houvesse uma maior participação dos simpatizantes de Brizola no Rio Grande do Sul.

Ao analisarmos as fontes, percebemos que, tanto para Jefferson Cardim quanto para Alberi, a operação não previa nenhuma outra linha de ação. Esperavam, mas de forma remota, a adesão de civis e militares, todavia, quando essa não ocorreu, transformou-se em um deslocamento de caminhão para realizar uma fuga para Argentina ou quem sabe para buscar apoio no Mato Grosso. Como a maioria dos integrantes não tinha a menor ideia do que estava acontecendo, não desejavam lutar e não estavam preparados para uma luta armada, o que explica porque após o confronto com as tropas do EB, quase a totalidade do grupo se entregou de forma espontânea.

Por isso, é possível falarmos em uma jefersoniada que se levantou contra a “brizolada” e é justamente a relação de Leonel Brizola

com a Operação Três Passos que iremos problematizar no próximo capítulo, pois a acusação, no âmbito jurídico/militar da participação de Brizola no movimento, foi parte de uma estratégia de defesa e proteção tanto por parte de Jefferson Cardim e Alberi quanto pela ditadura militar.

V

A OPERAÇÃO TRÊS PASSOS: um movimento de protesto em nome de Brizola

Desde o início deste trabalho, dentre as várias problemáticas que cercam a Operação Três Passos, nossa investigação se centra na sua possível ligação com Leonel de Moura Brizola e na possibilidade dessa ter sido uma ação armada, pensada e organizada por ele. A outra questão diz respeito a discutir se o movimento foi guerrilheiro ou uma quartelada, como muitas vezes é repetido pelo senso comum sobre o tema. Nas páginas a seguir, iremos discutir esses dois aspectos a partir de um conjunto de fontes e autores, buscando ao final solucionar essas problemáticas. A essa altura já está claro que nossa hipótese responde negativamente as duas possibilidades.

5.1. Leonel de Moura Brizola e a Operação Três Passos

O general Agnaldo Del Nero Augusto, em seu livro “A grande Mentira”, sustenta a tese de que Leonel de Moura Brizola estava à frente do plano que desencadeou o movimento liderado por Car-

dim. Para ele, “A incontinência verbal de Brizola o deixava em situação embaraçosa. A afirmação de que voltaria vitorioso ao Brasil até dezembro de 1964 ficou comprometida com os seguidos insucessos de suas empreitadas” (AUGUSTO, 2002, p. 168). Como Brizola tinha o hábito de falar demais, segundo Augusto, e precisando “satisfazer a belicosidade de seus liderados – na maioria ex-militares cassados das Forças Armadas e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, resolveu desencadear o seu plano revolucionário” (AUGUSTO, 2002, p. 168).

Os detalhes da operação, segundo Augusto, foram traçados em reunião na residência de Brizola, em Montevideu, sendo que “Um manifesto a ser divulgado no dia 25 pela Rádio Difusora de Três Passos, pequena cidade do noroeste gaúcho, próxima a Ijuí, seria a senha para o desencadeamento da *revolução brasileira*” (AUGUSTO, 2002, p. 168). Dentre várias opções, Augusto argumenta que Brizola “escolheu a Operação Três Passos, planejada pelo ex-sargento da Brigada Militar Alberly Vieira dos Santos. Para comandá-la foi escolhido o ex-Coronel do Exército Jefferson Cardim Osório, que tinha sido funcionário de Lóide Brasileiro em Montevideu” (AUGUSTO, 2002, p. 168).

Em sua obra, de 476 páginas, o autor dedica apenas duas páginas e meia à análise ao movimento e, no que se refere à participação de Brizola, menciona uma entrevista que Jefferson concedeu a Décio de Freitas, em março de 1980, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, mas, na verdade, a referida entrevista foi concedida por Jefferson e Alberly para o *Coojornal*⁵² em dezembro de 1978.

Apesar de não tratar especificamente sobre o movimento nem a fuga de Jefferson Cardim, do Exército, em Curitiba, em maio de

⁵² Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

1968, Raymundo Negrão Torres, em “Nos porões da ditadura”, sustenta a tese de que Leonel Brizola foi o principal articulador dessa ação armada, contribuindo, principalmente, com dinheiro proveniente de Cuba, enviado por Fidel Castro. Segundo Torres, pelos idos de 1965, um ano após a derrubada de João Goulart, Fidel enviou dinheiro a Brizola com o intuito de fazer a revolução no Brasil, de modo que “Cardim armou seu exército de Brancalene e iniciou pelo interior do Rio Grande do Sul o que esperava viesse a ser uma nova Coluna Prestes” (TORRES, 1998, p. 73).

Torres lembrou ainda que Castelo Branco, na ocasião, estava em Foz do Iguaçu para inaugurar a Ponte da Amizade e iniciar as tratativas com as autoridades paraguaias para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, por isso “a guerrilha do Jefferson Cardim provocou mais preocupação do que merecia. Mas não foram longe. O nosso herói acabou preso, não sem antes que, em um entrevero, matassem um sargento da tropa que saiu ao encalço da estropiada coluna guerrilheira” (TORRES, 1998, p. 73). Como demonstramos anteriormente, Augusto (2002), além de sustentar a tese da participação de Brizola no movimento, também defende que esse foi um movimento revolucionário. Torres, ao contrário, faz analogia a um grupo de maltrapilhos, denominando-os de coluna guerrilheira.

O coronel Juvêncio Saldanha Lemos, que servia como tenente no quartel do exército em Francisco Beltrão⁵³ na ocasião da “Operação Três Passo” – inclusive, estava no comando do pelotão que se confrontou a tiros com o grupo de Jefferson, dedica nove páginas de seu livro, intitulado “Memórias do coronel”, à descrição da Operação Três Passos, mas não sem antes fazer uma defesa do golpe militar de abril de 1964. Segundo Lemos, atualmente, a hipótese sobre o

⁵³ 1ª/13º RI de Ponta Grossa.

dinheiro enviado por Fidel Castro, para financiar o que ele denominou de “início dessa aventura”, está comprovada, apesar de não apresentar nenhuma documentação comprobatória. A quantia de dinheiro seria em torno de um milhão de dólares, “dinheiro esse que foi recebido em Montevidéu e sumiu misteriosamente” (LEMOS, 2013, p. 192). E prossegue as acusações: “E, por coincidência, logo em seguida diversos exilados brasileiros melhoraram a vida, alguns até tornando-se proprietários rurais. Que seria dos espertalhões se não fossem os trouxas?” (LEMOS, 2013, p. 192).

Carlos Brilhante Ustra, uma das figuras mais emblemáticas da ditadura militar brasileira, devido a sua atuação nos centros de torturas e no DOI-CODI, em “A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, também afirma que Brizola foi responsável por desencadear a Operação Três Passos. Assim, apesar de muitos insucessos, Brizola teria tentado desestabilizar o governo e incentivado pela “belicosidade dos seus liderados, muitos originários da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e das Forças Armadas, resolveu desencadear mais um ataque contra o governo, que, no meio de tantas crises, tentava se estabilizar. Esse seria um plano infalível” (USTRA, 2016, p. 149). A autoria da Operação Três Passos, de acordo com Ustra, seria do ex-sargento Alberi Vieira dos Santos, de modo que “teria início no Rio Grande do Sul, onde seriam atacados quartéis em Porto Alegre, Bagé, Ijuí e Santa Maria, para roubar fardas, armas e munições e recrutar novos adeptos” (USTRA, 2016, p. 149).

Segundo Ustra, a operação atuaria simultaneamente em duas frentes: uma delas proveniente do Sul, comandada por Jefferson Cardim de Alencar Osório, e outra com “subversivos” comandados pelo ex-coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll, que partiria da Bolívia, “penetrariam por Mato Grosso e se juntariam às tropas de

Cardim para, no dia 31 de março de 1965, um ano depois da Contra-Revolução, as duas colunas efetuarem o combate final a tomada do poder” (USTRA, 2016, p. 149)⁵⁴.

Augusto também afirma a existência dessas duas frentes da operação, dizendo que, sob denominação genérica de “esquema geral”, “a *revolução* do caudilho iniciar-se-ia com um movimento sedicioso no Rio Grande do Sul, que se juntaria com as *forças* que iriam penetrar em Mato Grosso, vindos da Bolívia, sob o comando do ex-Coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll” (Augusto, 2002, p. 168, grifos do autor).

Segundo Lemos, (2013, p. 191) devido “à rápida vitória do movimento revolucionário de 31 de março de 1964, os principais dirigentes e seguidores do governo deposto fugiram do país, implorando refúgio político no exterior”, nesse sentido, a “maioria foi para o Uruguai – tradicional destino dos exilados políticos brasileiros, como ensina a história – capitaneados por João Goulart e Leonel Brizola” (LEMOS, 2013, p. 191-192). Logo que chegaram ao Uruguai, os exilados começaram a organizar grupos “conspiratórios”, porque acreditavam e alimentavam a “doce ilusão de que o regime revolucionário brasileiro não iria longe e que eles logo retornariam nos braços do povo. Passaram os meses e nada disso aconteceu. Desanimados, a maioria desses fujões retornou para o Brasil e se entregou às autoridades” (LEMOS, 2013, p. 192).

Ainda segundo Lemos, os poucos exilados que ficaram no Uruguai eram mais radicais e, liderados por Brizola, optaram “por uma solução militar para o impasse em que viviam. Em suma: conseguir armas, invadir o Brasil, conquistar adesões e derrubar o governo re-

⁵⁴ Não é possível exigir provas cabais das afirmações de Ustra, uma vez que seu livro é uma espécie de revisionismo panfletário na defesa do golpe e da ditadura. Desse modo, grande parte de suas afirmações tem como base uma espécie de teoria da conspiração. Contudo, mesmo diante do fato de ser uma obra panfletária em defesa do golpe, não é possível desconsiderar a sua importância, muito pelo contrário, é parte constitutiva de seu papel.

volucionário” (LEMOS, 2013, p. 192). Notamos que o autor, assim como os outros militares já citados, considera Leonel Brizola o líder do movimento.

Apesar de Gorender (2014), não fazer nenhuma afirmação sobre a participação de Leonel Brizola no movimento comandado pelo coronel Jefferson Cardim, ele deixa em aberto essa questão, afirmando que, pelas características do movimento, esse se aproxima do nacionalismo pequeno-burguês de Leonel Brizola,

No exílio de Montevideú, rapidamente se ajuntaram centenas de brasileiros, civis e militares. Oficiais e subalternos nacionalistas reuniram-se em torno do ex-governador gaúcho e não demoraram a surgir planos de movimentos armados. Argumentava-se pela ação imediata, antes que os generais golpistas se firmassem no poder. Nesse clima de visões irrealistas, engendrou-se a ideia do primeiro lance de tipo guerrilheiro. Embora Brizola negue compromissos com ela, a iniciativa se filia ao tronco do nacionalismo pequeno-burguês brizolista, pelos personagens, concepção, origem etc (GORENDER, 2014, p. 137).

Marcelo Ridenti (1993), embora trate sobre o tema apenas como caráter ilustrativo, portanto, sem fazer maiores problematizações em relação ao tema, menciona que foi um “esboço de levante, supostamente vinculado ao plano insurrecional de Leonel Brizola, foi a chamada “Coluna Cardim”. Percebe-se que o autor descarta a possibilidade de um movimento guerrilheiro atribuindo-lhe apenas um esboço de levante. E segundo o autor “o coronel do Exército Jefferson Cardim, no comando de 22 homens, em geral ex-militares de baixa patente, cortou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina até o Paraná, na esperança de engrossar as fileiras dos insurretos durante o percurso, o que não conseguiu.” (RIDENTI, 1993, p. 214).

É importante fazer duas correções nas últimas informações de Ridenti, a primeira diz respeito ao número de homens, pois o número total dos integrantes, incluindo Jefferson, era 22, portanto estavam sob seu comando 21 homens. Outra informação que merece uma correção refere-se a sua afirmação de que a maioria dos integrantes do movimento era de ex-militares de baixa patente, contudo, apenas três integrantes do grupo eram ex-militares, sendo um oficial, Jefferson Cardim, e apenas dois ex-militares de baixa patente, Alberi e Firmo Chaves, os outros integrantes do grupo eram todos civis.

É importante destacarmos que um dos principais livros publicados no Brasil sobre as torturas sofridas por aqueles que combatiam a ditadura militar no País, intitulado “Brasil nunca mais”, embora escrito em um contexto em que não se possuía conhecimento das inúmeras pesquisas que se têm atualmente, é uma das obras indispensáveis para quem estuda a ditadura militar. Nesse livro, apesar de ele não citar especificamente Leonel Brizola, menciona que a Operação Três Passos foi uma coluna guerrilheira e possuía vinculações com exilados no Uruguai, tendo como líder principal o “Coronel Jefferson Cardim Osório. Cardim liderou uma coluna guerrilheira que tentou deflagrar um movimento armado na região de Três Passos e Tenente Portela, em março de 1965, no Rio Grande do Sul, sendo sufocada em poucos dias” (ARNS, 2011, p. 107).

Apesar de não mostrar evidências, Aver também deixa implícita a participação de Leonel Brizola no movimento, afirmando que a chegada de “Brizola ao Uruguai foi um fator fundamental na organização e consolidação efetiva da operação de Três Passos. Dentre os aliados de Brizola, no que diz respeito ao referido Movimento, destaca-se a figura do Coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório” (AVER, 2020, p. 2). Da mesma forma, Cademartori menciona que o movimento teria apoio de Brizola, de acordo com a autora, a ope-

ração “consistia basicamente no lançamento de uma senha. Um grupo pioneiro deveria tomar a cidade e ler um manifesto conclamando a população à rebelião. A ação teria apoio imediato de Brizola e de vários comandantes de guarnições militares” (CADEMARTORI, 1993, p. 152).

Como problematizado no Capítulo II deste trabalho, é inegável a existência de militantes brasileiros no Uruguai, articulando, sob a liderança de Brizola, um levante armado, estilo quartelada em Porto Alegre e região próxima. No entanto, esperamos que, ao final dessa pesquisa, consigamos concluir que a Operação Três Passos, apesar de ter sido influenciada pela forma como Brizola estava articulando a luta armada no Brasil, a partir do Uruguai, ela não teve nenhuma participação direta dele, nem planejamento nem em sua execução. A operação, inclusive, atrapalhou muito os trabalhos de organização da luta armada, liderados por Leonel Brizola.

A Operação Três Passos ganhou páginas e mais páginas nos jornais, as notícias acerca dela foram amplamente divulgadas pelos veículos de comunicação nacionais impressos. O jornal *Tribuna do Paraná*, de 29 de março de 1965, ao noticiar a confirmação das informações da 5ª RM sobre o seu desbaratamento, pelas tropas do exército, divulgou que à frente do movimento estavam alguns “oficiais comunistas que em tentativa suicida tentaram tumultuar a paz nacional” (TRIBUNA DO PARANÁ, 1965). Informa também que, dentre os prisioneiros, estava “o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Ozório, considerado cabeça do movimento frustrado, que declarou agir em nome do Leonel Brizola”. (TRIBUNA DO PARANÁ, 1965). A *Folha de São Paulo*, no mesmo dia 29 de março, também divulgou notícias sobre o movimento:

Foram detidos pelo Exército o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório e mais 17 guerrilheiros sob seu comando. Interrogado durante três horas no quartel do I Batalhão da Fronteira, em Foz do Iguaçu, confessou que o movimento era de origem brizolista, tramado no Uruguai pelo ex-deputado Leonel Brizola, e que deveria ter início nos fins deste mês, quando do primeiro aniversário da revolução. Informou-se que o sarg. Alberi, expulso da Brigada Militar, participou de todo o planejamento, que foi posto em prática pelo ex-coronel, que se adiantou em vista da inauguração da Ponte Internacional. Segundo os planos, os movimentos iniciais seriam nas cidades de Porto Alegre, Bagé e Santa Maria (FOLHA DE SÃO PAULO, 1965).

Notamos que a *Folha de São Paulo* traz em sua reportagem três informações importantes: 1) movimento guerrilheiro; 2) movimento brizolista; 3) movimento foi antecipado tendo em vista a inauguração da Ponte da Amizade. Possivelmente tais informações foram repassadas pelos inquiridores presos em Foz do Iguaçu. Assim como a *Folha de São Paulo*, a *Gazeta do Povo*, um dia antes, em 28 de março, apresenta uma longa reportagem sobre a Operação Três Passos, dizendo que as informações obtidas pelo jornal possibilitavam “adiantar que o ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, de notória inclinação vermelha e conhecidas ligações com o sr. Leonel Brizola atravessou a fronteira do Uruguai, onde se encontrava, para tentar a intranquilidade, a subversão e as tropelias” (GAZETA DO POVO, 1965).

Dando uma dimensão assustadora do movimento, o periódico menciona ainda em sua reportagem que, em todo o percurso, desde o “Rio Grande do Sul como em Santa Catarina e no Paraná, sua marcha foi balizada pela violência. Sabe-se, por exemplo, que hou-

ve uma situação de força, na noite de sexta-feira, em Realeza, lugarejo do município de Ampére, no sudoeste do Paraná” (GAZETA DO POVO, 1965). Tentando criar estereótipos dos integrantes da Operação Três Passos, o jornal afirma que alguns “dos que acompanhavam o ex-coronel Jefferson estavam embriagados e desconheciam a significação da marcha que realizavam. Eram simples peões de fazendas gaúchas e não tinham a compreensão exata da aventura vermelha em que se embrenharam” (GAZETA DO POVO, 1965).

Importante destacar que nenhum dos que integraram o movimento eram peões de fazenda, mas eram, em sua grande maioria, pequenos agricultores do norte do Rio Grande do Sul. A defesa que o jornal faz da ditadura militar é explícita, como pode ser observado abaixo.

Enquanto todo o país acompanha o esforço impressionante que se realiza, na direção do objetivo de recompor a vida nacional, nos seus quadros econômicos, financeiros, políticos e sociais, uma turba-malta, partindo do ventre do brizolismo, se ergue em armas, tentando, pelos caminhos da violência e da depredação, a intranquilidade da gente do interior brasileiro. Procuraram, justamente, uma área onde, ainda, são graves os problemas da terra. Tentaram acender um rastilho de indignação no meio da massa. Em todos os instantes, porém, os brasileiros que se acham no Sudoeste apoiaram, incondicionalmente, os movimentos das tropas do Exército. (GAZETA DO POVO, 1965)

Além da defesa do esforço que a ditadura estava realizando para organizar a vida do país e atribuindo a responsabilidade da Operação a Brizola, desqualificam o movimento, denominando-o de turba-malta, ou seja, um grupo formado por pobres, que saíram a fazer arruaça e deixar a vida nacional na intranquilidade. Vale ressaltar que

todas essas versões são criadas a posteriori, juntando fatos dispersos, não são em absoluto inverídicas, mas não condizem com a realidade.

Também é importante mencionar que, por mais infundada que possa parecer a narrativa sobre Jefferson Cardim e os revisionistas militares, poderia vir um outro grupo da Bolívia para se encontrarem no Mato Grosso. Essa hipótese não será descartada, visto que havia um grupo sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll, na Bolívia, se articulando com Leonel Brizola no Uruguai. Embora não com muitos detalhes, Jefferson e Alberi tinham conhecimento desse fato, por isso podemos trabalhar com a hipótese de que havia esperança, por parte deles, da entrada do grupo de Emanuel Nicoll no Brasil e de se encontrarem no Mato Grosso ao ficarem sabendo da ação organizada por ambos.

5.2. A Operação Três Passos e a relação com Leonel Brizola

José Wilson da Silva, um dos assessores de Leonel Brizola, no exílio uruguaio, declara que, na véspera do grupo sair de Montevideu, Firmo Chaves o procurou e confidenciou que, juntamente com Alberi, Jefferson e mais alguns companheiros, pretendiam voltar ao Brasil para realizar algumas atividades. Informou, ainda, que não poderia fornecer mais detalhes, mas que daria informações precisas caso o amigo acompanhasse o grupo. Também solicitou a José Wilson da Silva que não comentasse sobre o assunto com ninguém, porque “confidenciava em consideração ao amigo. A ideia que me deu era de que tencionava fazer um núcleo de guerrilha no Brasil central, após a destruição de uma ponte e isolamento de uma área. Nada mais quis adiantar e não insisti” (SILVA, 2011, p. 174).

Pelo fato de existir um trabalho relativamente adiantado de or-

ganização dos exilados uruguaios junto a muitos brasileiros contrários à ditadura militar e temendo possíveis consequências, José Wilson da Silva comunicou a situação a Leonel Brizola, mas teria ouvido como resposta: “Não vai ninguém, não te preocupa que daqui não sai ninguém sem ser conosco. Na última hora eles desistem e dá tudo em nada” (SILVA, 1987, p. 190). Silva alerta Brizola sobre a disposição de Alberi em organizar conhecidos e exilados com os quais tinha contato, ao que esse orientou: “Então se achas que eles vão, manda avisar que nada temos a ver com isso” (SILVA, 2011, p. 174).

Em entrevista concedida para esta pesquisa, José Wilson da Silva⁵⁵ narra como conseguiu avisar os militares e civis que estavam articulados com o plano geral de Brizola no Brasil, a não participarem do movimento comandado por Jefferson Cardim, pois esse não fora organizado por Brizola: “nós tínhamos um vereador de Pelotas que tava lá, que era muito discreto e vinha até Pelotas às vezes, o Lages, Francisco Lages. ‘O Lages essa madrugada vai ter que pegar o trem e vai a Pelotas’” (SILVA, 2018). Segundo o entrevistado, havia “um grupo organizado em Pelotas muito ativo do PCdoB com infiltração da Brigada, tu vai ter que ir, vai sair um pessoal fazendo, não se sabe bem o que é, e vão agir em nome do Brizola e não pode, derruba tudo que foi feito até agora, será o maior estrago” (SILVA, 2018).

De acordo com Silva (2018), Francisco Lages, após levar o comunicado de Brizola a Pelotas, viajou até Porto Alegre para realizar a mesma missão. Essas informações são confirmadas por Jefferson Cardim e Alberi quando concederam a entrevista ao *Coojournal*. Conforme Cardim, no “dia 18 de março de 1965, fui de taxi apanhar o Alberi no Hotel Harmonia, de lá levamos o sargento Firmo Chaves para apanhar o trem. Encontramos o Francisco Lages”

⁵⁵ Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2018, para Leomar Rippel, com a duração de 02 h 10 min 56 seg.

(GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p. 124), quando Firmo Chaves “foi até Porto Alegre onde encontrou de passagem o Francisco Lage, emissário do Brizola” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, p. 124).

Alberi, em entrevista ao *Coojournal*, em 1978, também confirma as afirmações mencionadas acima, dizendo que Brizola enviou “Francisco Lage a Pelotas – nós ficamos sabendo por coincidência – dizer que não entrassem no movimento sem a palavra de ordem dele, quando o combinado era que ao ser lido um manifesto em alguma rádio do Rio Grande todos deveriam se movimentar” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, 124). Segundo Alberi, a Operação Três Passos havia sido combinada com Brizola, no Uruguai, mas, segundo ele, Brizola não cumpre a palavra. Contudo, analisando as fontes, em seu conjunto, percebemos que, mesmo que Alberi e Jefferson continuassem afirmando que o movimento era liderado por Brizola, não há nenhum elemento que prove tais afirmações. Muito pelo contrário, o que mais há são indícios da não participação dele no movimento.

Dessa forma, Jefferson Cardim, comandando um grupo de 19 homens, apoderou-se de armamentos, munições e fardamentos em alguns destacamentos da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e “leu um manifesto na rádio local na qualidade de ‘Comandante em Chefe das Tropas contra a Ditadura’” (SILVA, 2011, p. 175). Este ato “Foi o ponto alto do que pretendia. A seguir, ocupou outras cidades. E marchou rumo ao norte como objetivo de criar um problema para o governo que lutava por se consolidar. Sua intenção era a de não deixar a ditadura comemorar o primeiro aniversário golpe” (SILVA, 2011, p. 174).

Na biografia intitulada “Diógenes o Guerrilheiro”, escrita por Hatsuo Fukuda, o biografado afirma que Cardim organizou a ope-

ração à revelia de Leonel Brizola e do PCB e que a “ideia dele era fazer uma guerrilha na região do Alto Uruguai; ele se estabeleceu no outro lado da fronteira, para não ser incomodado, ele mandou o Brizola para aquele lugar; ele era bem assim (FUKUDA, 2014, p. 57). Em relação ao fato de o movimento ser caracterizado como uma guerrilha, Diógenes afirma, em tom pejorativo, que “Aquilo não era conspiração, nem guerrilha, foi porra-louquice. Ele foi por conta própria, à revelia do Brizola e do Partidão. Foi uma piada, não foi sequer uma aventura militar” (FUKUDA, 2014, p.58).

Que Jefferson Cardim e Alberi tenham vindo para o Brasil e realizado a operação à revelia de Brizola, parece-nos evidente, contudo, novamente é importante frisar que Brizola estava organizando formas de luta armada, a partir do Uruguai.

No Uruguai, Brizola foi o principal catalisador das forças. O golpe só reforçava a opção feita antes de 1964 pela luta armada, haja vista que a tentativa de formar o Grupo dos 11. Agrupou em torno de si os sargentos e marinheiros expulsos das corporações e perseguidos pelos militares e formou uma espécie de Estado-Maior com o ex-deputado Neiva Moreira, o seu assessor no governo no Rio Grande do Sul, Paulo Schilling, o ex-deputado do PSB, Max da Costa Santos, e o coronel Dagoberto Rodrigues (ROLLEMBERG, 2001, p. 28).

Uma das pessoas mais próximas a Leonel Brizola, no exílio, era Paulo Schilling, segundo o qual a guerrilha nunca fora algo que atraísse Brizola, por isso, “não foi fácil convencer o ex-governador. Apesar de muito influenciado pela Revolução Cubana e, àquela altura, já com muitos contatos com o governo Fidel Castro, Brizola nunca acreditou na guerrilha” (COSTA, 2007, p. 125). Para Paulo Schilling, a “inexistência de um Partido Revolucionário para coor-

denar todas as ações levou a que houvesse muita improvisação, o que [...], foi a causa principal dos seguidos fracassos, a começar pela tentativa de levante em Porto Alegre” (COSTA, 2007, p. 125).

De acordo com Rollemberg (2001), após o fracasso da quartelada e não tendo alternativa, Brizola aderiu à teoria do foco guerrilheiro cubano e, a partir de então, ganharam novos rumos os planos de luta armada. Para tanto, seriam implantados três focos de guerrilha, sendo um na Serra de Caparaó, divisa de Minas Gerais e Espírito Santo, comandada pelo ex-sargento Amadeu Felipe; outro no norte do Mato Grosso, fronteira com a Bolívia, sob o comando de Marco Antônio da Silva Lima, ex-fuzileiro naval; e o terceiro, na região norte de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, oeste do Maranhão, sendo comandada por José Duarte, ex-marinheiro.

Em depoimento a José Caldas, para o seu livro “Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura”, Paulo Schilling comenta sobre a Operação Três Passos “Aquilo foi uma loucura total. Era o coronel Jefferson, o tenente José Wilson da Silva e o sargento Alberi Vieira dos Santos. Fizeram aquilo totalmente por conta própria. Esse pecado nós não temos” (COSTA, 311, 2007). E prossegue, “O Jefferson era do velho Partidão. Embora nunca tenham efetivamente sido do Partido, esses militares eram prestistas” (COSTA, 311, 2007). Notamos que Paulo Schilling menciona que José Wilson da Silva também estava envolvido no movimento, contudo é importante destacar que não conseguimos identificar nenhuma vinculação desse com o grupo de Jefferson Cardim. Mesmo havendo uma grande disposição por boa parte dos exilados vinculados a Brizola para a ação armada, a acusação feita por Paulo Schilling não se sustenta pelas fontes de que dispomos.

5.2.1. As contradições de Jefferson Cardim e Alberi em relação à participação de Leonel Brizola na Operação Três Passos

Em depoimentos no IPM, no 1º Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu, Jefferson afirma que era o responsável pela Operação Três Passos e que, após o golpe militar de 1964 e a chegada dos exilados, procurou unir-se a eles, de maneira especial com a ala brizolista, todavia, não tardou a sofrer grande decepção ao perceber que Leonel Brizola se colocava em um patamar superior, desprezando os companheiros, bem como suas ideias. Por isso, aos poucos, outros também foram se afastando e Brizola permaneceu praticamente isolado até dezembro de 1964.

No entanto, como já discutido no Capítulo II Brizola não estava isolado como afirma Jefferson Cardim, mesmo porque o ex-governador contribuía com o sustento de muitos exilados e inclusive das respectivas famílias que residiam no Brasil.

Em entrevista concedida ao *Coojornal*, em dezembro de 1978, Jefferson Cardim volta a apontar Brizola como o líder: “Ele era o chefe político do movimento. Quero frisar que o nosso movimento era o dele” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011, 122). Ainda de acordo com Jefferson Cardim, no primeiro encontro que teve com Brizola, em Montevideu, em julho de 1964, convidou-o para que fosse almoçar em sua casa, mas tudo malogrou porque pessoas próximas a Brizola faziam críticas a seu respeito e, por isso, resolveu se afastar da ala brizolista (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011).

No entanto, percebemos uma contradição nas afirmações de Jefferson Cardim no seu depoimento no IPM, em abril de 1965. Nesse ele afirma que se vinculou aos exilados, em especial com a ala

brizolista, logo que chegaram ao Uruguai, mas se afastou de Brizola porque esse se colocava acima de seus companheiros. O que contrariava o que ele conta na entrevista mencionada acima.

Desse modo, dificilmente Brizola confiaria o comando de seu movimento armado para alguém que não era de sua inabalável confiança. Todavia, isso não significa que Leonel Brizola e seu grupo, durante a organização da luta armada, não levariam em conta o papel de Jefferson Cardim. Como as articulações estavam operando na clandestinidade e sabedores do sistema de informações que a ditadura militar organizara contra seus opositores, os detalhes mais pormenorizados ficavam restritos aos assessores mais imediatos de Leonel Brizola. E, além disso, Jefferson, após sua fuga da prisão em Curitiba, voltaria para o Uruguai.

Nos dois depoimentos (tanto em Foz do Iguaçu quanto em Porto Alegre) para o IPM, no processo nº 335/1965, Jefferson Cardim afirma que sua relação com a ala brizolista e com Brizola começou a mudar a partir de dezembro de 1964, época em que sua filha foi atropelada e recebeu a visita de Brizola no Sanatório Americano, local em que ela estava hospitalizada. Na ocasião Brizola teria falado a Jefferson que precisariam conversar sobre a organização do movimento, porém, segundo Jefferson Cardim, teria relutado, alegando que estava se organizando para voltar ao Brasil, inclusive, já estaria com as malas prontas, apesar de saber que seria preso assim que atravessasse a fronteira. Contudo, foi ao apartamento de Brizola, que teria lhe dito “Jefferson, preciso muito de você porque eu estou vendo que os elementos que disponho não são suficientes e você é um homem de luta” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 122).

A partir desse momento, segundo Jefferson, passaram a se reunir na casa do próprio Brizola, na de Dagoberto Rodrigues ou ainda na de Neiva Moreira. Participavam dessas reuniões, dentre ou-

tras pessoas: Leonel Brizola, Dagoberto Rodrigues, Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Alfredo Ribeiro Daudt, José Wilson da Silva, Fernando Souza Costa Filho, Cibilis da Rocha Viana, Melo Bastos e Eliseu Gomes Torres. Nesses encontros, de acordo com Cardim, traçavam planos visando a redemocratização do Brasil. Inicialmente havia uma exposição detalhada da situação política do Brasil, em especial do Rio Grande do Sul, realizada por Brizola; em seguida, uma fala sobre a situação militar do país, feita por Dagoberto Rodrigues.

Discutiam as suas possibilidades junto a oficiais e sargentos do Exército, mas em particularmente da BM do Rio Grande do Sul, que continuavam nos quartéis, a maneira de articulá-los e organizá-los com os militares atingidos das forças armadas e da brigada militar pelo AI-1, também faziam o levantamento dos civis com potencial de colaboração no caso de um movimento, contudo, não soube informar em seu depoimento quais militares e civis deveriam participar do movimento, alegando que constituía segredo de Brizola (JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, IPM, processo nº 335, 1965).

Nessas reuniões também eram apresentadas, segundo Jefferson Cardim, a percentagem dos militares da ativa, tanto da BM quanto do Exército, que o movimento armado, organizado por Brizola, poderia contar. Baseados nos dados da última reunião, Brizola mencionou que contava com cerca 80% da BM do Rio Grande do Sul. As guarnições do Exército, nas quais Brizola contava com maior número de adeptos, eram as de Porto Alegre, Bagé e Santana do Livramento, porém, não possuía informações sobre as de outros Estados (JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, IPM, processo nº 335, 1965).

Jefferson afirma que não sabia dizer quais civis ou militares participariam do movimento, pois essas informações seriam segredo de Brizola. Podemos nos indagar, portanto, como Brizola confiaria o comando de um movimento armado, para seu retorno ao Brasil,

para uma pessoa que não tinha tais informações? Jefferson Cardim comenta nos autos do processo que “Ainda na manhã do dia 18 recebi um telefonema do tenente Wilson que o Sr Brizola queria falar-me com urgência, mas eu não pude ir a Atlântida, pois tinha que fazer as compras” (JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, IPM, processo nº 335, 1965). Diante disso, cabe outro questionamento: se Jefferson estava agindo sob comando de Brizola, por quais motivos não iria até a casa desse antes de sair para comandar um movimento insurrecional armado no Brasil?

De acordo com Jefferson Cardim, em seus depoimentos, no processo nº 335/1965 da Justiça Militar Federal, foi na última reunião realizada com Brizola, no dia 12 de março de 1965, que decidiram sobre sua entrada em território brasileiro. Nesse dia, acordaram que o movimento seria deflagrado no dia 25 de março e que inicialmente abrangeria apenas o Rio Grande do Sul, e posteriormente todo o Brasil. Sua penetração em território brasileiro ocorreu dia 19 de março, antecipando-se em relação a data marcada com Brizola, porque sentiu necessidade de reconhecer o terreno.

Na entrevista concedida ao *Coojournal*, em dezembro de 1978, Jefferson afirma que, em dezembro de 1964, foi ao apartamento de Brizola em Montevidéu e esse teria comentado sobre seu desejo de iniciar o movimento dizendo: “Jefferson, daqui por diante você tem que estar em contato direto comigo, porque é o nome com quem eu conto” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 122). Ao que Jefferson comenta: “Fizemos um pacto com um aperto de mão: Morrer pelo povo. Ainda tive mais três ou quatro encontros com ele. No último ficou bem claro que eu ia iniciar o movimento antes de completar um ano do golpe militar” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 122).

Na mesma entrevista, Alberi Vieira dos Santos também acusa

Brizola de ser o líder político do movimento e, de acordo com ele: “O que houve é que o Brizola era um líder político e o movimento foi desencadeado e engrenado no plano geral dele. [...] O Brizola era o responsável político pelo movimento. Mas depois, quando fracassou, ele fez uma nota dizendo que não tinha nada com isso” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 122).

Nas palavras de Jefferson Cardim, ele e Brizola tinham um acordo, no qual ele não faria perguntas sobre seus planos e se reservava o direito de não informar onde nem quando lançaria o que Brizola dizia ser o estopim para eclodir um movimento de insurreição no Rio Grande do Sul. Dessa forma, ao finalizar o último encontro, dia 13 de março de 1965, Cardim teria dito a Brizola que daria início ao movimento antes do último dia de março. Isso posto, Brizola teria dito a Cardim para entrar em contato com Alberi. Assim que saiu do encontro com Brizola, teria falado com Alberi, quando combinaram de se encontrar na sua casa.

No dia seguinte, sobre um mapa do Rio Grande do Sul, fizeram o planejamento, incluindo o roteiro, os pontos a serem atingidos e a região preferida. Alberi escolheu o norte do Rio Grande do Sul, porque era um profundo conhecedor da área, pois quando ainda estava na ativa na BM, prestara serviço em diversos destacamentos da região. Assim como por ser considerada uma região com baixa densidade demográfica, com muita vegetação e próxima da fronteira com a Argentina.

Após definida a região, Jefferson Cardim procurou angariar dinheiro com alguns exilados que pudessem contribuir financeiramente com seu movimento, por isso foi até Jango, Darcy Ribeiro e Ivo Magalhães. Darcy Ribeiro contribuiu com 500 dólares, Ivo Magalhães com 300 mil cruzeiros, e Jango não quis contribuir alegando não possuir dinheiro naquele momento. Durante o IPM, anexo ao

processo nº 335/1965 da Justiça Militar Federal, foi perguntado a Cardim como seria possível que seu movimento tivesse sido organizado e decidido por Leonel Brizola e sua ala, mas o auxílio material houvesse sido dado pela ala de João Goulart. Jefferson Cardim respondeu que Brizola não dispunha de dinheiro naquele momento, mas que iria receber uma soma no dia 19 de março. No entanto ele precisava sair o mais cedo possível para os seus reconhecimentos, por isso, não recebeu contribuições de Brizola.

Entretanto, as afirmações de Alberi Vieira dos Santos se contradizem com as de Jefferson quanto a Brizola não possuir dinheiro na ocasião. Alberi, mesmo não se referindo especificamente à Operação Três Passos, e sim à organização mais ampla da luta armada, afirmou que o esquema geral de retomada do poder no Brasil, articulado por Brizola, foi levado a Cuba por Darcy Ribeiro e “com base nele foram liberados 500 mil dólares. E depois veio outra remessa de 500 mil dólares. Nesse momento começaram as brigas em torno da divisão do dinheiro: se ficava um terço com Brizola, um terço com o Jango e outro com o Darcy Ribeiro” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 124).

Em relação ao apoio de Cuba à luta armada no Brasil já foram realizadas inúmeras pesquisas⁵⁶, que demonstram que esse auxílio, apesar de se restringir basicamente aos treinamentos, também foi financeiro. No entanto, como e o quanto, não se sabe. De acordo com Alberi, a “primeira remessa veio entre 12 a 15 de dezembro de 1964 e a outra entre 5 a 8 de fevereiro de 1965” (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011 p. 124).

Sobre as críticas que o grupo de Brizola fazia a Jefferson Car-

⁵⁶ Dentre os quais: SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007; ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

dim, essas são corroboradas por Paulo Schilling, um dos principais assessores de Brizola no Exílio, pois, segundo ele, não confiavam em Jefferson Cardim: “era casado com uma Uruguaia, que tinha um irmão que era capitão do Exército uruguaio. Então, nunca incluímos o Jefferson em nossa turma porque, na cama, acaba-se tudo ventilando. Ele ia acabar contando à mulher, e a mulher, ao irmão” (COSTA, 2007, p. 311). Conta ainda que “Jefferson sempre foi excluído de nosso grupo principal, inclusive porque era totalmente louco, mas andava desconfiado de que estávamos fazendo alguma coisa” (COSTA, 2007, p. 311).

Paulo Schilling atribui basicamente aos dois motivos citados acima a desconfiança sobre Jefferson Cardim. Tais justificativas, além de misóginas, nos parecem um tanto quanto pedantes. Ao analisar Jefferson Cardim, no conjunto de fontes que dispomos para a pesquisa, percebemos que ele sempre foi um sujeito ativo, muitas vezes agindo de modo imprudente, o que frequentemente o colocava e as pessoas ligadas a ele em risco. Sendo assim, a desconfiança em relação a Jefferson, não se refere às dúvidas que pairavam sobre sua posição ideológica, mas sim quanto a maneira, muitas vezes extemporânea, que Jefferson tinha ao agir. Dentro da articulação da luta armada no Uruguai, apesar de Jefferson não participar das discussões de cúpula, seu nome sempre esteve entre os que participariam.

A versão de Paulo Schilling é similar a de José Wilson da Silva, para quem Jefferson não estava ligado aos esquemas imediatos de Leonel Brizola, contudo, era “homem de coragem, disposto e inquieto, queria porque queria fazer algo, mas tinha um defeito: não sabia guardar segredo. Era ligado ao PC. Em todos os estudos conta-se com o coronel mas não podia-se dizer a ele” (SILVA, 2011, p. 172). Sobre Jefferson Cardim ser ligado ao partido comunista, não temos comprovações a respeito, mas através dos seus assentamen-

tos⁵⁷, anexados no processo nº 335/1965, percebemos que o mesmo possui inúmeras referências elogiosas por diversos motivos. Também constam algumas punições, todas por suas concepções ideológicas de esquerda e por seu ativismo político tanto dentro quanto fora dos quartéis.

Para ilustrar uma das punições por suas concepções ideológicas, mencionaremos sua participação na fundação de um subdiretório da Sociedade Amigos da América⁵⁸ (SAA) em Santa Maria, onde servia como capitão. Em 09 de setembro de 1943, foi publicado em boletim reservado da 3ª RM, informando que estava havendo

possíveis perturbações da ordem em Santa Maria, o que obrigou o Cmt. da guarnição a adotar medidas preventivas, inclusive a proibição de que militares tomassem parte em comícios em preparação; ciente de que não obstante tal proibição o capitão Jefferson Cardim de Alencar Osório, como presidente do núcleo local dos 'Amigos da América', tomara parte em um comício e nele proferira discurso (o que motivou repreensão do Cmt. da guarnição, por indisciplina [...]); chegando ao meu conhecimento que o mesmo capitão cercava-se de maus elementos e fazia propaganda em meios de fácil agitação e que em boletim de exaltação cívica, distribuído pelos 'Amigos da Amé-

⁵⁷ O assentamento reúne todas as informações da vida funcional do servidor que possui alguma publicação cadastrada. No caso do coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, as informações contidas em seu assentamento e anexadas ao processo nº 335/1965, correspondem ao período de 24 de março de 1930, quando ingressou na Escola de Realengo, no Rio de Janeiro, até meados de 1963. São 369 páginas anexadas de sua vida funcional, estendendo-se das páginas 3158 a 3427.

⁵⁸ "Sociedade civil fundada em 1º de janeiro de 1943 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com o objetivo declarado de apoiar a luta dos Aliados na Segunda Guerra Mundial pela preservação dos 'ideais democráticos' e contra o totalitarismo. Constituiu na verdade um núcleo de oposição ao Estado Novo, sendo por isso fechada em 1944. Reaberta em 1945, foi em pouco tempo absorvida pela União Democrática Nacional" (CPDOC/FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-amigos-da-america>.

rica,' fora tendenciosamente incluído, no rodapé, em letras destacadas, um apelo a trabalhadores e soldados – em rádio ao Cmt. da guarnição de Santa Maria, 'proibi terminantemente o referido oficial promover-se ou participasse de comícios de qualquer natureza. Vindo posteriormente ao meu conhecimento um ofício dos 'Amigos da América' assinado pelo capitão Jefferson Osório e por mais dois indivíduos, convidando o prefeito de Santa Maria para um sessão cívica em que sob o pretexto de homenagear a mais alta autoridade nacional, sem autorização das autoridades locais e a revelia da entidade organizadora da Semana da Pátria, era promovida uma reunião pública de elementos já caracterizadamente suspeitos – mandei recolher preso por 8 dias o mesmo capitão, por desobediência a ordem desse Comando. Ciente agora, por informação oficial, de que o cap. Jefferson Osório, embora haja permanecido no quartel por deliberação do Cmt da guarnição, em horas de comícios mandou ler por outra pessoa uma mensagem de sua autoria, de 22 de agosto, e, continua na atividade da presidência do subdiretório dos 'Amigos da América' – agravo por 25 dias a punição imposta ao Cap Jefferson Cardim de Alencar Osório" (PROCESSO Nº 335/1965, p. 3206-3207).

O responsável pela punição de Jefferson Cardim, na ocasião, foi o tenente-coronel Demócrito da Silva Freitas, então comandante da guarnição de Santa Maria. Notamos que a SAA não era nem de esquerda, apenas se opunha ao Estado Novo e era antinazista, tinha como principal objetivo o apoio a luta dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Mas essa não foi a única vez que Jefferson Cardim se opôs ao nazifascismo, conforme consta no CPDOC/FVG⁵⁹, em

⁵⁹ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/osorio-jefferson-cardim-de-alencar>. Acesso em: 11 set. 2020.

1935, quando ainda era segundo-tenente, vinculou-se à “Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que defendia um programa nacionalista e antifascista”.

Em relação à Alberi, segundo Silva, afirmava-se que: “Esse sargento era pouco letrado e não muito confiável para determinadas conversas, mas tinha a seu favor a coragem e o atrevimento: não arrepia missão. Estava sempre disposto a ir aonde quer que o mandassem. Não tinha hora, lugar ou dificuldades, contanto que tivesse alguns trocados no bolso” (SILVA, 2011, p. 172).

Paulo Schilling também lembra que Jefferson se sentia excluído das articulações do movimento geral e que em determinado dia durante o exílio “Dagoberto, o mais civil de todos os militares da época, precisou cumprir uma missão no interior do país e necessitava de uniforme do Exército. Pedimos ajuda ao Jefferson, que cismou que estávamos excluindo de alguma coisa” (COSTA, 2007, p. 311). Em relação a Alberi, Paulo Schilling diz que certo dia “Alberi foi mandado por Brizola para trazer um dinheiro ainda naquela conspiração de quartel. O Alberi chegou a uma cidade de fronteira, ao lado do Rio Grande, e acabou fechando um cabaré lá e liquidando o dinheiro” (COSTA, 2007, p. 311). Nesse sentido, segundo José Wilson da Silva,

O sargento Alberi, depois de prestar muito serviço, talvez pelo seu alcance dos fatos e do desgaste que se iniciava por não ver uma ação imediata, passou a ter uma conduta perigosa para ele e para as pessoas com quem ele falava. Conversava demais, gabando-se do que fazia, alguns tragos, algumas farras em circunstâncias que deveriam ser absolutamente reservadas ou secretas. Para evitar mal maior, começamos a trançá-lo em Montevideu. Com dificuldade. A melhor maneira de retê-lo era cortando dinheiro, embora ti-

vesse hotel com as despesas pagas. Mas ficava inquieto e procurava algo para fazer (SILVA, 2011, p. 173).

Em meados do mês de março de 1965 e estando Alberi sem dinheiro, ele e Firmo Chaves foram até Atlântida, local em que morava Leonel Brizola, com a intenção de pedir dinheiro, mas esse se recusou a conceder qualquer quantia a ambos (SILVA, 2011). Alberi também lembra desse dia, em sua entrevista ao *Coojornal*, pois foi quando ele e Firmo Chaves ameaçaram sair de Montevidéu e voltar ao Brasil; contudo, Brizola os acalmou, dizendo que as coisas estavam se encaminhando, mas passaram-se os dias e não saiu movimento qualquer e eles também não pegaram qualquer quantia de dinheiro para a Operação Três Passos (GUIMARAENS; CENTENO; BONES, 2011).

Silva descreve que os dois entraram em contato com Jefferson Cardim que, por sua vez, estava impaciente, desde o golpe de abril de 1964, pela demora na realização de alguma ação contra os golpistas.

Não sei como, mas imediatamente entraram em contato com o coronel Jefferson, que os atendeu. Pronto. Estava unida a fome e a vontade de comer. Jefferson querendo fazer algo, Albery que conhecia todo o interior do Rio Grande, e com os mesmos pensamentos, furiosos com o tratamento que o Brizola lhes havia dado, fizeram o casamento oportuno. Albery tinha os elementos que Jefferson precisava para fazer seu protesto junto às lideranças e mostrar que era mais capaz, embora até então nunca tivesse feito qualquer tipo de trabalho ou conversa para arregimentar companheiros. Como Chaves vivia na colônia de exilados, conhecia todo o pessoal, foi fácil fazer uma peneira junto aos elementos que os acompanhariam para uma ação armada em território brasileiro. Feito o acerto, Albery teria dito ao Jeffer-

son que contava com centenas de companheiros na zona do planalto norte do Rio Grande do Sul, especialmente se lá chegassem como cumprindo ordens nossas desde Uruguai (SILVA, 2011, p. 173).

Possivelmente pelo fato de Jefferson Cardim ter outros vínculos, além de Brizola, e por se sentir excluído do grupo que articulava com ele, e Alberi tendo muitas informações e contatos com brasileiros simpáticos a João Goulart e Brizola, especialmente na região norte do Estado do Rio Grande do Sul, onde executou várias missões para Brizola como pombo-correio, é bem provável que tenham pensado em adequar o plano dele, fomentar uma quartelada na região e, caso não desse certo, passar para o território argentino. Isso quer dizer que, de acordo com o exposto nesta tese, não houve um projeto elaborado, tampouco existiu o objetivo de mobilizar as massas, embora fosse uma intenção secundária.

O que é possível verificarmos, através dos relatos do diário de Cardim e principalmente dos autos do processo nº 335/1965, é o fato de ter existido somente uma estratégia pré-definida com o intuito de mobilizar os militares de esquerda expurgados e os da ativa que ainda estavam no Rio Grande do Sul. Sobre esse ponto, constatamos que apesar de armado, não constituiu um movimento de guerrilha, mas um protesto extemporâneo, ou seja, sem objetividade, de modo que bastaram poucas horas para ser desarticulado e seus participantes serem todos presos. Ainda assim, Jefferson e Alberi tinham a esperança (mesmo que remota) através do movimento insurrecional armado, de fomentar uma quartelada nos quartéis do Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre.

O movimento organizado por Cardim e Alberi, apesar de influenciado pelas articulações da luta armada, no Brasil, liderada por Brizola, não estava sob o comando dele, inclusive atrapalhou todo

um trabalho de estruturação de resistência que estava sendo desenvolvido no Uruguai sob sua liderança. Portanto, ao longo deste capítulo, buscamos verificar a relação de Leonel de Moura Brizola com a Operação Três Passos.

Há indícios de que a relação existente com Leonel Brizola, diz respeito somente à proximidade dos integrantes da Operação com o Movimento Nacionalista Revolucionário de Leonel Brizola, atrelado ao campo ideológico de esquerda, anti-imperialista e na defesa das Reformas de Base. Não existia uma Operação Três Passos sendo concebida, existia a expectativa de fazer algo, sendo assim, a Operação Três Passos, foi uma construção posterior ao movimento de protesto.

Dito isso, há outro elemento a acrescentar, o uso que os militares fizeram desses acontecimentos, assim como as demais forças políticas de direita. Vimos nesse capítulo que uma bibliografia de proveniência militar insiste em aumentar os perigos que a Operação Três Passos representaria e que parte dessa lógica é reproduzida, mesmo pela literatura mais crítica. Os militares tiveram seu papel em buscar fundamentos de uma memória específica sobre esse movimento, como veremos no próximo e último capítulo.

VI

SUSTENTANDO A DITADURA MILITAR A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DO HERÓI MILITAR

Neste capítulo, nosso objetivo é analisar como a morte do sargento Camargo, em combate, serviu para a criação do herói militar como símbolo de bravura e de sacrifício na luta contra o “inimigo comunista”. Essa construção se deu de várias formas, mas principalmente através de ritos fúnebres, com o intuito de fortalecer o combate aos opositores e legitimar a ditadura militar brasileira. Ao final, deixamos uma hipótese, a de que o referido militar possivelmente pode ter sido morto por disparos de seu próprio pelotão.

6.1. Da Doutrina Góes Monteiro à Doutrina Militar

Como já analisado anteriormente, a política anticomunista desenvolvida pelo EB se acentuou a partir de 1935, porém ela já era relativamente comum entre os militares em períodos anteriores, principalmente com a Revolução Russa, de 1917; a primeira greve no Brasil, no mesmo ano; e a criação do partido comunista, no país,

em 1922. O Exército tirou proveito político do levante de 1935 para a consolidação do anticomunismo e para a fixação da Doutrina Góes Monteiro⁶⁰, reformulada pela ESG, a partir de 1949, com a instalação da ditadura militar. Apesar do Levante de 1935 não ter representado perigo algum, visto que, do ponto de vista estritamente militar, era praticamente sem expressividade, foi responsável por causar grande espanto na alta hierarquia do EB.

O certo é que esse levante propiciou a construção da imagem do comunismo como inimigo comum a ser combatido, disseminando, assim, o sentimento de que todos deveriam estar unidos contra ele, a fim de intensificar a ideia de “solidariedade, que consolida de fato o poder de alguém frente ao todo da instituição. E Góes Monteiro, uma liderança incontestada, com um projeto de intervenção [...], aproveitou-se como ninguém tanto do medo como da solidariedade” (TREVISAN, 1985, p. 40).

A doutrina Góes teve como pressuposto um Estado forte cuja meta principal estava ligada ao interesse estritamente militar, de modo que o Estado seria o meio ideal para alcançar tais objetivos. Para Trevisan, o que a Doutrina Góes Monteiro de fato pretendia “era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social que provocaria desenvolvimento econômico” (TREVISAN, 1985, p. 41). Segundo o mesmo autor, a consequência do desenvolvimento econômico significaria a edificação de uma “sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa, razão de ser do militar, deveria passar a razão

⁶⁰ Segundo Trevisan, Góes Monteiro “Trabalhou, convenceu os oficiais de que suas ideias eram as únicas que efetivamente neutralizavam a ameaça comunista. Só a ‘política do Exército’, ocupando todos os espaços, vigiando tudo, da agricultura à indústria, das comunicações à educação principalmente, da produção interna à política internacional, formaria aquela ‘mentalidade que sobrepunha a todos os interesses da Pátria’, único antídoto realmente eficaz frente ao ‘proselitismo vermelho’” (1985, p. 40).

de toda a sociedade; motivo de vida de qualquer brasileiro. O Estado Novo é, antes de mais nada, a prática desta Doutrina” (1985, p. 41).

Erinaldo Vicente Cavalcanti, em sua tese de doutorado intitulada “O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE - 1960-1968)” indica que o discurso anticomunista dos militares remonta às décadas de 30 e 40 do século XX, ganhando outra configuração, na década de 1960, e principalmente após o golpe militar. Para ele, o discurso que justifica o golpe e a intervenção militar tinha como elemento condutor a narrativa do perigo comunista (CAVALCANTI, 2015).

Os fundadores da ESG, criada pela Lei 78/49, em agosto de 1949, formavam um grupo coeso apresentando uma unidade de princípios baseada na fórmula Segurança/Desenvolvimento, de Góes Monteiro. Apesar da ajuda dos Estados Unidos para a fundação da ESG, a partir de uma missão do *National War College*, de 1948 a 1960, entre os fundadores havia uma preferência por ideólogos brasileiros, de modo que “Tinham aprendido, com as lideranças do Exército, durante o Estado Novo, como se comandava e como se conspirava. O general Góes Monteiro, por exemplo, fora um excelente professor (outra de suas funções, além de escrever doutrinas)” (TREVISAN, 1985, p. 50).

A Doutrina Góes Monteiro foi a base pela qual a ESG formulou a Doutrina de Segurança Nacional, tendo como ponto de partida a convicção de existir uma guerra em andamento cujo inimigo era o comunismo internacional. Por esse motivo, foi elaborado o conceito de Segurança Nacional⁶¹ “tornando competente o Conselho de Segurança Nacional – CSN a sobrepor medidas imprescindíveis

⁶¹ “Segurança Nacional é o maior ou menor grau de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, contra a ação adversa fatores internos e externos” (MIYAMOTO, 1995, p. 76).

ao interesse do Estado” (ZATTA, 2016, p. 61). Assim, de acordo com Tibola, a DSN

encontrava fundamento no conceito de guerra total, uma guerra que envolveria todos os setores da sociedade e, por isso dependia de todo o potencial da Nação. A guerra total caracterizava o embate entre as duas potências que haviam iniciado um conflito ideológico no pós-Guerra Mundial: a União Soviética e os Estados Unidos (2007, p. 05).

Nesse sentido, a erradicação da ameaça comunista só seria possível através da obediência da Nação à política do Exército, dando ênfase a necessidade de uma “defesa nacional”, que deveria aglutinar civis e militares, em um esforço conjunto de desenvolvimento. Ou seja, para a defesa nacional se concretizar era imprescindível, aos civis, a aceitação da política desenvolvida pelo Exército. Portanto, a partir da ideia fixa de existir guerra interna em andamento, no Brasil, instala-se, como fundamental, a necessidade de vigiar não somente as fronteiras físicas, mas, sobretudo, as fronteiras ideológicas.

6.2. O comunismo como bode expiatório na construção do herói militar e na legitimação da Ditadura Militar

Em 1965, na ocasião da Operação Três Passos e da morte do sargento Camargo, o Exército “compreendia a realidade política brasileira como uma guerra em andamento; logo, a perda de ‘um dos seus’ na manutenção do Regime passou a ser percebida por seus pares como uma ‘baixa de guerra’” (ZATTA, 2016, p. 62-63). Por isso mesmo, “a morte do sargento Carlos Argemiro de Camargo passa a

ser vista pelos militares como uma ‘baixa em combate’ na ‘**Guerra Total e Permanente**’ anteriormente anunciada pela ESG” (ZATTA, 2016, p. 63, grifo do autor).

Dessa forma, no contexto do início da ditadura militar brasileira, evidencia-se a tentativa de consolidar a construção do herói militar através de inúmeros cultos cívicos e da construção de mausoléus fúnebres militares coletivos, sendo que “esta memória dos caídos em combate pela Pátria se tornou ao longo dos anos uma memória institucionalizada em que as Forças Armadas reforçam posição e a homenagem aos mortos passa a ser homenagem à instituição” (PIOVEZAN, 2014, p. 22).

Além do esforço de forjar o golpe para a sociedade civil como um todo, houve também um esforço deliberado, por parte dos oficiais gerais e superiores, em legitimar a ditadura militar dentro dos quartéis. Por isso, a necessidade de consolidar a coesão interna por meio da perseguição de adversários políticos e usando, como estratégia, as referências elogiosas dentro da caserna àqueles que atuavam contra os “guerrilheiros comunistas e inimigos da pátria”.

Logo após o fim das ações militares que interceptaram o grupo integrante da Operação Três Passos, os discursos dirigidos à tropa eram no sentido de ressaltar os sacrifícios necessários para combater o inimigo, inclusive fazendo uso da própria vida em defesa da pátria. O primeiro discurso para a tropa com esse caráter foi realizado pelo general Justino Alves Bastos⁶², em Foz do Iguaçu, no 1º B Fron, no momento da entrega dos prisioneiros, quando os militares participantes dessa operação foram apresentados aos oficiais superiores.

⁶² Vale ressaltar que o general Justino Alves Bastos já havia comandado as tropas militares em ações que neutralizaram as Ligas Camponesas, em 1955, lideradas por João Pedro Teixeira.



FIGURA 12.

O general Justino Alves Bastos cumprimenta o oficial e o sargento que realizaram a prisão de Jefferson Cardim de Alencar Osório. Os soldados que participaram da operação estavam na carroceria do caminhão.

FONTE:

Livro de memória em homenagem ao tenente Camargo, 16º Esqd C Mec de Francisco Beltrão.

Em um breve discurso, o general Justino Alves Bastos elogiou à tropa pelo trabalho de interceptar e prender os integrantes do movimento e, aproveitando a ocasião, fez uma referência ao sargento Carlos Argemiro de Camargo, morto durante a combate, afirmando que “infelizmente a Pátria exige este sacrifício, [...] Assim como foi o sargento Camargo, poderia ter sido qualquer outro soldado ou este que vos fala, o sacrificado no cumprimento do dever” (LIVRO DE MEMÓRIA, 16º ESQD C MEC, 1965).

No mesmo sentido, o general Itiberê Gouvêa do Amaral, comandante da 5ª RM/DI e porta voz das FFAA para aquela ocasião, definiu Camargo como “herói” e “mártir”, e acrescentou que os bandoleiros comunistas, integrantes do movimento, iriam pagar pela morte daquele sargento. Segundo o general,

Todo povo tem sempre seus mártires. No momento da sua morte, o saudoso sargento Camargo entrou para o Pantheon dos heróis do Brasil, vítima dos comunistas. Mas, o exemplo do sargento Camargo produzirá frutos e permaneceremos como sempre estivemos prontos para darmos aos comunistas a guerra sem tréguas que é necessária em todos os momentos (LIVRO DE MEMÓRIA, 16º ESQD C MEC, 1965).

Após o enterro do sargento Camargo, na cidade de Francisco Beltrão, teve início uma série de atos simbólicos com o intuito de legitimar a ditadura militar e de construir uma política de memória do “herói” tombado em prol da defesa da “democracia”. Antes mesmo de finalizar as prisões dos integrantes do movimento, os militares, juntamente com os civis que contribuíram com golpe, começam a explorar a morte do sargento para fins de exaltação militar. Isso pode ser visto já na noite de 27 de março de 1965, quando uma comitiva, composta pelo general comandante da 5ª RM/DI, pelo assistente do Estado Maior, pelo capitão adjunto e por lideranças políticas e empresariais, segue em direção à Ponta Grossa a fim de prestar solidariedade à família do 3º sargento.

Em comitiva composta do Gen Cmt da ID 5, Asst EM/ID5, Cap Ajo e de todos os líderes revolucionários civis desta cidade, no dia 27 mar 65, por volta de 23h30, foram apresentadas as devidas condolências à família do 3º Sgt Carlos Argemiro de Camargo, à rua Engenheiro Rebouças, 146, bairro de Ana Rita, nesta cidade (13º RI, ADITAMENTO DO BI 45, 1965).

É importante destacar, como demonstra o texto acima, que os militares faziam questão de expor o apoio da sociedade

civil ao governo autointitulado de “revolucionário”. O EB usou politicamente a morte do sargento Camargo como importante estratégia de comoção nacional na luta contra o comunismo, fazendo uso da memória que, segundo Le Goff, tem “(...) a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p. 49).

No Aditamento do BI 45, de 19 de abril de 1964, do 13º RI, foram publicados inúmeros radiotelegramas enviados por várias organizações militares ao regimento, sendo que a maioria, além de tecer comentários pejorativos aos integrantes do grupo do coronel Cardim, prestava condolências pela morte do sargento Camargo. No dia 2 de abril de 1965, o comandante da 4ª Divisão de Cavalaria (DC), de Campo Grande, encaminhou um radiotelegrama ao 13º RI também prestando condolências pelo falecimento, “morto covardemente por bandoleiros internacionalistas”, e prossegue dizendo que o “edifício da democracia que dará bem estar e fraternidade aos brasileiros, está sendo, para honra das forças armadas, erigido sobre o sangue e sacrifício de bravos militares, verdadeiros idealistas” (13º RI, ADITAMENTO DO BI 45, 1965).

Observamos que os integrantes da Operação Três Passos foram apresentados como um grupo de bandoleiros a serviço do comunismo internacional e uma ameaça às instituições democráticas brasileiras. Segundo o comandante da 4ª DC, essa democracia seria construída com sangue e sacrifício das forças armadas. Para Ronaldo Zatta, a construção do herói se constitui como “uma categoria de pessoas que são orientadas por ideais altruístas, virtuosos e dignos, seguido de qualidades essenciais, que oportunamente são identificadas pelas referências à liberdade, fraternidade, coragem, justiça,

moral, paz ou sacrifício” (2016, p. 68). Dessa maneira, a construção do medo comunista orientou as ações da ditadura em torno dos integrantes da Operação Três Passos e da morte do sargento Camargo.

Como mencionado acima, essa morte foi utilizada como forma de legitimação da ditadura militar, sendo que, na maioria das vezes, a menção a ela era seguida de adjetivos pejorativos aos integrantes da Operação Três Passos, tais como: covardes, bandoleiros, internacionalistas, subversivos, comunistas, entre outros. Isso é, todos que se opunham à ditadura militar eram considerados comunistas, por isso a tentativa de associar características de baixo calão ao caráter ideológico do comunismo.

O comandante da Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), general João Bina Machado, enviou um radiotelegrama, em 30 de março de 1965, para o 13º RI, manifestando “profundo pesar morte Sgt Camargo, exemplo de sacrifício manter aceso fogo da democracia em nossa pátria” (13º RI, ADITAMENTO DO BI 45, 1965). João Bina Machado era coronel e foi um dos apoiadores do golpe militar, sendo promovido a general de brigada, três meses após abril de 1964.

6.3. Recorrendo à fé para legitimar a Ditadura Militar

A recorrência à fé cristã/católica foi uma das estratégias utilizadas para construir a imagem do herói militar sargento Camargo. Vincular seu nome à crença religiosa constituía a ideia de serem os militares os verdadeiros defensores das instituições democráticas. Dessa maneira, os opositores à ditadura eram, consequentemente, opostos aos interesses cristãos, logo, contrário às instituições democráticas. Os rituais feitos em honrarias, para homenagear o herói mi-

litar pelo seu “sacrifício em nome da nação” e da democracia, foram recorrentes e o ato de comemorar postumamente indica “[...] o desejo de heroização em prol de uma luta política, não tão somente dentro do aquartelamento, mas para além dos seus muros e concertinas” (ZATTA, 2016, p. 80).

Não é novidade para quem se dedica a pesquisar a ditadura militar, no Brasil (1964-1985), saber do apoio quase hegemônico da igreja católica ao golpe e à ditadura. A Faculdade de Filosofia, da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), comunicou ao 13º RI, em 2 de abril de 1965, que iria prestar uma homenagem *post-mortem* ao sargento Camargo.

Tenho a honra de levar ao conhecimento desse Comando e, por seu intermédio à família enlutada, que por ocasião da sessão cívica realizada por esta Universidade, a 31 de março em comemoração à passagem do primeiro aniversário da ‘Revolução Redentora de 31 de março de 1964’, por proposta do Snr. Professor Catedrático Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Mota, foi prestada uma homenagem à memória do 3º Sargento dessa Unidade, Carlos Argemiro de Camargo, barbaramente assassinado pelos guerrilheiros a 27 de março último. – Essa homenagem constitui em um (1) minuto de silêncio, observado de pé, por todos os presentes. – Colhendo o ensejo, apresento a esse Comando os meus respeitosos cumprimentos. – (a) Professor Vitorino Picinini, Diretor da Faculdade de Filosofia de Pelotas (13º RI, BI 95, 1965).

A UCPel realizou, em 31 de março de 1965, ato cívico para comemorar o primeiro ano de aniversário do golpe de Estado, denominando-o de “Revolução Redentora de 31 de março de 1964”, deixando claro o apoio a esse que foi um ato cujo objetivo era o de salvar

o Brasil das “mãos do comunismo”, mantendo o discurso, um ano depois, de que não havia ocorrido um “golpe”. Aproveitando a oportunidade da sessão, foi prestada homenagem ao sargento Camargo, “barbaramente assassinado pelos guerrilheiros”, com um minuto de silêncio. Notamos, mais uma vez, que a morte do sargento foi amplamente utilizada em nome de uma suposta “democracia”, como forma de legitimar a ditadura instaurada no ano anterior.

O general Carmo, comandante da 5ª RM/DI, em 31 de março, retransmitiu rádiotelegrama do comandante do 3º Exército, Joaquim Justino Alves Bastos, determinando que todas as guarnições militares pertencentes ao 3º exército deveriam realizar uma missa no dia 2 de abril de 1965. Também nesse dia, os comandantes das guarnições deveriam organizar palestras para os praças, a fim de esclarecer o ocorrido e ressaltar o significado do sacrifício da vida do sargento Camargo. Vale ressaltar que a ordem foi somente transmitida pelo general Alves, tendo sido determinada pelo primeiro presidente do período militar, Humberto de Alencar Castelo Branco. Sabedores da forte presença da cultura religiosa na sociedade brasileira, a celebração da missa é uma clara demonstração da tentativa de associar a ditadura ao bem e os opositores ao mal, típico do maniqueísmo religioso.

Em relação a palestra aos praças, no 13º RI de Ponta Grossa, não há detalhes mais precisos sobre o conteúdo apresentado. Entretanto, sabe-se que, durante a missa, foi realizada uma oração pelo capitão Flávio Ribeiro dos Santos em homenagem ao sargento Camargo. Segundo o capitão acima mencionado, aquele 2 de abril, era um dia de preces que seriam elevadas ao céu brasileiro, a partir daquele ato de pesar e de solenidade, consistindo em um momento de “profundo respeito, amor e veneração à alma de um herói brasileiro; imagem de um cidadão democrático; ao espírito de um homem cris-

tão”. Pela fala do capitão, é possível inferir que a ditadura precisava ser representada como democrática e os militares, na representação do Exército e do sargento morto, como mentores da salvação do comunismo.

Utilizam, como sinônimos, os termos democracia e cristianismo, sugerindo que apenas os cristãos são portadores dos valores democráticos. Nesse sentido, assim como Jesus deu a vida para salvar os cristãos e a humanidade, os militares estavam doando também suas vidas para salvar a pátria do comunismo internacional. Notamos, pelo teor da oração proferida pelo capitão, a exploração emotiva da morte do sargento Camargo, sempre relacionando a democracia com o cristianismo e o sacrifício da vida pela “Pátria Brasileira, democrática e cristã”.

Oficiais, Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados do 13º Regimento de Infantaria, neste momento solene de meditação e preces religiosas, sentem profundamente à ausência física do bravo companheiro, Sargento Carlos Argemiro Camargo, porém, sob inspiração patriótica do ‘Cumprimento do Dever’ para com o Pátria Brasileira, democrática e cristã, são tomados de um empolgamento altruístico sob os lampejos fulgurantes da nobreza de caráter do companheiro morto que, na singularidade de sua coragem, destemor e bravura materializados no campo de luta, sentem-o(-sic) mais próximo ainda de seus corações, fixando-o em suas memórias como um exemplo dignificante do sacrifício que leva o soldado a derramar o seu sangue e oferecer a própria vida, em holocausto a espiritualidade democrática e cristão e princípios de soberania nacional, de sua pátria querida (13º RI, BI 95, 1965).

Como mencionado, a missa de 7º dia era uma determinação de Humberto Castelo Branco: “[...] no dia de hoje, em todas as guar-

nições militares do Brasil, a Missa do 7º Dia em memória da alma do bravo Sargento Camargo, por deliberação patriótica firmada pelo Exmº Sr Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”, portanto, a deliberação foi uma ação patriótica do ditador Castelo Branco e “[...] nós que pertencemos ao mesmo Regimento de Infantaria que vem de se enlutar pelo desaparecimento prematura desse jovem mártir, é natural que sintamos um impacto maior em nossos corações” (13º RI, BI 95, 1965). Observamos, nesse discurso, uma ação de construção do herói e do mártir militar a partir de um sujeito cujo processo discursivo caracteriza-se, por si só, como legítimo:

Essa legitimidade pode derivar tanto de uma situação de fato [...], quanto do lugar que lhe é dado por uma instituição qualquer [...]. Mas é possível também que ele tenha necessidade de construir uma posição de legitimidade aos olhos do seu interlocutor (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2012, 295).

A heroização militar está intimamente ligada ao processo de forjar a democracia e também a figura do sargento Camargo como aquele que não será esquecido, uma vez que morreu lutando “contra o comunismo ateu”, trata-se da construção de um maniqueísmo formado por teístas defensores da democracia contra o ateísmo comunista. Para o capitão, o sargento foi vítima de uma emboscada, que somente acontece de forma cruel e traiçoeira “quando premeditada pelas forças do mal, fruto de comportamento criminosos de maus brasileiros, embrutecidos por ideias escusos que fogem ao sentido nobre do viver; que fogem ao juramento do soldado – de ser útil e leal à sua Pátria” (13º RI, BI 95, 1965).

Aproveitando o momento, o capitão fez uma alusão a sua parti-

cipação na Segunda Guerra Mundial, relacionando, implicitamente, sua experiência bélica com o ato “heroico” do sargento Camargo, a fim de enaltecê-lo e de comparar os opositores da ditadura militar aos nazifascistas. Segundo ele,

Quis o destino que, nessa oportunidade de homenagem póstuma solene, o Oficial que vos fala, em nome de todo o efetivo pessoal do 13º Regimento de Infantaria, ao focalizar o gesto heroico e o sacrifício capital do bravo Sargento Camargo, viesse recair esta honrosa e difícil missão, na palavra de um ex-soldado, um ex-cabo e de um ex-sargento do Exército que, sentindo no passado a experiência bélica da guerra, teve a triste desventura em ver morrer nos seus braços, um soldado ferido, nos campos de batalha na Itália (13º RI, BI 95, 1965).

Novamente comenta que “O gesto heroico do Sargento Camargo, imolado pelo sacrifício da própria vida, se perpetuará com a mesma primazia com que tantos outros heróis são projetados na galeria de honra da história de nossa pátria” (13º RI, BI 95, 1965). O gesto de heroísmo e de sacrifício da própria vida é constantemente lembrado pelo capitão: “Doravante, na Fluência da Educação Moral e Cívica que se ensina nos quartéis, um novo herói que derramara o seu sangue e perdera a vida em nome do Brasil, será constantemente lembrado” (13º RI, BI 95, 1965). Nesse caso, a lembrança, como ressignificação através das ritualizações, é de extrema importância para legitimar o modelo político recém-instaurado. Há, ainda, um outro eixo de ressignificação. Além de apresentar o Exército como o salvador da democracia, as pessoas do sexo masculino também são apresentadas como responsáveis por salvar a pátria, já que, para o capitão, o sargento Camargo iria

[...] completar a galeria de novos heróis, ao lado daquele jovem oficial da Força Expedicionária Brasileira que, nos campos de batalha italiano, no decisivo momento em que partia para o ataque comandando o seu Pelotão, em circunstâncias extremamente adversa, sob pesado bombardeio inimigo, concitou os seus comandados a prosseguirem no combate, dizendo: ‘NÃO SOU CAXIAS, MAS QUEM FOR MACHO ME ACOMPANHA’ (13º RI, BI 95, 1965).

Tais imagens de heroísmo nacional, ligados à virilidade do homem brasileiro e sustentado pelo “Juramento do Soldado, vem agora de robustecer-se com o sacrifício patriótico do Sargento Camargo, que corporificando a personalidade do SOLDADO DA DEMOCRACIA, teve a glória de tombar no campo da luta contra o Comunismo ateu, em defesa do Brasil” (13º RI, BI 95, 1965). Dessa forma, a morte estava corporificada na personalidade democrática e, portanto, morrer combatendo o comunismo ateu seria uma glória.

Os discursos em torno do heroísmo, em nome da pátria brasileira, tiveram como intenção sedimentar uma memória coletiva e construir, no imaginário da população, o inimigo comunista. Tal estratégia tem como finalidade difundir a ideia de que quaisquer atos contrários à ditadura militar seriam identificado como “ações comunistas”, sendo que esses “passaram a ser todos os que apresentassem quaisquer divergências políticas, dentro ou fora da caserna” (ZATTA, 2016, p. 70).

Ao analisarmos a constituição da imagem do herói, surgem alguns questionamentos relacionados a ela, dentre os quais: “‘quem vê’ e de onde provêm as informações narrativas, ou seja, qual é a personagem cujo ponto de vista orienta a ‘perspectiva narrativa’. Por outro lado, busca-se constatar ‘quem fala’, isto é, quem é o narrador” (MACHADO, 2007, p. 255).



FIGURA 13.
Casamento de Carlos
Argemiro de Camargo.

FONTE:
Revista Manchete, 10
de abril de 1965.

mada a seguinte frase: “LUTA PELA LIBERDADE FAZ MAIS UMA VÍTIMA”. A *Revista Manchete* trazia uma foto de Camargo com sua esposa, ressaltando o drama pessoal da mulher recém-casada e grávida, que perdeu o esposo de forma violenta.

Em 30 de março de 1965, a chamada de capa para a reportagem do jornal *A Tribuna*, dizia que

Nos sertões do Paraná foi inscrito mais um episódio das lutas que a humanidade tem travado contra as tentativas dos que não comungam com a fé cristã e a liberdade. Aos heróis que tombaram covardemente assassinados na Intentona de 1935, soma-se hoje o sargento Argemiro Camargo (Foto) cuja vida foi sacrificada para que os brasileiros continuem construindo uma Pátria com ideais forjada pelo respeito aos direitos individuais, e pela segurança da família unida aos símbolos divinos. As homenagens póstu-

mas que serão tributadas pelos camaradas de tropa, o povo acrescentará outra, talvez silenciosa, mas traduzindo gratidão inigualável – que é sempre muda – de sargento herói que tombou para resguardar a maior conquista: a liberdade (A Tribuna, 1965).

A missa de 7º dia foi realizada em todas as unidades militares do Brasil também para comemorar um ano de “aniversário vitorioso da revolução democrática brasileira”, em que o gesto de heroísmo do sargento Camargo “[...] bem atesta a espiritualidade democrática e cristão de nossa gente e concita-nos a imitá-lo, se necessário for, toda a vez que os inimigos da Pátria, os criminosos agentes de MOSCOU, tentarem incursionar sobre nós” (13º RI, BI 95, 1965), e acrescentou “Concita-nos ao permanente estado de alerta, lembrando que o inimigo está ferido e não nos poupará o sacrifício da própria vida, em qualquer oportunidade” (13º RI, BI 95, 1965). Nesse trecho, identificamos outra menção recorrente do período relacionada ao contexto de Guerra Fria e de bipolarização entre duas grandes potências da época, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, de modo que ao citar os “criminosos agentes de Moscou”, menciona-se, por consequência, a tomada de partido evidente pela potência americana.

Assim, não devemos esquecer jamais o dignificante gesto do Sargento Carlos Argemiro Camargo, pois o mesmo encarna a espiritualidade heroica das palavras de um militar brasileiro, no passado: SEI QUE MORRO, MAS MEU SANGUE E DE MEUS COMPANHEIROS, SERVIRÁ DE PROTESTO SOLENE CONTRA A INVASÃO DO SOLO DE MINHA PÁRIA (13º RI, BI 95, 1965)

O comando do 13º RI de Ponta Grossa destacou para Francisco Beltrão um pelotão para compor a guarda fúnebre durante a missa de 7º dia do sargento Camargo, conforme segue: “No dia 02 Abr. de 1965 constituímos a Guarda Fúnebre por ocasião da missa mandada rezar pela intenção da alma do 3º Sgt CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO, tombado heroicamente por balas traiçoeiras dos inimigos da Pátria” (13º RI, BI 95, 1965)

A cerimônia realizada na cidade de Francisco Beltrão também consistiu na entrega de folhetos *post-mortem* aos seus participantes com uma mensagem e uma imagem do sargento que podem ser interpretadas como um ato de heroicização. Vejamos:

Ao saber dos acontecimentos que se multiplicavam incessantemente, no correr dos dias em direção ao futuro, os fatos vão devagar e perdendo os contornos e lentamente se integram no passado sem memória. Mas há os que viveram os fatos, e os que participaram do seu calor, de sua palpitação de vida e de presença, não esquecem tão cedo o que passou, hoje será a missa de 7º dia pela alma do sargento Carlos Argemiro Camargo, promovido postumamente ao posto de 2º Tenente, há sete dias, ele tombou, primeira vítima de um bando de alucinados. É assim que começa, é assim que termina. A foto foi colhida no cemitério de Francisco Beltrão. Um soldado ora diante do túmulo que não se esquece, e, sob a cruz, mantém erguido o seu fuzil (LIVRO MEMÓRIA, 16º ESQD C MEC, 1965).

A depreciação moral dos integrantes da Operação Três Passo, nominando-os como “bando de alucinados, bandoleiros, baderneiros, inimigos da pátria”, entre outros termos, só faz sentido se a vincularmos a luta contra os que se opunham à ditadura militar brasileira, contra o comunismo, razão principal da existência das FFAA,

mais especificamente do Exército. Segundo Ronaldo Zatta, a leitura da mensagem vinculada à fotografia do soldado, fazendo uma oração, ao mesmo tempo em que porta seu fuzil em riste sobre a cruz, diz respeito a uma “representação simbólica de uma aliança política entre Exército Brasileiro e Igreja contra os alucinados comunistas. Uma alegoria que naquele momento, tanto para as tropas, quanto para a população civil, anunciava a instituição militar, ligada a uma religiosidade” (ZATTA, 2016, p. 89).

As homenagens *post-mortem* nos discursos dos militares, além de construir uma coesão interna na caserna, tinham como objetivo direcionar também, para a sociedade brasileira como um todo, discursos sobre os valores e a defesa do regime político. Em outras palavras, a ditadura militar soube aproveitar o uso político da morte do sargento Camargo como forma política para legitimar e sustentar a ditadura, deixando claro, para a sociedade e para os opositores políticos, que não seria tolerada qualquer ação contra a ditadura.

Alguns dias depois da morte do sargento Camargo, o general Álvares Tavares Carmo, comandante da 5ª RM/DI e membro do Estado Maior do Exército, visitou o quartel do Exército de Francisco Beltrão. Sua visita esteve relacionada ao relatório completo das operações militares realizadas durante a interceptação dos integrantes da Operação Três Passos. Na oportunidade, ao se referir aos militares da 1ª/13ª BI, o general disse que o motivo de sua visita era conhecer os que participaram das operações e “desbaratarem o bando de subversivos” ressaltando que a 5ª RM de Curitiba estava orgulhosa de seus militares. Ao fim de sua fala, o general disse que as seguintes palavras:

vocês, oficiais, sargentos, cabos e soldados, são o orgulho da 5ª RM, do III Exército e do Exército Nacional e da própria Pátria Brasileira. E o Sargento Ca-

margo, que tombou na defesa de sua Pátria, será para nós todos, o símbolo da 5ª RM do soldado que cai no cumprimento do dever (LIVRO MEMÓRIA, 16º ESQD C MEC, 1965).

Podemos verificar, desse modo, que a ditadura militar fez uso da Operação Três Passos para difundir, na sociedade brasileira, as ideias de guerrilheiros, comunistas, subversivos e bandoleiros, adjetivos que estavam atrelados ao campo ideológico do comunismo. Na documentação militar, por exemplo, prevaleceu a imagem do perigo, da insegurança e da incerteza sobre o futuro econômico, político e social do Brasil, caso o inimigo interno não fosse vencido. O general Carmo, em 28 de março de 1965, após a maioria dos integrantes da Operação Três Passos serem presos, encaminhou um radiotelegrama para a 1ª/13º RI de Francisco Beltrão, tecendo elogios à unidade militar diante da atuação no episódio.

No Aditamento do BI, de número 45, de 19 de abril de 1965, foi publicado um radiotelegrama, enviado, em 30 de março, pelo coronel Curvo, comandante do 1º B Fron de Foz do Iguaçu, para o quartel general de Ponta Grossa, fazendo referências elogiosas aos integrantes do 13º RI, cumprimentando o comandante do regimento pelo brilhante desempenho “na ação contra guerrilheiros comunistas” e também pelos excelentes comandados que “[...] são dignos representantes do exército de Caxias, que souberam honrar nossas tradições de soldado de escola” (GENERAL CURVO, ADITAMENTO DO BI 45, 1965). É importante ressaltarmos que os boletins internos são lidos em formatura no final do expediente, no qual todos os militares são obrigados a estarem presentes (com exceção dos que estão em serviço de guarda ou missão externa). Portanto, os elogios são realizados coletivamente com o intuito de fazer com

que todos sejam levados a seguir tais exemplos e a construir um sentimento de coesão e pertencimento institucional. Segundo Moraes,

[...] o anticomunismo militar atuou como instrumento político-militar de coesão institucional e de barganha política de intervenção sobre o próprio Estado. Para isso, foi fundamental a transformação do comunismo em potencial inimigo militar, utilizando-se das representações anticomunistas já existentes no meio civil (2013, p. 11).

Percebemos que há um esforço enorme por parte dos militares em atribuir a Operação Três Passos a imagem de um grupo de guerrilheiros comunistas, sendo os verdadeiros representantes de Caxias aqueles que sabem honrar a tradição e, portanto, combater atividades como as realizadas pelos rebeldes. No entanto, a palavra tradição não está adjetivada, sendo que, historicamente, a tradição militar (com raras exceções) esteve associada ao latifúndio escravocrata e à oligarquia agrária. Em 1964, essa relação ficou mais evidente, pois o golpe selou uma sólida aliança entre a grande burguesia agrária, comercial e industrial.

Ao analisarmos os discursos e as práticas que externavam o perigo da ameaça comunista, é possível percebermos o papel político e ideológico que o medo exerceu durante a ditadura, ou seja, a legitimação dessa em nome do ideário democrático cristão só é possível a partir da construção imagética da sua antípoda, a imagem do “inimigo da pátria comunista” e anticristão. Por isso, o medo foi um dos principais elementos explorados pela ditadura militar, sendo que a produção e o cultivo do sentimento do medo atuaram, sem dúvida alguma, para “[...] justificar práticas e direcionar políticas de Estado, pois o discurso da necessidade de combater o inimigo foi justificado

pelo temor de que as forças de esquerda triunfassem no país, concorrendo para legitimar [...] a intervenção militar” (CAVALCANTI, 2015, p. 17). E continuando com a exploração da morte do sargento Camargo pelos militares para legitimar a ditadura em nome de uma democracia (nunca adjetivada pelos golpistas). Em 2 de abril de 1965, o comandante da 4ª DC encaminhou o seguinte rádio para o 13º:

Este Cmdo e toda a 4ª DC enviam Vex sinceras condolências falecimento Sgt Carlos Argemiro Camargo morto covardemente por bandoleiros internacionalistas. O edifício da democracia que dará bem estar e fraternidade aos brasileiros, está sendo, para honra das forças armadas, erigido sobre o sangue e sacrifício de bravos militares, verdadeiros idealistas. Peço a vex transmitir comando glorioso 13º RI os pêsames da 4ª DC. (ADITAMENTO DO BI 45, 1965).

Os integrantes da Operação Três Passos são adjetivados como covardes, bandoleiros e internacionalistas, o que nos permite perceber como o fato foi explorado e apropriado politicamente pela ditadura militar para intensificar o combate a qualquer projeto de ameaça às elites dominantes. De acordo com Ronaldo Queiroz Moraes “[...] em termos concretos o comunismo no Brasil, como era apresentado pelos anticomunistas, se encaixaria numa longa história do medo que as elites tinham das forças populares, nada mais do que isto” (2013, p. 11). Bastava a alguns grupos ou a algumas lideranças questionar a ditadura ou propor um projeto de desenvolvimento nacional que visasse uma autonomia econômica quanto ao capital internacional, para serem vistos como “comunistas subversivos”.

Tal afirmação não é de pouca importância, uma vez que a democracia estava associada ao capitalismo como um processo natural, enquanto o comunismo era visto como uma ideologia estranha

e como ameaça à sociedade brasileira e à paz social. De acordo com Zatta, “[...] o Exército brasileiro produziu e divulgou uma eficaz política memorial na luta política contra o comunismo ao realizar as comemorações do seu luto, cujo discurso institucional adaptou-se ao momento político em que o país incidiu” (2016, p. 42). Vale ressaltar que, desde a tentativa de sublevação político-militar de 1935, os militares se auto-outorgavam como os guardiões da sociedade contra a “comunização” do Brasil, por conseguinte era de fundamental importância para a ditadura militar a constituição imaginária de que o “perigo vermelho” era, de fato, uma possibilidade concreta.

Um esforço deliberado foi realizado pelos militares para constituir o imaginário de que a garantia da ordem, da família, da propriedade e do cristianismo só seria possível com o combate e, por consequência, com a eliminação do inimigo político: o comunismo. Nesse sentido, o medo do inimigo atua como elemento capaz de gerar um sentimento de pertencimento no qual as diferenças sociais são extintas, uma vez que a ameaça mostra-se comum para todos. Porém, não basta apenas construir o medo do “inimigo comunista”, é necessário fazê-lo também com os heróis que lutam contra ele, de modo que a morte do sargento Camargo foi uma oportunidade concreta de constituição do herói nacional, não apenas pelos militares, mas também pelas elites econômicas e políticas que contribuíram com o golpe. Para tanto, a prefeitura municipal de Curitiba, através do prefeito Ivo Arzhua⁶³ (1925-2012), comunicou ao 13º RI que havia sido apresentado à Câmara Municipal o anteprojeto de lei fazendo alteração de nome de uma rua da cidade para “Rua sargento Carlos Argemiro Camaro”:

⁶³ Prefeito de Curitiba, de 1962 a 1967, e Ministro da Agricultura, de 1967 a 1969. Foi um dos mais influentes paranaenses no golpe de 1964, assim como um dos fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação da ditadura militar.

Conforme comunicado feito a esse cmdo pelo Exmo Sr. Prefeito do município de Curitiba, Sr Ivo Arzhua, foi apresentado pelo S.Exº à Câmara Municipal daquela Cidade, ante-projeto de lei denominando 'RUA SARGENTO CARLOS ARGEMIRO CAMARGO' (ADITAMENTO DO BI 45, 1965)

Embora não seja possível identificar qual era o nome anterior da rua que foi alterado, visto que a documentação estava rasurada, o ato é válido para demonstrar que não foram apenas os militares que se utilizaram politicamente da morte do sargento Camargo para legitimar a ditadura.

Outro ato de condecoração, pela ação contra os comandados de Cardim, originou-se do 1º tenente, Ubirajara Vieira das Neves, que estava respondendo pelo comando da 1ª/13º RI. Ele teceu referências elogiosas a vários militares que contribuíram de forma direta ou indireta para a operação. No BI, nº 74, de 12 de abril de 1965, por exemplo, foi publicado um elogio ao 1º tenente Juvêncio Saldanha Lemos, que comandou um pelotão da unidade militar na ocasião. Vejamos o teor do Boletim:

1º Ten Juvêncio Saldanha Lemos: Louvo-o pela decisão, e espírito de sacrifício com a frente de seu pelotão, conduziu um punhado de bravos na perseguição de inimigo da Pátria. E essa foi mais uma demonstração de coragem e de decisão dada por esse oficial, que embora jovem já possui (sic) uma folha de serviços prestados ao Exército digna de ser seguida por nossos companheiros. Sua presença à frente da tropa traz confiança e tranquilidade a seus comandados, tranquilidade esta que recebe manter durante o batismo de fogo de seu pelotão, mesmo sofrendo baixa de um de seus comandantes de grupo. Ao Ten Lemos, esse oficial denotado às causas

da Pátria e da Democracia, todo respeito e admiração deste Cmdo (13º RI, BI 74, 1965).

Constatamos que, para os defensores da ditadura militar, os que se opunham ao regime eram classificados como inimigos da pátria e os apoiadores considerados defensores da pátria e da democracia. Por isso, Saldanha foi exemplo a ser seguido pela caserna. Nesse sentido, a retórica da causa da pátria e da democracia não passa de palavras vazias em seu conteúdo, “inerentes aos modelos em que o autoritarismo acaba naturalizado” (CASARA, 2017, p. 32). Assim, a todo momento, a morte do 3º sargento Camargo é explorada em nome da democracia para legitimar a ditadura militar e construir a imagem do inimigo da pátria. Era por meio da construção imagética do medo que a ditadura “[...] tentava manter seus opositores numa posição na qual não representassem ameaça. Era o temor à ditadura que mantinha seus inimigos políticos sob controle e a pátria livre da ameaça dos *Brizolas*, ou seja, do comunismo” (CAVALCANTI, 2015, p. 19).

Marco Antonio Sávio, 2º tenente que comandou um pelotão durante a interceptação e na condução de parte dos prisioneiros da Operação Três Passos até Foz do Iguaçu, recebeu a seguinte referência elogiosa:

2º Ten Marco Antonio Sávio costa: louvo-o pela cooperação prestada a este cmdo inicialmente no desempenho das funções de S3 da U e posteriormente servindo de elemento de ligação entre os pelotões da Cia em operações e minha pessoa, assumindo em seguida o Cmdo de um dos pelotões, o qual conduziu os prisioneiros de Leônidas Marques a Foz do Iguaçu. Cooperou também no bloqueamento das estradas tudo fazendo com o

maior empenho e demonstrando ser possuidor de alto grau de iniciativa. (1ª/13º RI, BI 74, 1965).

Primeiramente, o tenente Sávio prestou auxílio na unidade militar de Francisco Beltrão, desempenhando as funções de S3⁶⁴ no início da operação, a seguir foi enviado pelo comando da unidade, no dia 28 de março de 1965, para buscar informações *in loco* sobre a operação, mais precisamente sobre a atuação dos pelotões da 1ª/13º RI. Entretanto, após chegar ao local onde se encontravam as tropas, e com a prisão de alguns integrantes do grupo, foi designado para conduzir os prisioneiros até o 1º Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu. Alguns militares que estavam de férias se apresentaram à unidade militar para cooperar durante a operação. De acordo com a documentação militar, é possível verificar que alguns militares se apresentaram voluntariamente ao quartel, como é o caso do 2º sargento Glicério Natividade Duarte, do 2º sargento Rodrigues e do 3º sargento Sebastião Napoleão Pereira, que foram louvados pelo comandante:

[...] pela demonstração de amor a Unidade e às causas da Pátria evidenciado por ocasião do movimento revolucionário do Ex-Cel Jefferson, apresentando-se voluntariamente a este Cmdo e mesmo estando em gozo de férias ter cooperado no dispositivo de segurança da 1ª/13º RI e também procurado preencher a falta de seus colegas em ação fora do aquartelamento, e nos afazeres administrativos da Unidade. (1ª/13º RI, BI 74, 1965)

Evidencia-se, mais uma vez, que as causas da pátria (expressa em letra maiúscula) atuam em contraposição aos sujeitos que ques-

⁶⁴ A 3ª Seção, mais conhecida como S3 nas unidades militares, é responsável pela instrução, coordenação e pelo planejamento das operações a fim de atingir os objetivos traçados.

tionam ou que tentam romper com a ditadura, de modo que os esses precisam ser representados como revolucionários, subversivos da ordem, comunistas etc. Nesse viés, enfatizar que um militar está gozando suas férias e que abriu mão desse direito temporariamente para integrar uma ação, seria um dos maiores atos de amor à pátria. A referência elogiosa faz com que os militares incorporem o sentimento de identificação coletiva, mas, acima de tudo, “[...] uma referência de ‘sacrifício em cumprimento de um dever’ adentrou o campo do imaginário em aspectos cívicos religiosos” (ZATTA, 2016, p. 109).

Também recebeu referência elogiosa, o cabo Luiz Edgar Riekehr, mecânico de armamento leve, por ter desempenhado a função de encarregado de munição da companhia “por ocasião do movimento contrarrevolucionário”. Para o referido militar, o golpe era uma revolução e, para legitimá-lo, os opositores foram chamados de contrarrevolucionários, conforme destaca o seguinte trecho: “O regime vigente, instituído em 1964 através de um golpe de Estado e em nome de *‘ideais revolucionários’*, constitui, de fato, uma contrarrevolução.” (FERNANDES, 1980, p. 113, grifos do autor). Ao cabo Riekehr, também coube uma referência elogiosa por ter sido ágil e porque “[...] Garantiu o suprimento de munição e armamento da Cia com presteza auxiliando de maneira altamente valiosa a ações deste Cmdo” (1ª/13º RI, BI 74, 1965).

O sargento André Carlos Alfredo Andersen também recebeu uma menção elogiosa “pela decisão e espírito de corpo demonstrando por ocasião do combate aos guerrilheiros, ao bando do Ex-Cel Jefferson”. Como sargento da área de saúde, o mérito se deu pelo fato desse ter desempenhado funções adversas ao seu cotidiano, demonstrando profundo espírito de corpo na segurança do aquartelamento, assim como “[...] no bloqueamento de estradas para a fuga dos guerrilheiros. Coube-lhe ainda a difícil missão de receber e preparar o

corpo de seu companheiro morto em combate, no fim realizou com absoluto controle dos nervos” (1ª/13º RI, BI 74, 1965). Notamos um esforço deliberado em fazer a depreciação moral dos guerrilheiros, referindo-os como “bando do Ex-Cel Jefferson”, discurso que se apresenta como indispensável na estratégia empreendida pelas FFAA.

Também o sargento Riciéri, que comandou o segundo pelotão até Realeza, onde se juntou com o pelotão comandado pelo tenente Lemos, e os demais sargentos presentes na operação, receberam elogios no BI da companhia, como é possível verificar abaixo:

2º Sgt Riciéri Franzon, 3º Sgt Roberto Ubiratan Fernandes, 3º Sgt Ciro Tavares, 3º Sgt Duílio de Oliveira Vercesi, 3º Sgt Breno Iribarrem Soares, e 3º Sgt Divo Aldo Hornburg. Por ocasião do combate aos guerrilheiros do ex-coronel Jefferson nas matas do Iguassú, tive a oportunidade de observar de perto estes militares que ora tenho a honra de elogiar. Em nenhum momento, apesar (sic) da surpresa (sic) do ataque sofrido e do cerrado tiroteio que de imediato se seguiu, deixaram de cumprir as ordens recebidas e de liderar os seus homens, dando provas assim, de estar perfeitamente imbuídos e capacidade para as suas obrigações profissionais (1ª/13º RI, BI 74, 1965).

É comum encontramos, na documentação militar, a menção à abnegação por parte dos militares na interceptação do grupo, ressaltando o sacrifício exercido no combate aos guerrilheiros e intensificando o inimigo interno a ser combatido pelo Exército, de modo que “(...) elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional da DSN, é considerado ‘subversivo’ inimigo e, na semântica da doutrina, como o estranho que não pertence e não tem direito de pertencer à Nação” (PADRÓS, 2005, p. 54). A referência elogiosa

aos militares não se restringiu ao que acabamos de visualizar. Vejamos outra:

A morte de um companheiro em ação, longe de lhes aquebrantar os ânimos, deu-lhes novas forças para a luta, fazendo com que cumprissem as suas missões de perseguição aos guerrilheiros, por mais de uma semana em terreno desfavorável de maneira a tornar a nossa tropa reconhecida e respeitada por todo o Brasil, transformando assim o seu “batismo de fogo” em uma das maiores glórias para a sua Unidade, por seus desprendimentos, bravuras e abnegações a causa da democracia, cumpro um dever de consciência em apontar os sargentos: Riciéri Franzon, Ciro Tavares, Duílio de Oliveira Vercesi, Roberto Ubirtaan Fernandes, Breno Iribarrem Soares e Divo Aldo Hornburg, aos seus companheiros um exemplo a ser seguido, bem como conceder o presente elogio, para que o mesmo conste como uma página de ouro em suas alterações. (1ª/13º RI, BI 84, 1965)

Novamente o inimigo interno é apresentado como aquele que quer “subverter a ordem democrática” (como se houvesse democracia), sendo estereotipado com grande veemência, estratégica que a ditadura militar utilizou com frequência a fim de dividir a nação. Por isso, segundo Padrós, foi utilizada a mensagem intimidatória, de onipotência e de invulnerabilidade da DSN tendo como objetivo primordial extinguir a oposição. No entanto, “[...] também é bem-sucedida se a esvazia ou a empurra a posições defensivas. Considerando os casos gerais, a destruição da mobilização social e política é o objetivo mais imediato para justificar a interdição da democracia e a intervenção na sociedade” (PADRÓS, 2005, p. 94).

Por ser a comunicação via rádio uma condição difícil de ser executada e considerando a ausência de equipamentos eficientes,

foram frequentes as atividades terrestres como, por exemplo, o deslocamento de tropas e de militares para estabelecer contato entre a tropa e o aquartelamento. Mesmo assim, a seção de rádio também mereceu elogios pelo trabalho intenso realizado, conectando as informações entre os militares em operação e os quartéis. No mesmo BI citado acima, o chefe da seção do serviço de rádio, capitão Roberto Miscou Filho, fez referências elogiosas ao 3º sargento Sessuaf Mecissuaf Polanski e ao 3º sargento Aldo Prates D'Avila.

O sargento Polanski mereceu, assim, o elogio pela operação contra os guerrilheiros porque "(...) operou durante quatro dias continuamente sozinho a Estação de Rádio PR-15, demonstrando ser possuidor de grande fibra e dedicação". Segundo o capitão, de forma voluntária e fazendo uso de equipamentos particulares, o elogiado colocou-se à disposição do quartel "possibilitando a montagem de uma pequena rede de rádio que muito ajudou na ligação com os elementos destacados. Por tudo isso apraz a esta Chefia louvar com justo orgulho ao Sgt Polanski, pela atuação que teve horando as melhores tradições do Serviço Rádio" (1ª/13º RI, BI 84, 1965).

Na ocasião da Operação Três Passos, o sargento Aldo Prates D'Avila, que também era operador de rádio e estava em Porto Alegre, em licença para tratamento de saúde de familiares, recebeu o seguinte elogio: "[...] na situação de emergência criada pelos guerrilheiros subversivos, apresentou-se voluntariamente para retornar com urgência a sua Es Rádio onde cooperou de modo eficiente, para o bom funcionamento da Rede Rádio" (1ª/13º RI, BI 84, 1965).

É possível perceber, novamente, que a exploração da figura do inimigo interno estava intimamente ligada ao caráter de subversão e ao ideário comunista, colocando sob esses termos todos aqueles que questionavam a ditadura e lutavam pela volta da legalidade. Essa não é uma novidade implementada pela ditadura militar brasileira,

pois tem sido recorrente, ao longo da história, a criação de bodes expiatórios cujos grupos específicos são considerados ameaçadores à ordem vigente e culpados pelos problemas de ordem interna. Tal circunstância não significa, porém, que esses sujeitos são, de fato, uma ameaça. No entanto, todas as ações políticas da ditadura militar indicam a recorrência da construção desses inimigos nacionais.

No relatório do dia 25 de abril de 1965, do tenente Ronaldo, comandante do pelotão do 13º RI, em operação de interceptação dos integrantes da Operação Três Passos, também estão presentes referências elogiosas. Inicialmente o elogio é dirigido ao quadro geral de todos os seus comandados e, no momento seguinte, a todos os integrantes do pelotão, desde o mais antigo (adjunto) e sargentos até os mais modernos (cabos e soldados). Utilizando-se da morte do sargento Camargo e explorando o inimigo interno da DSN, para o oficial

a tropa sob meu comando manteve-se no alto nível de disciplina, além de alto padrão moral, mesmo depois da notícia do tombamento do Sgt. Camargo em combate. Durante o tempo em que o Pelotão esteve cumprindo missão, foi-me fácil comandar soldados como os componentes do Pelotão que se deslocou para combater os guerrilheiros do ex Cel. Jefferson, pois todas as missões confiadas ao mesmo eram cumpridas com esmero. (13º RI, BI 95, 1965)

É interessante perceber como a morte do sargento Camargo sempre esteve relacionada aos guerrilheiros a partir da imagem de um combate formado por dois lados bem definidos: o do bem, representado pela ditadura, e o do mal, representado pelos opositores. Nesse sentido, com a prisão dos comandados por Cordeiro, fortalece-se, ainda, a ideia de que, no final, o bem sempre sai vitorioso.

Portanto, o rito anticomunista, pautado pelas referências elogiosas aos “defensores da pátria” e construído a partir da morte do sargento Camargo, foi construído pela ideia instaurada de “perigo vermelho” como forma de controle tanto sobre os militares (principalmente subalternos) quanto sobre os civis. Por conseguinte, “O importante é que o anticomunismo militar, com a intensa banalização do inimigo político, pode nos apresentar toda uma maquinaria de poder por detrás das metáforas monstruosas, que assegurou a formação moderna da instituição militar (MORAIS, 2013, p. 19).

No mesmo BI, o subcomandante do 13º RI, tenente-coronel Paulo Mendonça, que estava respondendo pelo comando do regimento no lugar de Luiz Gonzaga Pereira da Cunha, aprovou as referências elogiosas realizadas pelo tenente Ronaldo de Carvalho Cruz, comandante do pelotão destacado em Capitão Leônidas Marques, estendendo-as a todos os integrantes do pelotão, conforme descrito abaixo:

Ao 2º Sgt 55 – Osny Fortunato dos Santos, da Cia
Ptr P2, 2º Sgt 66 – Tiley Rosendo Scholza, da 3ª
Cia, 2º Sgt nº 115 – Miguel Breailo Neto, da 4ª
Cia, 3º Sgt nº 100 – Miguel Alexandre de Melo, da
4ª Cia, 3º Sgt nº 122 – Sebastião Nogueira Borges,
da 3ª Cia, que comigo se deslocaram para o sudoeste
do Paraná, para combater os guerrilheiros do ex- Cel
Jefferson, cumpre-me o honroso dever de elogiar
tão dignos camaradas. Militares de alta categoria
e de elevado amor à Pátria e à democracia brasileira,
com seu destemor, arrojo e vontade de trabalhar,
bem cumprirem com esmero as missões que
lhe eram afetas. A estes Sargentos, que são dignos
de admiração de todos os seus companheiros, do
respeito dos seus chefes e que muitos elevaram o
nome da nossa Unidade, destacando-se como ver-

dadeiros soldados brasileiros, os meus mais sinceros agradecimentos. (13º RI, BI 95, 1965)

Novamente os militares aparecem como os que lutam e combatem os guerrilheiros, ressaltando a ideia de que cumprem um dever honroso para com a pátria e a democracia brasileira. É óbvio também que o tenente Ronaldo não faz qualquer menção sobre a qual democracia se refere. O elogio para os cabos que compuseram o pelotão do 13º RI foi muito similar ao direcionado aos sargentos, como podemos perceber abaixo:

Aos Cabos nº 176 – Rynaldo Abraão, da Cia Can A C, 444 – Orlando Sitta, 621 – Roberto Ricardo Hermann, 320 – Hércio Luiz Serigatti, todos da 4ª Cia, que, apesar de bastante jovens, puderam demonstrar em várias oportunidades, o senso de responsabilidade, a coragem e o alto grau de brasilidade de que são possuidores, este Cmdo, sente-se no dever moral de louvar tão excelentes graduados, e indicá-los como espelho a seus companheiros e subordinados. Pela sua dedicação ao Pelotão que compunham, pela coragem que demonstraram e pela colaboração eficiente que me prestaram, os meus sinceros agradecimentos. (13º RI, BI 95, 1965)

Em relação aos cabos, quando o tenente Ronaldo menciona que, apesar de jovens, esses demonstraram coragem, responsabilidade e alto grau de brasilidade, possivelmente a referência não se deu em razão da idade dos militares graduados, mas sim pela patente hierárquica, uma vez que um cabo ou sargento pode ser mais de uma dezena de anos mais velho que um oficial, no caso, o 1º tenente Ronaldo. Vale ressaltar que, para os militares, os praças são executores das ordens, enquanto os oficiais são os intelectuais orgânicos que traçam

as estratégias de comando. Informações de grande importância, no elogio acima, dizem respeito à indicação, por parte do oficial, de serem os cabos exemplos a serem seguidos e de seus companheiros e subordinados, os soldados, estarem constantemente prontos para o combate ao inimigo. Vejamos os elogios aos soldados:

Os Soldados nº 1885 – Pedro Scheremetta, 810 – Durval Vigente Nourgueira, 824 – Iraci Natal, 813 – João Maria da Silva, 850 – José Benedito da Silva, 855 – José de Paula Magalhães, 873 – José Vasni de Carvalho, 878, - Lázaro Bento Ferreira, 881 – Manoel Ribeiro dos Santos, 889 – Orlando Sanwais, 895 – Rucio Aparecido de Jesus Santos, 896 – Sebastião Jurandir Bonete, 1127 – Gedeão Misael dos Santos, 863 – José Maria e 866 – José Martins de Oliveira, todos da 4ª Cia, que durante e desenrolar das Operações se portaram da maneira mais brilhante e eficiente, cumprindo com seu dever de soldado e de cidadão brasileiro, e com seu destemor, em muito colaboraram para mais uma vitória da democracia brasileira. A esses jovens, aos quais tive o orgulho de comandar nas operações contra os guerrilheiros do ex-Cel Jefferson, os meus sinceros agradecimentos e meu louvor por tão destacada atuação. (13º RI, BI 95, 1965)

Os soldados, segundo o oficial, cumpriram o dever não apenas como soldados, mas como cidadãos, uma vez que contribuíram para mais uma vitória da democracia brasileira. Portanto, é em nome da democracia que, contraditoriamente, os valores democráticos desaparecem após 1964. Podemos inferir, portanto, que houve um processo de encobrimento dos pressupostos democráticos por parte da ditadura militar para que esse sistema fosse instaurado.

6.4. De praça ao oficialato: a construção do herói continua com a promoção *post-mortem* e concessão da medalha pacificador com palma

Nos dados biográficos do sargento Camargo, elaborados pela 1ª/13º RI e disponível no 16º Esqd C Mec, constam que ele “Foi promovido ao ‘post mortem’ ao posto de 2º tenente conforme preconiza o Dec Lei nº 52.737, de 23 de outubro de 1963, por ato do excelentíssimo Sr Presidente da República”⁶⁵. O general Artur da Costa e Silva, que na época ocupava o cargo de Ministro da Guerra, expediu a promoção *post-mortem* para o oficialato no posto de 2º tenente do então sargento Camargo, como a qualificação de infante-fuzileiro. De acordo com o Decreto-lei acima,

Art. 1º A promoção ‘post mortem’ de que trata o art. 21 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960 será concedida, no posto imediato e na data do falecimento ao militar do Exército que, em pleno serviço ativo, houver falecido ou vier a falecer em consequência de :

I) - ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou moléstia contraída nessa situação e que nela tenha sua causa eficiente;

II) - acidente em serviço ou moléstia dele proveniente.

§ 1º Considera-se acidente em serviço o ocorrido com o militar na execução de :

- a) serviço para o qual haja sido designado;
- b) ordens recebidas deveres ou obrigações funcionais;
- c) deslocamento ou viagens a que for obrigado

⁶⁵ 16º Esqd C Mec. **Dados Biográficos do Ex-Sargento Carlos Argemiro de Camargo.**

para o desempenho das missões acima referidas, exceto o trânsito normal diário entre sua residência e o local de trabalho.

§ 2º Não será considerado acidente em serviço o que tiver resultado de crime, transgressão disciplinar, imperícia, imprudência ou desídia por parte do militar ou de subordinado seu, com sua aquiescência.

§ 3º Os casos de que trata este artigo, serão comprovados por documentos sanitários de origem inquérito policial militar, ou de ficha de evacuação. Os termos de acidente, partes de Unidades papeleta de tratamento em hospitais e enfermarias, registros de baixa etc., serão documentos subsidiários para estabelecer a situação.

Art. 2º A presente promoção será concedida 'ex officio', mediante proposta dos Comandantes de Unidades ou Chefes de Estabelecimentos e Repartições ou mediante requerimento dos herdeiros respectivos.

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se como posto ou graduação imediata:

I) - o de 2º Tenente para o Aspirante a Oficial, Subtenente, 1º 2º ou 3º Sargento, Cadetes de AMAN e alunos das Escolas Preparatórias, qualquer que seja o ano;

II) - a de 3º Sargento para as demais praças.

Art. 4º A promoção deste Decreto será concedida sem prejuízo de outra assegurada por lei especial e dos benefícios estabelecidos na Lei de Pensões.

Art. 5º Em nenhum caso poderá o militar falecido atingir mais de dois postos acima do que possuía na ativa.

Parágrafo único. As restrições deste artigo não se aplicam:

a) às promoções de que trata o § 2º do art. 8º da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército;

b) às praças amparadas no art. 3º, não podendo entretanto, ter mais de uma promoção além daquela.

Art. 6º Os benefícios concedidos no presente Decreto são extensivos, a partir de sua vigência e sem direito a proventos atrasados, aos militares que, por qualquer das causas previstas nas letras a, b e c do art. 1º já estejam falecidos e que, por esse motivo, não tenham sido promovidos.

Parágrafo único. Será concedido o prazo de um ano para os requerimentos de promoção com base nas disposições deste artigo.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL. Decreto nº 52.737, 1963)

É pertinente pensarmos também que, no momento de conturbação política e ideológica em que se encontrava o Brasil, a disciplina dentro da caserna era mantida pelo rigor dos regulamentos internos. Segundo Zatta, “seria um tanto contraditório ter como representante do Regime Militar um praça, integrante de um grupo subalterno que lhe rendera a ameaça real e momentânea à hierarquia da instituição” (ZATTA, 2016, p. 119). Também era contraditória “a possibilidade de um graduado subalterno servir de exemplo na luta contra o comunismo, à classe superior (os oficiais), cuja discrepância nas relações cotidianas se apresentava, tão abertamente, visível” (ZATTA, 2016, p. 119).

A concessão da “Medalha Pacificador com Palma”⁶⁶ pelo ato heroico desempenhado e aprovada pelo comando da Companhia

⁶⁶ A Medalha do Pacificador foi cunhada por ocasião das comemorações do sesquicentenário do Duque de Caxias, em 1953, para concessão aos civis ou militares estrangeiros. Mas, em 1954, teve sua concessão autorizada para uso por militares, que passariam a ser condecorados a partir de 1955.

onde o sargento Camargo atuava, também representou um ato fora dos padrões, uma vez que “a Medalha do Pacificador é concedida para militares que tenham mais de 15 anos de serviço” (ZATTA, 2016, p. 114), o que não era o caso do sargento Camargo. “Além de que, a Medalha do Pacificador com Palma é uma variação concedida aos militares, e civis, que tenham posto em risco a própria vida em exercício da função” (ZATTA, 2016, p. 114-115).

6.5. O epitáfio para o herói militar e a luta contra o comunismo

Em 1967, a mando do capitão Sebastião Rodrigues de Moura⁶⁷, comandante do quartel do Exército de Francisco Beltrão, foi construído um epitáfio como símbolo funerário para homenagear Carlos Argemiro de Camargo em memória de dois anos de sua morte. A mensagem nele escrita fazia alusão ao confronto ideológico contra o comunismo, enaltecendo os princípios militares ameaçados pela ação do grupo liderado por Cardim, nominando a ação dos revoltosos como “covarde e sutil”.

⁶⁷ O capitão Sebastião Rodrigues de Moura ficou conhecido posteriormente por “Major Curió”. Trata-se, do mesmo militar conhecido por comandar as operações de contraguerilha no Araguaia na década de 1970.



Os epitáfios, bem como as estátuas, os jazigos e as fotografias, segundo Catroga “são uma progressão da campá individual”, devendo ser vistos “como uma consequência iconográfica dos novos imaginários, quer estes apontem para fins escatológicos, quer se cinjam à memória dos vivos” (CATROGA, 2010, p. 169). Sua

“função pode ser citada como uma evocação para a identificação do ausente com o restante de um grupo que permanece vivo. Eis, a possibilidade de as inscrições tumulares serem consideradas um diálogo entre mortos e vivos” (ZATTA, 2016, p. 102). Segundo Muniz elas,

Expressam tristeza de despedida, saudade, fé, ou fazem menção àquilo que o morto representou em vida: biografia abundante nos epitáfios. Os cemitérios possuem uma iconografia ao mesmo tempo folclorizante e erudita. Revelam valores próprios que encerram em si mesmos uma iconografia repleta de

FIGURA 14.

Epitáfio, túmulo e ornamento no cemitério municipal de Francisco Beltrão.

FONTE:

Acervo do autor.

representações estereotipadas, dotadas de funcionalidades de valor artístico e simbólico. Nesse local, pretende-se cultuar a memória do morto, como ser social pertencente a uma família, a uma determinada classe social e como indivíduo (2006, p. 162).

Os rituais em torno da morte do sargento Camargo não se restringiram aos primeiros anos de sua morte. Ao completar dez anos de seu falecimento, em 1975, a 1ª/13ª BI e a Matriz Nossa Senhora da Glória organizaram, na praça Tenente Camargo localizada nas dependências do quartel de Francisco Beltrão, uma homenagem reunindo todos os militares da Companhia, os amigos e familiares do homenageado. De acordo com Zatta, “A solenidade se deu por uma apresentação da tropa em marcha ao seu comandante, ao que manda os regulamentos militares, postada em forma disposta por pelotões, a tropa rezou em pé e armada, a missa em tributo ao herói morto em combate” (ZATTA, 2016, p. 91).

Ao analisar o álbum histórico disponível nas dependências do 16º Esqd C Mec de Francisco Beltrão da antiga 3ª Companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizada, constatamos que houve uma sequência ininterrupta de comemorações na data da morte do tenente Camargo. Para ilustrar, podemos nos referir a uma segunda cerimônia fúnebre destacada no álbum histórico da organização militar, realizada no ano de 1977.

É importante mencionarmos que, no início da década de 1970, havia uma ameaça real de guerrilha comunista no Brasil no Araguaia. Dessa maneira, tudo indica que a intenção era a “de impedir o esquecimento; [e] lembrar/relembrar que a instituição militar ainda encontrava-se vigilante pela ‘segurança nacional’, em condições de combater, em corpos e espíritos, aqueles que conluiaram contra o sistema político vigente” (ZATTA, 2016, p. 98). Conforme consta



no livro histórico, o cerimonial iniciou com uma missa celebrada dentro do quartel e continuou, seguindo as tradições militares fúnebres, com formação de tropa, guarda fúnebre, movimento de armas, referência elogiosa e execução do toque de silêncio.

Apesar do grande uso político que a ditadura militar fez da morte do sargento Camargo, atribuindo-a aos integrantes da Operação Três Passos, foi constatado, ao longo deste trabalho, que existem fortes indícios de que o militar pode ter sido morto por disparo de armas que estavam com as tropas do EB.

Em 14 de junho de 1967, Virgílio Soares de Lima, em seu interrogatório na 5ª Região militar em Curitiba, comenta sobre a arma que teria ocasionado a morte do sargento. Disse que quando foi preso, o coronel Curvo levou-o para o mato e, com a pistola encostada em seu corpo, lhe

FIGURA 15.

Missa em intenção à memória de Carlos Argemiro de Camargo, em 1975, em homenagem póstuma aos dez anos de sua morte, na praça Tenente Camargo, em Francisco Beltrão.

FONTE:

Álbum histórico da 3ª companhia do 33º Batalhão de Infantaria Motorizado, dependências do 16º Esqđ C Mec.

fez perguntas sobre uma metralhadora INA que estava com o grupo do Coronel Jefferson. No entanto, Virgílio respondeu que não conhecia metralhadora INA e o coronel Curvo o teria mostrado a que portava, dizendo que o sargento havia sido morto com uma metralhadora INA e por essa razão queria saber da existência dessa metralhadora entre o pessoal do coronel Jefferson.

No mesmo dia, Odilon Vieira Brum, em seu interrogatório na 5ª Região militar em Curitiba, conta que quando foi levado ao coronel Curvo, esse lhe questionou sobre onde se encontrava a metralhadora INA que havia matado o sargento, mas este respondeu que não havia metralhadora INA no grupo, e sim fuzil, revólveres e uma metralhadora da BM. É importante ressaltar que Odilon havia prestado o serviço militar obrigatório por três anos antes da Operação Três Passos, ou seja, provavelmente tinha conhecimento dos tipos de armas que estavam no caminhão com o grupo.

Como visto acima, o laudo cadavérico realizado pelo capitão Aryzone Mendes de Araújo, não pode ser considerado como prova, visto que nele há a assinatura de apenas um perito, a outra assinatura é de uma testemunha, o 2º sargento Ricieri Franzon, contrariando, assim, o Código de Justiça Militar da época. Vejamos o que diz esse Código a esse respeito:

Art. 132. Quando o crime for dos que deixam vestígios, a autoridade que proceder à diligência nomeará dois profissionais, e, em falta destes, duas pessoas de idoneidade e capacidade reconhecidas, que, sob compromisso de bem e fielmente desempenharem os deveres do cargo, se encarregarão de descrever, com todas as circunstâncias, tudo o que observarem em relação ao crime. Parágrafo único. No caso de divergência dos peritos, a autoridade nomeará um terceiro para desempatar. (BRASIL, 1938)

AUTO DE CORPO DE DELITO

Aos vinte e sete dias do mês de Março de mil novecentos e sessenta e cinco, as dezesete horas na Cidade de FRANCISCO BELTRAO, PARANÁ, e / na Enfermaria da 1ª/13ª REGIMENTO DE INFANTARIA, foi feito o exame de corpo de delito, no cadáver do Terceiro Sargento, CARLOS ARGEMIRO DE CAMARGO. Em consequência, passou o perito a fazer os exames e investigações ordenadas e as que julgou necessários, concluídos os exames de clarou o seguinte: Primeiro Ferimento, transfixante produzido por projétil de arma de fogo, situado na região torácica esquerda altura do quinto espaço intercostal junto ao externo, com trajetória ascendente tendo-se exteriorizado na região escapular esquerda. Tal projétil em sua trajetória feriu os vasos da base do coração. Segundo Ferimento, produzido por projétil de arma de fogo situado na região torácica esquerda na linha mamária junto a clavícula em sentido de diante para traz e da direita para esquerda, tendo o projétil se alojado na articulação escapulo-humeral, (o projétil foi retirado). Terceiro Ferimento, transfixante situado na face antero-interna da coxa direita, em sentido ascendente tendo-se exteriorizado na mesma região. Quarto Ferimento, transfixante da face antero-interna da coxa direita terço-inferior tendo-se exteriorizado no terço médio-posterior. Quinto, Escoriações no joelho direito. Sexto, Escoriações nas nádegas. CAUSA MORTE: Hemorragia interna devido a ruptura dos vasos da base do coração. E foram estas as declarações que, em sua consciência e debaixo do compromisso prestando, fez. E por nada mais haver, deu-se por concluído o exame ordenado e de tudo lavrou-se o presente Auto, que vai pelo / Ferito e pelas Testemunhas.

Arizone Mendes de Araujo
DR ARIZONE MENDES DE ARAUJO Cap Med
16-835110 - Ferito.

Ricieri Franzon
RICIERI FRANZON 2º Sargento - 38-207829
Testemunha.

Mas como podemos observar, na falta dos peritos, a autoridade nomeará duas pessoas idôneas, e de capacidades reconhecidas, que devem desempenhar fielmente os deveres do cargo, sendo assim, não há problema em não ter sido assinado por alguém que não seja perito. Contudo, não foi encontrado nos autos do processo nº 335/1965, a nomeação para o perito, nem o seu compromisso de descrever fielmente as circunstâncias do crime. É interessante observarmos também que o laudo cadavérico não descreve o que produziu a morte do sargento, não identifica ou especifica o calibre das quatro munições que o atingiram. E tam-

FIGURA 16.

Laudo cadavérico
do 3º sargento
Carlos Argemiro de
Camargo.

FONTE:

JUSTIÇA MILITAR
FEDERAL, processo
nº 335/1965.

bém não foi realizada a perícia balística das armas, para compará-las com a/as munições que foram extraídas do corpo do sargento.

Talvez por esse fato, as acareações realizadas durante o processo nº 335/1965, sempre que os advogados de defesa realizavam qualquer pergunta para as testemunhas de acusação, em relação à morte do sargento Camargo, elas foram todas indeferidas pelos juízes da 5ª RM.

Percebemos, neste capítulo, como a morte do 3º sargento Camargo foi explorada de forma sistemática pelos militares, a fim de disseminar o anticomunismo não apenas na região Sudoeste e Oeste do Paraná, mas também em todo o Brasil, uma vez que a exploração do inimigo interno como uma ameaça à ordem não se restringiu aos limites onde ocorreram os embates. Sendo assim, as tensões e os conflitos não foram situações isoladas, mas figuraram como uma disputa por projetos societários em âmbito nacional. Portanto, podemos concluir que, mesmo sendo recorrente, o discurso da ameaça comunista e da permanente vigilância ideológica antes do golpe militar, tais práticas sofreram significativas mudanças após 1964, uma vez que aos militares coube o objetivo de dar aparência de legalidade ao processo que forjou o golpe militar.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar, de forma pormenorizada, a Operação Três Passos, movimento de protesto e resistência ocorrido no Brasil em março de 1965, contudo, para melhor compreendê-lo, foi necessário inseri-lo em um contexto social e político mais amplo. Dessa maneira, como o movimento começou a ser pensado por dois ex-militares exilados no Uruguai, tivemos a necessidade de compreender os motivos pelos quais ocorreu o exílio de muitos brasileiros em vários países da América Latina, em especial, para esta pesquisa, para o Uruguai.

Dessa forma, recuamos alguns anos de nosso objeto de estudo para compreendê-lo em seu processo, sendo assim, analisamos, no primeiro capítulo, que o golpe militar de 1964 não foi resultado da improvisação, mas sim um processo articulado de forma pormenorizada entre os grandes capitalistas brasileiros, associados ao capitalismo internacional, frações da igreja católica e das FFAA. Nesse sentido, as crises que reverberaram e repercurtem na esfera política, como a dos anos 1960, estão intimamente relacionadas às especificidades

do desenvolvimento econômico associado e dependente brasileiro. Dessa forma, o complexo IPES/IBAD, com participação dos Estados Unidos da América e da ESG, tiveram papel fundamental no golpe de 1964.

Por conseguinte, foi justamente a ditadura militar, implementada após o golpe, que levou à morte, à prisão e ao exílio muitos dos brasileiros que se opunham a ela. A maioria se exilou inicialmente nos países da América do sul e aquele, no qual se recebeu inúmeros civis e militares, foi o Uruguai. Para lá se dirigiram João Goulart, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, entre outros. Brizola, no exílio em Montevideo, começa a articular a luta armada no Brasil.

Essa reflexão foi importante no conjunto do trabalho por vários motivos, dentre os quais podemos mencionar: as posições nacionalistas e reformistas de Leonel Brizola, que causavam muito incômodo aos militares e às classes dominantes brasileiras associadas ao capital imperialista ainda antes do golpe. Devemos ressaltar também que, enquanto exilado no Uruguai, Brizola foi seguido de perto pelos órgãos de inteligência da ditadura militar, por isso o vínculo que essa tentou estabelecer entre ele e a Operação Três Passos. Desse modo, mesmo que o político tivesse um papel de referência e organização para os exilados brasileiros no Uruguai, a Operação Três Passos não partiu de ordens e planejamentos seus.

Como ficou demonstrado no trabalho, Brizola, desde o início de seu exílio, organizou e articulou a luta armada com intenção de derrubar a ditadura militar no Brasil. Em um primeiro momento, até meados de 1966, ele e seu grupo tentavam organizar a derrubada do regime por meio de uma quartelada, ou seja, com apoio de militares de esquerda das FFAA e da BM, tanto da ativa quanto dos expurgados. Eles visavam tomar alguns quartéis no estado do Rio Grande do Sul e, a partir disso, nacionalizar a quartelada, no mesmo

estilo do golpe de estado de 1930. E foi justamente esse o contexto que ajudou a produzir o ato da Operação Três Passos.

Em um segundo momento, e com muita resistência, Brizola apoiou a luta armada através do foco guerrilheiro, como é o caso da tentativa ocorrida no norte do Mato Grosso, próximo a Bolívia, na região de Goiás, que acabou se concentrando em Imperatriz, região oeste do Maranhão, e na Serra de Caparaó, divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. O que percebemos é que, no Uruguai, nesse período, havia um permanente clima de articulação e organização acerca das formas de tentar derrubar a ditadura militar brasileira por parte de Leonel Brizola.

É justamente nesse clima de planejamento para uma possível destituição do regime autoritário que estava vigente no Brasil que ocorre a Operação Três Passos, em 1965. Tentamos compreender se havia alguma relação direta com as articulações de Brizola, em outras palavras, se a referida operação estava diretamente sob o seu comando, conforme grande parte da literatura menciona de forma explícita e/ou implícita. Tal relação foi um dos principais motivos que nos levaram a fazer esta pesquisa e, através da documentação que nos foi apresentada, chegamos à conclusão de que a operação, apesar de fortemente influenciada pelas articulações de Brizola na derrubada da ditadura militar, não se comprova qualquer participação dele na Operação.

Mesmo assim, Brizola foi um dos condenados pela Justiça Militar Federal, recebendo, inclusive, a maior pena dentre todos os acusados de envolvimento com o movimento de protesto. Sendo assim, ao analisarmos a acusação do Ministério Público Militar e a sentença do Conselho Especial de Justiça, percebemos que os julgados por envolvimento no movimento armado, intitulado Operação Três Passos, não foram condenados pelo delito praticado – segundo o Có-

digo Penal Militar e a Lei de Segurança Nacional –, mas apenas por serem quem eles eram. Ou seja, não estava sendo julgado o delito, mas sim aqueles que, de antemão, eram considerados delinquentes pelo Estado e pela sociedade.

Ao longo deste trabalho, problematizamos também, da forma mais detalhada possível a Operação Três Passos, desde a saída do Uruguai, em 18 de março de 1965, até a prisão de seus integrantes no interior do Paraná. Em seguida, tentamos demonstrar que, ao contrário do que muito descrito nos trabalhos acadêmicos, a referida operação não foi um movimento guerrilheiro, mas sim de protesto e resistência à ditadura militar, porém com grau mínimo de organização.

Aspecto fundamental a acrescentar, foi o uso que os militares, assim como as demais forças políticas de direita, fizeram desses acontecimentos. Vimos que uma bibliografia de proveniência militar insiste em aumentar os perigos que a Operação Três Passos representava e que, parte dessa lógica, é reproduzida mesmo na literatura que se propõe a ser crítica. É nesse sentido que os militares tiveram seu papel na busca de fundamentos para a construção de uma memória específica sobre esse movimento.

A morte do sargento Camargo em combate foi outro acontecimento da Operação Três Passos que foi utilizada politicamente pelos militares, no sentido de estabelecer a construção de um herói militar como símbolo de bravura e de sacrifício na luta contra o “inimigo comunista”. Essa construção se deu de várias formas, mas principalmente através de ritos fúnebres com a finalidade de fortalecer o combate aos opositores e legitimar a ditadura militar brasileira. Também, ao final, deixamos em aberto a hipótese, de que o militar, possivelmente, pode ter sido morto por disparos de seu próprio pelotão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **A ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

ALMEIDA, Marli de. “Excessos de patriotismo”: o terror de Estado e os grupos de onze companheiros no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH RS, 14., 2018, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2018. Disponível em: http://www.eeh2018.anpuh-rs.org.br/resources/anais/8/1531083719_ARQUIVO_EXCESSOSDEPATRIOTISMO.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

ALMEIDA, Marli de. Memórias de uma desilusão: os Grupos de Onze Companheiros. In: Encontro Nacional de História Oral, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: ABHO, 2016. Disponível em: https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1461687470_ARQUIVO_Memoriasdeumadesilusao.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

ALMEIDA, Marli de. Terrorismo de Estado e os grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do sul. **História debates e tendências**, Passo Fundo, v. 19, n. 3, p. 477-493, set./dez. 2019. Disponível em:

<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9869/114114736>. Acesso em: 06 set. 2020.

ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 - 1964): declínio ou permanência? In: **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 15, n. 20, p. 245-273, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/issue/view/1124/showToc>. Acesso em: 14 ago. 2018.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Coord.) **Brasil: Nunca Mais**. 39. ed. Vozes: São Paulo, 2011.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. **A grande mentira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

AVER, Gabriel Pancera. Estado e doutrina de contrainsurgência: o caso do Movimento de Três Passos. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1-17, e 14916. ISSN: 2525-8036, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e14916/16735>. Acesso em: 14 ago. 2018.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BORTONE, Elaine de Almeida. **A participação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)**. Niterói, 2013. 141 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bits-tream/1/1836/1/ElaineBortone.pdf>. Acesso em: 20 de fev de 2020.

BRASIL. Decreto n. 52.737, de 23 de outubro de 1963. Regulamenta o Art. 21 da Lei 3.765, de 4 de maio 1960. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 out. 1963.

BRASIL. Lei. n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979.

BREUILLY, John. Abordagens do nacionalismo. In: BALAKRISH-

NAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRIZOLA, Leonel de Moura. Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, Câmara dos Deputados, sessão plenária, 18 de abril de 1963. In: DALL'AGNOL, Flávio. **Brizola: esperança de um povo**. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979.

BRIZOLA, Leonel de Moura. Palavras à mocidade do meu país. In: BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coord.). **Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. **Operação Três Passos: a História, o Direito e o Político**. Florianópolis, 1993. 463 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CALIL, Gilberto Grassi. O revisionismo sobre a ditadura brasileira: a obra de Elio Gaspari. **Ségle XX. Revista catalana d'història**, Barcelona, n. 7, p. 99-126, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/segleXX/article/view/11240/13962>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. **Outubro Revista**, n. 15, p. 177-193, 2007. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-15-Artigo-06.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 162-182, jan./jun. 2010.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru, PE – 1960-1968)**. Recife, 2015. 225 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bits>

tream/123456789/15490/1/TESE%20Erinaldo%20%20Vicente%20Cavalcanti.pdf. Acesso em: 22 set. 2018.

CHAGAS, CARLOS. **A ditadura militar e os golpes dentro do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**: o Exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Eurelino. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. **Revista História e Luta de Classes**, n. 9, p. 7-16, jun. 2010.

COELHO, Eurelino. Uma história no futuro do pretérito?: Armas e sutilezas da nova historiografia do Golpe de 1964. In: SENA JUNIOR, Carlos Eduardo; MELO, Demia Bezerra de; CALIL Gilberto Grassi (Org.). **Contribuição à crítica da historiografia revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

COSTA, Samuel Guimarães da. **Formação democrática do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

COSTA, José Caldas. **Caparaó**: a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. O ANTIMIL: o setor militar – origens de uma organização. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 59-71, jul./dez. 2012.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Militares e militância**: uma relação dialeticamente conflituosa. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Militares na política ou política entre os militares: uma falsa questão? In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al.* (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DANTAS, Sano Tiago. **Figuras de Direito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de

Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária** (conferência de Augusto Fragoso). Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1959.

FACHEL, Claudio; DOMINGUES, Camila (Org.). **Os 50 anos da legalidade em imagens**. Coordenação Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital. Diretoria de Jornalismo. Porto Alegre: CORAG, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997. Disponível em: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf. Acesso em: 2 jun. 2020.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FUKUDA, Hatsuo. **Diógenes: o guerrilheiro**. Porto Alegre: Evangraf/Palmarinca, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.

GELLNER, Ernest. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

GONTIJO, Ricardo. **Sem vergonha da utopia (Conversas com Betinho)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas - a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Editora Função Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3

GUEDES, Camila de Oliveira. A noval lei do abuso de autoridade sob a perspectiva da criminologia crítica: a garantia da verticalização social disfarçada de punitivismo legal. In: FERREIRA, Iverson Kech (Org.). **Criminologia crítica e Estado em debate**. Florianópolis: Habitus, 2020.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HEINRICH, Murillo. Direito do Inimigo e controle de massas através do poder punitivo. In: FERREIRA, Iverson Kech (Org.). **Criminologia Crítica e o Estado em debate**. Florianópolis: Habitus, 2020.

HOBBSBAWM, Eric John Ernest. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOMERO, ADLER. Soldados na paz e na guerra. **Revista Nossa História**, n. 38, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/Soldados_na_paz_e_na_guerra.pdf. Acesso em: 18 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção pecuária municipal**. Rio de Janeiro, 2006.

JAKOBY Marcos André. A campanha da legalidade de 1961 e o papel da resistência democrática. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364948648_ARQUIVO_ArtigoparaoS-NH2013-ACampanhadaLegalidadede1961eopapeldaResistenciaDemocratica.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUJAWA, Henrique Aniceto. Conflitos entre a política indigenista e agricultores no Norte do Rio Grande do Sul: uma localização da problemática. In: TEDESCO, João Carlos; KUJAWA, Henrique Aniceto (Org.). **Conflitos agrários no norte gaúcho: índios, negros e colonos**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Os militares e o conceito de nacionalismo**: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960. Florianópolis, 2009. 279 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/92672/272750.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 dez. 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio Uruguaio (1964-1977)**. Porto Alegre, 2015. 149 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140871>. Acesso em: 19 maio. 2020.

LE MOS, Juvencio Saldanha. **Memórias do Coronel**. Porto Alegre: Letras & Vida, 2013.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MACHADO, Lacy Guaraciaba. A construção da imagem do herói: uma abordagem inicial. **Revista Estudos**, Goiânia, v. 34, n. 2, p. 253-270, mar./abr. 2007.

MACIEL, Wilma Antunes. **Militares de esquerda**: formação participação política e engajamento na luta armada (1961-1974). São Paulo, 2009. 212 p. Tese (Doutorado em História Social). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-28042010-091809/publico/WILMA_ANTUNES_MACIEL.pdf. Acesso em: 03 mar. 2018.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. O aprendiz de feiticeiro (da Revolta Praieira ao Gabinete Ouro Preto). In: MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **Deodoro, a espada contra o Império**. São Paulo: Editora Nacional, 1957. v. 1. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/452/1/GF%2012%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=10713674004>. Acesso em: 18 ago. 2018.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro III. Tomo 2.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política (prefácio)**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MEIRELLES, Bolivar Marinho Soares de. Ideologia na educação do militar brasileiro. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al* (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MELO, Demian Bezerra de. **O PLEBICITO DE 1963: inflexões de forças na crise orgânica dos anos sessenta**. Niterói, 2009. 227 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Demian_Bezerra_de_Melo-S.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

MENDES, Fábio Faria. **O tributo de sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial**. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

MENDONÇA, Sônia Regina de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MENDONÇA, Sônia Regina de. 1964: o duplo golpe do campo. **Revista Outubro**, n. 10, p. 31-48, 2004. Disponível em: <http://outubro-revista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edi>

c%CC%A7a%CC%83o-10-Artigo-03.pdf. Acesso em: 23 ago. 2017.

MENDONÇA, Thaiane. Política de segurança e a construção do conceito de “inimigo interno” no Brasil. In: Seminário Internacional de Ciência Política: Estado e Democracia em Mudança no Século XXI, 1, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Thaiane-Mendon%C3%A7a_Pol%C3%ADtica-de-seguran%C3%A7a-e-a-constru%C3%A7%C3%A3o-do-conceito-de-inimigo-interno-no-Brasil-Thaiane-Mendon%C3%A7a.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papiros, 1995.

MORAES, João Quartim de. A guerra, a FEB e o golpe liberal. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al* (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os Anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civilmilitar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. Militares e política no século XIX: uma abordagem através do estudo da imprensa periódica militar. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al* (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. As duas faces de Jano: as esquerdas trabalhistas de San Tiago Dantas e Brizola. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Org.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. O Uruguay como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 91-110, dez. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/14308/11115>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravidão indígena e o bandeirante no Brasil colonial**: conflitos, apresamentos e mitos. Dourados: Editora UFGD, 2015. Disponível em: https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/escravizacao_%20indigena_e_o_bandeirante_no_brasil_colonial.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PANDIÁ, Calógeras. **Formação histórica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/124/1/42%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PIOVEZAN, Adriane. **Morrer na guerra**: instituições, ritos e devoções no Brasil (1944-1967). Curitiba, 2014. 298 p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36370/R%20-%20T%20-%20ADRIANE%20PIOVEZAN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 set. 2018.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADELA, Luana Milani. **Os grupos dos Onze no Paraná**: trajetórias. Marechal Cândido Rondon, 2019. 181 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

PRADO JUNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

REVISTA DO CLUBE MILITAR, n. 96, p. 3, abr. 1949.

RIBEIRO JUNIOR, José. O Brasil monárquico em face das repúblicas americanas. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva** 9. ed. Difel: Rio de Janeiro, 1977.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Unesp, 1993.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Intelectuais e militares brasileiros: a construção do estado autoritário e do pensamento nacionalista (1930-1945). In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al* (Org.). **Militares e a política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RONIGER, Luis. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. Vigiar, proteger e defender a Nação: Guarda Nacional, Exército e a formação do Estado imperial brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434210233_ARQUIVO_ComunicacaoAnpuhSCFlavioSaldanha.pdf. Acesso em: 02 abr. 2018.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Pedro Henrique Soares. Recrutamento, castigo e direitos do cidadão no Exército do Primeiro Reinado. Brasília. 2016. 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20666>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAFLTATE, Vlademir; CARVALHO, Laura; ANTUNES, Ricardo.

Limites da democracia no Brasil. 2019. (02h07min09s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D8HaJXn6Zbs&t=3743s>. Acesso em: 15 dez. 2019.

SHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder 1: os protagonistas.** São Paulo: Global Editora, 1979.

SILVA, Carla Luciana; BATISTA, Alfredo Aparecido. **Combatentes:** tempos de falar. Depoimentos da audiência pública da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2016.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar a redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho.** Porto Alegre: AGE, 2011.

SILVA, Juremir Machado da. **Jango:** a vida e a morte no exílio. Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, Jussaramar da. As conexões repressivas no Cone Sul (1960-1990): **Terrorismo de Estado em conexão internacional.** São Paulo, 2017. 275 p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20071/2/Jussaramar%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2018.

SILVA, Ligia Osório. Projeto nacional e politização das forças armadas, 1944-1964. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues *et al.* (Org.). **Militares e a política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980**. Porto Alegre: EST Edições, 2007.

TIBOLA, Ana Paula Lima. **A Escola Superior de Guerra e a Doutrina de Segurança Nacional (1949-1966)**. Passo Fundo, 2007. 123 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/57#preview-link0>. Acesso em: 28 out. 2017.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.

TORRES, Raymundo Negrão. **Nos porões da ditadura fatos que a esquerda finge ignorar e a falácia do militarismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão da Cultura, 1998.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça**. 3. ed. Brasília: Ser, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. O direito de asilo como expressão dos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná**, v. 37, p. 143-156, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1776/1473>. Acesso em: dia mês. Acesso em: 17/03/2020 às 45h40.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZATTA, Ronaldo. **Sentinelas do Sudoeste: o Exército brasileiro na fronteira paranaense**. Passo Fundo, 2009. 198 p. Dissertação (Mestrado em História Regional) – Universidade de Passo Fundo. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/72#preview-link0>. Acesso em: 11 maio. 2017.

ZATTA, Ronaldo. **50 anos de morte do tenente Camargo (1965-2015): impasses e conflitos da memória institucional do Exército Brasileiro**. Curitiba, 2016. 260 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45151/R%20-%20T%20-%20RONALDO%20ZATTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 nov. 2019.

FONTES DE PESQUISA

16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. **Dados Biográficos do Ex-Sargento Carlos Argemiro de Camargo.**

A Tribuna. **Luta pela liberdade faz mais uma vítima**, 30 mar. 1965. Capa.

ACERVO ON-LINE DO BANCO DE DADOS DA FOLHA, disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm. Acesso em: 19 abr. 2019.

Boletim Interno n. 95 do 13º Regimento de Infantaria – quartel de Ponta Grossa – PR., 27 de abril de 1965.

BOLETIM INTERNO N. 95 DO 13º REGIMENTO DE INFANTARIA – QUARTEL EM PONTA GROSSA – PR, 27 abr. 1965.

Editorial. **Revista do Clube Militar**. Rio de Janeiro, n. 96, p. 3, abr. 1949.

ENTREVISTA NELSON BHENE, cabo temporário do Exército, empresário de Francisco Beltrão – PR, 1 Jan. 2006.

FATOS/FOTOS. 10 de abril de 1965, ano V, n. 219. Brasília.

GUERRILHA NO SUL: 23 homens tentam levantar o País. **Coojornal**. (Especial). Porto Alegre. Ano V (47): 1979, p. 37.

JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, **apelação da sentença de 1º grau**, processo nº 335.

JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, **denúncia**, processo nº 335.

JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, **recurso de sentença de 1º grau concessiva de anistia**, processo nº 335.

JUSTIÇA MILITAR FEDERAL, **sentença de 1º grau**, processo nº 335.

Leitura da Missa de Sétimo Dia do falecimento do sargento Argemiro Camargo. Fonte: **Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo**, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado. (Não paginado).

MINISTÉRIO DA GUERRA – DIRETORIA DE TELECOMUNICAÇÕES – Radiotelegramas da operação de contraguerrilha do exército brasileiro em 1965.

RELATÓRIO DE OPERAÇÕES DO SARGENTO RICIERI FRANZON, 1ª/13º RI.

Relatório do Pronunciamento do general Álvares Tavares Carmo, Comandante da 5ª RM em Francisco Beltrão – PR. Fonte: **Livro de Memória em homenagem ao Tenente Camargo**, 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.

SECRETO, Relatório do 1º Tenente JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS, Comandante do Pelotão da 3ª Companhia de Infantaria da cidade de Francisco Beltrão PR, 3 abr. 1965.

TRIBUNA DO PARANÁ. Curitiba, segunda-feira, 29 de março de 1965.

ANEXOS

ANEXO 1.

**BIOGRAFIA DE JEFFERSON
CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO
(CPDOC/FVG)**

“Jefferson Cardim de Alencar Osório nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 17 de janeiro de 1912, filho do oficial da Marinha Roberto de Alencar Osório e da professora e poetisa Corina Cardim de Alencar Osório. Sentou praça em março de 1930 na Escola Militar do Realengo, no Rio, mas em 1932, juntamente com outros alunos, requereu sua exclusão em solidariedade a seis colegas expulsos por haverem iniciado um movimento contra a participação da escola no combate às forças rebeldes durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo deflagrada em julho e sufocada em outubro do mesmo ano. Diante dessa reação dos cadetes, as punições foram revistas e os alunos readmitidos. Em janeiro de 1934, Jefferson Osório saiu aspirante-a-oficial da arma de artilharia, sendo promovido a segundo-tenente em agosto do mesmo ano. Ainda em 1935 filiou-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que defendia um programa nacionalista e antifascista, em setembro de 1936 foi promovido a primeiro-tenente. Em novembro de 1937, por ocasião do advento do Estado Novo, exercia a função de subcomandante do Forte Rio Branco, em Niterói (RJ), onde a maioria da oficialidade, inclusive o comandante, era integralista. Embora ferrenho opositor do integralismo, foi então detido junto com a guarnição. Promovido a capitão em dezembro de 1941, participou em 1943 da fundação de um subdiretório da Sociedade Amigos da América (SAA) em Santa Maria (RS), onde servia. Essa organização, idealizada pelo general Manuel Rabelo e fundada em janeiro daquele ano, na capital federal, com o objetivo declarado de apoiar a luta dos países aliados durante a Segunda Guerra Mundial na preservação dos “ideais democráticos” ameaçados pelo totalitarismo nazi-fascista, era na verdade um núcleo de oposição ao governo de Getúlio Vargas. Jefferson Osório promoveu a ampliação da SAA em diversos municípios gaúchos, e participou das passeatas e dos comícios por ela organizados. Em agosto de 1943 foi preso por ter feito um discurso contra o Estado Novo, sendo mais tarde libertado. Em 1944 a SAA foi fechada pelo governo. Foi transferido posteriormente para Cruz Alta (RS), onde servia em janeiro de 1948, quando viajou ao Uruguai para se casar com Rosa Lopetegui. Ao retornar ao Brasil foi preso em virtude de o comandante da sua corporação ter associado a viagem que fizera às homenagens que estavam sendo prestadas na ocasião ao líder comunista Luís Carlos Prestes naquele país. Esclarecida a situação foi posto em liberdade e em setembro do mesmo ano foi promovido a major. Ao lado de militares nacionalistas, tomou parte na campanha pelo monopólio estatal da exploração do petróleo, que resultou na criação da Petrobras em outubro de 1953. Ainda nesse mês foi promovido a tenente-coronel e em fins de 1956 foi designado subcomandante do 2º Regimento Antiaéreo, em

Quitaúna (SP), sob o comando do então coronel Ernesto Geisel. Em 1959, por ocasião dos debates em torno da sucessão presidencial, integrou-se à campanha do general Henrique Teixeira Lott, candidato lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) às eleições de outubro de 1960. Realizado o pleito, saiu vitorioso Jânio Quadros, candidato do Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), que em janeiro do ano seguinte assumiu o governo em substituição a Juscelino Kubitschek. Após a renúncia de Jânio em agosto de 1961, Jefferson Osório engajou-se na campanha em favor da posse do vice-presidente constitucional João Goulart, vetada pelos ministros militares, sendo novamente preso. Com a superação da crise mediante a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, em 2 de setembro de 1961, que instituiu o regime parlamentarista no país permitindo a posse de Goulart no dia 7 do mesmo mês, foi posto em liberdade. Em 1962, serviu em Belém como comandante interino da 8ª Região Militar. De volta ao Rio de Janeiro, passou o primeiro semestre do ano de 1963 sem função até ser nomeado para o cargo de diretor-técnico no Lóide Brasileiro, em Montevidéu. Encontrava-se na capital uruguaia, já no posto de coronel, quando ocorreu o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Opondo-se ao novo regime, regressou clandestinamente ao Brasil na expectativa de encontrar algum movimento de resistência. Após passar oito dias escondido retornou ao Uruguai. Em abril de 1964 foi transferido para a reserva por força do Ato Institucional nº 1 (9/4/1964), com base no qual teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em setembro seguinte.

De acordo com seu depoimento, apresentou ao ex-presidente Goulart, também exilado no Uruguai, um plano de tomada da região do Chuí (RS), a ser realizado ainda em 1964, mas a operação não foi levada a cabo por falta de infra-estrutura. Em seguida, em contato com políticos ligados ao presidente deposto, com Leonel Brizola e Darci Ribeiro, iniciou planejamento de outro movimento armado junto com o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Alberi dos Santos Vieira. O objetivo dessa operação era servir de estopim para um levante popular contra o novo governo e, caso falhasse, iniciar então uma guerra de guerrilhas.

Em 19 de março de 1965, Jefferson Osório e Alberi atravessaram a fronteira do Brasil com o Uruguai em Santana do Livramento (RS) e deram início à operação, contando com apenas 23 homens, pouco dinheiro e armamento precário. Seguiram todos para o norte do estado de táxi, trocando de carro em cada cidade. No dia 25 do mesmo

mês atacaram o presídio e o destacamento militar de Três Passos (RS), tendo Jefferson, na condição de comandante da operação, lido pela rádio local um manifesto defendendo as reformas de base e conclamando o povo à luta armada. Atingiram em seguida Tenente Portela (RS), onde tomaram o destacamento local e se apoderaram de armas. Atravessaram Santa Catarina e, no dia 26 de março, chegaram ao Paraná. Logo no dia seguinte, nas proximidades de Leônidas Marques, começaram a surgir diversas unidades do Exército que estavam no seu encalço, mas os rebeldes emboscaram uma das patrulhas a fim de escapar ao cerco e dispersaram, sendo depois capturados.

Jefferson Osório, segundo seu próprio depoimento, foi espancado no dia de sua prisão pelos soldados comandados pelo capitão Dorival Suamini, que integravam a mesma unidade a que pertencia um sargento que fora morto na emboscada. Os maus-tratos continuaram no dia seguinte, 28 de março, durante os interrogatórios conduzidos pelo comandante de Foz do Iguaçu (RS), tenente-coronel Marques Curvo. Após passar por várias prisões militares, foi condenado pela 5ª Auditoria Militar a oito anos de prisão, pena aumentada para dez anos pelo Superior Tribunal Militar (STM) em face de recurso interposto pela promotoria.

Preso em Curitiba no 5º Regimento de Obuses (5º RO) no início de 1968, planejou sua fuga com o auxílio do ex-major Joaquim Pires Cerveira, que respondia a processo em liberdade e com quem teve alguns encontros na Auditoria Militar. Finalmente conseguiu evadir-se junto com o cabo Luís Vítor Papandreou, e asilou-se na embaixada do México no Rio de Janeiro. Seguindo para esse país, esteve mais tarde em Cuba e na Argélia, em cuja capital, Argel, havia uma grande comunidade de exilados brasileiros. Entre 1968 e 1970 fez diversas viagens, inclusive ao Chile, buscando o apoio de outros exilados para seu plano de ação militar contra o governo brasileiro. Contatou sem êxito Miguel Arrais, ex-governador de Pernambuco, Almino Afonso, líder do extinto PTB, Apolônio de Carvalho, que fora líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e Joaquim Cerveira, entre outros.

Retornando ao Uruguai em setembro de 1970 para buscar a família e seguir para o Chile, decidiu viajar de carro através da Argentina, onde no dia 11 de dezembro foi seqüestrado, tendo ao lado seu filho Jefferson Lopetegui de Alencar Osório e um sobrinho uruguaio, Eduardo Lopetegui Buadas. Após cinco dias, três dias depois de o seu sobrinho ter sido repatriado para o Uruguai, foi entregue com seu filho a oficiais da Força Aérea

Brasileira (FAB) e ambos foram embarcados para o Rio. Chegando ao aeroporto do Galeão ficaram presos, segundo seu relato, no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) e foram torturados por ordem do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. Transferido em fevereiro de 1971 para a fortaleza de Santa Cruz, ali passou quatro anos e meio. Continuou cumprindo pena no presídio da ilha Grande, de onde foi removido em maio de 1975, após uma greve de fome de 15 dias realizada pelos presos políticos. Em janeiro de 1976 foi novamente transferido, dessa vez para a Divisão Especial de Presos Políticos no presídio da rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, sendo libertado em novembro de 1977.

No início de novembro do ano seguinte, juntamente com Alberi, concedeu entrevista ao Coojornal, que foi publicada em dezembro. Nela declarou que havia ligação entre os exilados brasileiros no Uruguai e em Cuba, e que Leonel Brizola teria recebido dinheiro daquele país para financiar a guerrilha. Esse dinheiro, todavia, não chegara a tempo de ser aplicado na chamada Operação Três Passos, nome pelo qual se tornou conhecido o movimento que liderara. Responsabilizou também o ex-governador do Rio Grande do Sul pelo fracasso do movimento, na medida em que não garantira a infraestrutura e o apoio que lhe prometera. Ainda nessa entrevista declarou que o ex-embaixador do Brasil em Buenos Aires, Antônio Azeredo da Silveira, então ministro das Relações Exteriores, assinara um recibo para os militares argentinos contra a sua entrega em 1970 à FAB. Em dezembro de 1979, através do Jornal do Brasil, o chanceler desmentiu a informação, negando que ele ou qualquer funcionário de sua embaixada tivesse participado do episódio. Nos dias subsequentes, foram publicados na imprensa diversos desmentidos da versão de Jefferson e Alberi. Ex-exilados e pessoas ligadas a João Goulart e Brizola, entre os quais Darci Ribeiro, Décio Freitas, Josué Guimarães e Luís Alberto Muniz Bandeira, negaram, entre outros fatos, que houvesse dinheiro cubano e que Brizola estivesse a par dos planos de Jefferson Osório. Acusaram ainda Alberi de ser um “agente provocador”, infiltrado pelos órgãos de informação brasileiros entre os exilados no Uruguai.

Beneficiado em agosto de 1979 pela Lei da Anistia, Jefferson Osório foi readmitido em março do ano seguinte na reserva remunerada do Exército. No dia 26 desse mês, ao visitar o Rio Grande do Sul para assinalar a passagem do 15º aniversário da Operação Três Passos, concedeu entrevista coletiva na Assembleia Legislativa gaúcha, na qual reiterou as acusações feitas a Brizola. Em agosto de 1980 teve sua anistia anulada

por decisão do STM, que reformou a sentença da Auditoria Militar de Curitiba por entender que ele havia cometido “crimes de sangue”. Em fins desse mesmo mês, pediu asilo à embaixada da Venezuela, em Brasília, considerando que seus direitos tinham sido violados, pois já havia cumprido pena. Em seguida, transferiu-se para aquele país. Em dezembro de 1980 teve seus direitos novamente suspensos pelo ministro do Exército, general Válder Pires, tendo perdido inclusive os vencimentos de oficial reformado em consequência da sentença do STM, que foi mantida em 3 de junho de 1981 pela mesma corte.

Ainda em 1981, deixou a Venezuela seguindo para a França. Residiu nesse país até 1985, quando regressou ao Brasil e teve sua anistia ratificada pelo presidente da República José Sarney (1985-1990) e pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 29 de janeiro de 1995” (CPEDOC/FVG).

ANEXO 2.

**FICHA DE ADAMASTOR ANTÔNIO BONILHA
(DOPS)**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

= D.O.P.S. =



Consta o nome de:

ADAMASTOR ANTONIO BONILHA.-

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 8/3/1950, consta o seguinte: "Que na manhã de hoje, cerca das 9 horas, verificou-se na Praça Garibaldi, nesta Capital, um encontro entre os líderes comunistas EDGAR CURVELLO, do "COMITÊ NACIONAL", e o epígrafado, que é membro do "Comitê Estadual", e outro elemento não conhecido, durante o qual, que não durou mais de quinze minutos, os três palestraram animadamente".

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 20/6/1950, consta o seguinte: "Que o epígrafado, é um dos autores do pichamento das sedes dos Consúladoss de Chile e da Espanha, desta Capital, e que o mesmo é membro do "Comitê Estadual" do P.C.B., e se enconde para a massa sob o pseudônimo de "JUCA", esses pichamentos obedecem a um plano preestabelecido pelo "Comitê Nacional", do P.C.B., e que visa todas as representações diplomáticas aqui existentes, com o intuito de provocar ressentimentos e confusão na esfera internacional".

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 30/6/1952, consta o seguinte: "Que na greve dos mineiros ocorrida em 1946, neste Estado, o epígrafado, juntamente com o ex-mineiro e comunista JULIO GOMES DA SILVA JARDIM, dirigiram a referida greve".

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 15/11/1952, consta o seguinte: "Que o epígrafado, é "Assistente" do "Comitê Municipal" do P.C.B., em Criciúma, e que faz frequentes estadias nessa localidade".

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 30/11/1952, consta o seguinte: "Que pessoa residente no município, acusou a estada do agitador comunista ADAMASTOR BONILHA em Criciúma, no município, digo, no princípio do corrente mês, adiantando que ficou ile de lá voltar nos primeiros dias de dezembro entrante, para lançar os mineiros locais em uma campanha em prol do abono de Natal".

Conforme Boletim reservado desta Seção, data de 31/1/1959, consta o seguinte: "Que o epígrafado, é ex-dirigente do extinto P.C.B., na Capital Federal, e que, também, é o dirigente do "Comitê Municipal", desta Capital, do ex-P.C.B., ora atuante na ilegalidade".



Conforme informação reservada, datada de junho de 1964, o epígráfico, depois de expulso do Partido Comunista Brasileiro, passou a integrar o Partido Comunista do Brasil (linha chinesa). Retornou de Cuba em 1962, circulando em moedas de que tinha trazido dinheiro (1 milhão de cruzeiros), para o Partido Comunista do Brasil. Era pessoa de poucos recursos, morando numa vila de malocas, no bairro do Cristal.

Após a volta de Cuba, estabeleceu-se com Bar na Av. Getúlio Vargas, pelo que consta ter se apropriado do dinheiro trazido.

Conforme notícia publicada no jornal "Zero Hora" em sua edição de 16/10/64, o epígráfico, citado como um dos dirigentes de cúpula do P.C.B., teve a sua prisão preventiva decretada pelo Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar da 2ª R.M., sob a acusação de prática de subversão e "DA PREPARAÇÃO EM GRANDE ESCALA DE ATOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA PARA A CONQUISTA DO PODER".

Conforme publicação do jornal "Diário de Notícias", em sua edição de 2/6/1959, consta o seguinte: O epígráfico, foi denunciado pelo Comissário Alirio Selistro, pelo crime de calúnia, injúria e difamação.

Conforme publicação do "jornal do Dia" em sua edição de 17/10/1959, consta o seguinte: Pela primeira vez, após a realização do IV Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, estão reunidos os membros do grande Conselho Sindical Rio-Grandense. Este organismo, de caráter eminentemente legislativo pois, é ele em última análise, o mais capaz de ditar normas diretrizes ao movimento sindical se forma de toda a Comissão Executiva do IV CTG e de representantes de cada município. Nesta ocasião, o epígráfico, faz parte da Comissão do IV CTG, na qualidade de 1º Vice-Presidente.

Conforme publicação do jornal "Correio do Povo" em sua edição de 27/10/1959, consta o seguinte: O epígráfico, é um dos signatários de um "A Pedido" com o seguinte título: "Líderes Sindicais em Massa com Wilson-Efrain-A UNIÃO DAS FORÇAS NACIONALISTAS DARÁ EXPRESSIVA VITÓRIA A WILSON VARGAS".

No referido "A Pedido", o epígráfico, faz apelo à candidatura dos candidatos do P.T.B., Wilson Vargas e Efrain Pinheiro Cabral, no sentido de dar-lhes apoio nas próximas eleições que realizar-se-ão a 8 de novembro vindouro.

Conforme publicação do jornal "Ultima Hora" em sua edição de 22/2/1960, consta o seguinte: O epígráfico, ex-presidente do 4º Congresso dos Trabalhadores Gaúchos, foi signatário de um ofício dirigido ao Sindicato dos Trabalhadores da Cia. Telefônica, com o seguinte teor: "Vimos por meio desta, hipotecar integral solidariedade ao movimento que esse sindicato empreende no momento, em busca de maiores salários para a categoria".

C Conforme publicação do jornal "Ultima Hora" em sua edição de 17/3/1960, consta o seguinte: O epígráfico, na qualidade de Vice-Presidente da Executiva, manifestou-se favorável ao movimento de amanhã "Estive em Santa Maria reprimendo a Executiva do 4º Congresso e o meu Sindicato estará presente na luta contra a carestia. Estamos com por cento solidários com o movimento de P. Alegre, a frente ao qual se encontra a Inter-Sindical. O papel dos Sindicatos é seguir o exemplo do Conselho Consultivo da CNTI que, com antecedência, tomou medidas para que os industriários participem da luta.

Conforme publicação do jornal "A Hora" em sua edição de 14/3/1961, consta o seguinte: O epígráfico, na qualidade de Presidente do Sindicato dos Vigias do Porto, participou na última reunião do Conselho da Federação Nacional dos Portuários.

Conforme publicação do jornal "Ultima Hora" em sua edição de 16/4/1961, consta o seguinte: O epígráfico, como Presidente do Movimento de 26 de julho "Frente Legal do Partido Comunista do Brasil" recebeu um telegrama do "Instituto Cubano de Amizade Entre os Povos" convidando-o para visitar o citado País.

Conforme notícia publicada no jornal "Diário de Notícias" em sua edição de 19/2/1961, o epígráfico, na data citada, através de convite fornecido pelo então deputado Francisco Julião, viajou para Cuba.

Conforme publicação do jornal "Diário de Notícias" em sua edição de 20/7/1961, consta o seguinte: O epígráfico, participou da delegação gaúcha que assistirá, em Havana, dia 26 próximo o 3º aniversário da revolução Cubana.

Conforme publicação do jornal "Correio do Povo" em sua edição de 22/10/1961, consta o seguinte: O epígráfico, na qualidade de membro do Sindicato dos Arrumadores, é um dos signatários de um "manifesto" elaborado pelo Comando Sindical de P. Alegre, e a Assembleia Geral dos Trabalhadores em Energia Elétrica.

Porto Alegre, 25 de novembro de 1965



DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

DELEGACIA DE ORDEM SOCIAL

= 3-2 =

Consta o nome de:

ADAMASTOR BONILHA.-

Conforme informe nº 26/64 da S-2, s/data, da Seção de Investigações, desta DOPS, consta, que, o epígrafa do, juntamente com FRANCISCO PAULO DIAS, recebia passagens para as viagens dos elementos do "GRUPO", passagens, estais, fornecidas por NILSON ODORICO XAVIER DOS SANTOS, quando na Secretária de Trabalho, posteriormente na DRT.

Conforme informe desta DOPS, s/nº, do ano de 1964, consta, que, o epígrafa, possuiu curso de INSTRUCTOR DO PARTIDO (P.C.), o qual foi realizado em MOSCOU (URSS), tendo, a duração mínima de seis (6) meses e a máxima de dois (2) anos.

Conforme ofício 182/65, datado de maio de 1965 oriundo do Departamento de Assistência Social (Novo Instituto Central de Menores), o epígrafa, consta, numa relação de 16 presos que foram recolhidos a aquele estabelecimento os quais haviam sido presos na Foz de Iguaçu (guerrilheiros).

Conforme Pedido de Busca nº 07/65-DOPS, o epígrafa, foi nomeado em 1962, Delegado Regional de São Paulo (IAPB), pelo Sr. CRISTOVÃO DE MOURA, que estava no cargo de Presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, para o qual foi eleito com apoio de EDGAR DA ROCHA COSTA.

Em informe nº 152-E/2/64-IIIº Ex. de julho de 1964, consta: Conforme depoimento no IPM em curso na Guarnição de Santa Rosa, no qual é indiciado, entre outros, FLORIANO AGUIAR, o mesmo declarou o seguinte: "Em P. Alegre existe um elemento de nome ADAMASTOR BONILHA (Ex-mineiro das minas do Arrêdo dos Ratos), o qual teria ido a Cuba solicitar armamento, tendo, o Governo Cubano lhe feito a entrega de 1 (um) milhão de dólares (?), para a compra do referido armamento, declarou, ainda, que por ocasião de seu regresso, o epígrafa, trouxe o dinheiro e, se estabeleceu em uma casa comercial em lugar situado logo após a ponte sobre o riacho na Av. Getúlio Vargas, P. Alegre, no sentido de quem se diria para o fim da linha do bonde "Menino Deus".

Segundo informe nº 182/E/2/58 Z.Área, de 26/11/1964, o epígrafa, teria ido a cidade de Rio Grande, onde, tentaria por em execução os planos de greve e movimentos com a finalidade de perturbar as atividades das empresas de atividades fundamentais e núcleos ferroviários, de acordo com o plano ampliado do P.C..

Conforme informe desta DOPS, datado de 15/5/1964, o epígráfico, pertence ao Partido Comunista do Brasil (Linha Chinesa), desta capital.

Conforme Pedido de Busca nº 347-E/2-IIIº Ex., de 8/6/65, consta, que, o epígráfico, em meados de julho ou princípio de agosto de 1961, viajou a CUBA em companhia de PAULO FEDIROS, FLÁVIO TAVARES e JOMÉ CARLOS RUBIN.

O epígráfico, consta, em relação nominal dos presos recolhidos ao SESME, de 21 mai 1965. Data do recolhimento 17 mai 1965 a disposição do IIIº Exército-Guerreiro.

A DOPS de São Paulo, em Radiograma de 23 jun 1964, solicita informações a respeito do epígráfico. Indiciado em inquérito de LUIZ CARLOS PRESTES.

A DOPS de São Paulo, em Radiograma de 7 jul 1964, solicita as mesmas informações do Radiograma supra citado.

Segundo ofício nº 243-AJS, de 20/5/1965, solicita que, o epígráfico, juntamente com: EUZÉBIO DORNELLES, VALDEMAR ANTONIO DORNELLES, ARCELI ALVES DORNELLES, ODILON VIEIRA e VIRGILIO SOARES LIMA, sejam entregues à escolta da 6ª D.I. e que estão recolhidos ao SESME.

Conforme informação da S.I. da DOPS, de 2 set 1961, o epígráfico, elemento de cúpula do P.C., mantinha-se em sessão permanente com JOMÉ AMAZONAS e dois dirigentes comunistas CARLOS MARANGUELLI (ou Maranguello), e DIOGENES ARRUDA CÂMARA, na época da "legalidade", quando estes vieram para Porto Alegre procedentes de São Paulo e Rio de Janeiro.

Conforme informação da DOPS, de 4 set 1961, o epígráfico, consta, da relação de pessoas que frequentavam o "Mata-Borrão", nos dias da "legalidade".

Conforme informação desta DOPS, de nº 53, o epígráfico, quando se encontrava em setembro de 1961, numa noite, no "Mata-borrão", comentou com seus colegas comunistas, o seguinte: "É nossa oportunidade de ouro, não podemos perdê-la de maneira alguma; vamos fazer aqui uma nova CUBA; teremos também a legalização do Partido Comunista Brasileiro e pretendemos jamais sair do "Mata-borrão", faremos nossa nova sede." - O epígráfico, recebia ordens do líder comunista ANTONIO FERREIRA, Ex-tenente, o qual fora expulso da Marinha.

Conforme informação na 7/64, desta DOPS, de 26 jun 1964, consta o seguinte: O epígráfico, retornou de Cuba em 1962, circulando rumores que tenha trazido dinheiro (um milhão de cruzeiros), para o Partido Comunista do Brasil.

O epígráfico, cf. a mesma informação, pertence ao Sindicato dos Vigias Portuários, atuando no movimento sindical da Capital. Era pessoa de poucos recursos, morando numa vila de malocas, no Bairro do Cristal. Após a volta de Cuba, estabeleceu-se com Bar na Av. Getúlio Vargas, pelo que consta ter se apropriado do dinheiro trazido. Consta, ainda, que o epígráfico, depois de expulso do Partido Comunista Brasileiro, passou a integrar o Partido Comunista do Brasil (linha chinesa).

Pôrto Alegre, 25 de novembro de 1965



ANEXO 3.

**FICHA DE ALBERY VIEIRA DOS SANTOS
(DOPS)**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - DOPS
" S - 2 "



Consta o nome de:

ALBERTO VIEIRA DOS SANTOS

Conforme informação reservada desta Seção, o epígrafado solicitou asilo político na República do Uruguai, em decorrência da Revolução Democrática de 31/3/64.

Conforme informação da Rádio Humaitá, de 24/7/64, às 9 horas, sob o nr. 51/64 a esta DOPS, comunica: - Que o epígrafado, desertor da Brigada Militar reside em Riveira; que é elemento de ligação entre pessoas residentes (imigrantes) e outras residentes neste Estado e estados vizinhos; que dia 16/7/64 viajou de Garazinho para Cruz Alta, portando dois revólveres e munição; que trazia bastante dinheiro; que foi entrar em entendimentos com indivíduos anti-revolucionários; que voltará dentro de 60 dias viajara para Livramento.

Segundo informe da Brigada Militar, QUARTEL GERAL em 2/9/64, comunica que foi solicitada a prisão do epígrafado por estar envolvido em atividades subversivas na zona da fronteira.

CITADO nas declarações de JOÃO LOPES, na D.P. de Humaitá, em 28/9/64, pelo fato de o declarante estar presente a uma entrevista do epígrafado com pessoa desconhecida do declarante, oportunidade em que o epígrafado afirmou haver conseguido dinheiro com um Capitão da Brigada Militar, dinheiro com o qual o prontuariado pretendia viajar para o Uruguai.

Em rádio de 7/8/64 a D.P. de Montenegro informa que o epígrafado é sargento da Brigada Militar e estava servindo em Passo Fundo, mas que o mesmo é desertor.

Em relatório da D.P. de Livramento de 5/11/64, consta que o epígrafado está desaparecido.

Conforme ofício da D.P. de Pelotas, datado de 23/10/64, consta que o epígrafado juntamente com o Dr. LUCIO SOARES NETO, rubricaram uma senha com a qual pessoas que vão a fronteira Livramento-Riveira, conseguem falar com Brizola.

Em relatório oriundo do Departamento Federal de Segurança Pública, datado de 19/10/64, consta: Ex-sargento da B.M., exilado, permanece em atividade. Viaja seguido a Montevideo para buscar recursos. Elemento perigoso, tem prisão preventiva decretada.

Conforme Rádio da D.P. de Livramento, datado de 3/8/64, e nos informado que o epígrafado regressou na data supra de uma viagem ignorada donde trouxe importante missão, pois foi efetuada em Riveira uma reunião de elementos aptos e inclusive foi solicitada a presença urgente do Dr. Lucio Soares Neto.

Continua f. 2.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

ALBERY VIEIRA DOS SANTOS - Fl. 2

Conforme editamento datado de 4/12/64 consta: O epígrafado figura na relação dos asilados políticos brasileiros no Uruguai. Consta ainda: Chegada: 25/5/64. Concessão do Asilo: 21/7/64. Localização: Riveira. Profixão: 3º Sargento da Brigada de Polícia RGS. Informações do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai.

O cel. reformado da B.M. HILDEGARDO ARTECHE - ALVES esteve na D.R. de Livramento, com um auto de busca e apreensão sobre o epígrafado, dizendo estar a serviço da Secretaria de Segurança; isso não foi confirmado; o epígrafado anda muito ativo e consta andar muito em território brasileiro.

Conforme ofício datado de 25/3/65, o epígrafa do tem andado ligeiramente por Riveira, escondendo-se das autoridades uruguais; demonstra muita atividade.

Conforme relatório da D. de Tenente Portela de 12 a 15/12/64 consta que o epígrafado e outro elemento, possivelmente também expurgado da B.M., estiveram no Município de Redentora, de onde fugiram, ao perceberem a aproximação de elementos da polícia, possivelmente para Seberí ou para o interior da zona indígena, no interior de Tenente Portela; estavam bem armados e um deles portava arma comprida.

A D.P. de Tenente Portela informa, através de ofício datado de 4/3/65 que no dia 12 de março 65 esteve naquele município o Cap. Nolasco, Delegado Substituto de São Miguel D'Oeste, SC, e o titular da D.P. de Dionísio Cerqueira, solicitando e obtendo permissão para diligenciar no município, a fim de localizar e prender o epígrafado, que está condenado pela Justiça Militar de Santa Catarina. As diligências foram infrutíferas, porquanto ALBERI não foi localizado.

Relatório de informações da D.P. de Humaitá, de 31/1/65 consta o seguinte: Em 19/1/65 o Cb. NELSON/PAULO ADVES comunicou que, estando ausente do Posto Policial do Distrito de Sede Nova, onde trabalha, um automóvel ocupado pelo epígrafado, por um ex-tenente da B.M. e por outros indivíduos, focou os faróis no Posto Policial, tendo um dos ocupantes do veículo feito dois disparos de revólver; mais tarde foi averiguado que o automóvel e um carro de aluguel de propriedade de TEODOMIRO DE TAL, e era dirigido por seu filho, de menor idade, chamado TIM; o carro é de CAMPO NOVO; junto com o epígrafado andava a praça da B.M. ERCY VIEIRA DOS SANTOS, cujo processo de exclusão está em andamento da B.M.; na madrugada de 30 para 31/1/65 foi preso pelo Delegado de Humaitá e por uma patrulha da Guarda Federal de Santa Rosa o indivíduo PEDRO PAULO ANCHIETA, que foi conduzido para Santa Rosa; declarou ele que há pouco viajara com ALBERI a cidade de Santo Antônio, no Paraná, onde o epígrafado tem um tio chamado Firmeiro; que na cidade de Palmeira das Missões o epígrafado entrou em entendimentos com EUGÊNIO CASTANHA, proprietário da casa de comércio denominada CASA NOVA.

Continua fl. 3



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

ALBERTO VIEIRA DOS SANTOS-

Continuação fl. 2

fl. 3

denominada CASA NOVA; o qual conduziu o epígrafado em seu carro até a cidade catarinense de IAMPORA, onde deu ao epígrafado Cr\$ 70.000,00, para que continuasse suas atividades subversivas; continua ANCHIETA dizendo que nessa ocasião tomou conhecimento de que o epígrafado, ajudado por EUGENIO CASTANHA, estava contrabandeando armas (metralhadoras), da Bolívia, através de CORUMBÁ, - Mato Grosso, armas essas, sendo EUGENIO incumbido de transportar tais armas para o RGS; o epígrafado trazia as armas da BOLÍVIA utilizando um caminhão de carga que há cinco anos trabalha em CORUMBÁ transportando madeira não acusando desconfiança nos Postos de Controle, cujos fiscais estão acostumados a verem tal caminho; as armas são trazidas em baixo da carga de madeira; acrescenta PEDRO ANCHIETA que presentemente o epígrafado este munido de documentos falsos tais como título de eleitor e Carteira de Identidade como AGENTE DE ESTATÍSTICA documentos esses em que consta o nome de ADÃO PRATES dos SANTOS; consta que tais documentos foram fornecidos ao epígrafado por WALDIR TABORDA, irmão do Deputado WILMAR TABORDA; continuando disse que a última missão que recebeu do epígrafado foi a de ir a Palmeira das Missões buscar das mãos de EUGENIO a importância de Duzentos Mil Cruzeiros, o que não foi feito, motivo pelo qual PEDRO anda com medo de epígrafado, uma vez que este desconfia que aquele ficou com o dinheiro, tendo inclusive, mandado recado a PEDRO através de seu irmão ARY V. DOS SANTOS.

Em relatório de Informações da D;P de Humaitá, de 28/2/65 informa que o epígrafado, há questão de um mês, na localidade de PORTO GUAIABA, PARANÁ, tomou avião da VASP ou da FAB, para a cidade de Campo Grande, de onde seguiria para o Estado de ALAGOAS, segundo informe colhido no aeroporto de P. Guaiaba; o epígrafado foi visto em um café de Porto Guaiaba, em companhia de um homem de mais de 40 anos, que tem um olho vassado, todo branco e dizia ser de SANTO AUGUSTO.

O ofício de 7/4/65 da D.P. de Erechim informa, que causou espécie naquele município, onde já serviu há mais de quatro anos o epígrafado, o movimento de guerrilhas por ele comandado; acrescenta o folclore referido que por essa época (quando serviu em Erechim) o epígrafado esteve envolvido em inquerito por furto, no município de GUARAMA, sendo condenado em 1ª instância e, após absolvido.

Conforme Informe de 1ª abril 65 consta que o Cmt. da 1ª B. Front informou que o "Del ALTINO DE TRÊS PASSOS" e contato do ex-sargento, o epígrafado.

Conforme Informe consta que o epígrafado ex-sargento apontou ORLANDO RODRIGUES DOS SANTOS como sendo este emissário de BRIZOLA, que poderia ser encontrado em Palmares ou Viçosa.

Continua fl. 4



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL

Fl. 4

ALBERY VIEIRA DOS SANTOS - Cont. da f. 3 -

Em informe datado de 4 set 64 consta: ALBERY VIEIRA DOS SANTOS, sargento desertor da Brigada Militar teria tido desentendimento com o Cál GONÇALINO CÚRIO (BM) antes de 12 de março 1964, a respeito de arbitrariedades (segundo acusou LALBERY) que o mesmo teria praticado com os "SEM TERRAS", o que teria ocorrido nessa época, no 2º B.P.BM em Passo Fundo, sob o comando do então Major Victor Hugo. Após o desentendimento refrido, apresentou-se a um paiçano no 3º BC BM, ficando preso. O entrosamento de Alberi com o esquema Comuno-Brizolista ter-se-ia dado após os fatos acima mencionados. Tratar-se-ia de um elemento oportunista, dado à bebida e mulheres. Anda sempre armado e com bastante dinheiro (teria gasto, em uma noite, em uma casa de tolerância a soma de Cem Mil - Cruzeiros). Teria estado cerca de 30 dias atrás, na cidade de CAPANEMA, no Estado do PARANÁ. Nos últimos dias de julho do corrente ano, teria comentado que iria manter contatos com Oficiais do Exército em Cruz Alta. Em Humaitá reside JOÃO LOPES, cunhado do epígrafado, o qual teria estado com este último, em S MARIA, a cerca de um mês e meio atrás. Nessa ocasião, ALBERI teria estado na residência de um Tenente e de um Capitão da BM. Não estaria havendo muito interesse, segundo consta, na prisão do epígrafado, por parte dos setores da B. Militar, já que estaria a par do esquema subversivo. ALBERI possui, em S MARIA, um irmão que seria conferente da Viação Feres (e em casa de quem pararia).

Em informe de 12 ago 64 consta que o epígrafado/ex-sargento da BM, deserter, mora em Riveira, na Pousada CABEDO, a rua Sarandi. Ativo, tem viajado para Montevideo onde, segundo informe recebido, estabelece contato com JOÃO GOUVART. Teria comentado que pretende apresentar-se à BM, até setembro deste ano.

Conforme Radiograma de CAPANEMA, PR, é solicitado a apreensão do Jeep cinza que vem a PALEGRE com um indivíduo e umas mulheres; trata-se do epígrafado, rebelde foragido da Região Marmelandiz; é solicitada a prisão dos viajantes.

Em 25 novembro de 1965



ANEXO 4.

**EXAME DE SANIDADE MENTAL DE
SILVANO SOARES DOS SANTOS**



Estado do Paraná

Secretaria de Saúde Pública

Departamento de Saúde Mental

Hospital Colônia "Adaute Boteelho"

M. 30/19
de 19

Exame de Sanidade Mental de:

SILVANO SOARES DOS SANTOS

O MM. Conselho Especial de Justiça do Exército designou-nos Drs. Tito Moreira Salles e Ronald Luz, para procedermos o exame de Sanidade Mental no Sr. Silvano Soares dos Santos implicado no processo 335, e relatamos o seguinte:

Lauda

Anamnese- Trata-se de indivíduo de cor branca, brasileiro, de 37 anos de idade, natural de Campos Novos- R.G.S., casado, com oito filhos cujas idades são: 12 anos a 2 anos, lavrador. Biotipo Atletico da classificação de Kretschmer.

História Progressiva- Nasceu em Campos Novos, onde atualmente reside, e depois de uma malograda tentativa de se estabelecer como comerciante, continuou a se dedicar as atividades da agricultura, atualmente é proprietário de uma pequena propriedade rural na qual trabalha.

História atual- Foi preso em virtude de participar em rebelião politico-militar, e durante o desenrolar do processo apresentou sintomas que levaram à suspeição de doença mental, razão pela qual se encontra atualmente em observação.

Comentários- Antes de passarmos a responder os quesitos formulados, julgamos necessário fazermos um rápido comentário sobre o paciente em pauta. Foi objeto de estudos em reunião conjunta do corpo clínico deste Hospital onde se pesquisou qual a afecção de que é portador e além disso foi também visto pelo psicólogo e submetido à punção para extração e pesquisa do Liquor Céfalo-Raquidiano. Destes estudos depreendeu-se que se trata de uma oligofrenia, embora do grau leve (debilidade mental). Procurou-se observá-lo sem que o paciente soubesse disso e constatar suas reações para complementar a impressão inicial ou então negar a primeira hipótese.

Dessa observação verificou-se a validade da primeira impressão, e esta foi reforçada em vista do aparecimento de idéias delirantes surgidas em decorrência da situação ideo-afetiva em que se encontra. Assim é que se julga prejudicado e se isola do grupo e não participa das atividades rotineiras do Hospital, por um ilógico sentimento de auto-defesa. Crê-se também perseguido e prejudicado, embora não atine com argumentos lógicos uma vez que faz na elaboração deles. Aguarda que se faça algo em seu favor, mas não pede a nem reivindica para si. Suas respostas são simples, diretas, com conteúdo afetivo reprimido, e verifica-se que tem temor de se prejudicar se expuser. Por outro lado não tem grande timor para expor seu ponto de vista /

segue..



Estado do Paraná

Secretaria de Saúde Pública
Departamento de Saúde Mental
Hospital Colônia "Adauto Botelho"

M. 21
30/11

N. (2ª folha)

de 19

convenientemente. Em resumo; como não encontre argumentos em seu favor, e descre de suas escassas possibilidades de argumentação, êle se retrai a espera de que o tempo passe e algo aconteça em seu favor. A afetividade é primária, pobre, e dirigida para seu pequeno círculo familiar. Não possui a capacidade de pensar com engrenagens abstratas nem mesmo de dedução ou indução além do primarismo dado pela experiência vital.

A oligofrenia, segundo os conceitos atuais é bastante relativa. Não se a mede mais, salvo para avaliação de grandes grupos, por intermédio de testes. Considera-se através de um critério dinâmico. Do indivíduo em seu meio. Assim, nos meios incultos o indivíduo sobrevive, mas sucumbe ou apenas existe nos meios que se lhe exijam maior concorrência. No caso em apreço temos o protótipo dos indivíduos que alimentam diariamente as colunas policiais na seção de vítimas do "conto do vigário", são os "otários" da gíria policial. Pessoas que com maior boa fé e sem o menor juízo crítico acreditam nas mais mirabolantes promessas, por fantásticas ou absurdas que pareçam.

São enfim os simpírios, tabaréus, caipiras. Frequentemente vem tentar a sorte na cidade atraídos por uma illusória facilidade de vida e assim sumem tam a legião dos sem-emprego, porquanto não possuem especialização para o trabalho.

Vistos estas considerações passamos a responder os quesitos:

1º Quesito - se o acusado sofre de doença mental?

Resposta: sofre de oligofrenia, que é descrita nos manuais de psiquiatria como déficit de inteligência.

2º Quesito - se a doença mental é contínua ou tem períodos intervalos?

Resposta: É contínua, porém sob pressão de circunstâncias adversas pode apresentar surtos de exacerbação caracterizados por agitação psico-motora.

3º Quesito qual é sua espécie ou gênero?

Resposta: A oligofrenia, segundo a psiquiatria clássica admite três graus fundamentais de acordo com o déficit apresentado; -debilidade mental, grau leve; imbecilidade, mais intenso, e idiotia em que praticamente não há inteligência. O presente caso pertence a debilidade mental.

4º Quesito: Desde quanto tempo a doença mental do acusado?

Resposta - A oligofrenia pode ser inata ou adquirida. Ambas podem sofrer remissões parciais desde que se propicie assistência psico-pedagógica adequada. No caso em pauta data desde sua infância porquanto não houve instrução.

segue...



(3ª folha)

Estado do Paraná

Secretaria de Saúde Pública

Departamento de Saúde Mental

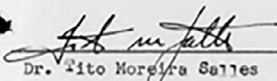
Hospital Colônia "Adauto Botelho"

de 19

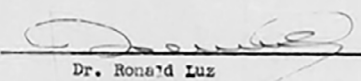
5º- Quesito:- Se os fatos delituosos que lhe são imputados na denúncia o acusado poderia ter cometido em estado ou ato de loucura ou em lucidez.

Resposta.- Não havia estado de loucura, como ainda não há, de vez que a esfera lesada não é a do julgamento da realidade exterior, nem perda da própria personalidade. Por outro lado o paciente não é capaz de pensar com conceitos abstratos e estabelecer uma lógica dedutiva ou indutiva que lhe oriente o comportamento. Apenas vive de acordo com os padrões aceitos pelo seu meio, não sabendo qual a atitude a tomar para qualquer problema mais complexo que se lhe apresente. Há portanto uma falha de raciocínio que lhe faz ser facilmente iludido, em sua boa fé.

Canguiú, 2 de agosto de 1966


Dr. Tito Moreira Salles

= Relator =


Dr. Ronald Luz

= Co-relator =

ANEXO 5.

PRISÃO DOS INTEGRANTES DA OPERAÇÃO TRÊS PASSOS

Fotografias de Assis Hoffmann e
Geraldo Mori, publicadas na
Revista Manchete de 10 em abril de 1965







ANEXO 6.

DIÁRIO DO CORONEL JEFFERSON
CARDIM DE ALENCAR OSÓRIO

APRESENTAÇÃO PARA "IDES PASSOS"

Cheguei a Rivera às 07,00 do dia 19 de março de 1965, juntamente com / os companheiros Sargento Alberi Vieira dos Santos, da Brigada Militar, e o civil Alcendor Ayres e ficamos hospedados em casa de um amigo do / Alberi, o companheiro Romeu Figueiredo, onde foi desembarcada toda a / bagagem e liberado o motorista uruguaio Vicente 'aggia' que regressou a Montevideo. Enquanto nós fazíamos a primeira refeição do dia o Romeu foi a livramento contratar um taxi para nos levar até Santa Maria. Cer- ca das 09,00 hs. cruzamos a fronteira e corajosamente decididos a cum- prir a nossa missão, iniciamos a nossa marcha pelo Rio Grande adentro. O primeiro obstáculo a vencer foi na cidade de Rosario quando fomos / transpor a balsa do rio rosario tivemos que para diante do sargento Bat. de Guarda do tráfego sobre a balsa, exigiu os documentos do moto- rista e dispensei os nossos apesar de estarmos munidos de carteiras de identidade falsas. Nesta cidade é sede da primeira guarnição militar do Exército, um regimento de cavalaria motorizado, que tivemos de en- frentar. Prosseguindo em direção à cidade de São Gabriel, também sede de Guarnição Militar fomos detidos para mostrar os documentos mas não houve revista da bagagem, e em seguida fomos liberados, e chegamos a / São Sepé ao cair da tarde onde desembarcou o Alcendor Ayres que nos le- vou à casa do Comissário Brizolista que nos ofereceu um lanche e conversamos com euforia sobre a situação política - militar favorável a "Comandante Brizola" e que estava pronto a nos ajudar pelo menos com 30 homens e que o Ayres levaria quando enviassemos o transporte. Depois de uma hora na casa do Ex-Comissário retomamos a viagem de São Sepé para Santa Maria onde chegamos passados das 20 horas, noite fecha da e liberamos o taxi. Ficamos hospedados na residência de um dos irmãos de Alberi, que nos ofereceu um jantar, e onde nós conhecemos o compa- nheiro Brizolista Democrata Bonilha que nos ofereceu vender espingarda por 10 contos ou sejam 10 mil cruzeiros antigos, que de imediato nós compramos e que passou a ser usado por Alberi. (com dois pentes de cin- co balas de 7 m/m), pois o Ayres já tinha sua arma de caça, novinha. Alberi como era muito conhecido na cidade contratou o taxi que ia no- levar até a cidade de Catuipa, onde era muito amigo do Prefeito Erlan- do Burman e do sub-Prefeito Frizzo, ambos do PRG. Durante o percurso passamos pelas cidades de Cruz Alta e Ijuí, ambas sedes de guarnições militares, na calada da noite, mas não haviam patrulha nas estradas. Tinha aproximadamente 3 horas da madrugada de 20 de março, quando che- gamos a pequena cidade de Catuipa, com uma população de cerca de 3 mil habitantes e liberamos o taxi e nos hospedamos na confortável casa de campo do sub-Prefeito Frizzo. Despertamos às 7 hs. enquanto revisamos os planos da viagem a bagagem preparava um substancialíssimo desjejum.

SEGUNDO MILIO

(06/05/66 a 13/12/66)

Países: Mexico-Cuba-Argelia-Chile-Uruguay
Guiana(ex-Guyana Inglesa) e Argentina

De 6 de maio "O Asilo na Embaixada do Mexico" a 18 de setembro 66

Permaneci mais de quatro meses numa das dependencias do Consulado Geral do Mexico, juntamente com o meu companheiro de fuga Vitor Luiz Papandreu, que embarcou vinte dias antes de mim, por ter sido liberado o seu "Salvo Conduto" primeiro enquanto o meu so devido a muita insistencia do Embaixador me foi concedido. Como a sede de consulado nao da direito a asilo por nao gozar de imunidades diplomaticas, o Embaixador Vicente Sanchez Gavit, ja tinha solicitado apos o golpe de 1º de abril, ao Itamarati, tornasse extensivo as dependencias do consulado este direito de inviolabilidade territorial, a fim de atender a quantidade de brasileiros que haviam se refugiando na sede da Embaixada. Estavamos no mesmo quarto em que transitaram os companheiros Francisco Juliao, Padre Lages, Sargento Prazeres e outros tantos patriotas que escaparam na época da furia canibalesca dos militares golpistas nazi-fascistas. Por outro lado as proximidades do Consulado que se achava instalado no terceiro andar de um edificio situado na Avenida Ruy Barboza, num trecho conhecido por "Curva da Amendoeira" a poucas quadras da Embaixada e tambem da residencia do Embaixador, facilitava muito a locomoção de funcionarios destacados para impedir algum sequestro policial ou para fiscalisar o cumprimento das normas regulamentares de asilo. Era como se fossemos prisioneiros obviamente sem a disciplina rigida policia-militar e nem o toque de corneta de quartéis. Deviamos permanecer no pequeno quarto até as 2 horas da tarde, quando terminava o expediente do consulado, so podendo sair para o quarto de banho que ficava ao lado. Depois deste horario podiamos transitar pelas demais dependencias sem assomar a grande varanda do jardim de inverno do apartamento, diziam os funcionarios da Embaixada para não me expor a algum atentado. Da varanda se descortinava toda a enseada da praia de Botafogo e ao fundo a Urca e o Baio de Aqueduro. Nossa comunicação com o mundo exterior se fazia através o pequeno rádio de pilha que possuíamos e os jornais que as visitas familiares nos traziam aos sabados e domingos. Esta permanencia nos foi assaz util e necessaria porque eu e Papandreu aproveitamos para escrever todas as peripecias da fuga cujos manuscritos os tenho guardado em meus arquivos e que vão transcritos fielmente em minhas "Memorias". Tambem pude me dedicar a fundo no planejamento de uma possivel "Invasão" da Região Amazonica, através a fronteira da Guiana com o Territorio de Roraima, pelo eixo rodoviario que liga a cidade fronteiriça guianense de Lethia à Boa Vista, capital de Roraima, na época precariamente guarnecida militarmente, apenas com uma companhia de Exército e um Batalhão de Polícia Militar com seus varios destacamentos dispersos pelo terri-

ANEXO 7.

ADITAMENTO DO BI 45 DO
18º/RI DE PONTA GROSSA

MINISTÉRIO DA GUERRA
III EXÉRCITO
5a RM - 5a DI
ID/5a
GUARNIÇÃO MILITAR DE
PONTA GROSSA

- 1 -

QUARTEL GERAL EM PONTA GROSSA - PARANÁ

EM 29 DE ABRIL DE 1965

Paraná
Cl

= ADITAMENTO AO BOL INT Nº 42 =

PARA CONHECIMENTO DAS UNIDADES SUBORDINADAS E DA GUARNIÇÃO MILITAR DE PONTA GROSSA E DEVIDA EXECUÇÃO, PUBLICO O SEGUINTE:

= 1a PARTE - SY DIÁRIOS =

Sen alteração

= 2a PARTE - INSTRUÇÃO =

Sen alteração

= 3a PARTE - ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS =

1- MOVIMENTO SUBVERSIVO DE BANDOZEIROS NO SUDGESTE PARANAENSE - PARTICIPAÇÃO DA ID/5a

- 1.1 Conforme fez público os Boletins Internos Nº 34/65 e 35/65 desta ID/5a, o Exmo Sr Gen ITIBERÉ GOUVÊA DO AMARAL, Cmt da ID/5a e seu Adj, Cap Inf FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES BASTOS, seguiram dia 26 Mar 65, às 0700 h, para FOZ DO IGUAÇU, via CURITIBA, de onde regressaram no dia 27 Mar 65, às 2300 h. - Em consequência, por se achar em férias: o Cel Ch da 2ª DL, ficou respondendo pelo Cmo da Gu Mil de PONTA GROSSA, o Cel LUIZ GONZAGA PEREIRA DA CUNHA, Cmt do 13º RI, o, pelo expediente do QG/ID5, o Ten Cel HELDER PENHA VALLE, Asst EM/ID5.

ANEXO 8.

**RADIOTELEGRAMAS DO
EXÉRCITO BRASILEIRO**



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

4

DE CTBA

Nr 2723 Pls. 100 Dt. 26 Hrs. 1330

RECEBIDO DE

As 1910 Por AFH AFH

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

ENDERECO

URGENTÍSSIMO

CMT 1-13R RI

F BELTRÃO PR

CONTRÔLE

Nº 434446

TEXTOS ASSINATURA

318-53 DE 26 MAR 55 PT DETERMINO DESLOCAMENTO URGENTE TROPA VALOR PEL
FZ O VG CONVENIENTEMENTE ARMADO E MUNICIADO VG COMANDANDO OFICIAL VG FIM
INTERCEPTAR GUERRILHEIROS TRATA DO 120-E2 DE HOJE PT AUTORIZO REQUISITAR
VIATURA VG COMBUSTIVEL E LUBRIFICANTE NECESSARIO PT MANTER ESTE CMDO
INFORMADO OPERAÇÃO PT PRESENTE ORDEM TRANSMITIDA TAMBEM 10 B FRONS PT
INFO 30 EX DESLOCOU TROPA VALOR PELOTÃO PARA DIONISIO CERQUEIRA PT 10
BTL FRONT DEWEHRAH ENVIAR UM CAP FIM COORDENAR AÇÃO DOS TRES PELOTÕES
PT ACUSE ESTAR CIENTE PT

GEN CARMO CM5 ARM-01



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

3

DE CTBA

Nr 2717 Pls. 30 Dt. 26 Hrs. 1250

RECEBIDO DE

PTY As 1255 Por A/H AFH

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

URGENTÍSSIMO CIRC CMT 1-130 RI F BELTRÔ PR

CONTROLE

Nº 434441

NR 130 SF.5 R DE 26 MAR 65 PT DE ORDEM SUPERIOR VQ PARTIR RECB DESTE
VQ DEVEIS PERMANECER SIT QAP PERMANETE ATEH SEGUNDA ORDEM PT
CAP MOSCOW CH SERRA-5



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

2

DE CTBA

Nr 2709

Pls. 25

Dt. 26

Hrs. 1230

RECEBIDO DE

PTY

A 1250

Por

A/H AFH

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

URGENTÍSSIMO

CMT 1-130 RI

F BELTRÃO PR

CONTRÔLE

Nº 434440

NR 122-E2 DE 26 MAR 65 PT COMPLEMNT0 RAB10 120 E2 DE HOJE INFO ELM USAM

FARDAMENTO EXERCITO ET BRIGADA PT

GEN CARMO CMT 56 RM

ENDERECO

TEXT0 ASSINATURA



MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE COMUNICAÇÕES
RADIOTELEGRAMA

CARIMBO DA ESTAÇÃO

01

DE CTBA Nr 2699 Pls. 10 Dt. 26 Hrs. 1130

RECEBIDO DE PTY As 1245 Por AIT AFH

INDICAÇÕES DE SERVIÇO

CONTROLE

URGENTÍSSIMO

CMT 1-130 RI F BELTR

Nº 434439

TEXTOS ASSINATURA

120 E2 DE 26 MAR 65 PT GRUPO GUERRILHEIROS ATUANDO REGIÃO TRES PASSOS (FREDERICO WESTPHALEN) DESLOCARAM SE DIREÇÃO CRISTO REI (SC) RUMO SAM MIGUEL DO SUL. ESTE QUE CONDUZ AFOZ DO IQUAÇU PT 90 EX ENVIADO A: OBS: A ÁREA PARA A REGIÃO PT CEL JEFERSON ABREU ABREU OSÓRIO VG ALDEIA VIEIRA DOS PASSOS SANTOS DA BRIGADA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ESTARIAM COM OS GUERRILHEIROS QUE CONTAM COM CERCA DE 110 HOMES E 1 CAMINHÃO MERCEDES BENZ PT DETERMINO REDOBRAR MEDIDAS SEGURANÇA ÁREA SEGUIN MANTENDO DESTACAMENTO CONDIÇÕES ATUAR PT

GEN CARMO CMT 5A RM-DI

ANEXO 9.

**EXUMAÇÃO DOS RESTOS MORTAIS DO
SARGENTO CARLOS ALGEMIRO DE CAMARGO**









Embora pouco conhecidas, histórias como a da Operação Três Passos guardam informações e inquietações muito importantes para compreendermos como mesmo em situações em que tudo pesava contra, forças se uniram e se levantaram, ainda que sem ter um objetivo claramente instituído. O quadro geral era absolutamente desfavorável. A percepção de que nada podia ser feito e que os anos de treva seguiriam sem maiores resistência não foram suficientes para impedir o ímpeto de luta e resistência daqueles que se levantaram em armas contra o regime da ditadura.

ISBN 978-658600079-5



9

786586

000795